

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

UFERN

NATAL, 2019

Catálogo da publicação na fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Secretaria de Educação a Distância.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Relatório de Gestão 2018 / Universidade Federal do Rio Grande do Norte –
Natal, 2019.

203 p.

1. Gestão administrativa – Relatório. 2. Gestão. 3. UFRN. I. Título.

CDU 005 (047)
U58

SUMÁRIO

Apresentação	11
1 Visão geral organizacional e ambiente externo	14
2 Planejamento estratégico e governança	29
3 Gestão de riscos e controles internos	60
4 Resultados da gestão	67
5 Alocação de recursos e áreas especiais de gestão	124
6 Demonstrações contábeis	192
7 Outras informações relevantes	196
Apêndice	202

DIRIGENTES

Reitora

Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-Reitor

José Daniel Diniz Melo

Chefe de Gabinete

Célia Maria da Rocha Ribeiro

Procurador Geral

Giuseppi da Costa

Auditora Geral

Halcima Melo Batista

Ouvidor

Joseleno Marques

Pró-Reitora de Graduação

Maria Das Vitórias Vieira Almeida de Sá

Pró-Reitora Adjunta de Graduação

Érika dos Reis Gusmão de Andrade

Pró-Reitor de Pesquisa

Jorge Tarcísio da Rocha Falcão

Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa

Sibele Berenice Castellã Pergher

Pró-Reitor de Pós-graduação

Rubens Maribondo do Nascimento

Pró-Reitora Adjunta de Pós-graduação

Fernanda Nervo Raffin

Pró-Reitora de Extensão Universitária

Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes

Pró-Reitor Adjunto de Extensão Universitária

Breno Guilherme de Araújo Tinoco Cabral

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Edmilson Lopes Junior

Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis

Paulo Roberto Paiva Campos

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Mirian Dantas dos Santos

Pró-Reitor Adjunto de Gestão de Pessoas

Joade Cortez Gomes

Pró-Reitor de Administração

Anailson Márcio Gomes

Pró-Reitora Adjunta de Administração

Maria do Carmo Araújo de Medeiros

Pró-Reitor de Planejamento e Coordenação Geral

João Emanuel Evangelista de Oliveira

Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Coordenação Geral

Jorge Dantas de Melo

Secretária de Educação a Distância

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Secretária Adjunta de Educação a Distância

Ione Rodrigues Diniz Moraes

Secretário de Relações Internacionais e Interinstitucionais

Márcio Venício Barbosa

Secretária Adjunta de Relações Internacionais e Interinstitucionais

Renata Archanjo

Secretário de Gestão de Projetos

Josué Vitor de Medeiros Júnior

Secretário Adjunto de Gestão de Projetos

André Moraes Gurgel

Secretário de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Zilmar Rodrigues de Souza

Superintendente de Informática

Apuena Vieira Gomes

Superintendente Adjunto de Informática

Marcos César Madruga Alves Pinheiro

Superintendente de Infraestrutura

Luiz Pedro de Araújo

Superintendente Adjunto de Infraestrutura

Cássio Freire Câmara

Superintendente de Comunicação

José Zilmar Alves da Costa

Superintendente Adjunto de Comunicação

Francisco de Assis Duarte Guimarães

Superintendente do Hospital Universitário Onofre Lopes

Stenio Gomes Silveira

Superintendente da Maternidade Escola Januário Cicco

Luiz Murillo Lopes de Britto

Superintendente do Hospital Universitário Ana Bezerra

Maria Cláudia Medeiros Dantas de Rubim Costa

Diretora da Biblioteca Central Zila Mamede

Magnólia de Carvalho Andrade

Vice-Diretora da Biblioteca Central Zila Mamede

Marjorie Rosielle Silva do Amaral

Diretor da Editora Universitária

Luis Alvaro Sgadari Passeggi

Vice-Diretor da Editora Universitária

Wilson Fernandes de Araújo Filho

Diretor do Museu Câmara Cascudo

Everardo Araújo Ramos

Vice-Diretor do Museu Câmara Cascudo

Olavo Magalhães Bessa

Diretor do Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos

Carlos José de Lima

Vice-Diretora do Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos
Lourena Mafra Veríssimo

Diretora do Núcleo Permanente de Concursos
Magda Maria Pinheiro de Melo

Vice-Diretor do Núcleo Permanente de Concursos
Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

Diretora do Núcleo de Arte e Cultura
Teodora de Araújo Alves

Diretor do Complexo de Esportes e Eventos
José Pereira de Melo (até outubro de 2018)
Carlos Homem de Siqueira Neto (a partir de outubro de 2018)

Vice-Diretor do Complexo de Esportes e Eventos
Carlos Homem de Siqueira Neto (até outubro de 2018)
Linduarte Leitão de Medeiros Brito (a partir de outubro de 2018)

Diretor do Instituto Internacional de Física
Álvaro Ferraz Filho

Vice-Diretor do Instituto Internacional de Física
Sylvio Quezado de Magalhães

Diretora do Instituto de Medicina Tropical
Selma Maria Bezerra Jerônimo

Vice-Diretora do Instituto de Medicina Tropical
Iara Marques de Madeiros

Diretor do Centro de Ciências Exatas e da Terra
Djalma Ribeiro da Silva

Vice-Diretora do Centro de Ciências Exatas e da Terra
Jeanete Alves Moreira

Diretor do Centro de Ciências da Saúde
Hênio Ferreira de Miranda

Vice-Diretor do Centro de Ciências da Saúde
Antonio de Lisboa Lopes Costa

Diretora do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Maria Das Graças Soares Rodrigues

Vice-Diretor do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Sebastião Faustino Pereira Filho

Diretora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Maria Arlete Duarte de Araújo

Vice-Diretora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Maria Lussieu da Silva

Diretora do Centro de Educação
Márcia Maria Gurgel Ribeiro

Vice-Diretor do Centro de Educação
Jefferson Fernandes Alves

Diretor do Centro de Tecnologia
Luiz Alessandro Pinheiro da Câmara Queiroz

Vice-Diretora do Centro de Tecnologia
Carla Wilza Souza de Paula Maitelli

Diretor do Centro de Biociências
Graco Aurélio Câmara de Melo Viana

Vice-Diretor do Centro de Biociências
Jeferson de Souza Cavalcante

Diretora do Centro de Ensino Superior do Seridó
Sandra Kelly de Araújo

Vice-Diretor do Centro de Ensino Superior do Seridó
Alexandro Teixeira Gomes

Diretor da Unidade Acadêmica Especializada Instituto Metrôpole Digital
José Ivonildo do Rêgo

Vice-Diretor da Unidade Acadêmica Especializada Instituto Metrôpole Digital
Adrião Duarte Doria Neto

Diretor da Unidade Acadêmica Especializada Escola de Música
Jean Joubert Freitas Mendes

Vice-Diretora da Unidade Acadêmica Especializada Escola de Música
Valeria Lazaro de Carvalho

Diretor da Unidade Acadêmica Especializada Escola Agrícola de Jundiá
Júlio César de Andrade Neto

Vice-Diretor da Unidade Acadêmica Especializada Escola Agrícola de Jundiá
Gerbson Azevedo de Mendonça

Diretor da Unidade Acadêmica Especializada Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi
Edvaldo Vasconcelos de Carvalho Filho

Vice-Diretor da Unidade Acadêmica Especializada Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi
Dimitri Paulino Guedes

Diretor da Unidade Acadêmica Especializada Escola de Ciências e Tecnologia
Douglas do Nascimento Silva

Vice-Diretor da Unidade Acadêmica Especializada Escola de Ciências e Tecnologia
José Josemar de Oliveira Junior

Diretor da Unidade Acadêmica Especializada Instituto do Cérebro
Sidarta Tollendal Gomes Ribeiro

Vice-Diretora da Unidade Acadêmica Especializada Instituto do Cérebro
Kerstin Erika Schmidt

Diretora da Unidade Acadêmica Especializada Escola de Saúde
Edilene Rodrigues da Silva

Vice-Diretora da Unidade Acadêmica Especializada Escola de Saúde
Maria Lúcia Azevedo Ferreira de Macedo

ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Pró-Reitor de Planejamento e Coordenação Geral
João Emanuel Evangelista de Oliveira

Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Coordenação Geral
Jorge Dantas de Melo

**Comissão para elaboração do Relatório de Gestão –
Portaria nº 2.340-R, de 26 de novembro de 2018, revogada pela
Portaria nº 2.370-R, de 29 de novembro de 2018**

José Daniel Diniz Melo
Alexandre Flávio Silva de Queiroz
Apuena Vieira Gomes
André Luis Veras de Sandes Freitas
Daniel Bessa de Menezes
Estela Maria Araújo de Carvalho
Inauro Mano Evas
Joade Cortez Gomes
João Emanuel Evangelista de Oliveira
Jorge Dantas de Melo
Josué Vítor de Medeiros Junior
Maria do Carmo Araújo de Medeiros Fernandes de Oliveira
Rosana Curvelo de Souza

**Comissão elaboração do Projeto Gráfico –
Portaria nº 2.56/18 e revogada pela Portaria nº 2.481/18-R, de 11 de dezembro de 2018**

Amanda Duarte Belém da Silva
Anderson Gomes do Nascimento
André Luis Veras de Sandes Freitas
André Grilo de Souza
Carolina Costa de Oliveira Lima
Cícero Batista de Oliveira Junior
Dickson de Oliveira Tavares
Fabiola Barreto Gonçalves
Gisele Oliveira da Silva Paiva
Helton Rubiano de Macedo
Ian Medeiros de Vasconcelos
Maurício da Silva Oliveira Júnior
Michelle de Oliveira Mourão Holanda
Kamyla Álvares Pinto
Sidney Soares Trindade
Beatriz Lima da Cruz – Bolsista de Apoio Técnico
Camilla Serejo de Farias – Bolsista de Apoio Técnico
Clara Wanderley Oliveira de Albuquerque – Bolsista de Apoio Técnico
Daiana Martins de Araújo – Bolsista de Apoio Técnico
Isadora Veras Lobo de Paiva – Bolsista de Apoio Técnico
Renata Karolyne Gomes Coutinho – Bolsista de Apoio Técnico
Suewellyn Cassimiro Sales – Bolsista de Apoio Técnico

**Comissão de Apoio à Elaboração do Relatório de Gestão –
Portaria nº 002/2018 – PROPLAN, de 04 de dezembro de 2018**

Evane Lopes Tavares
Emmanuelle de Oliveira Ferreira
Fabiano do Espírito Santo Gomes
Fátima Pereira Gouvinhas
Heloiza Henê Marinho da Silva
Maria Pepita Vasconcelos de Andrade
Marcelo de Oliveira Souza
Valeska Mariana Dias Melo

SIGLAS E ABREVIações

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AD – Audiodescrição

AG – Total de alunos efetivamente matriculados na graduação

AGECOM – Agência de Comunicação

AGTI – Número de alunos da graduação em tempo integral

APG – Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado)

APGTI – Número de alunos tempo integral da pós-graduação

AR – Total de alunos efetivamente matriculados na residência médica

ASCOM – Assessoria de Comunicação

AUDIN – Auditoria Interna

BCZM – Biblioteca Central Zila Mamede

BO – Balanço Orçamentário

BP – Balanço Patrimonial

BRASECO – Empresa que opera o Aterro Sanitário da Região Metropolitana de Natal

CAE – Comissão de Assuntos Estudantis

CAENE – Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidade Educacional Especial

CAPAP – Coordenadoria de Apoio Pedagógico e Ações de Permanência

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CASE – Coordenadoria de Saúde do Estudante

CB – Centro de Biociências

CC – Conceito de Curso

CCET – Centro de Ciências Exatas e da Terra

CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CE – Centro de Educação

CENSUP – Censo da Educação Superior

CEP – Comissão de Ética Pública da Presidência da República

CERES – Centro de Ensino Superior do Seridó

CGT – Coordenação de Gestão de Transportes

CGTI – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

CGU – Controladoria Geral da União

CGU/MP – Controladoria Geral da União/Ministério Público

CGU/PAD – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

CIENTEC – Semana de Ciências, Tecnologia e Cultura

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico

COESP – Complexo de Esportes e Eventos

COMPERVE – Núcleo Permanente de Concursos

COMUNICA – Superintendência de Comunicação

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CONCURA – Conselho de Curadores

CONSAD – Conselho de Administração

CONSEC- Conselho de Centro

CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUNI – Conselho Universitário

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CPC – Conceito Preliminar de Curso

CPDI – Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional

CPPTAE – Comissão Própria de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação

CPSI – Comissão Permanente de Segurança da Informação

CRC/RN – Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte

CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária

CT – Centro de Tecnologia

DAP – Departamento de Administração de Pessoal

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DCF – Diretoria de Contabilidade e Finanças

DETACUSTO – Detalhamento de Custo

DGC – Diretoria de Gestão e Fiscalização de Contratos

DMP – Departamento de Material e Patrimônio

DN – Decisão Normativa

DSP – Diretoria de Segurança Patrimonial

EaD – Educação a Distância

EAJ – Escola Agrícola de Jundiá

EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

ECT – Escola de Ciências e Tecnologia

EDUFRN – Editora Universitária

EF – Ensino Fundamental

EM – Ensino Médio

EMCM – Escola Multicampi de Ciências Médicas do Rio Grande do Norte

EMUFRN – Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

e-SIC – Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão

ESUFRN – Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ETE – Estação de Tratamento de Esgotos

FACISA – Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi

FAPERN – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte

FIERN – Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNPEC – Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura

GAB – Gabinete

GEPE – Grau de Envolvimento com Pós-Graduação

GPE – Grau de Participação Estudantil

GRU – Guia de Recolhimento da União

HU – Hospital Universitário

HUAB – Hospital Universitário Ana Bezerra

HUOL – Hospital Universitário Onofre Lopes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICe – Instituto do Cérebro

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IEN – Instituto do Envelhecer

IES – Instituição de Ensino Superior

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

IGC – Índice Geral de Cursos

IIF – Instituto Internacional de Física

IMD – Instituto Metrôpole Digital

IMG – Índice de Crescimento das Matrículas na Graduação

IMT-RN – Instituto de Medicina Tropical do Rio Grande do Norte

IN – Instrução Normativa

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INFRA – Superintendência de Infraestrutura

INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial

IQ – Instituto de Química

IQCD – Índice de Qualificação do Corpo Docente

IVG – Índice de crescimento das Vagas oferecidas para o ensino de Graduação

LA – Laboratório de Acessibilidade

LAIS – Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LNC – Levantamento de Necessidades de Capacitação

LOA – Lei Orçamentária Anual

LSE – Legendagem para Surdos e Ensurdecidos

M – Mestrado

MCC – Museu Câmara Cascudo

MEC – Ministério da Educação

MEJC – Maternidade Escola Januário Cicco

MPOG – Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão

NAC – Núcleo de Arte e Cultura

NBC – Norma Brasileira de Contabilidade

NBC T – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica

NBR – Norma de acessibilidade em edificações

NDE – Núcleos Docentes Estruturantes

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

NEI – Núcleo de Educação da Infância

NEI/CAP – Núcleo de Educação da Infância/Colégio de Aplicação

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica

NUPLAM – Núcleo de Pesquisas em Alimentos e Medicamentos

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PA – Plano de Ação

PAAFEP – Programa de Acompanhamento, Avaliação e Fomento para a Excelência na Pós-graduação

PAD – Processo Administrativo Disciplinar

PADG – Programa de Assistência à Docência na Graduação

PAP – Programa de Atualização Pedagógica

PAQPG – Plano de Ação Quadrienal do Programa de Pós-graduação

PARFOR – Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PATCG – Plano de Ação Trienal do Curso de Graduação

PCCTAE – Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação

PCQ – Política de Capacitação e Qualificação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação de Comunicação

PEC-G – Programa de Estudantes Convênio de Graduação

PGTIC – Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

PHE – Projeto de Extensão Hábitos de Estudo

PI – Procurador Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

POSIC – Política de Segurança da Informação

PPA – Plano Plurianual

PPG – Pró-Reitoria de Pós-graduação

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PQI – Programa de Qualificação Profissional

PRINT – Projeto Institucional de Internacionalização da Pós-graduação da UFRN

PROAD – Pró-Reitoria de Administração

PROAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

PROGESP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PROGIRES – Programa de Gestão Integrada de Resíduos

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

PROMISAES – Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral

QRSTA – Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos

REBECA – Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados

RIA – Repositório de Informação Acessível

RN – Rio Grande do Norte

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

RPA – Relação Professor-Aluno

RPNP – Restos a Pagar Não-Processados

RPP – Restos a Pagar Processados

RU – Restaurante Universitário

SEBTT – Secretaria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica

SEDIS – Secretaria de Educação a Distância

SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

SESu – Secretaria de Educação Superior

SGP – Secretária de Gestão de Projetos

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração e Recursos Humanos

SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

SIC-UFRN – Sistema de Informações de Custos da UFRN

SIG/UFRN – Sistemas Institucionais Integrados de Gestão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SIGPP – Sistema Integrado de Planejamento e Projetos

SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos

SIMEC – O Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINFO – Superintendência de Informática

SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos

SIRE – Sistema de Relatórios Especiais

SISAC – Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

SISBI – Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SiSU – Sistema de Seleção Unificada

SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SOF – Secretaria de Orçamento Federal

SPIUNET – Sistema de Patrimônio Imobiliário da União

SPUnet – Sistema de Gerenciamento de Uso Especial da União

SRI – Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais

STN – Secretaria de Tesouro Nacional

TAE – Técnico Administrativo em Educação

TCU – Tribunal de Contas da União

TED – Termos de Execução Descentralizada

TI – Tecnologia da Informação

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TIL – Tradução interpretativa de libras

TIRÉSIAS – Núcleo Interdisciplinar de Estudos em diversidade sexual, gênero e direitos humanos

TMFS – Taxa de Matrícula Fora de Sede

TMN – Taxa de Matrícula Noturna

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSG – Taxa de Sucesso na Graduação

TVU – Televisão Universitária

UATR – Unidade de Armazenamento Temporário de Resíduos

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFPE – Universidade Federal do Pernambuco

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UPC – Unidade Prestadora de Contas

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta os resultados obtidos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no ano de 2018 à sociedade, e de modo especial à norte-riograndense, cenário da sua atuação. Considera, sobretudo, os princípios da transparência, da prestação de contas e da responsabilização. Todas as ações desenvolvidas pela UFRN no ano de 2018 foram direcionadas para o cumprimento de sua missão de educar, produzir e disseminar o saber universal, preservar e difundir as artes e a cultura e contribuir para o desenvolvimento humano,



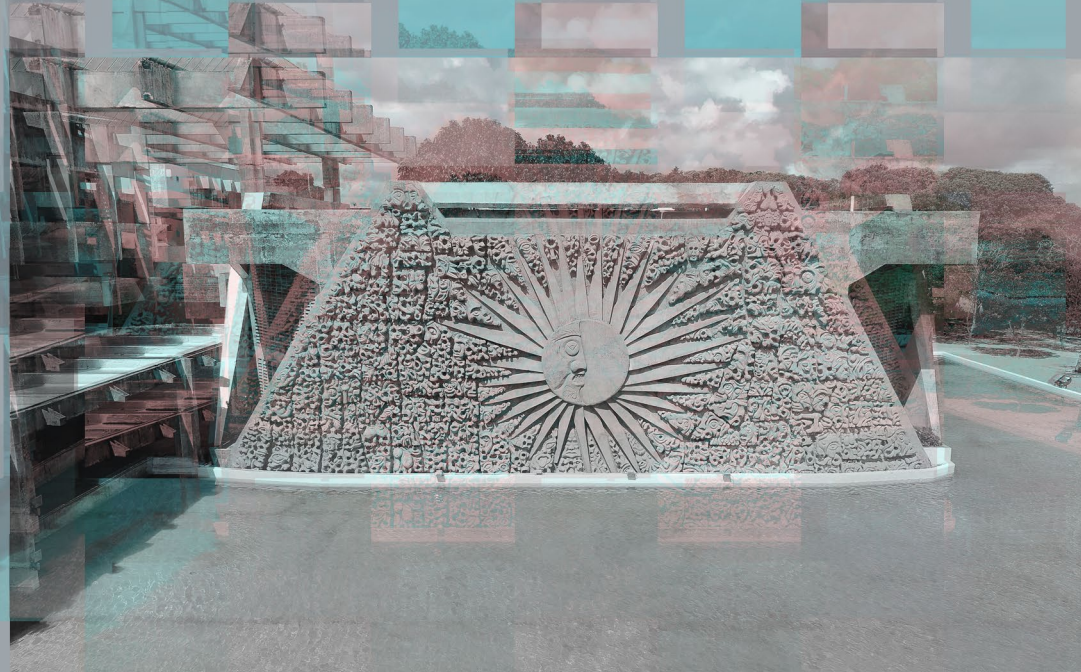
Ângela Maria Paiva Cruz
Reitora

comprometendo-se com a justiça social, a sustentabilidade socioambiental, a democracia e a cidadania. Da mesma forma, tais ações estão alinhadas aos objetivos estratégicos centrados na formação do cidadão, fundamentados na ética, no pluralismo, na democracia e nos desafios da contemporaneidade.

Contém não apenas informações financeiras, mas trata igualmente de sua estrutura de governança, de seus processos de tomada de decisão, de suas formas de atuação. Enfatiza, além disso, os resultados acadêmicos produzidos a partir da geração de conhecimento que é, em última análise, o principal valor associado a suas atividades.

Como será possível perceber, em sua elaboração, houve a preocupação em tornar seu conteúdo mais claro e conciso. A partir do modelo de relato integrado, lançou-se mão de um projeto gráfico inovador destinado a facilitar sua compreensão para os leitores interessados.

Mesmo diante de um cenário de financiamento pouco estimulante no período aludido, não é difícil constatar os impactos resultantes do processo de crescimento da UFRN e de sua consolidação como instituição de ensino superior com 60 anos de atuação na terra potiguar.



Assim, nos seus sete capítulos, é possível acompanhar o desempenho das atividades acadêmicas nas modalidades presenciais e a distância; o crescimento da pós-graduação; as formas de financiamento; e a expansão pedagógica e física. Ademais, abordam-se as áreas relevantes da gestão que auxiliam no alcance de resultados, como gestão orçamentária, de pessoas, licitação e contratos, infraestrutura, tecnologia da informação, de custos e sustentabilidade ambiental.

Poderíamos afirmar, resumidamente, que o documento reflete os indicadores de desempenho da UFRN,

considerando – frente aos objetivos estratégicos – os principais resultados alcançados, com a implantação do seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que integra o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2010-2019). Em razão da complexidade e da abrangência das atividades desenvolvidas pela Universidade, optou-se por não destacar alguns resultados frente aos demais, convidando o leitor a analisá-los em detalhes ao longo do texto.

Há, desse modo, uma visão panorâmica do desempenho da Instituição, sem prejuízo do detalhamento de cada área de atuação nos cinco *campi*: Natal (*Campus* Central), Caicó, Currais Novos, Macaíba e Santa Cruz. Demonstra-se ainda o avanço da educação a distância com polos distribuídos no estado e da educação presencial nas nove unidades acadêmicas especializadas e oito centros acadêmicos.

Cumpram em relevo também um intenso diálogo com a sociedade, por exemplo, nas parcerias estabelecidas, a partir de 2013, com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), intensificando-se as ações de saúde junto à comunidade, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), nos três hospitais da Universidade: Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) e Maternidade Escola

Januário Cicco (MEJEC), em Natal, e Hospital Maternidade Ana Bezerra (HUAB), em Santa Cruz.

Definitivamente voltada à formação acadêmica, com a valorização da arte e da cultura, da ciência, da tecnologia, da inovação e da preservação e com o compartilhamento dos valores democráticos, a UFRN – que jamais se afastou do compromisso institucional de servir ao desenvolvimento do Rio Grande do Norte – cuida também de enaltecer a tradição cultivada em 60 anos de atuação.

É o que fica atestado por esta publicação, para cuja leitura convidamos todos os interessados em acompanhar o desempenho de uma instituição com o compromisso irrevogável de oferecer à sociedade educação superior gratuita, inclusiva e de qualidade.


Ângela Maria Paiva Cruz
Reitora

1



VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO

A UFRN

Com 60 anos de história, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) é uma instituição universitária de caráter público, organizada sob a forma de autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com sede e foro na cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. Consoante o [Estatuto](#) da Universidade, as suas finalidades são as seguintes: ministrar educação em nível universitário; desenvolver, de forma plural, um processo formativo em diferentes campos do saber; contribuir para o progresso nos diversos ramos do conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e

da extensão; desenvolver e difundir o conhecimento; além de desenvolver e difundir a pesquisa científica. No cumprimento dessas finalidades, a Instituição não permite a superposição de meios para o alcance de fins idênticos ou equivalentes. Por meio da Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC, a Universidade executa as políticas de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa e de extensão, oferta educação formal como um bem público e um direito social, preparando os seus alunos para o exercício profissional e contribuindo para a solução dos problemas sociais e econômicos da sociedade.

O ensino superior promove o desenvolvimento humano, econômico, ambiental e social, mediante a formação de cidadãos responsáveis e ativos na construção de sociedades orientadas a defender a paz, os direitos humanos e os valores da democracia. Assim, a UFRN assume, também, entre os seus compromissos, a democratização do acesso ao ensino superior, a expansão das matrículas, a reposição do quadro docente, a adequação e ampliação da infraestrutura física e a melhoria das condições de permanência do estudante na Instituição, tendo como suporte o seu Plano de

Gestão 2015-2019 e o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2019.

Além da preocupação com a melhoria da qualidade acadêmica, a Universidade mantém articulação com a rede básica de ensino e com a sociedade de um modo geral, conforme preconiza sua **missão** institucional. Ademais, numa **visão** de futuro, declarada no PDI 2010-2019, a UFRN contempla prioritariamente uma ação coletiva na qual a Instituição, em constante diálogo com vários segmentos sociais, contribui para a redução das diferenças de desenvolvimento.

MISSÃO



Educar, produzir e disseminar o saber universal, preservar e difundir as artes e a cultura, e contribuir para o desenvolvimento humano, comprometendo-se com a justiça social, a sustentabilidade socioambiental, a democracia e a cidadania.

VISÃO

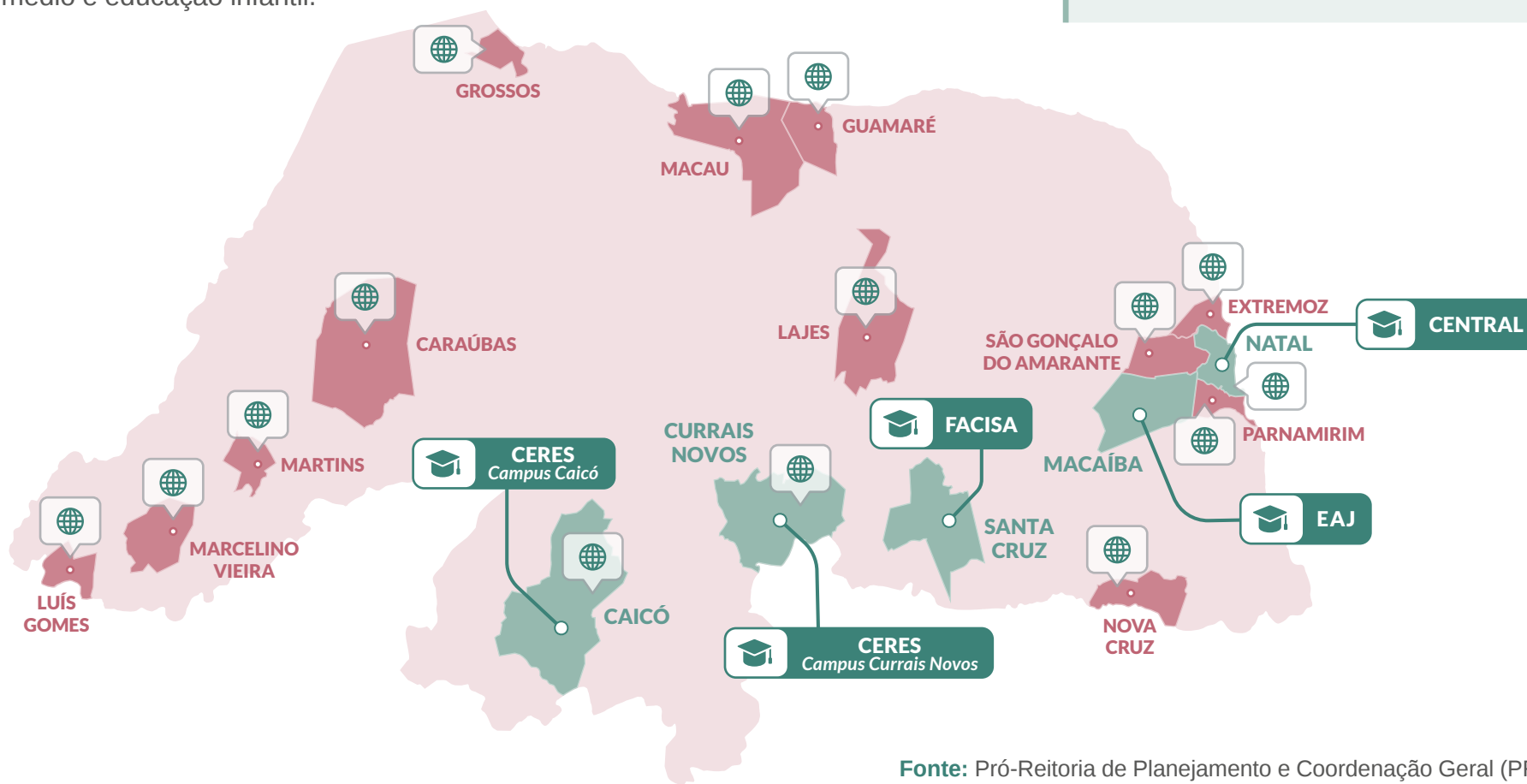
Uma universidade com inserção internacional e sustentabilidade em suas ações, com uso disseminado de tecnologias de informação e de comunicação nas práticas acadêmicas, flexibilidade curricular na formação e mobilidade interna e externa, mantendo a oferta de cursos em áreas estratégicas e qualidade da formação com novas modalidades e educação continuada e sendo referência em produção de conhecimentos em áreas de fronteira e estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico, buscando a inovação, com estreita interação com a sociedade, poderes públicos, setor produtivo e movimentos sociais, induzindo políticas públicas e compartilhando conhecimento.

Mapa de atuação da UFRN

A UFRN está presente em cinco *campi*, sendo um em Natal e quatro no interior do Rio Grande do Norte, com ensino de graduação e de pós-graduação na modalidade presencial. A sua atuação é ampliada com a oferta de educação a distância, desenvolvendo atividades em 15 polos de apoio presencial em todas as regiões do estado. A Universidade também oferece educação profissional técnica de nível médio e educação infantil.

-  **Campus**
-  **Polo de apoio presencial**

CERES Centro de Ensino Superior do Seridó
EAJ Escola Agrícola de Jundiáí
FACISA Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi



Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral (PROPLAN)

Estrutura Organizacional

Quanto à estrutura organizacional, cabe ressaltar que as universidades dispõem de autonomia para conceber modelos organizacionais próprios. A UFRN conta com mais de 60 unidades organizacionais, que buscam permitir maior agilidade na prestação de serviços e flexibilidade para se adaptar às mudanças.

Unidades Organizacionais

Grupo	Unidades organizacionais	Quantidade de unidades/grupo
Reitoria	Gabinete do Reitor	20
	Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD	
	Pró-reitoria de Pesquisa - PROPESQ	
	Pró-reitoria de Pós-Graduação - PPG	
	Pró-reitoria de Extensão Universitária - PROEX	
	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE	
	Pró-reitoria de Planejamento e Coordenação Geral - PROPLAN	
	Pró-reitoria de Administração - PROAD	
	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP	
	Secretaria de Educação à Distância - SEDIS	
	Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais - SRI	
	Secretaria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica - SEBTT	
	Secretaria de Gestão de Projetos - SGP	
	Superintendência de Infraestrutura - INFRA	
	Superintendência de Informática - SINFO	
	Ouvidoria	
	Auditoria Interna - AUDIN	
	Assessoria de Acompanhamento das Ações dos Hospitais Universitários	
	Assessoria de Comunicação - ASCOM	
Assessoria Jurídica		

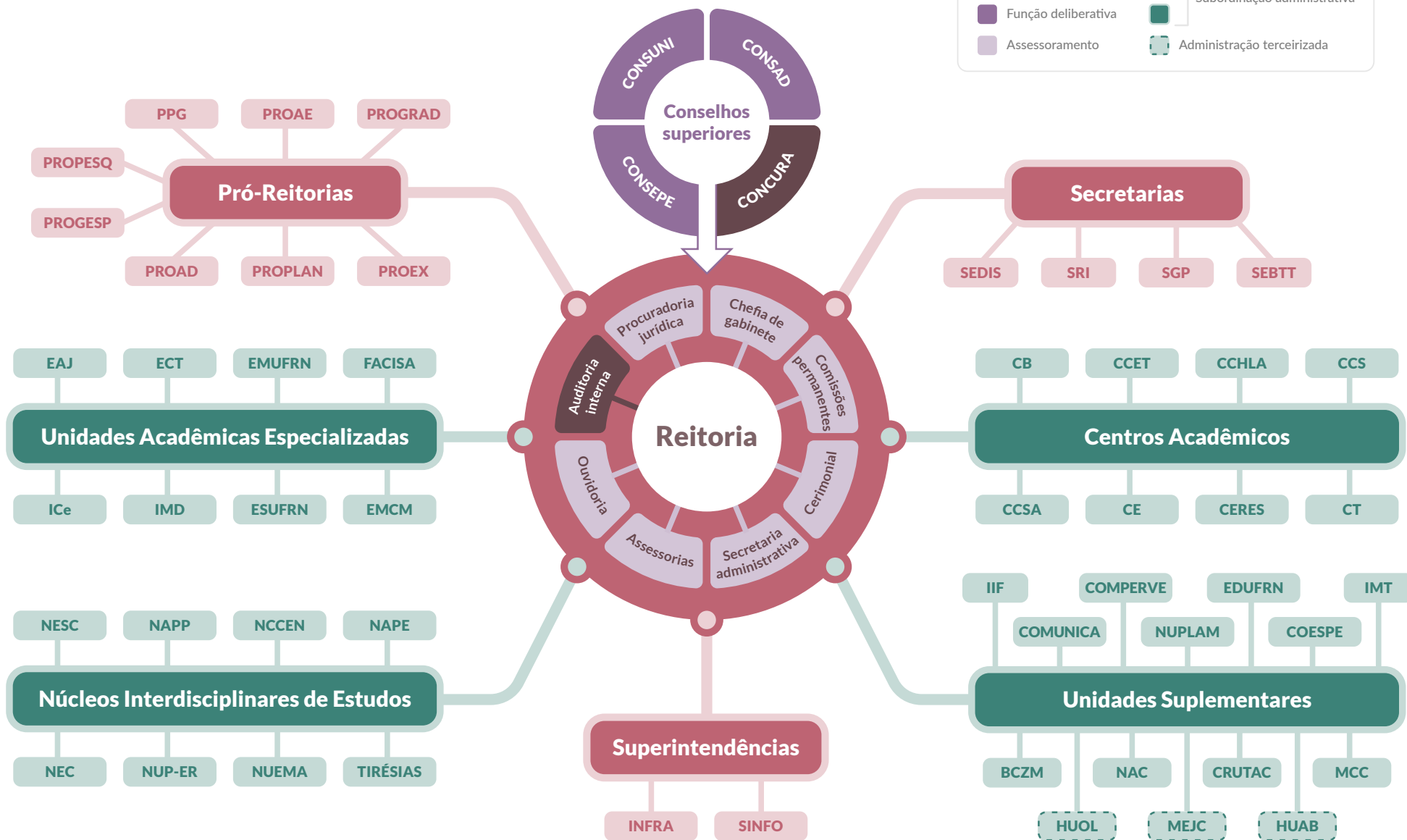
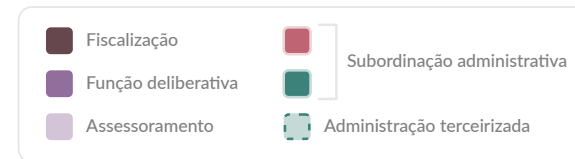
Grupo	Unidades organizacionais	Quantidade de unidades/grupo
Centros Acadêmicos	Centro de Biociências - CB	8
	Centro de Ciências Exatas e da Terra - CCET	
	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA	
	Centro de Ciências da Saúde - CCS	
	Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA	
	Centro de Educação - CE	
	Centro de Ensino Superior do Seridó - CERES	
	Centro de Tecnologia - CT	
Unidades Acadêmicas Especializadas	Escola Agrícola de Jundiá - EAJ Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias	9
	Escola de Ciências e Tecnologia - ECT	
	Escola de Saúde da UFRN - ESUFRN Unidade Acadêmica Especializada em Educação Profissional em Saúde	
	Escola de Música - EMUFRN	
	Escola Multicampi de Ciências Médicas do Rio Grande do Norte - EMCM	
	Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi - FACISA	
	Instituto do Cérebro - ICe	
	Instituto de Química - IQ	
	Instituto MetrÓpole Digital - IMD	

Grupo	Unidades organizacionais	Quantidade de unidades/grupo
Unidades Suplementares	Instituto Internacional de Física - IIF	15
	Instituto de Medicina Tropical do Rio Grande do Norte - IMT-RN	
	Núcleo Permanente de Concursos - Comperve	
	Biblioteca Central Zila Mamede - BCZM	
	Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL	
	Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC	
	Hospital Universitário Ana Bezerra - HUAB	
	Superintendência de Comunicação - COMUNICA	
	Editoria Universitária - EDUFRN	
	Museu Câmara Cascudo - MCC	
	Complexo de Esportes e Eventos - COESPE	
	Núcleo de Pesquisas em Alimentos e Medicamentos - NUPLAM	
	Núcleo de Arte e Cultura - NAC	
	Núcleo de Redes Avançadas	
	Instituto do Envelhecer	
Núcleos Interdisciplinares de Estudos	Núcleo Avançado de Políticas Públicas - NAPP	8
	Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Saúde Coletiva e Nutrição - NESC	
	Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-rio-grandenses - NCCEN	
	Núcleo de Aquicultura e Pesca - NAPE	
	Núcleo de Educação para Ciência - NEC	
	Núcleo de Estudos do Petróleo e Energias Renováveis - NUP-ER	
	Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Meio Ambiente - NUEMA	
	Núcleo Interdisciplinar de Estudos em diversidade sexual, gênero e direitos humanos - TIRÉSIAS	

Fonte: Estatuto da UFRN

As unidades organizacionais estão apresentadas também no [organograma institucional](#).

ORGANOGRAMA UFRN



Ambiente externo

Alguns eventos de natureza internacional, nacional e regional impactaram a gestão da UFRN em 2018, configurando oportunidades para a melhoria das nossas ações finalísticas no ensino de graduação e de pós-graduação, na pesquisa e na extensão universitária. O Brasil, desde 2015, é signatário da “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” da Organização das Nações Unidas (ONU), constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que devem orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional. Os ODS e suas metas envolvem “temáticas diversificadas, como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do

clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação”¹.

Muitas dessas temáticas estão direta e indiretamente relacionadas à cadeia de valor que configura as atividades finalísticas da UFRN. Por isso, o planejamento anual de metas incorporou como referências, além do PDI e do Plano de Gestão, os ODS. As metas anuais são planejadas no Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP), sistema integrado de gestão desenvolvido para esse fim e aperfeiçoado durante o ano de 2018. Essas metas estão alinhadas aos ODS, sobretudo ao ODS 4 (Educação

de Qualidade) e ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) – com 84 metas cada; ao ODS 16 (Consumo e Produção Responsáveis) – com 32 metas; ao ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação) – com 29 metas; ao ODS 3 (Saúde e Bem Estar) – com 28 metas; ao ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) – com 27 metas; e ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) – com 26 metas. Destaque-se, ainda, que todas as metas planejadas estão alinhadas aos demais ODS.

O mundo contemporâneo está ingressando na quarta revolução industrial, que se caracteriza por uma profunda redefinição do padrão científico e tecnológico até então vigente. Esse fenômeno afetará diretamente todas as instituições responsáveis pela produção de ciência e tecnologia, dentre as quais se destacam as universidades. “As 3 primeiras revoluções industriais

¹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível [neste link](#). Acesso em: 7 fev. 2019.

trouxeram a produção em massa, as linhas de montagem, a eletricidade e a tecnologia da informação, elevando a renda dos trabalhadores e fazendo da competição tecnológica o cerne do desenvolvimento econômico. A quarta revolução industrial, que terá um impacto mais profundo e exponencial, se caracteriza por um conjunto de tecnologias que permitem a fusão do mundo físico, digital e biológico”². As principais tecnologias que permitem essa fusão dos mundos físico, digital e biológico são a Manufatura Aditiva, a Inteligência Artificial, a Internet das Coisas, a Biologia Sintética e os Sistemas Ciber-Físicos. A Indústria 4.0 produzirá, entre outros, impactos sobre a produtividade, a redução de custos, o

² BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio e Serviços. **Agenda Brasileira para a Indústria 4.0: o Brasil preparado para os desafios do futuro.** Disponível [neste link](#). Acesso em: 7 fev. 2019.

controle sobre o processo produtivo, a customização da produção, resultando numa transformação profunda das plantas industriais. Para tanto, faz-se necessária a conjugação de esforços dos Governos, das universidades e das indústrias, visando o aumento da competitividade das empresas brasileiras, as mudanças na estrutura das cadeias produtivas, os novos mercados de trabalho, à formação de novos profissionais, as fábricas do futuro, a massificação do uso de tecnologias digitais e o incentivo à criação de *startups*³.

É urgente e imprescindível a inserção da Universidade nesse novo contexto de tecnologias emergentes e total integração tecnológica. Nesse âmbito, a UFRN se destaca com a atuação do Instituto MetrÓpole Digital (IMD),

³ *Idem.*

a criação do Parque Tecnológico MetrÓpole Digital, a incubadora Inova MetrÓpole e o evento “Indústria 4.0 – Desafios e perspectivas”, realizado pelo IMD em abril de 2018.

Em nível nacional, o Plano Nacional de Educação (PNE)⁴ orientou as ações e as políticas institucionais da UFRN. Em especial, sua Meta 12, que visa elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público; sua Meta 13, que objetiva elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício

⁴ BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação.** Disponível [neste link](#). Acesso em: 8 fev. 2019.

no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores; sua Meta 14, que busca elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores; e sua Meta 20, que almeja ampliar o investimento público em educação pública, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência do PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Em termos regionais, constituíram possibilidades para ampliar e qualificar a atuação da UFRN a articulação e o funcionamento do Fórum de Gestores das Instituições Públicas de Ensino Superior do Rio Grande do Norte e a participação nos eventos do projeto Motores do Desenvolvimento. As discussões realizadas nesse Fórum

permitiram uma maior integração entre as ações e as políticas das instituições públicas de ensino superior no RN, otimizando esforços e compartilhando experiências acadêmicas e boas práticas de gestão. As atividades programadas pelo Motores do Desenvolvimento, iniciativa conjunta da UFRN com o Governo Estadual, a Federação das Indústrias do RN (FIERN) e o jornal *Tribuna do Norte*, possibilitaram avanços na integração da Universidade com a sociedade norte-rio-grandense, mobilizando o conhecimento científico e tecnológico produzido pela comunidade universitária para a discussão e a busca de solução dos principais problemas econômicos e sociais regionais, a partir de demandas do setor produtivo privado e das necessidades sociais e governamentais.

A precariedade da situação socioeducacional do Nordeste e do Rio Grande do Norte constituiu, porém, importante dificuldade para um melhor desempenho da UFRN na sua missão de educar e formar novos profissionais e produzir e difundir arte, cultura, ciência e tecnologia. O Nordeste apresenta quase sempre os piores indicadores educacionais entre as demais regiões brasileiras. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2017 (IBGE)⁵, o Nordeste possuía a mais alta taxa (14,5%) de analfabetismo no país; taxa de escolarização (87,2%) nos jovens de 15 a 17 anos inferior à prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o menor percentual (37,2%) na proporção de pessoas de 25 ou

⁵ IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017**. IBGE, 2018. Disponível [neste link](#). Acesso em: 1 fev. 2019.

mais anos de idade que finalizaram a educação básica obrigatória no país; e taxa de escolaridade média (8,6 anos) de pessoas com 25 ou mais anos de idade abaixo das demais regiões.

Nesse cenário, o RN possuía, em 2017, segundo o IBGE⁶, 126.265 jovens matriculados no ensino médio e 475.645 matrículas do ensino fundamental, sendo que, do total geral de estudantes, 747.000 estavam em escolas públicas e 257.000, em escolas privadas. No mesmo ano, o estado encontrava-se entre as piores colocações do país no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o que tem reflexo direto nos conhecimentos básicos dos estudantes que ingressam no Ensino Superior e que impactam no seu desempenho acadêmico e nos

⁶ IBGE. **Rio Grande do Norte**. Disponível [neste link](#). Acesso em: 1 fev. 2019.

índices de retenção e de evasão de alunos. Para os anos finais do Ensino Fundamental, o RN ocupava a penúltima posição (juntamente com Pará e Amapá) entre todos os estados da Federação, com resultado de 3.8, enquanto o Brasil alcançou 4.7. E, em relação ao terceiro ano do Ensino Médio, o estado estava na antepenúltima posição (empatado com Amapá) com 3.2, enquanto o índice nacional foi 3.8.

Na Educação Superior, em 2017, havia 116.504 alunos matriculados em cursos de graduação no RN. A UFRN contava com 30.028 alunos matriculados em seus cursos de nível superior, representando 25,77% do total de graduandos⁷. Por sua vez, a

⁷ BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília: Inep, 2018. Disponível [neste link](#). Acesso em: 7 fev. 2019; UFRN. **UFRN em Números**. Disponível [neste link](#). Acesso em: 7 fev. 2019.

pós-graduação contava com 7.839 alunos matriculados em cursos de mestrado e de doutorado, cabendo à UFRN a oferta de 6.048 alunos matriculados, representando 77,15% do total de alunos matriculados na pós-graduação. Assim, entre as instituições de ensino superior do estado, a UFRN ocupa papel estratégico no desenvolvimento regional e nacional, sendo, inclusive, responsável por 74,52% da oferta de cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu* (a UFRN oferece 117 do total de 157 programas de pós-graduação)⁸.

Do ponto de vista do financiamento das atividades desenvolvidas pela UFRN, a vigência da Emenda Constitucional nº 95 encontrou as universidades em um contexto de

⁸ CAPES. Plataforma Sucupira. Disponível [neste link](#). Acesso em: 4 fev. 2019.

aumento das despesas decorrentes da grande expansão da oferta de vagas pelas Instituições Federais de Ensino Superior e de consequente ampliação da infraestrutura física e laboratorial, exigindo, por exemplo, maiores dispêndios com energia elétrica, limpeza e conservação e vigilância patrimonial. Ademais, a impossibilidade de reposição de vagas de alguns cargos da carreira dos servidores técnico-administrativos agravou ainda mais esse problema, pois implicou em um aumento de gastos com os contratos de terceirização de serviços essenciais ao funcionamento da Universidade.

As restrições orçamentárias decorrentes da aprovação e da vigência da Emenda Constitucional nº 95, que estabeleceram o congelamento por 20 anos dos gastos nas políticas sociais governamentais, constituem graves ameaças ao

desempenho esperado da UFRN na execução das suas políticas institucionais. Houve redução dos recursos orçamentários destinados aos investimentos e congelamento dos recursos necessários ao custeio da Instituição, comparáveis hoje àqueles de 2014, exigindo medidas drásticas que resultaram no corte de despesas destinadas às atividades administrativas e à manutenção da infraestrutura necessárias à elevação da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Cadeia de Valor

Entendida como a descrição dos principais insumos, atividades, produtos e impactos necessários para a produção de uma ação ou para o desempenho de uma atribuição da organização, a Cadeia de Valor representa um fluxo de processos por meio dos quais a organização cumpre sua missão. Isso significa que, como

instituição pública de ensino superior, diante da demanda da sociedade por conhecimento, a UFRN consolida suas ações em três macroprocessos finalísticos: o ensino, a pesquisa e a extensão. Eles constituem os pilares sobre os quais é gerida a Instituição, conforme estabelecido no art. 207 da Constituição Federal, e a partir dos quais se definem as atividades finalísticas da UFRN em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), parte integrante do PDI 2010-2019 e do Plano de Gestão 2015-2019.

O macroprocesso relativo à promoção do **ensino** envolve a graduação e a pós-graduação. O primeiro consiste em ofertar à população uma formação acadêmica e profissional de nível superior, em nível de bacharelado, licenciatura ou tecnológico, com ingresso por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e da seleção do Sistema de Seleção Unificada

(SiSU) utilizado pelo MEC, e a conclusão do curso de graduação após a integralização da estrutura curricular do curso escolhido. O ensino de pós-graduação permite o aprofundamento do conhecimento em determinada área aos portadores de diplomas de graduação, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento da ciência e com as demandas da sociedade norte-rio-grandense, se caracterizando como um importante instrumento de qualificação acadêmica e profissional.



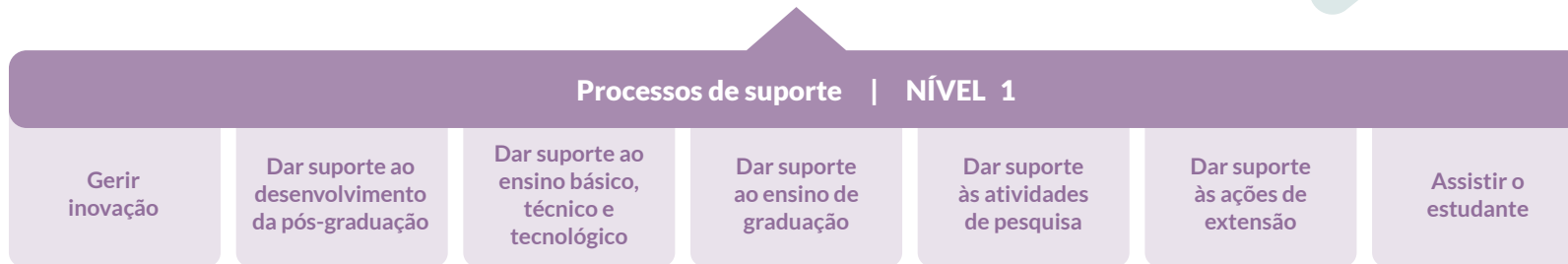
As atividades desenvolvidas para promover a **extensão** são orientadas para permitir a interação transformadora entre a instituição universitária e as demais instituições, órgãos, grupos e movimentos sociais, mediante programas e projetos científicos, culturais, educativos e artísticos. O macroprocesso finalístico pertinente à **pesquisa** comporta

o desenvolvimento de pesquisas qualificadas, identificadas com os interesses socioeconômicos do estado e do país.

Para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação tecnológica, a Universidade conta com a Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura

(FUNPEC) na gestão administrativa e financeira, como parceira externa. A Fundação estimula, apoia e gerencia as atividades de ensino, pesquisa, extensão e o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural, promovendo a integração entre a UFRN e a comunidade, por meio de parcerias com instituições públicas e privadas.

CADEIA DE VALOR DA UFRN



3

GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNOS

GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos visa identificar, avaliar, administrar, controlar e monitorar potenciais eventos ou situações capazes de afetar o desempenho da instituição, buscando estabelecer uma garantia razoável quanto ao cumprimento de seus objetivos. A Política de Gestão de Riscos da UFRN ([Resolução no 016/2017-CONSAD](#)) objetiva garantir aos gestores o acesso às informações quanto aos riscos a que a Instituição está exposta, a fim de melhorar as tomadas de decisão e ampliar a possibilidade do alcance dos objetivos estratégicos expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Plano de Gestão.

Ainda em 2017, o CONSAD aprovou o desdobramento dessa Política em um plano de execução, denominado Plano de Gestão de Risco ([Resolução no 076/2017-CONSAD](#)). O documento tem um caráter quinquenal, vigente de 2018 a 2022, e especifica, entre outros itens, o cronograma de

adoção da gestão de riscos, o método de identificação, o construto normativo e teórico, além da metodologia de gestão de risco.

Para a implementação de uma gestão de riscos eficaz, estabeleceu-se o Comitê de Governança, Riscos e Controles, responsável por supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos e dar o suporte necessário para sua execução. Nesse contexto, a UFRN optou por desdobrar os seus tipos de riscos em dois níveis conforme exposto na tabela a seguir.

Tipos de Riscos aprovados no Plano de Gestão de Risco

(Resolução no 076/2017-CONSAD)

	Tipos de risco	Conceituação do tipo de risco
Interno	Infraestrutura	Riscos que afetem a infraestrutura da organização
	Pessoal	Riscos que afetem os servidores da organização
	Processo	Riscos que afetem o fluxo de um dos processos da organização
	Conformidade	Riscos que afetem o atendimento de requisitos básicos do processo
	Comunicação	Riscos que afetem a comunicação interna e externa da organização
Externo	Político	Riscos externos ligados ao ambiente político
	Social	Riscos externos ligados a mudanças em conjunturas sociais
	Ambiental	Riscos relacionados a impactos no meio ambiente
	Orçamentário	Riscos ligados a questões financeiras
	Imagem	Riscos envolvendo a percepção com relação à organização

Priorização dos Processos:

Fundamentando-se na Cadeia de Valor da UFRN, com o objetivo de priorizar os processos, utilizou-se o método de decisão multicritério SMARTER, buscando estabelecer a ordem de aplicação da gestão de riscos. Desse modo, quatro critérios foram levados em consideração na definição das prioridades, quais sejam: o impacto estratégico – segundo o PDI da UFRN –, o impacto orçamentário, a frequência de ocorrência do processo e a percepção de desempenho do processo, esses dois últimos consistem em parâmetros identificados a partir da coleta de dados *in loco* com o gestor de cada unidade.

Implementação

Com o objetivo de consolidar a metodologia do projeto, realizou-se a aplicação de oficinas-piloto em duas unidades: a Editora Universitária e a

Assessoria de Comunicação da UFRN. A partir dessas experiências, o processo de gerenciamento de riscos da Universidade – baseado na ABNT/ISO 31000, com adaptações no processo de avaliação do risco residual, em que se emprega uma técnica definida pela Portaria Segecex-TCU nº 9, de 2017 – adota os procedimentos descritos a seguir.

A aplicação da gestão de riscos é iniciada pela identificação e pelo detalhamento dos riscos, com a oferta de oficinas apoiadas por facilitadores. Nessa etapa, uma análise do fluxo dos processos da unidade é realizada, com a perspectiva de identificar os principais eventos de risco em cada processo mapeado. Com o aumento do nível de maturidade da organização, pretende-se, em um segundo momento, que as equipes sejam capacitadas no tema e possuam autonomia para identificar

os potenciais riscos das atividades a ser realizadas na UFRN. O produto desse estágio é a elaboração de um mapa de riscos que subsidiará a etapa de análise.

Após essa fase, iniciam-se a análise e a avaliação dos riscos. Para tanto, será necessária a identificação de causas, consequências, probabilidade, potenciais impactos, além do risco inerente. Dessa forma, os riscos podem ser priorizados conforme o seu grau de impacto e probabilidade (nível de risco). Com o risco mapeado e identificado, parte-se para as estratégias de enfrentamento e tratamento dos riscos, com base em seu nível de aceitabilidade. Tais estratégias são definidas pela instância deliberativa constituída pela Resolução nº 016/2017-CONSAD. Ademais, devem ser delimitados os níveis de confiança atribuídos às atividades de controle – em

gradação que varia de “controle inexistente” a “forte”. Em seguida, é feito o monitoramento, que pode ser semestral ou anual, de acordo com a classificação do risco. A última fase, denominada “Comunicação e Consulta”, pretende incorporar as práticas de gestão de riscos na rotina de trabalho dos servidores da Instituição, por meio da comunicação – reporte – a todo o corpo de servidores sobre potenciais riscos que possam ocorrer nas unidades acadêmicas e administrativas.

É importante destacar que a gestão de riscos no contexto da UFRN foi estruturada em uma lógica de projeto, em que se tem um período de cinco anos para implementação efetiva dessas ações em todo o ambiente organizacional. Após a finalização do projeto, sucede a efetiva consolidação do processo de gestão de riscos como mecanismo de controle interno

da Instituição. Após o projeto, a gerência interna passa a ser a primeira linha de defesa da Instituição, configurando-se como mecanismo efetivo de controle interno. Com isso, o gerenciamento de riscos torna-se a segunda linha de defesa organizacional e a auditoria interna é a terceira linha de defesa.

A partir do início do projeto, a gestão de riscos foi implementada em nove macroprocessos da UFRN e em algumas das suas unidades. No quadro “Classificação dos processos de riscos”, é possível identificá-los, bem como a quantidade de riscos associados a cada processo.

Classificação dos processos de riscos

Macroprocessos/Unidades com riscos mapeados	Quantidade de eventos de risco identificados
1. Gerir Comunicação – ASCOM e COMUNICA	38
2. Gerir os Sistemas Integrados de Gestão (Processo: evoluir os sistemas integrados de gestão) – SINFO	06
3. Gerir Segurança Patrimonial – DSP	07
4. Gerir Patrimônio (Processo: gerir a atualização do patrimônio imóvel da UFRN) – DMP	07
5. Gerir deslocamento de pessoal – PROAD	07
6. Promover a Internacionalização – SRI	15
7. Gerir Informação Acadêmica (Processo: promover a editoração de livros eletrônicos) – EDUFRN	18
8. Dar suporte ao desenvolvimento da pós-graduação – PPG	13
9. Gerir pessoas e promover a qualidade de vida no trabalho – PROGESP	44

Os processos finalísticos foram analisados de uma forma mais documental e, para tanto, foram consideradas as percepções de entes envolvidos nesses processos (pró-reitorias, docentes, técnicos e discentes). Isso implicou a criação de planos de controle, sem a existência de um fluxo detalhado de trabalho, uma vez que os processos finalísticos da universidade são fortemente baseados na autonomia e na construção de relações de aprendizagem diversa no processo de ensino.

Na seara da pesquisa e da extensão, devido à vasta quantidade de áreas da ciência e às inúmeras possibilidades de organização dos processos, a concepção de um fluxo de trabalho minucioso também se torna inviável. Apesar disso, a verificação de riscos nesses processos e a construção de mecanismos de controle são possíveis, o que gera a necessidade de uma gestão de riscos nos processos finalísticos.

No plano de riscos, realizou-se uma delimitação a partir dos processos, ou seja, da subdivisão dos macroprocessos de trabalho. Contudo, essa divisão não pôde ser seguida, visto que, após as oficinas de identificação dos riscos, nas quais ocorre o detalhamento dos processos, verificou-se que vários desses processos não puderam ser caracterizados, ou eram atividades de rotina, ou não haviam sido mapeados na fase inicial. Assim, identificou-se que seria mais adequada a abordagem baseada nos macroprocessos a fim de definir as ações mitigadoras. Partindo dessa visão, estabeleceu-se como meta a finalização de 20% das ações de prevenção de risco inerentes aos macroprocessos. Já a implementação representou 34% delas.

Entre os planos de mitigação estabelecidos nos processos finalísticos, podem-se destacar:

Mitigação de riscos nos processos finalísticos

Macroprocessos	Ações mitigadoras	Metas estratégicas relacionadas
Promover o ensino	<ul style="list-style-type: none"> » Promoção de um curso denominado “Programa de Atualização Pedagógica (PAP)” de modo obrigatório para novos docentes. » Criação e implementação da política de melhoria da qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação oferecidos pela UFRN (Resolução no 181/2017-CONSEPE). 	<p>Meta 1 – Elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação em 12,9%, passando de 62% em 2014 para 70% em 2019.</p> <p>Meta 2 – Expansão das matrículas do ensino de graduação em 8,3%, passando de 32.449 em 2014 para 35.149 em 2019.</p> <p>Meta 3 – Qualificação dos cursos de graduação até 2019, com 80% dos cursos avaliados, segundo indicadores do INEP, obtendo conceitos 4 ou 5.</p> <p>Meta 4 – Expansão do sistema de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em 26,4%, passando de 106 cursos em 2014 para 134 em 2019.</p> <p>Meta 5 – Qualificação do sistema de pós-graduação, elevando o conceito CAPES em 10,4% dos cursos até 2019.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> » Criação da Secretaria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). 	<p>Meta 6 – Expansão das matrículas do ensino da educação profissional técnica de nível médio e da educação básica em 39,9%, passando de 5.761 em 2014 para 8.060 em 2019.</p>
Promover a pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> » Criação do cadastro de laboratórios no SIGAA. » Elaboração de editais permanentes e de temas específicos para fomento de pesquisas. » Criação de um edital específico para a manutenção de equipamentos de laboratórios. 	<p>Meta 7 – Expansão das atividades de pesquisa.</p>
Promover a extensão	<ul style="list-style-type: none"> » Elaboração de editais permanentes e de temas específicos para fomento de atividades de extensão. 	<p>Meta 12 – Expansão das atividades de extensão.</p> <p>Meta 13 – Expansão da participação nas atividades de extensão.</p>

No que diz respeito aos planos de mitigação estabelecidos nos processos de suporte, destacam-se:

Mitigação de riscos nos processos de suporte

Macroprocessos	Ações mitigadoras	Meta estratégica relacionada
Gerir pessoas	<ul style="list-style-type: none"> » Criação de nova instrução normativa que obrigue os gestores a tomar providências decorrentes da avaliação da capacidade laboral do servidor submetido ao processo. » Elaboração e padronização dos requisitos para a elaboração dos laudos e relatórios da avaliação da capacidade laboral. » Solicitação de treinamento de docentes e revisão da capacitação de servidores técnico-administrativos para uso da ferramenta mesa virtual do sistema SIPAC. 	Meta 17 – Modernização da gestão universitária.
Gerir a comunicação	<ul style="list-style-type: none"> » Criação de manual de identidade visual padronizado para a UFRN. » Manutenção regular e atualização de equipamentos de redundância da Superintendência de Comunicação. 	Meta 17 – Modernização da gestão universitária.
Gerir segurança patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> » Capacitação voltada para segurança em instituição de ensino realizada pelas unidades PROAE, PROAD e PROGESP. » Criação de uma equipe permanente para poda das árvores no setor de infraestrutura. 	Meta 17 – Modernização da gestão universitária.
Gerir o patrimônio	<ul style="list-style-type: none"> » Criação de um modelo padrão dos laudos, baseado na necessidade de informações de que os sistemas SPIUNET e SIPAC necessitam. 	Meta 17 – Modernização da gestão universitária.
Gerir deslocamento de pessoal	<ul style="list-style-type: none"> » Aprimoramento do módulo de gestão de transporte no SIPAC. » Mudança do modelo contratual de manutenção de frota. » Implementação do controle de portarias. » Desenvolvimento de aplicativo de rastreamento de atendimento de requisição pelo IMD. 	Meta 17 – Modernização da gestão universitária.
Evoluir os sistemas de gestão	<ul style="list-style-type: none"> » Desenvolvimento de um projeto de priorização das demandas que chegam para desenvolvimento de sistemas. 	Meta 17 – Modernização da gestão universitária.

2



PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO
E GOVERNANÇA

PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

com especificação de planos para implementar as prioridades estratégicas da gestão

Como instituição pública de ensino superior, os conjuntos de atividades pelos quais a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) cumpre a sua missão, gerando valor para a sociedade, envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão. As políticas desse tripé estão definidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que integra o Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2019 (PDI), bem como no Plano de Gestão 2015-2019. As atividades finalísticas da UFRN são, portanto, as acadêmicas – ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão universitária.

O PDI define os rumos da instituição, estabelecendo a missão, a visão, os objetivos estratégicos e as metas globais. Além disso, o PDI contém o PPI, que orienta a política acadêmica da UFRN. Ademais, são articulados entre si até o nível operativo do planejamento da Instituição, que consiste nos Planos de Ação dos Centros Acadêmicos e das Unidades Acadêmicas Especializadas; Planos Trienais dos Departamentos Acadêmicos; Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, pós-graduação e residências médicas e multiprofissionais; Projetos de pesquisa

e de extensão; além das linhas de ação estabelecidas no Plano de Gestão.

A direção estratégica da UFRN está, por conseguinte, definida no seu PDI. Nele, os objetivos estratégicos da Instituição estão centrados na formação do cidadão, fundamentados na ética, no pluralismo, na democracia, na contemporaneidade e na sua missão. Envolvem, desse modo, a formação de valores, introduzem suas ações na ordem moral, cultural, científica e tecnológica, que buscam dar conta das

transformações da sociedade. Suas intervenções têm como finalidades:

1. Redimensionar as estratégias de operação do conhecimento, para que a interdisciplinaridade e a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão sejam realizadas conforme as necessidades contemporâneas da formação técnico-científica e as exigências do novo sentido do conhecimento;
2. Incorporar às práticas docentes uma visão epistemológica que dê conta da natureza complexa dos saberes formais e informais, científicos e tradicionais, e que promova o deslocamento do foco da atividade de ensino-aprendizagem para a compreensão do ato pedagógico como um processo de formação do educador e do educando;

3. Potencializar o princípio da flexibilidade e preparar servidores docentes e técnico-administrativos e discentes para interações multiculturais, necessárias à mobilidade interna e externa, mediante o aproveitamento de estudos e o trânsito entre cursos, programas e campi da UFRN, e de outras instituições de ensino superior, nacionais e internacionais;
4. Preparar servidores docentes e técnico-administrativos e discentes para serem capazes de selecionar e de se apropriar das novas tecnologias de informação e de comunicação no processo de ensino-aprendizagem e nas atividades da pesquisa e da extensão;
5. Fortalecer a atuação da UFRN em áreas estratégicas para o

desenvolvimento do Rio Grande do Norte, da região Nordeste e do país;

6. Aperfeiçoar a gestão universitária, consolidando o processo de planejamento e avaliação e dos sistemas de informação, com tecnologia de última geração, para que atendam as áreas administrativa, acadêmica e de recursos humanos, com eficiência, eficácia e efetividade;
7. Incorporar às práticas acadêmicas e às ações administrativas o princípio de sustentabilidade: ambientalmente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito.

O direcionamento estratégico da UFRN está materializado em seu mapa estratégico, conforme figura a seguir:

MAPA ESTRATÉGICO DA UFRN





Fotos: Cícero Oliveira/UFRN

As ações de ensino, pesquisa e extensão também se articulam com os Programas Temáticos que compõem o orçamento da União, e com o Plano de Gestão 2015-2019 da UFRN, que conta com metas detalhadas anualmente no Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP), integradas às atividades finalísticas no âmbito da competência da Instituição.

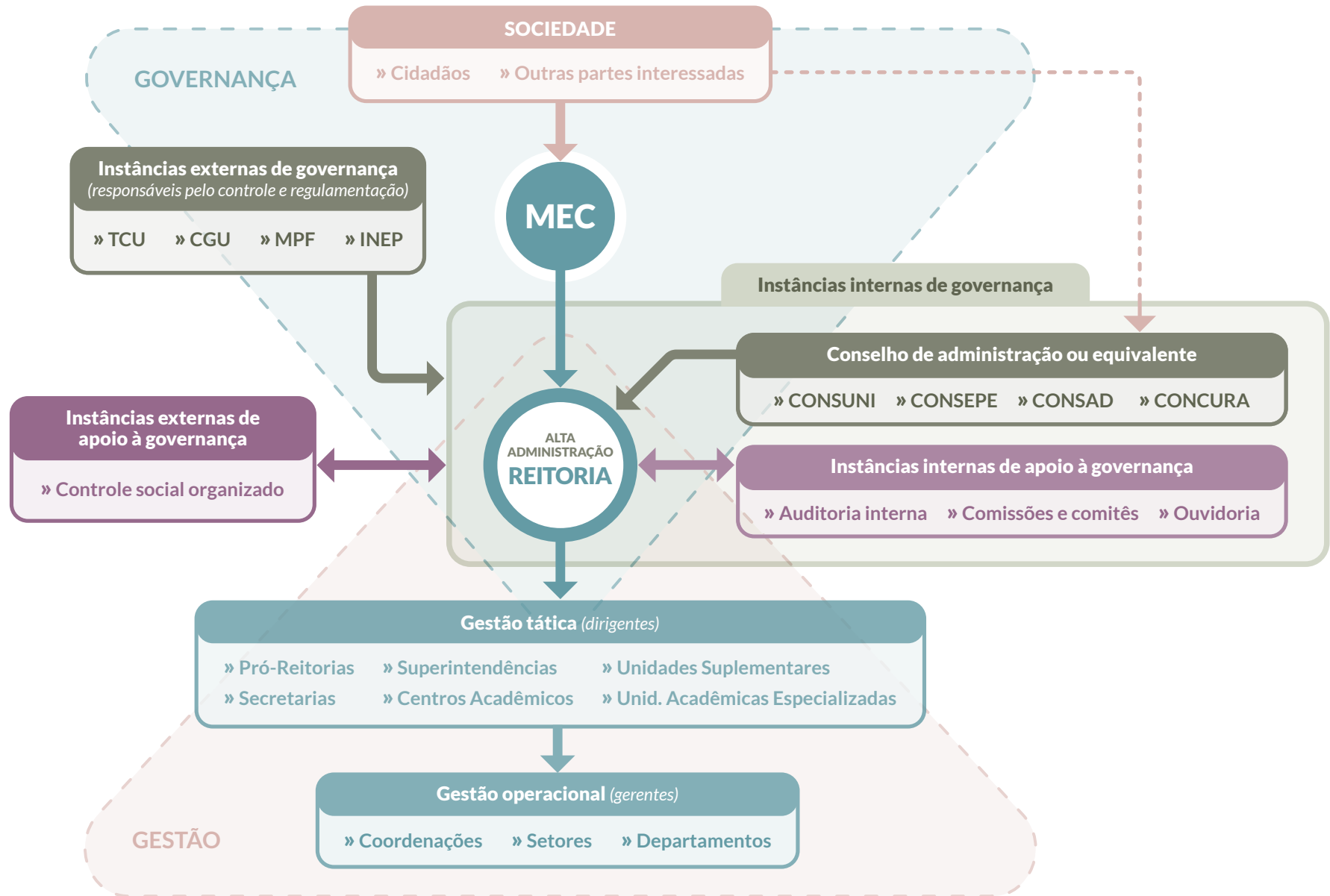
Ressalta-se que o planejamento da UFRN está baseado na definição de metas de longo prazo estabelecidas no PDI e de metas anuais definidas a partir das linhas de ação dos eixos programáticos do Plano de Gestão, as quais são cadastradas pelas unidades no SIGPP. O acompanhamento

e a avaliação dessas metas institucionais são realizados a partir de indicadores que aferem os resultados alcançados e o cumprimento dos objetivos institucionais. Os resultados são discutidos pela administração superior da UFRN em seminários semestrais de planejamento.

Descrição da Estrutura de Governança

A Estrutura de Governança abrange os principais mecanismos de liderança, estratégia e controle da instituição, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, objetivando a prestação de serviços de interesse da sociedade. No que diz respeito a essa estrutura, a UFRN organiza-se conforme a figura a seguir.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA UFRN



A organização e a gestão da UFRN, especialmente no que diz respeito ao funcionamento e à representatividade dos colegiados e à participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios, estão fundamentadas nos seguintes instrumentos normativos: (I) Estatuto; (II) Regimento Geral; (III) Regimento Interno da Reitoria e (IV) Regimentos Internos dos Centros Acadêmicos, das Unidades Acadêmicas Especializadas e dos demais órgãos componentes de sua estrutura organizacional.

Instâncias internas de governança

A administração universitária é exercida por órgãos colegiados deliberativos e executivos, em níveis da administração central, acadêmica e suplementar, nos quais se desdobra a sua estrutura organizacional, objetivando a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada nível.

São quatro os órgãos deliberativos da administração superior, organizados na forma de Conselhos Superiores.

São eles:

- » **Conselho Universitário (CONSUNI):** órgão máximo da Universidade, com funções normativas, deliberativas e de planejamento;
- » **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE):** órgão superior com funções normativas, deliberativas e consultivas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, cultural e artística;
- » **Conselho de Administração (CONSAD):** órgão superior com funções normativas, deliberativas e consultivas sobre matéria administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial e de política de recursos humanos, ressalvada a competência do Conselho de Curadores;

- » **Conselho de Curadores (CONCURA):** órgão superior de acompanhamento e fiscalização das atividades de natureza econômica, financeira, contábil e patrimonial da Universidade.

No tocante à Alta Administração, a UFRN dispõe de uma Reitoria que conta com o auxílio das instâncias internas de apoio à governança: Auditoria Interna, Ouvidoria, Comissões e Comitês.

A **Reitoria** é o órgão executivo superior, ao qual compete dirigir, administrar, planejar, coordenar, estabelecer parcerias e fiscalizar as atividades da Universidade.

A gestão tática é feita pelas **Pró-Reitorias** (Graduação, Pós-graduação, Pesquisa, Extensão, Assuntos Estudantis, Planejamento e Coordenação Geral, Administração e Gestão de

Pessoas); **Superintendências** (Infraestrutura, Informática e Comunicação); **Secretarias** (Educação a Distância; Relações Internacionais e Interinstitucionais; Educação Básica, Técnica e Tecnológica; e Gestão de Projetos); **Unidades Suplementares, Unidades Acadêmicas Especializadas e Centros Acadêmicos.**

Os Centros Acadêmicos consistem em órgãos coordenadores, supervisores e articuladores das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Na UFRN, existem oito centros acadêmicos: Biociências (CB); Ciências Exatas e da Terra (CCET); Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Ciências da Saúde (CCS); Educação (CE); Tecnologia (CT) e Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES). No ambiente dos Centros Acadêmicos,

estão distribuídos 78 departamentos acadêmicos.

As Unidades Acadêmicas Especializadas da UFRN, também órgãos executivos, somam nove Unidades. De acordo com o art. 81 do Regimento Geral da UFRN, “às unidades acadêmicas especializadas cabem as funções previstas no Estatuto e as regulamentadas no Regimento Interno de cada unidade”. As nove Unidades mencionadas são: Escola de Música (EMUFRN); Escola Agrícola de Jundiá – Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias (EAJ); Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA); Escola de Ciências e Tecnologia (ECT); Instituto do Cérebro (ICe); Instituto Metrópole Digital (IMD); Instituto de Química (IQ2); Escola Multicampi de Ciências Médicas (EMCM) e Escola de Saúde (ESUFRN).

Vale destacar que dentre as Unidades Acadêmicas Especializadas, quatro ofertam Educação Profissional em seus diversos níveis e modalidades, sendo elas: Escola Agrícola de Jundiá (EAJ), Escola de Saúde (ESUFRN), Escola de Música (EMUFRN) e Instituto Metrópole Digital (IMD). Ademais, a UFRN possui um colégio de aplicação, o Núcleo de Educação da Infância (NEI), que oferta educação infantil e ensino fundamental, conforme disposto na Lei nº 9.394/96.

No que diz respeito às Unidades Suplementares, são 15 na UFRN. Elas são órgãos executivos que dão suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão, e que podem ser vinculadas à Reitoria, aos Centros ou às Unidades Acadêmicas Especializadas. Ressalta-se que, em 2018, foram criadas duas novas Unidades: o Núcleo de Redes Avançadas da UFRN

e o Instituto do Envelhecer (IEN), ambos vinculados à Reitoria.

Dentre as Comissões de que dispõe a Universidade, destacam-se a Comissão Própria de Avaliação (CPA), a Comissão Própria de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação (CPPTAE) e a Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional (CPDI).

Em cumprimento à Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), a UFRN possui Comissão Própria de Avaliação (CPA), que atua como instância autônoma na avaliação institucional interna e externa. Formada por professores, alunos, funcionários e representantes da sociedade, a CPA coordena os processos de avaliação da Universidade, contribuindo para a construção de um projeto acadêmico sustentado por princípios de uma

gestão democrática e autônoma, consolidando a responsabilidade social e o compromisso científico-cultural da Instituição.

A UFRN, como forma de garantir mais transparência e impessoalidade nos processos da política de pessoal, constituiu duas comissões: a Comissão Própria de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação (CPPTAE), à qual cabe aprovar normas de gerenciamento do Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFRN e estabelecer critérios para distribuição de vagas; e a Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional (CPDI), que estabelece os procedimentos e critérios para a distribuição de vagas de docentes do Magistério Superior na UFRN.

A Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional (CPDI)

analisa, por meio da demanda resultante de editais públicos, as atividades desenvolvidas por todas as unidades acadêmicas. A CPDI busca dimensionar as necessidades de reposição e ampliação de pessoal docente para executar as políticas institucionais de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa e de extensão universitária. Essa Comissão é responsável, também, pela análise das solicitações de progressão dos docentes na carreira do magistério superior.

De modo a garantir a boa gestão e a organização de recursos públicos, com lisura e transparência, a UFRN instituiu, por meio da [Resolução nº 060/2014-CONSAD](#), um modelo para distribuição dos recursos orçamentários de custeio entre os Centros Acadêmicos e as Unidades Acadêmicas Especializadas. O modelo utiliza-se dos parâmetros

norteadores de distribuição dos recursos de custeio do Ministério da Educação. A mesma Resolução criou também a Comissão Permanente de Auditoria e a Comissão de Avaliação do modelo de distribuição dos recursos orçamentários de custeio. À primeira compete emitir parecer sobre a validade dos dados a serem utilizados antes de cada aplicação do modelo. À última cabe discutir e submeter à aprovação do CONSAD propostas de alterações ao modelo, visando aprimorá-lo e/ou atualizá-lo.

A Comissão de Ética da UFRN, por sua vez, integra o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal e, da mesma forma que as demais comissões de ética setoriais, está subordinada à Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP). Sua atuação guarda independência em relação às demais esferas administrativas da

UFRN, contando, porém, com o apoio de secretaria executiva, vinculada administrativamente ao Gabinete do Reitor, conforme determina a legislação, com base no art. 7º do Decreto nº 6.029/2007. Competências e outras informações podem ser consultadas por meio deste [endereço](#).

Em 2018, objetivando a promoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção, e em apoio à boa governança, a UFRN instituiu, por meio da [Resolução nº 59/2018-CONSAD](#), o Programa de Integridade e o Comitê de Integridade. Ainda no que diz respeito à boa governança, foi instituído, pela [Resolução nº 51/2018-CONSAD](#), o Comitê de Transparência da UFRN, que tem por finalidade propor, monitorar e avaliar ações relacionadas à legislação de transparência, acesso à informação,

dados abertos, proteção de dados, carta de serviços e desburocratização dos serviços públicos.

Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna é o órgão responsável por avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos no âmbito da UFRN, conforme prevê o Regimento Interno da Reitoria, disponível [neste link](#).

Apesar de integrar a estrutura administrativa da UFRN, a Auditoria Interna vincula-se tecnicamente à Controladoria-Geral da União (CGU), conforme dispõe o art. 15 do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000.

A Unidade de Auditoria Interna elabora o seu planejamento por meio do Plano Anual de Auditoria Interna (Paint), observando as diretrizes trazidas pela

Instrução Normativa nº 09/2018-CGU. Este mesmo normativo dispõe sobre a elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (Raint), documento no qual consta o resultado dos trabalhos executados, capacitações da equipe de auditoria etc.

Para definir as ações de auditoria que serão executadas, são utilizados alguns critérios: ações previstas em normativos internos ou na legislação, bem como ações com base na avaliação dos riscos mapeados da Instituição.

Dentre os principais processos de trabalho conduzidos pela Auditoria Interna estão a execução de ações de auditoria; a análise da conformidade do Relatório de Gestão; a análise da execução orçamentária das Unidades Descentralizadas; e o acompanhamento das determinações e recomendações do Tribunal de

Contas da União (TCU), da CGU e da própria Auditoria Interna.

Atividades de correição e apuração de ilícitos

O Sistema de Correição da UFRN abrange a apuração de indícios, denúncias e representações sobre fatos e condutas em desacordo com o regime disciplinar do servidor e do discente e pelo controle de dados e atos atinentes aos processos disciplinares.

A regência normativa dos processos disciplinares varia de acordo com o sujeito investigado. Caso seja discente, o procedimento pauta-se pelo Regimento Geral da UFRN. Se for servidor, pelo referido Regimento e pela Lei nº 8.112/90. No entanto, apesar dessa variação, a Lei nº 9.784/99 também incide em todos os procedimentos, bem como a [Resolução nº 036/2016-CONSAD](#).

Quanto ao controle de dados e atos relativos à atividade correicional, essa atividade é realizada no âmbito da Secretaria Administrativa do Gabinete do Reitor por meio da área de processos disciplinares e abrange abertura de processos, emissão de portarias de designação, prorrogação, redesignação, sobrestamento e suspensão de sobrestamento relativos às Comissões Processantes, análise dos processos quanto à necessidade de inserção e atualização de dados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), uma vez que apenas procedimentos disciplinares envolvendo servidores são cadastrados no referido sistema e a compilação de dados e informações para a gestão da informação é demandada por outras unidades da Instituição.

A partir da gestão de dados e informações, foi possível elaborar as seguintes tabelas:

Número de processos julgados em 2018

Mês	Quant.	Gabinete do Reitor	Centros/Unidades Acadêmicas
Janeiro	7	2	5
Fevereiro	6	5	1
Março	6	2	4
Abril	5	3	2
Maio	5	4	1
Junho	11	8	3
Julho	10	5	5
Agosto	10	8	2
Setembro	2	0	2
Outubro	14	10	4
Novembro	2	1	1
Dezembro	7	5	2
Total	85	53	32

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2018

Processos disciplinares que tramitaram no ano de 2018 separados por ano de instauração

Ano	Quant.	Gabinete do Reitor	Centros/Unidades Acadêmicas
2016	3	2	1
2017	46	31	15
2018	82	47	35
Total	131	80	51

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2018

Processos disciplinares tramitados em 2018 separados por tipo de procedimento disciplinar

Tipos de processos	
Sindicâncias	41
Processos Administrativos Disciplinares	90
Total	131

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2018

Processos disciplinares tramitados em 2018 separados por unidade instauradora e por tipo de procedimento disciplinar

Unidade Instauradora	Processos Administrativos Disciplinares	Sindicâncias	Total por Unidade
Centro de Biociências (CB)	0	1	1
Centro de Ciências Exatas e da Terra (CCET)	5	1	6
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA)	5	11	16
Centro de Ciências da Saúde (CCS)	0	3	3
Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA)	6	2	8
Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES)	0	4	4
Centro de Tecnologia (CT)	6	2	8
Centro de Educação (CE)	0	1	1
Instituto do Cérebro (ICe)	1	0	1

Unidade Instauradora	Processos Administrativos Disciplinares	Sindicâncias	Total por Unidade
Instituto Metrópole Digital (IMD)	1	1	2
Escola de Saúde (ESUFRN)	1	0	1
Gabinete do Reitor	65	15	80
Total	90	41	131

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2018

Nos 131 procedimentos disciplinares tramitados durante o ano de 2018, dentre os agentes envolvidos nas investigações, foram identificados nos processos: 48 docentes, 41 técnicos-administrativos, 27 discentes, dois funcionários terceirizados e um sem vínculo com a Instituição. Em 20 processos, não foi possível identificar o tipo de agente envolvido. É importante destacar que em um único procedimento disciplinar pode haver mais de um agente envolvido, e que por isso o quantitativo total não corresponde à soma de procedimentos tramitados no ano.

Agente sob investigação em processos administrativos disciplinares ou sindicâncias em 2018

Agente sob investigação em Processos Administrativos Disciplinares ou Sindicâncias em 2018	Quant.	Instaurado pelo Gabinete do Reitor	Instaurado pelos Centros/ Unidades Acadêmicas
Não identificado	20	10	10
Discente	27	9	18
Docente	48	27	21
Técnico-Administrativo	41	36	5
Externos à Instituição	1	1	0
Terceirizado	2	0	2

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2018

Como resultado dos procedimentos julgados no ano de 2018, detalha-se, nas tabelas seguintes, as penalidades imputadas e outros desmembramentos decorrentes do resultado das apurações. As penalidades, no entanto, são aplicadas de acordo com a competência pertinente à respectiva autoridade, em absoluta observância às legislações pertinentes (Lei nº 8.112/90 e Regimento Geral desta Universidade).

Resultados das apurações dos processos disciplinares concluídos em 2018, separados por unidade instauradora e por punição aplicada

Punições/ Penalidades	Quant.	Instaurado pelo Gabinete do Reitor	Instaurado pelos Centros/Unidades Acadêmicas
Advertência	4	1	3
Suspensão	9	6	2
Demissão	3	2	1
Cassação de diploma	1	0	1
Repreensão	2	0	2
Exclusão	1	1	0
Desclassificação	1	1	0
Total	21	11	10

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2018

Outros desmembramentos decorrentes dos processos disciplinares concluídos em 2018, separados por unidade instauradora

Outros desmembramentos	Quant.	Instaurado pelo Gabinete do Reitor	Instaurado pelos Centros/ Unidades Acadêmicas
Arquivamento	52	35	17
Instauração de outro Processo	7	6	1
Envio de cópia ao Ministério Público	3	2	1

Outros desmembramentos	Quant.	Instaurado pelo Gabinete do Reitor	Instaurado pelos Centros/ Unidades Acadêmicas
Envio de cópia à Polícia Federal	2	0	2
Informações a IES	2	0	2
Ressarcimento ao Erário	5	4	1
Informações a Prefeituras	1	0	1
Informações ao FNDE e à CAPES	1	1	0
Termo de Ajustamento de Conduta	4	1	3
Acompanhamento Psicológico	2	0	2
MEJC – Investigação posterior	1	1	0
Informações à Polícia Civil	3	2	1

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2018

A seguir, com mais detalhes, estão expostos os tipos de apurações realizadas durante o ano de 2018.

Situações investigadas em procedimentos disciplinares no ano de 2018, separadas por unidade instauradora

Detalhe investigado	Quant.	Instaurado pelo Gabinete do Reitor	Instaurado pelos Centros/Unidades Acadêmicas
Abandono de cargo	4	4	0
Administração societária	17	17	0
Agressão	10	4	6
Agressão e assédio moral	3	1	2
Assédio moral	3	1	2
Assédio sexual	3	1	2
Atividades remuneradas incompatíveis com o regime de Dedicção Exclusiva	6	6	0
Cargos inacumuláveis	3	3	0
Ausência ou impontualidade ao serviço	12	5	7
Conduta irregular não especificada	17	8	9
Difamação	1	0	1
Estupro	1	1	0
Irregularidade funcional	8	6	2
Irregularidade administrativa	13	12	1
Jornada excessiva em acúmulo de vínculos	4	4	0
Pichação	3	0	3
Plágio	6	0	6
Fraude	5	3	2
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	10	2	8
Uso ou consumo de drogas	2	0	2
Total	131	78	53

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2018

Em relação ao cumprimento da Portaria nº 1.043/07-CGU, cabe esclarecer que o cadastramento dos processos no Sistema CGU-PAD é uma atividade permanente, que, como já anteriormente mencionado, ocorre no âmbito da Secretaria Administrativa do Gabinete do Reitor, por meio da área de processos disciplinares.

Dos 82 procedimentos instaurados em 2018, 10 não foram cadastrados no Sistema CGU-PAD, em função dos envolvidos não serem servidores. Dos 72 processos restantes, (I) 68 foram inseridos dentro do prazo previsto na Portaria nº 1.043/07-CGU; (II) quatro foram inseridos fora desse prazo, todos instaurados nos centros ou unidades acadêmicas, enquanto nenhum dos processos instaurados pelo Gabinete do Reitor teve cadastro fora do prazo.

A partir desse dado, é possível inferir que a própria estrutura descentralizada da Universidade, inclusive no que tange à competência para instauração dos procedimentos disciplinares, demanda tempo e esforço maiores até o cadastramento do processo no Sistema CGU-PAD, pois são necessárias diligências físicas para a remessa do processo ou de cópia dos autos à Secretaria Administrativa do Gabinete do Reitor, local em que é realizado referido cadastramento.

Quanto a essa questão, convém ainda mencionar que, com a publicidade da necessidade de celeridade no encaminhamento dos autos a essa Secretaria, por meio da Resolução nº 036/2016-CONSAD, o quantitativo de processos instaurados no ano de 2018 e cadastrados fora do prazo de atendimento à Portaria nº 1.043/07-CGU reduziu significativamente em relação aos processos instaurados no ano de 2017, em que 12 processos haviam sido cadastrados fora do prazo.

Ressalta-se também que a área responsável pela administração e controle dos procedimentos disciplinares, dentro da Secretaria Administrativa do Gabinete do Reitor, em sua rotina permanente, realiza constantes auditorias no sistema de protocolo SIPAC, emitindo relatórios dos procedimentos cadastrados, bem como faz,

concomitantemente, buscas de publicação de portarias em boletins de serviço, confrontando os dados encontrados com as informações já contidas em sistema de controle interno do setor. Ao encontrar algum processo não registrado nos controles internos do setor, solicita à Secretaria ou Unidade responsável pelo cadastramento do procedimento o imediato encaminhamento dos autos ou de cópia deles para análise e, se for o caso, para respectiva inclusão no Sistema CGU-PAD.

Ainda quanto à inserção de dados no Sistema CGU-PAD, a área responsável pelos procedimentos disciplinares elaborou os seguintes detalhamentos.

Inserção de dados e fases de processos no Sistema CGU-PAD em 2018, separados por ano de instauração, espécie e rito

Ano de Instauração	Quant.	Sindicância	PAD – Rito Ordinário	PAD – Rito Sumário
2016	2	0	2	0
2017	36	10	26	0
2018	72	25	46	1
Total	110	35	74	1

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2018 e CGU-PAD – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

Fase processual – Situação em relação ao Sistema CGU-PAD (01/01/2018 a 31/12/2018) dos processos instaurados no ano de 2018 e Unidade Instauradora

Ano 2018	Quant.	Gabinete do Reitor	Centros/ Unidades Acadêmicas
Instauração/Instrução	32	20	12
Encaminhados para julgamento	5	3	2
Julgados	35	22	13
Não compete inserção no Sistema CGU-PAD	10	2	8
Total	82	47	35

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2018 e CGU-PAD – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

Processos instaurados em 2018 – Situação em relação ao cumprimento da Portaria nº 1.043/07-CGU, por Unidade Instauradora

Situação em relação ao Sistema CGU-PAD	Quant.	Gabinete do Reitor	Centros/ Unidades Acadêmicas
Dentro do prazo	68	45	23
Fora do prazo	4	0	4
Não compete inserção no Sistema CGU-PAD	10	0	10
Total	82	45	37

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2018 e CGU-PAD – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário

As medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário envolvem a apuração de qualquer indício de irregularidade, cujo conhecimento pode ocorrer por meio de denúncia, representação ou conhecimento notório de algum fato. Em regra, essa apuração se inicia com um levantamento preliminar de informações e, se for o caso, culmina na abertura de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar.

A apuração no âmbito dos processos disciplinares é regida pelas Leis nº 8.112/90, nº 9.784/99, Regimento Geral da UFRN e pela Resolução nº 36/2016-CONSAD.

Com base no controle de dados e atos quanto aos procedimentos disciplinares, identificou-se cinco processos nos quais houve investigação com comprovações de prejuízos ao erário e com agentes devidamente identificados para a ocorrência de cobrança e ressarcimento ao erário. São eles:

1. Descumprimento de Regime de Dedicção Exclusiva: 23077.067816/2017-81 e 23077.016716/2016-14. O primeiro encontra-se em fase de análise de Pedido

de Reconsideração interposto pelo servidor apenado. O segundo está com os valores para inclusão do desconto em folha de pagamento do servidor em fase de cálculo de atualização;

2. Ausências ou impontualidade ao serviço: 23077.047199/2016-87. O ressarcimento no valor de R\$ 29.899,83 foi acordado com a ex-servidora, por meio do processo de Ressarcimento ao Erário nº 23077.056141/2018-26, em 27/12/2018, para pagamento em 10 parcelas de R\$ 2.989,98, por meio de GRU;

3. Desaparecimento ou perecimento de bens públicos: 23077.077794/2016-87 e 23077.075720/2017-97. O ressarcimento ao erário referente a este último ocorreu por meio do pagamento da GRU

nº 2018/153103/0030003048, no valor de R\$ 642,58. Já o primeiro processo está pronto para assinatura do Termo Circunstanciado Administrativo, e posterior pagamento.

Outros processos disciplinares foram instaurados no ano de 2018, ou tramitaram nele, com apuração inicial apontando para uma possível responsabilização por danos ao erário. Esses processos estão contemplados em quantitativos constantes na 9ª tabela contida no item 4.2.4, sendo que, das apurações encerradas no ano de 2018, os processos nº 23077.067816/2017-81, 23077.016716/2016-14, 23077.047199/2016-87, 23077.077794/2016-87 e 23077.075720/2017-97 foram os únicos possíveis de atribuição de responsabilidade e sua respectiva ação de restituição.

Principais canais de comunicação com a sociedade

A UFRN materializa seus principais canais de comunicação com a sociedade e com as partes interessadas por meio de mecanismos ou procedimentos que garantem à população dispor de serviços de acessibilidade, identificar a natureza dos serviços ofertados e verificar a transparência das informações institucionais.

Para melhor atender o cidadão, a UFRN dispõe de ouvidoria, portal institucional, sites específicos das unidades acadêmicas e administrativas e mantém, também, nas redes sociais digitais, canais abertos para solicitações, reclamações, denúncias e sugestões.

Por meio de sua Carta de Serviços, a Universidade informa à sociedade quais os serviços prestados e como

acessá-los, reforçando o compromisso da Instituição com o aperfeiçoamento na gestão de seus serviços e a garantia de um atendimento mais acessível ao cidadão. Como forma de avaliar o grau de satisfação do usuário com a prestação dos seus serviços, realiza pesquisas e avaliações que subsidiam a revisão de planos e o aprimoramento de políticas institucionais.

Em relação às medidas tomadas pela UFRN para garantir a acessibilidade aos usuários, especialmente aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), a UFRN oferece uma rede de apoio pedagógico e psicossocial, além de proporcionar tecnologia assistiva e material didático acessível, disponível para empréstimo ou uso na própria Instituição.

A UFRN promove a participação cidadã da comunidade acadêmica de diversas formas. Há, por exemplo, consulta pública para escolha de reitor(a) e vice a cada quatro anos. É importante citar ainda que os Colegiados Superiores e as Comissões possuem, necessariamente, composição democrática, formada por representantes de professores, técnicos e alunos.

A seguir, são desenvolvidos os itens que compõem o conjunto das informações referentes aos principais canais de comunicação.

Canais de acesso à informação

Ouvidoria

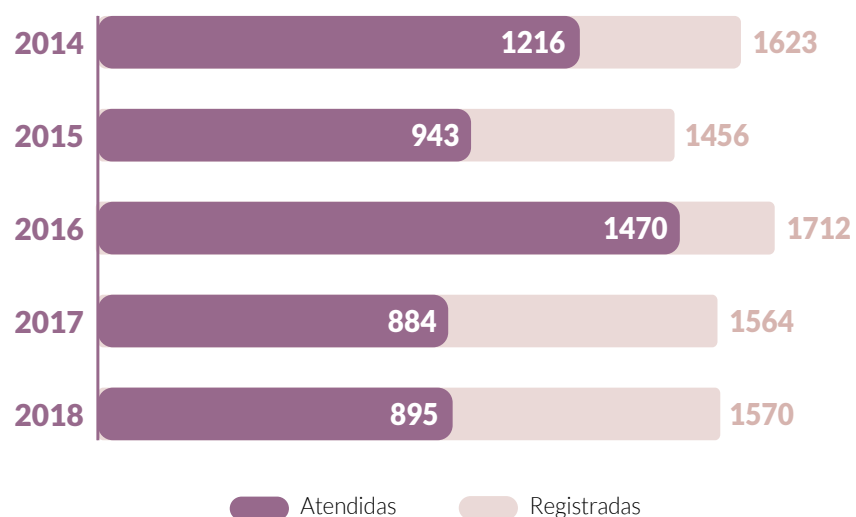
Dentre os canais de acesso à informação destaca-se a Ouvidoria, via pela qual são feitas solicitações, reclamações, denúncias e sugestões em favor da comunidade universitária e da sociedade. As manifestações podem ser feitas pelo telefone (84) 3215-3883, neste [endereço](#), pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), pelo e-mail <ouvidoria@ufrn.br>, ou pessoalmente na sede do órgão, situado no Centro de Convivência Djalma Marinho – *Campus* Universitário da UFRN – Natal-RN.

No exercício de 2018, foram registradas 1.570 manifestações, das quais 895 (57%) foram respondidas de forma satisfatória. Os quadros a seguir apresentam o detalhamento das manifestações registradas em 2018 e o comparativo com os anos anteriores.

Tipo de manifestação	Quant.	Percentual
Informações	561	35,7%
Reclamações	431	27,5%
Denúncias	326	20,8%
Críticas	126	8,0%
Outros	113	7,2%
Elogios	13	0,8%
Total	1570	100%

Total de manifestações

(registradas x atendidas)



Para atender à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a Ouvidoria da UFRN dispõe do Serviço de Informação ao Cidadão/SIC-UFRN, com o objetivo de avançar na publicização do acesso às informações institucionais.

Em 2018, o SIC-UFRN contabilizou 284 pedidos de informações, sendo 275 deles respondidos, seis em tramitação dentro do prazo e três fora do prazo. Seguem informações adicionais sobre os pedidos de acesso à informação.

Características dos pedidos de acesso à informação

Total de perguntas	1019
Total de solicitantes	233
Média de perguntas por pedido	3,71
Maior número de pedidos feitos por um solicitante	13
Solicitantes com um único pedido	209

Fonte: E-SIC Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão. Disponível [neste link](#). Acesso em: 10 jan. 2019.

Temas das solicitações (Top 10)

Categoria e assunto	Quant.	% de Pedidos
Ciência, Informação e Comunicação – Informação – Gestão, preservação e acesso	231	81,34%
Educação – Educação superior	19	6,69%
Educação – Profissionais da educação	14	4,93%
Trabalho – Profissões e ocupações	2	0,70%
Economia e finanças – Administração financeira	2	0,70%
Justiça e Legislação – Legislação e jurisprudência	1	0,35%
Saúde – Ambiente e saúde	1	0,35%
Pessoa, família e sociedade – Pessoa	1	0,35%
Educação – Sistema educacional – Avaliação	1	0,35%
Ciência, Informação e Comunicação – Comunicação	1	0,35%

Fonte: E-SIC Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão. Disponível [neste link](#). Acesso em: 10 jan. 2019.

Sites da Instituição

A UFRN mantém um portal institucional (www.ufrn.br) e sites específicos de Pró-Reitorias, Superintendências, setores, programas e projetos da Instituição, dentre outros. Nesses sites, são disponibilizadas informações sobre a estrutura, o funcionamento, os serviços, documentos e demais dados úteis para os usuários.

Redes Sociais

A Instituição também está presente nas redes sociais digitais, promovendo a divulgação de ações da Universidade por meio do YouTube, Twitter e Facebook.

- » Canal do [YouTube](#)
- » Perfil do [Twitter](#)
- » Página do [Facebook](#)

Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços, instituída pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, e modificada pela Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, é um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais os compromissos de atendimento estabelecidos.¹

Com a sua Carta de Serviços, a UFRN reforça seu compromisso com a população, uma vez que oferece mais informação e transparência sobre os seus serviços, possibilitando maior controle social e permitindo

¹ Alguns aspectos preconizados pela nova norma legal (Decreto nº 9.094 de 2017), tal como o padrão de qualidade do atendimento, encontram-se programados para serem definidos durante o ano de 2019, por meio das unidades deliberativas da UFRN.

aprimorar a qualidade e a presteza do atendimento ofertado pela Instituição.

A Carta de Serviços ao Cidadão da UFRN está disponível no site www.cartadeservicos.ufrn.br e no Portal da UFRN, acessível pelo caminho: www.ufrn.br > Institucional > Documentos.

Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Universidade

O Portal da UFRN (www.ufrn.br) oferece acesso a diversos conteúdos e documentos que fortalecem o compromisso com a publicização e a maior *accountability* da Instituição. A seguir, o detalhamento dos caminhos de acesso às informações pertinentes à atuação da Universidade.

Acórdãos do TCU

- » Caminho: www.ufrn.br > Institucional > Documentos > Acórdãos do TCU
- » Link direto: www.ufrn.br/institucional/documentos

Concursos

- » Caminho: www.ufrn.br > Institucional > Concursos
- » Link direto: www.ufrn.br/institucional/concursos

Compras e licitações

- » Caminho: www.ufrn.br > Serviços > Compras/Licitações
- » Link direto: www.sipac.ufrn.br/public/jsp/portal.jsf

Dados Abertos

- » Caminho: www.ufrn.br > Ícone “Portal de Dados Abertos”.
- » Link direto: dados.ufrn.br

Matérias Especiais

- » Caminho: www.ufrn.br > Imprensa > Matérias Especiais
- » Link direto: www.ufrn.br/imprensa/materias-especiais

Notícias

- » Caminho: www.ufrn.br > Imprensa > Notícias
- » Link direto: www.ufrn.br/imprensa/noticias

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

- » Caminho: www.ufrn.br > Institucional > Documentos > Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
 - » Link direto: www.ufrn.br/institucional/documentos
- #### **Plano Diretor de TI (PDTI)**
- » Caminho: www.ufrn.br > Institucional > Documentos > Plano Diretor de TI (PDTI)

- » Link direto: www.ufrn.br/institucional/documentos

Plano de Gestão

- » Caminho: www.ufrn.br > Institucional > Documentos > Plano de Gestão

- » Link direto: www.ufrn.br/institucional/documentos

Portal de Acesso à Informação

- » Caminho: www.ufrn.br > Ícone “Acesso à Informação” (canto inferior direito da página)

- » Link direto: www.sistemas.ufrn.br/acessoainformacao

Portal da Transparência

- » Caminho: www.ufrn.br > Ícone “Portal da Transparência”

- » Link direto: <http://www.transparencia.gov.br/orgaos/26243-universidade-federal-do-rio-grande-do-norte>

Relatórios de Gestão

- » Caminho: www.ufrn.br > Institucional > Documentos > Relatórios de gestão.

- » Link direto: www.ufrn.br/institucional/documentos

Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A UFRN dispõe de mecanismos sistemáticos de avaliação institucional, da gestão e da prestação de serviços que subsidiam a revisão do planejamento da gestão e a formulação de políticas institucionais. Dentre eles, destacam-se o (I) processo de Avaliação da Gestão e Organização

da UFRN, o (II) processo de Avaliação da Docência e a (III) Avaliação de Capacitação dos Servidores.

Ressalta-se que a UFRN, além desses mecanismos, dispõe de outros canais de acesso à Instituição já citados (ouvidoria, e-mails, telefones, mídias sociais etc.), que permitem receber mensagens de críticas, elogios e sugestões, e que são também capazes de aferir o grau de satisfação dos usuários. O conteúdo resultante desses instrumentos subsidia a análise crítica da gestão, possibilitando a identificação de deficiências e, conseqüentemente, a implantação de melhorias na Instituição.

Avaliação da Gestão e Organização da UFRN

A avaliação da organização e gestão integra o processo de autoavaliação das Instituições de Educação Superior que compõe o Sinaes. Em atendimento à Lei nº 10.861, de 2004, essa avaliação foi realizada na UFRN, no exercício de 2018, por meio de uma pesquisa sobre gestão e organização, executada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A avaliação tinha como principais objetivos: verificar a imagem da UFRN na comunidade acadêmica; mensurar o desempenho dos gestores; avaliar a gestão e a organização da UFRN; e mensurar o potencial de visibilidade para a UFRN de algumas ações, institutos e/ou setores que a integram. Foi realizada em toda a UFRN a partir de uma amostra de todos os segmentos da comunidade universitária (servidores docentes e técnico-administrativos e alunos).

Dentre o conjunto de indicadores que foram mensurados na referida avaliação, destacam-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão, que obtiveram entre 70 e 80% do número de respondentes, que categorizaram as ações entre “Ótima/Boa”. O quadro a seguir demonstra esses índices.

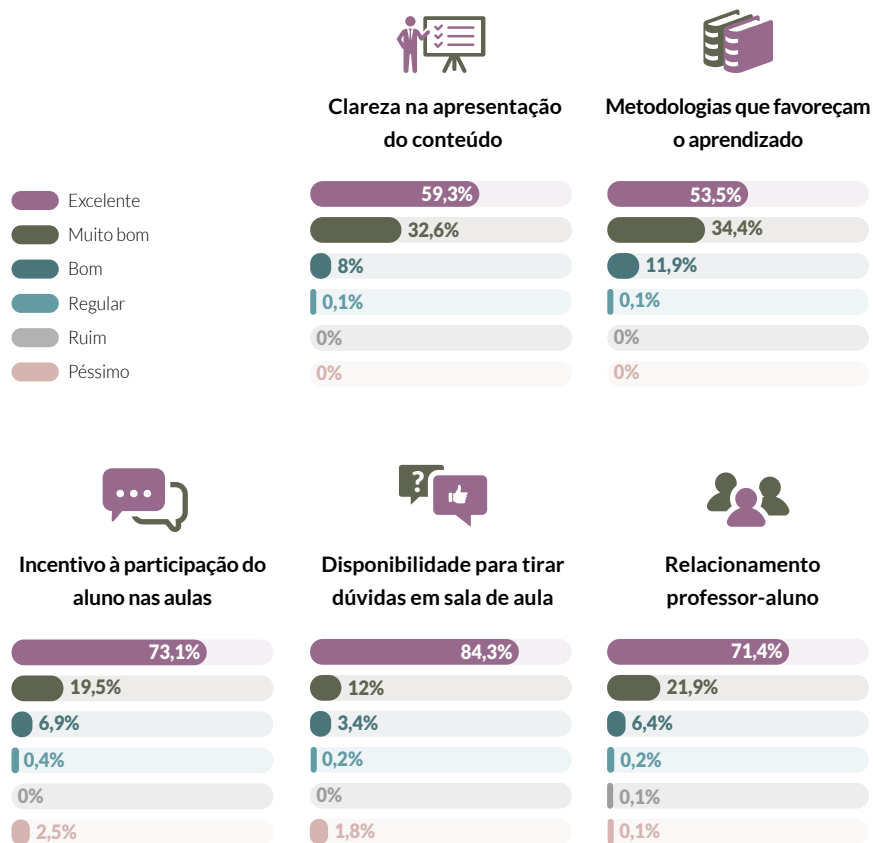
	Modalidade	Avaliação “Ótima/Boa”
Ensino	Graduação	86,25%
	Pós-graduação	82,50%
	Básico, Técnico e Tecnológico	75,13%
Pesquisa	-	73,83%
Extensão	-	70,63%

Avaliação da Docência

Outro mecanismo permanente de avaliação institucional é a Avaliação da Docência, que consiste em um processo sistemático desenvolvido periodicamente (a cada semestre letivo), cujo objetivo é analisar a docência no ensino de graduação com vistas à melhoria da qualidade acadêmica. Esse processo é realizado por meio do SIGAA, propiciando o levantamento de informações junto ao aluno e ao professor sobre a atuação didática e a postura profissional do docente, a turma e a infraestrutura da Instituição.

De acordo com essa avaliação, os docentes da Instituição, majoritariamente, vêm sendo bem avaliados (excelente) ao longo dos anos, conforme alguns indicadores, o que ocorreu também no ano de 2018. Assim, pode-se afirmar que, em sua maioria, o quadro de professores apresenta uma postura de comprometimento institucional. O gráfico a seguir demonstra os indicadores e a avaliação.

Atuação didática do professor da UFRN em sala de aula, em 2018.1, segundo os alunos (% de notas)



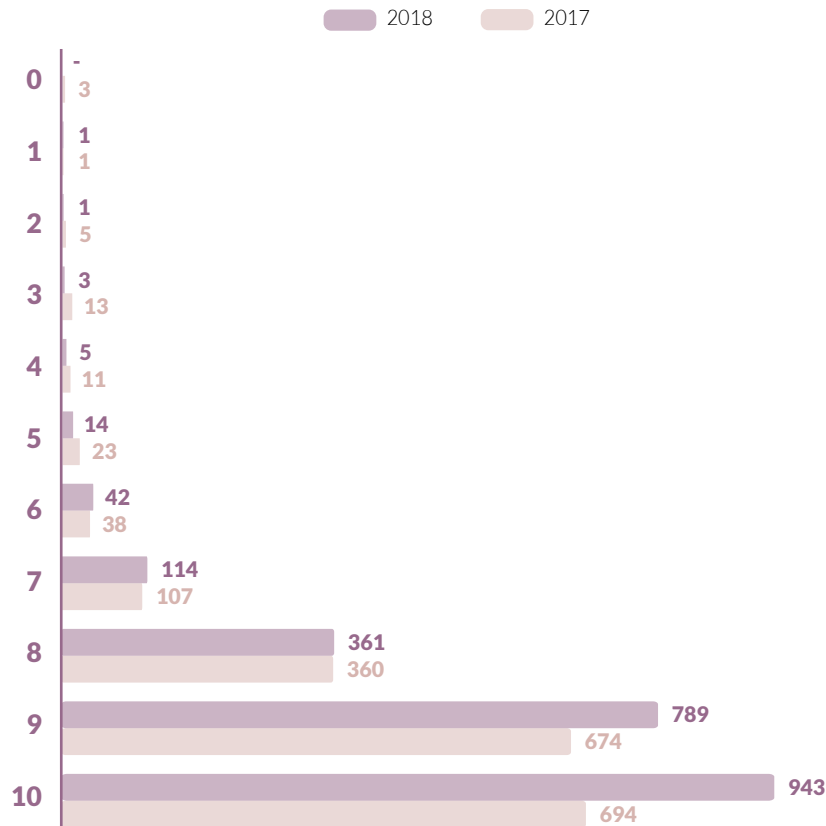
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Avaliação de capacitação dos servidores

O processo de avaliação dos cursos de capacitação objetiva coletar a opinião dos alunos sobre os cursos e seus instrutores para quantificar o grau de satisfação deles e nortear a melhoria do serviço. A avaliação do curso fica disponível para todos os servidores que participaram de turmas de cursos de capacitação já encerradas através de dois instrumentos presentes no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH). O primeiro é a “Avaliação de reação”, que busca analisar o nível de satisfação dos participantes em relação aos seguintes aspectos da atividade: instrutor, apoio logístico, conteúdo e autoavaliação da participação do aluno. Essa avaliação é realizada logo após a efetivação da atividade. Já o segundo instrumento é a “Avaliação de impacto”, que busca analisar os efeitos produzidos com a capacitação no ambiente de trabalho, ou seja, avalia se a atividade de fato gerou impacto no desempenho do servidor.

Por meio do gráfico a seguir, é possível observar a evolução da nota geral atribuída às atividades de capacitação entre 2017 e 2018.

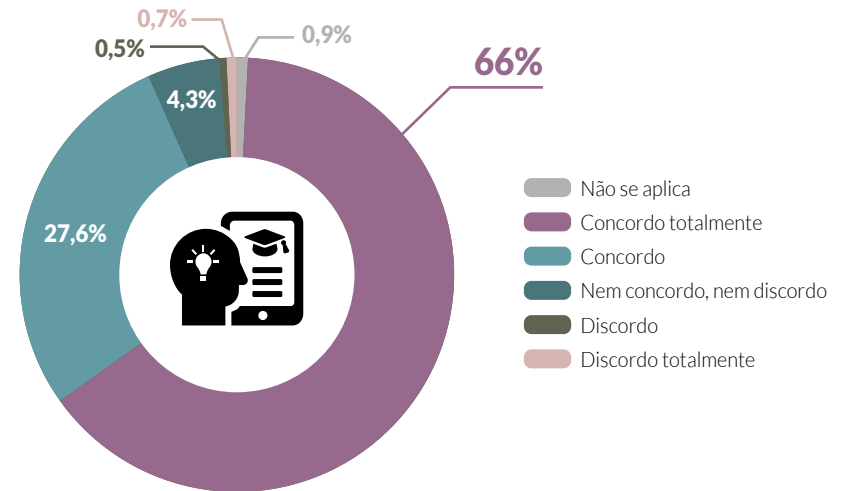
Nota global



Fonte: SIGRH

Os participantes declararam que a partir das atividades de capacitação foi possível adquirir conhecimentos que irão melhorar o desempenho no trabalho. O gráfico a seguir demonstra a opinião dos servidores.

Pergunta: **Adquiri conhecimentos que irão melhorar meu desempenho no trabalho?**



Fonte: SIGRH

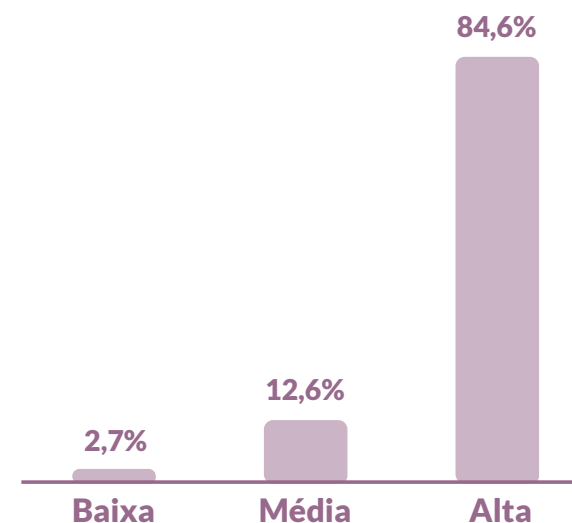
Pesquisa de egressos

Desde 2013, a UFRN adotou como prática para acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação a coleta de informações por meio de consulta estruturada, aplicada ao conjunto dos seus ex-alunos. As pesquisas com egressos da graduação são realizadas na UFRN a cada 2 anos, sempre nos anos ímpares.

O instrumento de consulta incluiu questões sobre: (1) dados pessoais (idade, sexo, moradia, trabalho, estudo), (2) conteúdos que considerou mais importantes na formação, (3) sugestões de conteúdos para melhorar a formação, (4) recebimento de bolsa auxílio e conhecimento de programas e projetos da UFRN, (5) atividades que gostaria de realizar na UFRN (cursos, pesquisa, extensão, cultura, lazer, esporte etc.), (6) avaliação da formação profissional na UFRN, (7) avaliação da imagem da UFRN e (8) comentários livres. [Neste link](#) é possível acessar os dados globais (de toda UFRN) e o detalhamento por unidade acadêmica (Centros ou Unidades acadêmicas especializadas).

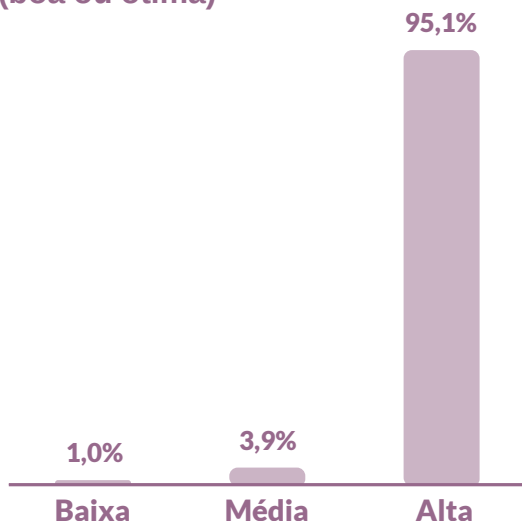
Dentre o conjunto de informações extraídas na pesquisa, destaca-se a avaliação dos ex-alunos acerca da contribuição da formação profissional recebida na UFRN para o desempenho no mercado de trabalho, usando uma escala de 0 a 10, conforme pode ser visto no gráfico a seguir. Os resultados mostram que 84,6% dos respondentes atribuíram conceitos 7, 8, 9 ou 10 (Alta contribuição); 12,6% atribuíram conceitos 4, 5 ou 6 (Média contribuição) e 2,7% atribuíram conceitos 0, 1, 2 ou 3 (Baixa contribuição).

Percentual de ex-alunos que considera a contribuição da UFRN Baixa, Média ou Alta para o desempenho no trabalho.



Outro ponto que merece destaque na pesquisa refere-se à opinião dos ex-alunos sobre a imagem da UFRN. Os ex-alunos classificaram a Universidade em uma escala de 0 a 10 (vide gráfico a seguir). Do total de respondentes, 95,6% atribuíram conceitos 7, 8, 9 ou 10 (boa ou ótima imagem; Alta); 3,9% atribuíram conceitos 4, 5, ou 6 (imagem regular; Média) e 1,0% atribuiu conceitos 0, 1, 2 ou 3 (péssima ou ruim; Baixa).

Percentual de ex-alunos que considera a imagem da UFRN Baixa (ruim ou péssima), Média (regular) ou Alta (boa ou ótima)



Desse modo, é possível perceber, por meio dos resultados da Pesquisa de Egressos, que os ex-alunos classificam como proveitosos os conhecimentos adquiridos na Universidade e possuem, de modo geral, uma visão positiva da UFRN.

Avaliação do Cardápio do Restaurante Universitário

Com o objetivo de melhorar a qualidade das refeições ofertadas pelo Restaurante Universitário e diminuir o desperdício de alimentos, foi realizada uma Avaliação do Cardápio do Restaurante Universitário. A avaliação

da satisfação da clientela de usuários do Restaurante Universitário se dá a partir de um instrumento em que eles classificam a refeição (desjejum, almoço ou jantar) em “Gostei”, “Não gostei” ou “Indiferente”. Esses dados são registrados no mapa de refeição servida em forma de percentual, diariamente.

A partir da tabela a seguir, é possível visualizar a média anual de aceitação dos cardápios por refeição, de acordo com as três classificações.

Almoço (%)			Jantar (%)		
Não gostei	Gostei	Indiferente	Não gostei	Gostei	Indiferente
7,90	75,5	7,06	11,53	69,52	12,01

Os resultados da pesquisa demonstram que a maioria dos alunos está satisfeita com a qualidade das refeições ofertadas no Restaurante Universitário da UFRN. No entanto, é um desafio da atual gestão do restaurante trabalhar nos pontos de menor satisfação, a fim de buscar aprimoramento contínuo dos serviços prestados. Os dados obtidos são importantes para o maior conhecimento da percepção da clientela sobre o restaurante, permitindo planejar melhorias que possam beneficiar diretamente os usuários.

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A UFRN dispõe de uma política de acessibilidade definida no PDI 2010-2019, com dois objetivos principais: um que diz respeito ao apoio pedagógico aos estudantes e o outro referente à infraestrutura.

Para o atendimento aos alunos² com NEE, de todos os níveis de ensino, a UFRN oferece apoio psicossocial e pedagógico, programa de tutoria inclusiva, produção e adaptação de materiais didáticos acessíveis, Repositório de Informação Acessível (RIA), orientação (I) à pesquisa em materiais em formato acessível e (II) à normalização de trabalhos acadêmicos, treinamento no uso e empréstimo de tecnologia assistiva, disponibilização de intérpretes de

² No que for necessário, são prestadas as devidas assistências também a trabalhadores da Instituição.

libras e capacitação de recursos humanos para a convivência e atendimento às pessoas com NEE. Sobre o material audiovisual para educação a distância, as ações desenvolvidas incluem o levantamento, a aplicação e o aprimoramento de parâmetros teóricos e técnicos de Audiodescrição (AD), da Legendagem para Surdos e Ensurdidos (LSE) e da Tradução-Interpretação em Libras (TIL), com base na literatura da área e nos conhecimentos específicos envolvidos na produção e edição de vídeos.

No tocante aos concursos realizados, a assistência prestada aos candidatos com deficiência é realizada em todos os concursos e processos seletivos, cuja responsabilidade é do Núcleo Permanente de Concursos da UFRN (Comperve), sendo prevista em Edital. O atendimento a esses candidatos segue orientação da legislação

em vigor: Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Em resposta às solicitações, são analisados os requerimentos desses candidatos e, uma vez comprovada a condição especial requerida, observados os critérios de viabilidade e de razoabilidade, são deferidas as solicitações.

Destacam-se, em 2018, a produção da página da Universidade com recursos de acessibilidade e a assinatura do Convênio da Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (Rebeca). A Rebeca tem como finalidade a organização, o armazenamento e a disseminação de informações que possibilitem compartilhar metodologias, acervos, serviços e produtos aos usuários com deficiência, prioritariamente, com a deficiência visual e, posteriormente, a outras deficiências, de acordo com

a legislação do país, no ambiente de ensino superior de cada instituição participante.

A seguir, o quadro com o quantitativo de estudantes com NEE, cadastrados no Módulo NEE/SIGAA, por tipo de NEE no final dos anos de 2017/2018.

Quantitativo de estudantes com NEE

Tipo de NEE	Quantitativo		
	2017	2018	Diferença percentual
Altas Habilidades/superdotação	4	2	-50%
Deficiência Auditiva	12	16	33%
Surdez	18	11	-39%
Deficiência Física	33	69	109%
Deficiência Intelectual	10	11	10%
Deficiência Múltipla	3	3	0%
Deficiência visual – baixa visão	29	48	66%
Deficiência visual – cegueira	3	6	100%
Outras necessidades	153	188	22%
Transtorno do Espectro Autista	8	9	13%
Transtornos de Aprendizagem/ TDA/H	44	59	34%
Total	317	422	32%

Fonte: SIGAA. Acesso em: 19 nov. 2018

Quadro com o comparativo 2017/2018 de estudantes com NEE atendidos pela CAENE, por tipo de NEE.

Tipo de NEE	2017	2018	Comparativo (%)
Altas Habilidades/Superdotação	2	1	-50%
Deficiência Auditiva	15	19	27%
Surdez	16	11	-31%
Deficiência Física	25	63	152%
Deficiência Intelectual	11	9	-18%
Deficiência Múltipla	4	4	0%
Deficiência visual – baixa visão	29	52	79%
Deficiência visual – cegueira	2	7	250%
Outras necessidades	104	132	27%
Transtorno do Espectro Autista	9	14	56%
TDA/H	27	42	56%
Transtorno Específico de Aprendizagem	26	25	-4%
Total	270	379	40%

Fonte: CAENE. Acesso em: 20 nov. 2018

No âmbito das ações para garantir a acessibilidade, destacam-se aquelas referentes à permanência dos estudantes com deficiência e vulnerabilidade socioeconômica, como é o caso da bolsa acessibilidade. Nesse sentido, em 2018, em relação ao ano anterior, houve um aumento do número de bolsas recebidas por alunos com NEE. Do mesmo modo, foram ampliadas as bolsas de tutoria inclusiva destinadas a tutores capacitados para lidar com diferentes necessidades do alunado. Os aumentos podem ser conferidos no quadro abaixo.

Tipo de bolsa concedida	Ano		Comparativo (%)
	2017	2018	
Bolsa Acessibilidade	31	40	29%
Bolsa Tutoria Inclusiva	13	19	49 %

Observa-se nas edições de 2017 e 2018 do Programa de Tutoria Inclusiva (PTI), um total de 68 estudantes tutorados³, sendo 30 em 2017 e 38 em 2018, o que revela um aumento percentual de 28%. Esse número de estudantes foi distribuído em 16 diferentes cursos de graduação da UFRN, em 2017, e em 24 cursos de graduação da UFRN em 2018, evidenciando um aumento do número de estudantes beneficiados pelo PTI, bem como da diversidade dos cursos contemplados. Assim, em relação a 2017, houve um acréscimo de 50% nos cursos atendidos pelo Programa de Tutoria Inclusiva (PTI), considerando-se a matrícula dos tutorados.

Infraestrutura

No que diz respeito às medidas de infraestrutura para garantir acessibilidade, a UFRN desenvolveu, ao longo

³ Ressalta-se que, em virtude da duração dessa edição do programa e da persistência da necessidade de acompanhamento por parte de alguns estudantes, um mesmo estudante pode estar sendo contabilizado nas estatísticas de ambos os anos (2017 e 2018).

do ano de 2018, diversos projetos voltados ao atendimento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Dentre os projetos desenvolvidos, houve a criação de novos passeios acessíveis, rampas e travessias elevadas para pedestres, tanto na capital como no interior do estado. Durante o ano de 2018, foram executados aproximadamente 1.780 m² de passeios, 340 m² de rampas, além de 450 m² de travessias elevadas.

Em relação aos projetos de mobilidade, foram desenvolvidos projetos de novas vias e estacionamentos no *Campus* Central, totalizando 55.800 m² de área pavimentada. Nesse quesito, pode-se destacar a obra de pavimentação do anel viário do *Campus* Central, que contou com projetos de sinalização e de travessias elevadas, além da inclusão de passeios e rampas para pedestres.

No período, também foram desenvolvidos diversos projetos de novas edificações contemplando a acessibilidade, que totalizaram mais de 30.000 m² de área construída.

4

**RESULTADOS
DA GESTÃO**

RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OU CADEIA DE VALOR) E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO

Processos finalísticos e resultados alcançados



Fonte: PROPLAN/UFRN

O conjunto de atividades por meio do qual a Instituição cumpre a sua missão está vinculado à cadeia de valor (processos finalísticos) da Universidade, pilar sobre o qual ela é gerida, sendo esta representada pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão. No que diz respeito à educação superior, as ações de ensino, pesquisa e extensão correspondem às atividades finalísticas da UFRN, desenvolvidas conforme seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional ([PDI 2010-2019](#)). Essas ações se articulam com os Programas Temáticos, que

compõem o orçamento da União; e com o Plano de Gestão 2015-2019 da UFRN, que conta com metas detalhadas anualmente no Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP), integradas às atividades finalísticas no âmbito da competência da Instituição.

A UFRN é formada por cinco *campi*, sendo um em Natal – *Campus* Central – e quatro *campi* no interior: Caicó, Currais Novos, Macaíba e Santa Cruz. No âmbito da educação a distância, atua em 15 polos de apoio presenciais localizados no Rio Grande do Norte. Ademais, conta com nove Unidades Acadêmicas Especializadas e oito Centros Acadêmicos. Está estruturada acadêmica e administrativamente conforme previsto nos seguintes documentos: Estatuto e Regimento Geral.

Desde 2013, a Universidade firmou contratos com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que passou a administrar os três hospitais da Universidade, a saber: Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) e Maternidade Escola Januário Cicco (MEJEC), em Natal, e Hospital Maternidade Ana Bezerra (HUAB), em Santa Cruz. Os três hospitais são Unidades Suplementares da Instituição.

Além dos hospitais, a UFRN conta também com mais 12 Unidades Suplementares, entre as quais destaca-se a Superintendência de Comunicação (COMUNICA), que se propõe a integrar, por meio dos seus veículos, as ações na área de comunicação, visando otimizar e implementar a política de comunicação interna e externa da Universidade. A COMUNICA é compreendida pela Rádio FM Universitária, pela TV Universitária

(TVU) e pela Agência de Comunicação (AGECOM), sendo esta o órgão responsável pela publicação e divulgação de notícias, eventos, projetos e pesquisas da UFRN.

Quanto aos resultados alcançados frente à cadeia de valor da Instituição – representada pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão –, estes estão descritos a seguir.

Promover o Ensino

A UFRN oferece 102 cursos de graduação na modalidade presencial, sendo que, no ano de 2018, foram ofertadas 7.878 novas vagas nesses cursos. Na modalidade a distância, em nível de graduação, a Instituição oferta dez cursos (um de bacharelado e nove licenciaturas), com 1.248 alunos matriculados. A UFRN oferece ainda dois cursos de graduação em convênio com a Capes no Programa Nacional de Formação de Professores

da Educação Básica (PARFOR) e dois cursos em convênio com o Ministério da Educação (MEC), no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). No exercício de 2018, no âmbito do ensino de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, na modalidade presencial, a UFRN contou com 31.162 alunos matriculados, sendo 24.680 na graduação e 6.482 na pós-graduação.

Na área do ensino, destaca-se, no exercício em referência, a definição de uma Política de Melhoria da Qualidade dos Cursos de Graduação e de Pós-graduação da UFRN, aprovada em 14/11/2017 ([Resolução nº 181/2017-CONSEPE](#)), que instituiu a Política de Melhoria dos Indicadores de Qualidade dos Cursos de Graduação. O foco dessa ação visa à melhoria dos conceitos de cursos, tendo por base o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Conceito de

Curso (CC), estabelecidos conforme o Sistema Nacional de Avaliação Nacional (Sinaes/Inep). Essa política foi organizada considerando a relevância da avaliação dos cursos de graduação e com vistas à melhoria dos indicadores de qualidade acadêmica. A Política de Melhoria determina que os cursos de graduação elaborem um Plano de Ação Trienal do Curso de Graduação (PATCG), com propostas efetivas para enfrentar as fragilidades e encaminhar ações de melhorias dos indicadores, com base na análise dos relatórios gerados pelo Inep.

O trabalho iniciado em 2018 desenvolveu-se por meio de atividades pedagógicas coordenadas pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) com a colaboração dos membros dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e assessores acadêmicos dos Centros. O resultado desse trabalho traduziu-se

na elaboração de 111 PATCGs, dos quais, 80% entraram em execução em agosto de 2018 e 20% se encontravam tramitando nas instâncias colegiadas dos cursos e dos Centros Acadêmicos no final de 2018.

Para auxiliar na análise e na emissão de parecer técnico sobre os PATCGs e acompanhar a sua execução, foi criada a Comissão de Graduação, que atua junto às Assessorias Acadêmicas dos Centros e das Unidades Acadêmicas Especializadas. Essa equipe é composta por 16 docentes, que atuam como assessores acadêmicos dos Centros e representantes de Unidades Acadêmicas Especializadas, membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA), além do Procurador Educacional Institucional (PI) e da Coordenadoria de Acompanhamento, Planejamento e Avaliação Acadêmica (COPAV).

Dentre as atividades realizadas pela Comissão, destacam-se: participações nos seminários e nas oficinas de treinamento para elaboração dos PATCGs; elaboração da ficha de avaliação e do instrumento de acompanhamento dos PATCGs; análise dos PATCGs; elaboração de pareceres; discussão processual dos resultados em termos qualitativos e quantitativos no processo de elaboração e aprovação dos PATCGs; e realização do I Seminário Política de Melhoria da Qualidade dos Cursos de Graduação e de Pós-graduação da UFRN, realizado em dezembro de 2018, na Escola Agrícola de Jundiá (EAJ). Esse evento reuniu coordenadores de cursos de graduação e dos programas de pós-graduação para discutir e avaliar o primeiro ano de implementação do Programa de Melhoria da Graduação e de Pós-graduação.

Em nível do ensino de pós-graduação, destaca-se, da mesma forma, a Resolução nº 181/2017-CONSEPE, que implementou a Política de Melhoria da Qualidade dos Cursos de Graduação e de Pós-graduação da UFRN. Com base no diagnóstico interno e na avaliação da Capes, criou-se o Plano de Ação Quadrienal dos Programas de Pós-graduação (PAQPG), com um planejamento contemplando dois quadriênios de avaliação, ou seja, 2017-2020 e 2021-2024. O PAQPG permite prever ações de

curto, médio e até longo prazo para alcançar a excelência acadêmica, constituindo-se um importante instrumento de acompanhamento.

Outra iniciativa que tem contribuído para a elaboração dos PAQPGs e para a melhoria da qualidade acadêmica dos programas é a avaliação dos egressos dos últimos cinco anos dos cursos de mestrado e doutorado. Essa meta foi proposta em anos anteriores, mas o questionário só pôde ser aplicado no exercício em referência. Mais de 30% dos egressos responderam ao questionário. A taxa de empregabilidade é boa e a maioria dos egressos trabalha em instituições públicas. A partir da visão dos egressos, será possível analisar os desafios de cada programa para sua consolidação e excelência acadêmica.

Em relação à produção de conhecimento nesse nível de ensino, foram registradas 1.171 defesas de mestrado e 385 teses de doutorado, um aumento de cerca de 13% no número de defesas comparado a 2017. Ainda no exercício, foram realizadas 303 bancas de mestrado e 81 de doutorado por videoconferência, representando 24,7% do total de defesas concretizadas. Não é possível comparar com os dados do ano anterior, pois o registro de defesas por videoconferência foi efetivado a partir de maio de 2017.

Merece destaque o esforço institucional que culminou com a aprovação do Projeto Institucional de Internacionalização da Pós-graduação da UFRN (PRINT), pelo edital nº 41/2017-Capes. Trata-se de um projeto estruturante para a pós-graduação, a ser executado nos próximos quatro anos, de modo a promover a inserção internacional da Universidade e consolidar parcerias acadêmicas com instituições estrangeiras de renome. A proposta da UFRN, encaminhada pela Pró-Reitoria de Pós-graduação (PPg), foi aprovada sem cortes. Nesse processo, apenas quatro universidades da região Nordeste obtiveram êxito na análise inicial.

Na pós-graduação, a Instituição oferece 94 programas *stricto sensu*, totalizando 134 cursos, sendo 64 em nível de mestrado acadêmico, 26 em nível de mestrado profissional e 44 em nível de doutorado, perfazendo 6.482 alunos matriculados. No total, são 3.106 alunos no mestrado acadêmico, 1.038 alunos no mestrado profissional e 2.338 alunos no doutorado. A UFRN oferta, também, 112 cursos de pós-graduação *lato sensu*, sendo 66 cursos de especialização, 37 residências médicas, uma residência bucomaxilofacial e oito residências multiprofissionais.

Com relação ao crescimento do sistema, em 2018, foram aprovadas sete propostas de cursos de pós-graduação,

resultado das submissões de 2017 e 2018. De acordo com a política da Instituição, foi priorizada a criação de cursos de doutorado nos programas que receberam nota 4 na última avaliação da Capes, bem como a interiorização da pós-graduação *stricto sensu*. Ressalta-se que, nessa última direção, foram submetidas e aprovadas pela Capes duas propostas do CERES/Caicó: História e Geografia, ambas contemplando a identidade da região. A proposta de História tem como tema o estudo dos sertões, projeto desenvolvido com o apoio do edital nº 01/2016 do Programa de Acompanhamento, Avaliação e Fomento para a Excelência na Pós-graduação (PAAFEP), enquanto a proposta de Geografia tem foco no estudo do semiárido.

O quadro a seguir apresenta uma síntese das informações sobre o número de alunos na UFRN no exercício 2018.

Número de alunos matriculados e concluintes na UFRN em 2018

Nível de ensino	Nº de alunos matriculados, 2018	Nº de alunos concluintes, 2018
Graduação presencial	24.680	3.607
Pós-graduação <i>stricto sensu</i>	6.482	1.556
Graduação a distância	1.248	111
TOTAL	32.410	5.274

Fonte: PROPLAN

Promover a Extensão

As atividades de extensão no exercício de 2018 compreenderam 2.169 ações que resultaram no desenvolvimento de programas, projetos, cursos, eventos e produtos, com a participação de 82,63% dos docentes efetivos, de 48,75% dos técnico-administrativos e 25,27% dos estudantes de graduação. Essas ações priorizaram a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de contribuir para uma formação que privilegia a articulação dos conhecimentos com a prática, buscando o cumprimento da responsabilidade social da Instituição. Nessa área, foram executados 39 programas, 806 projetos, 277 cursos, 1.004 eventos e contabilizados 43 produtos.

Destaca-se a Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CIENTEC), que acontece todos

os anos, expondo os principais fundamentos das atividades científicas, tecnológicas e culturais da Universidade, buscando, dessa forma, uma interface com a sociedade. Também merece destaque o programa [Trilhas Potiguaras](#), que é estratégico e desenvolvido pela Universidade há mais de 20 anos. Em sua metodologia, o programa tem como premissa o levantamento de demandas sociais existentes nos municípios a ser atendidos.

Com os dados em mãos, professores e servidores técnico-administrativos formam equipes com alunos oriundos dos diferentes cursos de graduação e pós-graduação da UFRN. O intuito é desenvolver estudos, oficinas, treinamentos e capacitações para os habitantes dos municípios. Essas ações alcançam diversos públicos como: idosos, gestantes, usuários de drogas, conselheiros tutelares,

professores, cuidadores de idosos, agricultores, servidores públicos e estudantes da rede pública de ensino, em uma perspectiva de aplicação de ações sustentáveis que possam contribuir para o desenvolvimento da população. O referido programa proporciona impacto na formação dos estudantes da UFRN, promovendo uma formação acadêmica e cidadã vinculada às necessidades da sociedade. Além disso, causa impacto social e econômico para o município, uma vez que possibilita o apoio da academia com seu conhecimento científico aplicado em prol da tentativa de resolução de problemas nos municípios.

No âmbito do programa Trilhas Potiguaras, as ações ocorreram em 18 municípios do Rio Grande do Norte no ano de 2018. A importância do programa é evidenciada na sua forma de execução, articulando

a Universidade e a sociedade. No exercício em referência, a estimativa de pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, pelas ações do programa foi de 25.000 pessoas.

Desde 2017, o programa Trilhas Potiguares vem desenvolvendo uma ação em âmbito internacional. A ação foi realizada em parceria com a Universidade Pedagógica do Maxixe, em Moçambique, permitindo que 12 estudantes e dois professores da UFRN pudessem desenvolver as atividades do programa em parceria com uma equipe local, no país africano. Em 2018, o caminho foi inverso: docentes de Moçambique vieram até a UFRN, o que permitiu um intercâmbio significativo de conhecimentos entre as duas Instituições.

Com o objetivo de integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao envelhecimento no

âmbito da UFRN, foi criado o Instituto do Envelhecer (IEN) ([Resolução nº 026/2018-CONSUNI](#)). Como escopo, este constitui-se como um centro colaborador na área do envelhecimento, a fim de subsidiar políticas públicas sobre a temática; apoiar, propor e desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão; apoiar o desenvolvimento de estudos (dissertações e teses) sobre aspectos diversos da temática; e promover cursos de capacitação e atividades culturais e de lazer, entre outros objetivos.

Em relação à mobilidade, a Secretaria de Relações Internacionais (SRI) da UFRN registrou que, no exercício de 2018, em nível de graduação, 35 estudantes chegaram à UFRN em mobilidade nacional, e 50 estudantes da UFRN foram encaminhados para outras instituições de educação superior também em mobilidade

nacional. Em nível internacional, 40 estudantes estrangeiros foram recebidos pela Universidade. Já os estudantes da UFRN no exterior somaram 48 alunos. No tocante aos acordos de cooperação acadêmica internacionais, houve um acréscimo de cinco acordos em relação a 2017, totalizando, no exercício de 2018, 230 parcerias.

Promover a Pesquisa

Na área de Inovação, Ciência e Tecnologia, em termos de iniciativas estruturadoras, destaca-se o esforço de aperfeiçoamento do quadro de pessoal do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), que permitiu a consecução, em 2018, de seis cartas-patentes da UFRN, bem como do alcance da marca de 211 pedidos de patentes de invenção submetidos, além de 144 programas de computador concedidos até o final de 2018.

A UFRN obteve no ano de 2018, seis cartas-patentes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). A primeira patente do ano de 2018, quarta carta-patente da Insituição, trata da redução aluminotérmica do Nb_2O_5 a plasma. Usado na produção de ligas de aço destinadas ao fabrico de tubos para condução de líquido, o Nióbio (Nb) é considerado o metal do século XXI. Noventa por cento das reservas do mundo estão em território brasileiro, e parte dos pegmatites estão no município de Caiçara do Rio dos Ventos e na Região Seridoense do Rio Grande do Norte. Devido à sua supercondutividade, o nióbio é usado pela indústria de cosméticos, de produção de joias, e também pelas indústrias nuclear, aeronáutica e espacial.

A segunda carta-patente do ano trata da máquina para quebra de coco licuri e similares e representa a quinta carta-

patente da Instituição. “Máquina para quebra de coco licuri e similares” tem titularidade dividida com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Também conhecido como ouricuri, aricuri, nicuri e alicuri, o licuri é um pequeno coco encontrado no semiárido baiano. Suas propriedades nutritivas e peso socioeconômico foram descobertos em pesquisa científica realizada no IFBA, que destacou o valor funcional do alimento rico em substâncias como selênio, ferro, cálcio, magnésio e zinco.

A terceira carta-patente do ano 2018 – sexta da UFRN – tem por utilidade um “Protetor Resiliente, autoajustável multiuso” para envolver materiais, objetos ou instrumentos que se pretenda manipular de forma asséptica. Destinado a diversas áreas de atividades, especialmente à medicina humana e à medicina veterinária. Segundo o resumo do

material submetido, o modelo é uma “bolsa tubular retrátil autoajustável, descartável com luz terminando em fundo cego; cuja utilização se dá com segurança e eficácia proporcionando facilidade, praticidade e rapidez tanto na sua instalação quanto em sua desinstalação”.

A sétima carta-patente (quarta do ano), aprovada pelo INPI e intitulada “Redução aluminotérmica do Ta_2O_5 ”, consiste no processo alternativo de produção do tântalo, que é um metal de alto valor devido às propriedades que o englobam, como resistência à corrosão, alto ponto de fusão e ebulição, além de boa condutividade térmica e elétrica. O metal costuma ser usado na regulação do fluxo de eletricidade nos circuitos integrados da indústria eletrônica.

Fruto de um projeto em parceria com a Petrobras, a UFRN, conquistou

a sua oitava carta-patente no final do mês de agosto. O resultado da parceria é uma pasta cimentante à base de aluminossilicatos e microssílica, geopolimerizada em solução alcalina de KOH (Hidróxido de Potássio) e $\text{Ca}(\text{OH})_2$ (Hidróxido de Cálcio), além do seu método de preparação. O produto é utilizado para cimentação de poços de petróleo, situados em formações geológicas adversas. A pasta possui um elevado nível de resistência mecânica e química que a diferencia de outros gêneros similares disponíveis no mercado.

A nona carta-patente trata da redução aluminotérmica do Ta_2O_5 a plasma. O metal costuma ser usado na regulação do fluxo de eletricidade nos circuitos integrados da indústria eletrônica. Contudo, na técnica de aluminotermia convencional, o alumínio reage por meio do

fornecimento de calor pela queima de um elemento resistivo. Já no processo alternativo, é utilizado o plasma como fonte energética para redução aluminotérmica. A mudança traz como benefício a diminuição dos custos de produção, pois são eliminadas etapas como a hidrogenação, moldagem e desidrogenação.

Nessa área, destaca-se também a criação de uma vitrine tecnológica no site do NIT para divulgação do acervo completo de patentes depositadas, com vista a eventuais processos de transferência de tecnologia.

Sobressai, no exercício em referência, a conclusão de todo o regramento disponível para a pesquisa, consolidado por meio da aprovação da [Resolução nº 130/2018-CONSEPE](#), que “regula as atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)

na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN”. A definição de uma Política de Inovação para a UFRN em consonância com as exigências estabelecidas nos atuais sistemas de regramento da Inovação, Ciência e Tecnologia foi objeto da [Resolução nº 135/2018-CONSEPE](#), que “dispõe sobre a gestão da propriedade intelectual e a transferência de tecnologia no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN”.

A pesquisa na Universidade, em 2018, contou com 478 grupos e 1.741 projetos. Os indicadores da pesquisa na UFRN referentes ao exercício de 2018 estão apresentados na figura a seguir.

Indicadores da pesquisa na UFRN ao final de 2018

Indicador	Quant.
Grupos de pesquisa certificados pelo CNPq	478
Projetos de pesquisa	1.741
Bolsistas de iniciação científica	1.214
Artigos publicados em periódicos – Base de Dados SCOPUS	1.310
Bolsistas de produtividade	179

Fonte: PROPESQ

Em 2018, destaca-se a Medalha do Mérito Científico Antônio Campos, conferida à UFRN em sessão especial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, em 10 de dezembro de 2018, por ocasião da Sessão Solene em homenagem à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN), em reconhecimento ao papel da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade na gestão da pesquisa voltada para as demandas do RN.

Apoio às atividades acadêmicas

No quesito infraestrutura, para garantir a permanência e o sucesso dos alunos matriculados, a Universidade conta com laboratórios, hospitais, salas de aula e bibliotecas. Dispõe, assim, de potencialidade física e organizacional para cumprir com excelência sua missão e seus objetivos institucionais. Suas instalações acadêmicas e administrativas estão organizadas em uma Reitoria, oito Centros Acadêmicos,

nove Unidades Acadêmicas Especializadas, uma Biblioteca Central e dois Restaurantes Universitários. A cada Centro e a cada Unidade Acadêmica Especializada estão ligados setores de salas de aulas, laboratórios, núcleos de pesquisa e bibliotecas setoriais. As atividades de ensino, pesquisa, extensão e artístico-culturais são desenvolvidas também em auditórios distribuídos nesses espaços acadêmicos.

Para o desenvolvimento das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a UFRN dispõe de mais de 670 laboratórios, entre eles, laboratórios específicos (por área ou disciplina) e laboratórios multidisciplinares, todos com espaço e equipamentos adequados às atividades desenvolvidas. Destacam-se, dentre outros espaços, os seguintes: Laboratório de Automação em Petróleo, Laboratório de Geologia e Geofísica do Petróleo; Laboratório de Epidemiologia Clínica e Fisioterapia Geriátrica; Laboratório de Engenharia Ambiental e Controle de Qualidade; Laboratório de Metrologia; Laboratório de Monitoração de Produtos sobre Vigilância Sanitária; e o Laboratório de Realidade conectado à rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). A Universidade dispõe também de três museus (Museu Câmara Cascudo, Museu de Ciências Morfológicas e Museu do Mar), um Núcleo de Produção de Alimentos e Medicamentos (NUPLAM), uma emissora de TV

educativa em canal aberto e uma rádio FM em frequência modulada.

Conta, ainda, com um Centro de Convivência, no qual estão instalados: um restaurante, lanchonetes, farmácia-escola, livrarias, serviços bancários e de correios. Nesse espaço, está igualmente alojado o Núcleo de Arte e Cultura (NAC), a Ouvidoria, bem como salas de exposição de vídeo. As Unidades Acadêmicas (Centros e setores de aula) dispõem, em geral, de cantinas, lanchonetes e espaços de convivência para docentes, discentes e servidores técnicos-administrativos.

A infraestrutura para a prática de esportes é composta por dois ginásios poliesportivos, piscinas e campo de futebol com pista de atletismo. Já para a promoção da arte e da cultura, a Instituição dispõe de um amplo anfiteatro aberto, situado na praça

cívica do *Campus* Central, próximo à Capela do *Campus*, espaço próprio para as manifestações religiosas na Universidade. Conta, também, com um teatro multiuso, tipo arena, que pode ser organizado de acordo com o espetáculo ou a peça, com capacidade para 300 pessoas.

A UFRN dispõe de uma política de acessibilidade definida no PDI 2010-2019, com dois objetivos principais, a saber: o primeiro diz respeito ao apoio pedagógico aos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE); o segundo refere-se à infraestrutura de acessibilidade. Em relação ao atendimento dos alunos com NEE, a UFRN oferece apoio social, programa de tutoria inclusiva, produção e adaptação de materiais didáticos acessíveis, Repositório de Informação Acessível (RIA), treinamento e empréstimo de tecnologia assistiva, disponibilização

de intérpretes de libras e capacitação de recursos humanos para atendimento aos estudantes com NEE. No ano de 2018, destacam-se, dentre as ações desenvolvidas pela Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE/UFRN): (I) o fortalecimento da Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA), rede de apoio interinstitucional coordenada pela UFRN; e (II) a produção da página da UFRN em formato acessível.

Atuando como suporte informacional ao ensino, à pesquisa e à extensão, contribuindo para a produção científica da Instituição, a Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) é o órgão central executivo do Sistema de Bibliotecas da UFRN (SISBI), responsável pela coordenação, padronização e assistência técnica às 22 bibliotecas setoriais que compõem o SISBI.

Em dezembro de 2018, o SISBI dispunha de um total de 435.966 volumes, dos quais 275.119 são livros e 134.248, periódicos.

A BCZM permite, por meio de sua página – www.bczm.ufrn.br –, acesso aos acervos digitais de todas as unidades do Sistema de Bibliotecas da UFRN. Entre outros títulos, esses acervos englobam 3.780 livros digitais e 12.185 Teses e Dissertações. Além disso, as unidades do SISBI oferecem acesso ao Portal de Periódicos da Capes, Hemerotecas Digitais e Fotografias.

Na BCZM, destacam-se as atividades técnicas de produção de materiais informacionais, desenvolvidas no Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca (LA), em formato acessível (Ampliado, Braille e Áudio). Tal ação visa permitir o adequado desenvolvimento acadêmico e social

dos alunos da Universidade com baixa visão, cegueira, dislexia, entre outras dificuldades, garantindo a permanência desses alunos e a conclusão dos respectivos cursos.

Também como forma de assegurar o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, a UFRN dispunha, em dezembro de 2018, de um quadro de pessoal composto de 5.462 servidores, sendo 2.392 docentes efetivos e 3.070 servidores técnico-administrativos. Do total de docentes efetivos, 2.176 pertencem ao quadro permanente do ensino superior; e 216, ao quadro de docentes permanentes da educação básica. No magistério superior e na educação básica, dos 2.392 docentes efetivos, 80,47% (1.925) são doutores; 13,54% (324), mestres; 5,60% (134), especialistas; e 0,37% (nove), graduados. Do total dos professores efetivos, mais de 90%

desempenham suas atividades em regime de tempo integral.

Além da força de trabalho descrita acima, a Universidade conta com a colaboração de pessoal terceirizado por meio de empresas prestadoras de serviços para desempenhar funções de cargos extintos desde 1998. Ademais, dispõe de pessoal contratado diretamente pela Fundação Norte-rio-grandense de Pesquisa e Cultura (FUNPEC) para apoiar os projetos acadêmicos.

Avaliação e Resultados

A UFRN tem demonstrado oferecer plenas condições para garantir o seu funcionamento, bem como para cumprir o compromisso de formar profissionais qualificados para os diferentes setores da sociedade. Esse entendimento é corroborado pelos resultados de todas as avaliações externas realizadas pelo

Inep/MEC, bem como pelos resultados obtidos no indicador de qualidade IGC (Índice Geral de Cursos) mais recente (2017), publicado em dezembro de 2018, cujo conceito obtido foi “4”, numa escala de “1” a “5”. Nesse sentido, destaca-se que, desde a primeira edição do IGC, a UFRN tem mantido o conceito “4”. Para o cálculo do IGC, são considerados, entre outros indicadores, os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), aplicado aos alunos dos cursos de graduação, bem como os resultados da avaliação (antes trienal e agora quadrienal), realizada pela Capes, dos cursos de pós-graduação oferecidos pela Instituição.

O Enade integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Avalia cada área do conhecimento de acordo com o ciclo avaliativo, que é trienal. Tem a finalidade de aferir

o aproveitamento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos curriculares, às habilidades e às competências. No que diz respeito aos últimos resultados demonstrados, estes foram divulgados pelo Inep/MEC em dezembro de 2018 e são referentes ao exame realizado em 2017. Os quadros a seguir apresentam os resultados da Universidade no Enade obtidos por meio da participação dos alunos dos cursos de todas as áreas. Para estabelecer um comparativo e auxiliar a compreensão da avaliação, encontram-se registrados os resultados anteriores dos cursos de todas as áreas. Da mesma forma que no IGC, os conceitos do Enade variam na escala de “1” a “5”.

O IGC é um indicador de qualidade de instituições de educação superior que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação

e de pós-graduação (mestrado e doutorado). No que se refere à graduação, é utilizado o Conceito Preliminar de Curso (CPC); e, no que se refere à pós-graduação, é utilizada a Nota Capes. O resultado final está em valores contínuos (que vão de 0 a 500) e em faixas (de 1 a 5). Desde a sua criação, a UFRN obteve os seguintes resultados:

Índice Geral de Cursos (IGC) na UFRN

2012	IGC contínuo	368
	IGC faixas	4
2013	IGC contínuo	367
	IGC faixas	4
2014	IGC contínuo	366
	IGC faixas	4
2015	IGC contínuo	359
	IGC faixas	4
2016	IGC contínuo	361
	IGC faixas	4
2017	IGC contínuo	367
	IGC faixas	4

Fonte: Inep/Enade

Destaca-se que os resultados do Enade 2017 foram divulgados pelo Inep/MEC em dezembro de 2018.

Conceitos dos cursos de graduação da UFRN, modalidade presencial, avaliados pelo Enade no período 2008/2017

Curso	Ano de avaliação			
	2008	2011	2014	2017
Arquitetura e Urbanismo	4	5	5	5
Artes Visuais – Licenciatura	-	-	-	4
Ciências Biológicas – Bacharelado	4	4	4	3
Ciências Biológicas – Licenciatura	-	5	4	4
Ciências Sociais – Bacharelado	3	5	3	3
Ciências Sociais – Licenciatura			3	3
Ciências da Computação	SC	4	4	5
Sistemas de Informação – Caicó	-	-	4	3
Educação Física – Licenciatura	-	-	-	5
Engenharia Civil	5	4	4	4
Engenharia da Computação	5	4	4	3
Engenharia Elétrica	3	4	3	4
Engenharia de Alimentos	SC	4		4
Engenharia de Materiais	2	3	3	3
Engenharia de Produção	2	4	4	4
Engenharia Química	3	3	3	4
Engenharia Mecânica	3	3	3	3
Engenharia Têxtil	1	-	3	2
Engenharia do Petróleo*	-	-	3	3
Engenharia Mecatrônica*	-	-	5	3
Engenharia Biomédica*	-	-	3	3
Engenharia de Telecomunicações*	-	-	3	3
Engenharia Florestal	-	-	3	4
Engenharia Ambiental*	-	-	5	4

Filosofia – Bacharelado	2	4	4	4
Filosofia – Licenciatura	-	3	2	4
Física – Licenciatura	3	3	3	3
Física – Bacharelado	-	2	4	3
Geografia – Natal – Bacharelado	4	5	3	4
Geografia – Licenciatura – Natal	4	4	4	4
Geografia – Licenciatura – Caicó	3	5	4	4
Geografia – Bacharelado – Caicó*	-	-	2	3
História – Bacharelado – Natal	4	5	3	4
História – Licenciatura – Natal	4	5	4	5
História – Bacharelado – Caicó*	-	-	2	3
História – Licenciatura – Caicó	4	4	3	4
Letras – Português – Natal	4	4	4	4
Letras – Português e Inglês – Natal	-	-	5	5
Letras – Português e Espanhol – Natal	-	-	3	4
Letras – Português – Currais Novos	3	-	3	4
Letras – Português e Espanhol – Currais Novos*	-	-	2	3
Pedagogia – Natal	5	5	5	5
Pedagogia – Caicó	4	5	4	5
Química – Licenciatura	3	3	3	4
Química – Bacharelado	3	4	2	2
Matemática – Licenciatura – Natal	3	3	3	3
Matemática – Bacharelado – Natal	3	3	2	2
Matemática – Licenciatura – Caicó	2	2	3	2
Música – Licenciatura	-	-	-	3
Química do Petróleo – Bacharelado	-	-	-	3
Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Macaíba	-	-	-	4

Fonte: Inep/Enade

SC: Sem Conceito

-: Cursos sem concluintes

*Início em 2009

Em 2017, pela primeira vez, os cursos de Educação a Distância (EAD) foram avaliados no Enade isoladamente.

O quadro a seguir apresenta os resultados dos cursos de graduação (EAD) da UFRN, pertencentes à área do Grupo 2 (Engenharia, licenciaturas e respectivos bacharelados).

Conceito Enade dos cursos de educação a distância da UFRN

Curso	Enade 2017
Matemática (Licenciatura)	2
Letras-Português (Licenciatura)	2
Física (Licenciatura)	2
Química (Licenciatura)	3
Ciências Biológicas (Licenciatura)	2
Pedagogia (Licenciatura)	3
História (Licenciatura)	3
Geografia (Licenciatura)	3
Educação Física (Licenciatura)	3

Fonte: Inep/Enade

Como se observa, o enquadramento utilizado na aplicação do Enade 2017

pelo Inep (Grupo 2), no ciclo avaliativo trienal, foi composto pelos cursos da área de Engenharia, licenciaturas e respectivos bacharelados. Os resultados dos cursos participantes da UFRN para essa área (que totalizaram 49) são satisfatórios à medida que mais da metade dos cursos ofertados na modalidade presencial (54,9%) obtiveram conceitos 4 (Bom) ou 5 (Excelente). Apenas 3 cursos ficaram com conceito 2 (insuficiente). Ao observar os resultados 4 (Bom) e 5 (Excelente) em 2017, quando se compara com os resultados obtidos em 2014, nota-se um aumento nesses conceitos: foram 19 em 2014 e 28 em 2017. Outro dado positivo constatado nos resultados de 2017 em relação a 2014 foi o número de cursos que aumentou o conceito Enade (15 cursos). Não obstante, observa-se que oito cursos diminuíram o conceito em relação a 2014, além de quatro cursos (do total de nove), ofertados na

modalidade a distância, que obtiveram conceito 2 (insuficiente).

O conceito 2 em alguns cursos, conforme quadros acima, despertou na Instituição uma discussão que resultou na criação da Política de Melhoria da Qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação da UFRN (Resolução nº 181/2017-CONSEPE), que propõe um conjunto de ações e medidas visando à melhoria da qualidade acadêmica. Como já mencionado, a Política de Melhoria determina que os cursos de graduação elaborem um Plano de Ação Trienal do Curso de Graduação (PATCG), com propostas efetivas para enfrentar as fragilidades e encaminhar ações de melhorias dos indicadores, com base na análise dos relatórios gerados pelo Inep. As ações decorrentes da implantação dessa política se encontram em andamento.

No contexto da avaliação institucional, além da avaliação externa, destaca-se o processo de avaliação interna ou autoavaliação, desenvolvido continuamente pela UFRN, e que desde 2004 está fundamentado na Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) (Lei nº 10.861/2004). Esse processo fornece apoio às atividades acadêmicas da Instituição e é conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme previsto na mencionada Lei. A avaliação abrange as dez dimensões definidas na Lei nº 10.861, atualmente agrupadas em cinco eixos por meio da Nota Técnica nº 14/2014 do Inep/MEC.

O processo de autoavaliação na UFRN identifica as fragilidades e as potencialidades institucionais nas dimensões previstas na supracitada lei, caracterizando-se como um importante instrumento para a

tomada de decisão. Desse processo, resultam relatórios contendo análises, críticas e sugestões. No exercício de 2018, a CPA conduziu o processo de autoavaliação de dez cursos de graduação com o objetivo de realizar um diagnóstico para subsidiar a Elaboração do Plano de Ação Trienal dos Cursos, conforme prevê a já referida Resolução CONSEPE nº 181/2017: Comunicação Social – Audiovisual, Gestão de Políticas Públicas, Ciências Atuariais, Teatro, Geologia, Ciência e Tecnologia, Engenharia de Aquicultura, História EaD, Engenharia do Petróleo, Enfermagem (Santa Cruz – FACISA).

Sobre a relevância dessas ações, dos projetos e programas desenvolvidos pela UFRN no exercício de 2018, é impossível uma narrativa textual considerando que o tripé ensino-pesquisa-extensão é indissociável, conforme disposto no artigo 207

da CF/88, segundo o qual as universidades obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; portanto, têm igual importância todas as ações e atividades desenvolvidas no âmbito da cadeia de valor institucional. Os valores aplicados nas ações, projetos e programas, estão contemplados no Capítulo 7 deste Relatório.

Principais programas e projetos/iniciativas

Em seu orçamento anual, a UFRN executa ações com metas físicas e financeiras, relativas aos seguintes Programas Temáticos de Governo:

Resumo das ações em 2018

AÇÕES	
Programa 2080 - Educação de qualidade para todos	
20GK	Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de educação básica
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
20RL	Funcionamento de Instituições Federais de educação profissional e tecnológica
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de educação profissional e tecnológica
4002	Assistência ao estudante de ensino superior
8282	Reestruturação e expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

Fonte: PROPLAN

Ação 20GK – Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão

As ações de fomento à graduação, à pós-graduação, ao ensino, à pesquisa e à extensão na UFRN, no exercício de 2018, foram desenvolvidas pela comunidade acadêmica por meio de atividades nas modalidades de projetos, cursos e eventos, entre outras ações. Quanto ao processo de acompanhamento da execução das iniciativas praticado em 2018, este foi consideravelmente aprimorado. Embora com disponibilidade orçamentária menor, a meta estabelecida foi superada com práticas racionais de eficiência dos gastos e rigidez no atendimento dos compromissos expressos nos editais, com reflexo positivo para a Instituição. Nesse sentido,

a Universidade obteve uma disposição maior na execução de iniciativas, decorrente da adoção de procedimentos mais rígidos de controle e cobrança com relação aos recursos descentralizados. Os editais para financiamento previam a redistribuição em caso de não utilização, permitindo a transferência para novas iniciativas que não foram contempladas, contribuindo para o incremento ocorrido na meta alcançada, que superou a inicialmente prevista. Adicionalmente, ressalta-se que o aumento na quantidade de ações desenvolvidas foi gerado também em razão do aprimoramento no registro das ações acadêmicas no Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA), permitindo que ações que não eram registradas pudessem ser contabilizadas nos relatórios institucionais.

A indissociabilidade da extensão ao ensino e à pesquisa e a inserção curricular das atividades de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos também contribuíram para que a meta prevista fosse ultrapassada em 320 ações (meta prevista: 1848; realizada: 2.168). Sobressaem-se, ainda, em 2018, como ações de fomento, os seguintes eventos: o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU) e o 43º Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior (FORPROEX).

Outra ação integrada que a UFRN desenvolve e que merece destaque é a CIENTEC, que acontece todos os anos, expondo os principais fundamentos das atividades científicas, tecnológicas e culturais da Universidade, buscando, dessa forma, uma interface com a sociedade. Além disso, a programação cultural da CIENTEC promoveu a apresentação de uma grande quantidade de espetáculos de dança, música, corais e cinema, compondo a moldura artístico-cultural desse evento de grande relevância para uma interação entre a Universidade, seus parceiros e a sociedade em geral. Com essa organização, propôs-se a articulação das diferentes unidades de produção de ciência, tecnologia e cultura, evidenciando o que a UFRN tem desenvolvido de forma articulada no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como da produção cultural.

Ação 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de educação básica

A manutenção e o funcionamento das Instituições Federais de educação básica desenvolvem-se por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento, de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades dos alunos dessas instituições. A ação em referência é desenvolvida pelo Núcleo de Educação da Infância/ Colégio de Aplicação da UFRN (NEI/CAp), Unidade Suplementar do Centro de Educação, que tem como objetivo a formação, o aprendizado e o desenvolvimento da criança no contexto escolar e social, cumprindo o papel político e pedagógico assumido pela Instituição. É um espaço onde se coadunam teoria e prática, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre

ensino, pesquisa e extensão, e que contribui para a formação docente inicial e continuada oferecida pela Universidade. Essa unidade dedica-se à educação infantil (creche e pré-escola) e ao ensino fundamental (ciclo de alfabetização), atendendo crianças dos 11 meses aos 11 anos de idade.

No que se refere à estrutura, o NEI está instalado no *Campus Central* e funciona em três prédios, que contemplam salas de aula, biblioteca, brinquedoteca, sala de multimídia, parques, quadra, jardins, solários, cozinha experimental, sala do repouso (creche) e refeitório (creche). Quanto ao quadro de pessoal, a falta de professores para duas turmas de 4º e 5º anos, inicialmente previstas, impediu o cumprimento integral da meta. Em 2018, tinha-se como meta matricular 402 alunos no NEI. No entanto, foram matriculados 367 alunos, o que representa 91,3% da

meta prevista. Desse total, foram 179 crianças no ensino infantil, distribuídas nas turmas 001 a 004 e berçário 01 e 02; e 185 matriculadas no ensino fundamental, do 1º ao 5º ano.

Ação 20RK – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior 2018

A meta da UFRN no SIMEC prevista para a ação em epígrafe foi de 35.161 alunos matriculados na educação superior – em nível de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, na modalidade presencial, no ano de 2018. Não obstante, a meta executada foi de 31.102 (sendo 24.680¹ na graduação e 6.482 na pós-graduação).

¹ Tal número representa uma média dos alunos matriculados no primeiro e no segundo semestre, $(1 \text{ sem} + 2 \text{ sem})/2$, calculado conforme orientação do TCU.

Dois fatores, em especial, têm contribuído para o não atendimento integral da meta prevista. O primeiro refere-se à alteração da metodologia de cálculo para os alunos matriculados. A UFRN utilizava, até 2015, o número de alunos matriculados no segundo semestre, somado ao número de alunos concluintes no primeiro semestre, para a contagem dos alunos matriculados no ano. Em 2016, 2017 e 2018, passou-se a utilizar como base as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU). Com isso, o número de alunos matriculados foi calculado a partir da soma dos alunos matriculados no primeiro semestre com os alunos matriculados no segundo semestre, dividido por dois.

O segundo fator que tem contribuído para o não atendimento à meta prevista de alunos matriculados é a utilização do Sistema de Seleção

Unificada (SiSU) como processo seletivo para oferta integral das vagas dos cursos de graduação da UFRN, exceto para aqueles que necessitam de Teste de Habilidade Específica (THE): Dança, licenciatura; Música-Canto, bacharelado; Música-Instrumento, bacharelado; Teatro, licenciatura; e Letras – Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). O SiSU permite a mobilidade do estudante entre cursos de várias universidades de outros estados da federação, no mesmo ano. Esse fator favorece a evasão, bem como justifica o número de estudantes matriculados abaixo da meta prevista. Por conseguinte, a Universidade não preencheu todas as vagas ofertadas no SiSU em 2018.1, o que foi minimizado com a publicação do edital de vagas residuais para a ocupação das vagas não preenchidas, que resultou no preenchimento de 96,45% das vagas ociosas.

Ademais, registra-se que a fixação da meta prevista na ação em referência não se constitui em um cálculo simples em razão da existência de muitas variáveis nessa estimativa. Não obstante, a diminuição observada no número de matriculados no período de 2016-2018 tem sido objeto de preocupação e acompanhamento por parte da administração da UFRN. Em 14 de novembro de 2017, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) aprovou a Política de Melhoria da Qualidade dos Cursos de Graduação e de Pós-graduação oferecidos pela UFRN (Resolução nº 181/2017- CONSEPE), cujos primeiros resultados serão avaliados no ano de 2019.

Cumpra esclarecer que na descrição da Ação Orçamentária em tela consta do seguinte: “Apoio à gestão administrativa, financeira e técnica, ao desenvolvimento de ações para

o funcionamento dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão das Instituições Federais de Educação Superior, bem como definir, elaborar, implantar e desenvolver cursos e programas de formação educacional nas modalidades presencial e a *distância* (grifo nosso)”. No entanto, a Universidade considera que para a oferta de cursos e programas na modalidade a distância há um financiamento específico e, por isso, os alunos matriculados nessa modalidade de ensino não são computados nessa ação.

Outras informações sobre o funcionamento da UFRN com os resultados referentes ao exercício 2018 foram apresentadas no item *Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos (ou cadeia de valor) e às prioridades da gestão*, deste mesmo capítulo.

Ação 20RL – Funcionamento de Instituições Federais de educação profissional e tecnológica

No âmbito da educação profissional, a Universidade atua com a oferta de cursos técnicos de nível médio nas seguintes Unidades Acadêmicas: Escola Agrícola de Jundiá (EAJ), Escola de Saúde (ESUFRN), Escola de Música (EMUFRN). No que se refere à EAJ, ela tem concentrado suas atividades administrativas e acadêmicas voltadas para o campo das ciências agrárias visando à formação e à profissionalização de jovens e adultos oriundos dos diversos municípios do Rio Grande do Norte, promovendo cursos técnicos em agropecuária, agroindústria, informática e aquicultura.

Já a ESUFRN tem desenvolvido ações para promover a profissionalização dos educandos, preparando-os para atuar nos diversos níveis de atenção à

saúde, de forma integral e crítica, considerando os princípios ético, técnico, político e humano, na perspectiva de contribuir para a melhoria das condições de saúde da população, mediante a oferta dos cursos: técnico em enfermagem, técnico em vigilância da saúde, técnico em registro e informações em saúde e técnico em práticas integrativas e complementares em saúde.

Por sua vez, a EMUFRN oferece, no âmbito da educação profissional, cursos técnicos de nível médio em música, cujo objetivo principal é a formação de profissionais na área de instrumento, canto, regência e gravação musical (processos fonográficos), com a finalidade de prepará-los para atuar no mundo do trabalho. Tal formação tem contribuído para capacitar jovens e adultos oriundos da capital, do interior e de outros estados do Brasil, para o exercício profissional como músicos instrumentistas, regentes de banda e corais, cantores e técnicos em gravação musical.

O total de alunos matriculados nas Unidades de educação básica, técnica e tecnológica da UFRN, em 2018, foi de 1.449, representando 97,15% de realização da meta. O não cumprimento integral da meta se deve, entre outros fatores, à evasão ocorrida no período.

Quanto à contribuição de cada Unidade para a realização da meta, destaca-se que a Escola de Saúde contribuiu com 520 estudantes matriculados; a Escola de Música, com 249; e a Escola Agrícola de Jundiaí, com 680. Já os alunos concluintes somaram 280, sendo 84 da Escola de Saúde, 26 da Escola de Música, 170 da Escola Agrícola de Jundiaí, conforme quadro a seguir.

Número de alunos por cursos das Unidades de ensino básico, técnico e tecnológico

Instituição	Curso	Matric.	Conc.
Escola de Saúde	Técnico em Enfermagem	208	31
	Técnico em Vigilância em Saúde	41	2
	Técnico em Registro e Informações em Saúde	78	25
	Técnico em Agente Comunitário de Saúde	87	0
	Técnico em Massoterapia	106	26
	Total (ESUFRN)	520	84
Escola de Música	Técnico em Instrumento Musical	194	21
	Técnico de Canto	31	3
	Técnico de Regência	10	0
	Técnico em Processos Fonográficos	14	2
	Total (EMUFRN)	249	26

Instituição	Curso	Matric.	Conc.
Escola Agrícola de Jundáí	Técnico em Agroindústria (Integrado)	101	31
	Técnico em Agroindústria (Subsequente)	107	20
	Técnico em Agropecuária (Integrado)	83	23
	Técnico em Agropecuária (Subsequente)	140	21
	Técnico em Aquicultura (Integrado)	94	36
	Técnico em Aquicultura (Subsequente)	74	24
	Técnico em Informática (Integrado)	81	15
Total (EAJ)		680	170
Total geral		1.449	280

Fonte: Secretaria de ensino básico, técnico e tecnológico

Os recursos recebidos por meio da ação 20RL têm possibilitado a manutenção e o custeio das Unidades Acadêmicas que ofertam a educação profissional, garantindo as condições de trabalho a servidores, professores e alunos. Além disso, eles têm sido de extrema importância para o desenvolvimento dos cursos no tocante à aquisição de instrumentos musicais, acervo bibliográfico, materiais eletroacústicos, material de processamento de dados, aquisição de mobiliário em geral, bem como para a manutenção permanente de máquinas, equipamentos agrícolas e dos transportes (tratores e máquinas pesadas, ônibus escolares, veículos etc.). Isso tem possibilitado a oferta regular dos cursos e a ampliação de novas vagas,

contribuindo para a melhoria do desenvolvimento das atividades acadêmicas no nível da educação profissional.

Ação 2094 – Assistência ao estudante de educação profissional e tecnológica

A ação de assistência aos estudantes das Instituições Federais de educação profissional e tecnológica na UFRN abarca a EAJ, a EMUFRN e a ESUFRN. Nessas Unidades, os alunos são contemplados com benefícios, tais como: Auxílio Transporte, Auxílio Creche, Auxílio Óculos, Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação, bem como o acesso à assistência social e psicológica. O objetivo desses benefícios é garantir a permanência e o bom desempenho dos discentes, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico e agindo, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras, buscando, desse modo, atender o estudante em vulnerabilidade social, dando-lhe mínima igualdade de oportunidades.

A EAJ hospeda em suas instalações alunos em regime de internato e semi-internato, os quais demandam mais atenção quanto à alimentação, à moradia e à assistência médica, odontológica, social e psicológica. Os estudantes são abrigados em alojamentos (masculino e feminino),

que atendem satisfatoriamente os aspectos de conforto, higienização e espaços para leitura. A Escola dispõe de um restaurante onde são servidas seis refeições/dia para os alunos internos e três refeições/dia para os alunos semi-internos.

Em relação à ESUFRN, os alunos são contemplados mediante pecúnia, por diferentes formas de benefícios. Dentre eles, destacam-se: Auxílio Transporte, Auxílio Creche, Auxílio Óculos, Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação e bolsas de apoio técnico e administrativo, bem como o acesso à assistência social e psicológica.

A EMUFRN, por sua vez, viabiliza a igualdade de oportunidades ao conceder bolsas nas seguintes modalidades: moradia, transporte, refeições, bolsas de apoio técnico e administrativo e auxílio financeiro a estudantes/eventos. Vale destacar que o auxílio financeiro é de expressiva importância para a formação profissional dos estudantes, uma vez que os eventos artísticos (seminários, *masterclasses*, festivais de inverno etc.) constituem-se em espaços de permuta de conhecimentos e contato com renomados profissionais nacionais e internacionais no campo musical.

Ao total, considerando as Unidades EAJ, EMUFRN e ESUFRN, no exercício de 2018, foram concedidos 1.403 benefícios, além de 164 bolsas de apoio administrativo e técnico, totalizando 1.567. Trata-se de pagamento pecuniário de assistência estudantil, nas modalidades: Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte, Auxílio Moradia, Auxílio Creche, bolsa de apoio administrativo e técnico.

Esse quantitativo (auxílios e bolsas somados) representa 92,73% da Meta Física (1.690) cadastrada no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), sinalizando um aproveitamento condizente com a realidade da UFRN. O não cumprimento do percentual de 100% da Meta deve-se aos seguintes fatores: conclusão de curso no final do primeiro semestre do ano letivo, trancamento de curso realizado ao longo de todo o ano e evasão.

Distribuição dos benefícios entre as Unidades

Modalidade	EAJ	EMUFRN	ESUFRN	Total por benefício
Auxílio Alimentação (alunos semi-internos)	750	-	-	750
Auxílio Alimentação (alunos internos)	145	-	-	145
Auxílio Transporte	222	45	157	424
Auxílio Moradia	20	27	27	74
Auxílio Creche	-	-	10	10

Modalidade	EAJ	EMUFRN	ESUFRN	Total por benefício
Auxílio Óculos	-	-	-	-
Auxílio Instrumento	-	-	-	-
Bolsa Acessibilidade	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total por escola	1.137	72	194	
Total geral			1.403	

Fonte: PROAE

Ação 4002 – Assistência ao estudante de educação superior

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Os critérios de seleção dos estudantes levam em

conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição.

As ações de assistência estudantil executadas pela UFRN em 2018 foram custeadas com recursos do PNAES e também com recursos orçamentários da Instituição. No que diz respeito aos recursos do PNAES, instituído pelo Decreto-Lei nº 7.234, de 19 de julho de 2010, conforme o seu artigo 5º, os recursos são destinados ao atendimento prioritário de estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas IFES. Na UFRN, a Resolução que trata de auxílio a estudantes considera como alunos em vulnerabilidade socioeconômica aqueles provenientes de famílias cuja renda *per capita* seja igual ou inferior a um salário mínimo oficial ([Resolução nº 026/2009-CONSAD](#)). Essa situação foi alterada com a aprovação da nova política de alimentação (consubstanciada na [Resolução nº 020/2016-CONSAD](#)), que redefiniu a faixa de beneficiários da isenção de pagamento de taxa no Restaurante Universitário para estudantes com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio.

Vale destacar, ainda, que de acordo com o Artigo 3º do Decreto nº 7.234, o PNAES deverá ser desenvolvido de

forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das IFES. No parágrafo 1º, ficou estabelecido que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: (I) moradia estudantil; (II) alimentação; (III) transporte; (IV) atenção à saúde; (V) inclusão digital; (VI) cultura; (VII) esporte; (VIII) creche; (IX) apoio pedagógico; e (X) acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Em 2018, os recursos oriundos do PNAES foram complementados por recursos do orçamento da Instituição e outros advindos de convênios e projetos. Assim, houve uma ampla oferta de bolsas, auxílios e serviços. O monitoramento das

ações realizadas no âmbito do PNAES é concretizado por meio das avaliações anuais de desempenho dos beneficiários, pois a continuação do recebimento de uma bolsa ou benefício está condicionada à demonstração do alcance de rendimento acadêmico estabelecido em cada edital. Os estudantes com baixo rendimento têm de apresentar justificativa, em forma de processo, que será analisada pela Comissão de Assuntos Estudantis (CAE), constituída por gestores e assistentes sociais. Essa Comissão possui representantes das Pró-Reitorias de Graduação e de Administração, representantes estudantis dos residentes universitários e do Diretório Central de Estudantes (DCE). Durante o ano de 2017, a UFRN criou um sistema eletrônico de gestão das bolsas, que passou a funcionar a partir de janeiro de 2018.

Para o enfrentamento dos déficits de aprendizagem, além de programas específicos realizados pelas próprias unidades, nas quais são ofertados os cursos que apresentam maiores índices de repetência e evasão, a UFRN tem um projeto específico, capitaneado por profissionais da Psicologia, com o fito de lidar com essa realidade. Trata-se do Programa Hábitos de Estudo (PHE), que tem como objetivo identificar as situações de insucesso e promover atividades direcionadas à sua superação. Para tanto, têm sido realizadas ações preventivas e de acompanhamento aos discentes ao longo do ano, tais como: Plantão de Orientações de Estudo, Grupo de Habilidades Acadêmicas, Oficinas temáticas e apresentação de trabalhos em eventos científicos.

As Ações de Permanência operacionalizam os programas e

as ações da assistência estudantil da UFRN, buscando contemplar as linhas de ação previstas no PNAES. A política se traduz na oferta das seguintes bolsas e auxílios:

Bolsa Alimentação: objetiva a concessão de refeições (desjejum, almoço e/ou jantar) aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que se enquadram nos critérios de estabelecidos na Resolução nº 026/2009-CONSAD e que têm necessidade acadêmica de se manter em turnos consecutivos na Instituição. Em Natal, os estudantes são assistidos no Restaurante Universitário (RU) do *Campus* Central e no refeitório do Centro de Ciências da Saúde (CCS). Nos *campi* de Caicó e Currais Novos (CERES), onde não há restaurante universitário, esse apoio é feito por meio da concessão de dois tipos de bolsas. A primeira bolsa, no valor de R\$ 150, destina-

se a estudantes que, ou já recebem Bolsa Moradia, ou residem em cidades próximas, e têm necessidade de permanecer em mais de um turno na Instituição. A segunda bolsa, no valor de R\$ 400, é concedida aos estudantes moradores das residências universitárias. Além do atendimento com gratuidade, o RU também atende alunos pagantes, no valor de R\$ 3,00, para almoço ou jantar, uma vez que o café da manhã é exclusivo dos moradores das residências universitárias. Com a identificação do preço do custo (Resolução nº 020/2016-CONSAD), fixado em R\$ 7,00 para almoço e R\$ 6,50 para jantar, os pagantes passaram a se distribuir entre duas faixas de renda com preços diferenciados: com renda média familiar *per capita* entre 1,5 e 3 salários mínimos, preço subsidiado de R\$ 3,00; com renda superior a 3 salários mínimos, preço de custo sem subsídio de R\$ 7,00.

Bolsa Alimentação de acordo com o tipo de auxílio

Tipo de auxílio	Número
Gratuidade	3.900
Gratuidade para bolsistas de residência	1.880
Auxílio financeiro	271
Preços subsidiados	251
Total	4.151

Fonte: PROAE

Bolsa Moradia: visa assegurar moradia aos estudantes que atendem os critérios socioeconômicos estabelecidos pela Resolução nº 026/2009-CONSAD, procedentes de cidades diferentes daquelas onde tem os *campi* da UFRN e de outros estados e que necessitam dessa modalidade de apoio para permanecer e concluir sua formação superior. Atualmente, a UFRN dispõe de 12 residências universitárias, sendo 11 imóveis próprios e apenas um alugado, com capacidade para 774 alunos. Desse total, sete residências de graduação estão em Natal; duas

no CERES (nos *campi* de Currais Novos e Caicó); e uma na FACISA (*Campus* Santa Cruz), totalizando dez residências de graduação e duas residências de pós-graduação localizadas em Natal. As residências de pós-graduação são mantidas com recursos próprios da UFRN, uma vez que o PNAES só pode ser usado para atender alunos de graduação presencial. Além da Bolsa Residência, a UFRN concede aos estudantes que não são contemplados com vagas nas residências um auxílio moradia no valor de R\$ 250. Em 2018, a instituição concedeu auxílio moradia mensal a 1.527 discentes, beneficiando quase 300 discentes a mais em relação ao ano anterior.

Bolsa de Apoio Técnico e

Administrativo: disponibilizada aos alunos que atendem os critérios socioeconômicos da Resolução nº 026/2009-CONSAD e que estão

aptos a inserir-se nos programas da assistência estudantil. A bolsa é utilizada como estratégia para subsidiar esses alunos na permanência e conclusão de seu curso. Ela é disponibilizada pelos Centros e, para ter acesso, o aluno necessita, como contrapartida, desenvolver de 12 a 20 horas de atividades de trabalho, estabelecidas de acordo com a especificidade e o objetivo de cada setor. Em 2018, a UFRN concedeu um total de 11.230 bolsas, distribuídas a uma média mensal de 940 estudantes.

Bolsa Acessibilidade: ação afirmativa com o objetivo de atender estudantes com deficiência física, sensorial, intelectual, pessoa com transtorno do espectro autista ou múltipla, além da situação de vulnerabilidade socioeconômica. A bolsa é um auxílio para o aluno arcar com despesas referentes

a deslocamento, aquisição de instrumentos pessoais indispensáveis e de apoio aos estudos. No ano de 2018, houve um total de 528 bolsas dessa modalidade que beneficiaram mensalmente 44 estudantes.

Auxílio Creche: objetiva custear despesas referentes à manutenção da creche e/ou a serviço similar para os filhos de alunos da UFRN que fazem a primeira graduação. Para tanto, as crianças necessitam estar com idade entre 0 a 6 anos e também legalmente sob responsabilidade do aluno. Em 2018, houve uma alteração substancial nos valores desses auxílios. O auxílio para pais (quase exclusivamente mães) com um(a) filho(a), que era de R\$ 100, teve um aumento de 100% e passou para R\$ 200. Para os (as) estudantes com dois filhos, a concessão, que era de um auxílio mensal de R\$ 200,

passou para R\$ 400. Em 2018, houve um total de 162 beneficiados(as) com o auxílio.

Auxílio Transporte: objetiva o apoio financeiro, no valor de R\$ 100, aos estudantes que atendem aos critérios estabelecidos na Resolução nº 026/2009-CONSAD. Atualmente, os *campi* que contam com o auxílio são: Santa Cruz, Caicó, Currais Novos e Macaíba. Salienta-se que apesar de não haver essa modalidade de auxílio para os estudantes do *Campus Central*, em Natal, devido à situação de vulnerabilidade apresentada, alguns deles estão sendo atendidos em caráter especial. Esses atendimentos são possibilitados por meio do *Campus Macaíba*, o que explica o número de atendimentos superior à meta estabelecida para o Auxílio Transporte na EAJ, que, em 2018, contabilizava 110 atendimentos. O atendimento deve-se ao fato de ter sido identificada pela equipe técnica a necessidade desse apoio como mecanismo de possibilitar a permanência e prevenir a evasão escolar. Esse fato demonstra a urgência da criação desse programa para o *Campus Central*, sobretudo se observarmos que o quantitativo de estudantes que demandam por esse serviço no *Campus Central* já se sobrepõe à demanda do *Campus Macaíba*, conforme exposto no quadro a seguir. Também foram atendidos com o Auxílio Transporte, a partir do

semestre de 2017.2, os residentes do *Campus Natal* que realizam seu curso na EAJ, considerando as dificuldades financeiras dos alunos para o custeio com deslocamento.

Alunos assistidos pelo Auxílio Transporte por *campi*

CERES - Caicó	CERES - Currais Novos	EAJ	Campus Central	FACISA
354	415	206	438	72

Fonte: PROAE

Auxílio Atleta: objetiva incentivar a participação de atletas de alto rendimento esportivo e em vulnerabilidade socioeconômica nas seleções da UFRN, a partir da disponibilização de recurso financeiro mensal no valor de R\$ 400. Em 2018, houve 38 estudantes beneficiários(as).

Bolsas acadêmicas

Na UFRN, bolsas de pesquisa, extensão, monitoria e ações integradas (ensino, pesquisa e extensão) também são apoiadas com recursos da assistência estudantil. Essas bolsas são repassadas para as Pró-Reitorias acadêmicas que as distribuem a docentes por meio de editais de apoio a projetos nas dimensões acima elencadas. O valor mensal de cada uma dessas bolsas é de R\$ 400. Estão indicadas apenas aquelas que foram custeadas com recursos do

PNAES. Além das bolsas e dos auxílios acima identificados, cuja concessão é condicionada à concorrência em edital, a UFRN, em fluxo contínuo, por meio do atendimento da Diretoria de Assistência ao Estudante da PROAE, com o apoio técnico do Serviço Social da CAPAP, providenciou as seguintes ações de apoio à permanência estudantil:

Auxílio Óculos: objetiva atender os estudantes que estão de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução nº 026/2009-CONSAD, em primeira graduação, e que necessitem de subsídio para aquisição de óculos ou lentes corretivas, respeitando-se a periodicidade mínima de 12 meses entre cada solicitação. O atendimento acontece por meio da disponibilização de recurso financeiro no valor de R\$ 200. Foram ofertados 150 auxílios em 2018.1 e 100 auxílios em 2018.2, totalizando 250 beneficiários.

Auxílio Instrumental Acadêmico: disponibilizado para auxiliar os alunos do curso de Odontologia na aquisição de seus instrumentos, pois são materiais de alto custo e, sem esse apoio, pelo menos 10% dos estudantes trancariam o curso, de acordo com levantamentos da PROAE.

Apoio para a participação estudantil em eventos científicos, acadêmicos e culturais: concedida prioritariamente a estudantes em situação de vulnerabilidade social, objetiva apoiar a participação de alunos da UFRN em eventos regionais, nacionais e, excepcionalmente, internacionais. Em 2018, cerca de 1.200 estudantes foram beneficiados, com um custo em torno de R\$ 300.000.

Bolsa PROMISAES: o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES) foi instituído pelo

Decreto nº 4.875, de 11 de novembro de 2003. Objetiva a concessão de auxílio financeiro no valor de R\$ 622, por um período de seis meses, aos discentes estrangeiros, participantes do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), regularmente matriculados em cursos de graduação. O PROMISAES é disponibilizado nos termos da Portaria MEC nº 745, de 05 de junho de 2012, que estabelece suas diretrizes de execução. Em 2018, 19 alunos foram atendidos pela bolsa PROMISAES.

Para além desses apoios, através de auxílios, bolsas ou ofertas de alimentação e/ou moradia, a UFRN também oferta um conjunto de programas e ações contínuas. Dentre elas, em 2018, destacam-se as seguintes:

Programa de atenção à saúde mental do estudante: atua no acolhimento em saúde para os estudantes com base na escuta clínica; realiza aconselhamento, orientação e/ou intervenção psicológica na resolução de problemas de natureza afetivo-emocional; ajuda os estudantes a superar as dificuldades de relacionamento afetivas e adaptativas que estejam interferindo no desempenho acadêmico. Visa, também, contribuir para a permanência no curso e melhorar o aproveitamento acadêmico, por meio da promoção de ações. O Programa atende somente alunos identificados como prioritários de acordo com os critérios do PNAES, dadas a grande procura e a existência de poucos profissionais efetivos. Em 2018, foram beneficiados 3.418 estudantes com o programa.

Plantão psicológico: oferece ao estudante atendimento breve com fim de acolhimento a demandas pontuais, tanto no âmbito pessoal quanto no acadêmico. Realiza, quando necessário, o encaminhamento adequado para cada caso. Os atendimentos são de fluxo contínuo e ocorrem no horário das 7h30 às 19h30 nos dias de semana.

Grupos de apoio terapêutico: oferta de grupos de psicoterapia para estudantes, realizando atividades terapêuticas, dinâmicas de grupo, vivências, entre outras atividades, para minimizar os conflitos vivenciados.

Projeto de Extensão Hábitos de Estudo (PHE): busca auxiliar os universitários a refletir sobre seu processo de aprendizagem, contribuindo na construção de estratégias e métodos de estudo que facilitem a vida acadêmica, e assim

promover o sucesso profissional e pessoal dos estudantes. O projeto atua sob a coordenação de uma psicóloga e uma equipe de alunos bolsistas e voluntários nas áreas de Psicologia e Pedagogia que atendem graduandos da UFRN, independentemente de classe socioeconômica. Em 2018, foram realizados 335 atendimentos para 170 estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Quanto à meta prevista (13.570 benefícios), os números apresentados se situam abaixo do planejado, somando 10.588 benefícios. O número de auxílios e bolsas concedidos foi inferior ao planejado devido ao fato de que a distribuição inicial dos recursos do PNAES precisou ser redefinida para garantir os custeios dos gastos com alimentação, considerando a elevação dos custos da força de trabalho e de material de consumo no Restaurante Universitário.

Ação 8282 – Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

Nessa ação, os projetos viabilizados foram destinados à melhoria e à ampliação da infraestrutura existente na Instituição. Os projetos contratados em anos anteriores e inscritos nos restos a pagar encontram-se também em execução, de acordo com os cronogramas estabelecidos.

1. Obras iniciadas em 2018: construção do Laboratório Integrado de Sistemas Complexos do Centro de Ciências Exatas e da Terra; construção de um bloco de salas de aulas na Escola Agrícola de Jundiaí; construção do edifício para pós-graduação, pesquisa e extensão do Departamento de Arquitetura e Urbanismo; complementação da construção da Unidade de Tratamento de Resíduos Químicos e Central

de Reagentes no *Campus* Central; construção da guarita e cercamento do *Campus* Currais Novos; cercamento do terreno da FACISA; construção de novas salas de estudo da Escola de Música; complementação da obra de ampliação do Núcleo de Educação Infantil; complementação da obra de residência universitária da Escola Agrícola de Jundiaí; e construção do prédio da Escola de Medicina Multicampi em Caicó. É importante ressaltar que, mesmo com o corte orçamentário realizado nos recursos de investimento, a quantidade de projetos apoiados ultrapassou a meta inicialmente prevista.

2. Também foram concluídas as seguintes obras em 2018: construção da casa de vegetação do Centro de Biociências; elaboração de projeto executivo

para a construção do edifício anexo ao Centro Integrado de Vocação Tecnológica do Instituto Metrópole Digital; reforma para adaptação de banheiros para pessoas com necessidades especiais no ginásio poliesportivo; execução de malha de aterramento no Instituto de Química; deslocamento de rede elétrica e postes no *Campus* Central; execução de serviços nas instalações elétricas no laboratório do Grupo de Estudo de Pesquisa em Biologia Integrativa do Exercício (GEPEBIEX) do Departamento de Educação Física; recuperação estrutural das vigas-calhas da cobertura da Biblioteca Central Zila Mamede; instalação do sistema de exaustão nas salas do subsolo no prédio do SAPEC; adequação do sistema de ar condicionado/HVAC do Laboratório de Antibióticos do

Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos; complementação do sistema de climatização do prédio do Laboratório Institucional de Microscopia Eletrônica e Caracterização de Materiais e do Laboratório de Metrologia (LIME); reforma dos banheiros dos prédios do Laboratório I, do Laboratório II e do Departamento de Física; cobertura das salas CAD I e CAD II do Departamento de Educação Física; e complementação da construção do bloco II da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA).

3. Por fim, encontram-se em execução na UFRN as seguintes obras: construção do Instituto de Medicina Tropical (IMT); construção do Instituto do Cérebro; reestruturação das instalações elétricas da Editora Universitária; construção de laboratórios para

a pós-graduação do Centro de Biociências; reforma das cantinas dos setores de aulas I, II e III-IV; construção do Núcleo Integrado de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação tecnológica (NIPPIT); construção do Laboratório de Análise de Produção de Energia Eólica (LAPEE); construção do auditório das novas engenharias; complementação do reservatório e da rede hidráulica da Escola Agrícola de Jundiá; construção do refeitório da área 03 do *Campus* Central; reforma e ampliação do Departamento de Engenharia de Computação e Automação; construção do edifício para pós-graduação, pesquisa e extensão do Departamento Arquitetura e Urbanismo; adequação da rede de combate a incêndios do NUPLAM; reforma e ampliação do Almojarifado Central da Superintendência de

Infraestrutura; ampliação do anexo da Biblioteca Central Zila Mamede para instalação do Núcleo de Artes e Cultura; construção do Laboratório Integrado de Sistemas Complexos do Centro de Ciências Exatas e da Terra; construção de um bloco de salas de aulas na Escola Agrícola de Jundiá; complementação da construção da Unidade de Tratamento de Resíduos Químicos e Central de Reagentes no *Campus* Central; reforma do Museu de Ciências Morfológicas; manutenção do imóvel alugado para sede do CRUTAC; construção da guarita e cercamento do *Campus* Currais Novos; cercamento do terreno da FACISA; construção de novas salas de estudo da Escola de Música; complementação da obra de ampliação do Núcleo de Educação Infantil; complementação da obra de

residência universitária da Escola Agrícola de Jundiaí; construção do prédio da Escola de Medicina Multicampi em Caicó; contratação de empresa especializada para os projetos de acessibilidade, de fundação/estrutura, instalações elétricas/dados/voz/SPDA, instalações hidrossanitárias/drenagem, sistema de combate à incêndio, sistema de climatização, projeto de comunicação visual e sinalização e planilha orçamentária para a restauração do edifício da antiga SEMUT do PAC das cidades históricas; fornecimento e instalação de portões deslizantes para o prédio da clínica Escola Multicampi de Ciências Médicas em Caicó; recuperação estrutural do ginásio poliesportivo da Escola Agrícola de Jundiaí; recuperação estrutural e pintura da escada de emergência do Instituto MetrÓpole Digital; recuperação estrutural da

cobertura metálica do prédio da Escola de Ciências e Tecnologia e da estrutura de sustentação das condensadoras; reparo do forro do Núcleo de Pesquisa e Inovação em Tecnologia da Informação; elaboração dos projetos executivos de cálculo das estruturas em concreto armado e metálico para o restauro do edifício do antigo Grupo Escolar Augusto Severo; e contratação de serviços de substituição do piso da sala B205 (auditório do 1º andar) do Instituto MetrÓpole Digital.

Além dessas obras, foram investidos recursos na compra de equipamentos e material permanente para suporte às atividades da Instituição. Dentre os fatores que contribuíram para a execução da ação, pode-se destacar a atuação da Superintendência de Infraestrutura na elaboração dos projetos técnicos e o desempenho

do Departamento de Material e Patrimônio da Pró-Reitoria de Administração nos processos licitatórios. Já no âmbito dos fatores que dificultaram a execução da ação, destacam-se principalmente a duração dos processos licitatórios, em virtude da apresentação de número excessivo de recursos; das indefinições orçamentárias existentes durante o ano no que tange aos limites disponíveis; e dos repasses do financeiro, retardando, ainda que parcialmente, os processos administrativos.

Apresentação e análise dos Indicadores de Desempenho Alinhados aos Objetivos da Gestão

Os indicadores são instrumentos de gestão utilizados para acompanhar e medir o alcance dos objetivos institucionais. Ressalta-se que a UFRN não estabelece metas anuais

específicas para os indicadores de desempenho, porém dispõe de políticas que contemplam os eixos previstos no PDI e os objetivos de cada gestão. Por outro lado, a Universidade prevê metas anuais para cada uma das suas unidades administrativas com o registro, o acompanhamento e a avaliação sistemática dessas metas, realizados por meio do SIGPP.

O Plano de Gestão vigente na UFRN estabelece para o período de 2015 a 2019 os seguintes objetivos: **Qualidade Acadêmica, Interiorização, Internacionalização e Inclusão Social**. Embora estabelecidos no plano para um período de quatro anos, o alcance desses objetivos é aferido anualmente por meio de um conjunto de indicadores selecionados pela UFRN e obtidos das seguintes fontes:

- » Tribunal de Contas da União – Indicadores determinados pela Decisão nº 408/202 do TCU;
- » Sistemas Integrados de Gestão da UFRN;
- » Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep);

- » Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes).

A tabela a seguir apresenta um conjunto de indicadores que foram selecionados para mensurar a qualidade da UFRN por meio da avaliação dos três eixos principais da cadeia de valor (Ensino, Pesquisa e Extensão), tendo em vista o alinhamento com os objetivos da gestão.

Indicador	Cadeia de Valor			Objetivos da gestão
	Ensino	Pesquisa	Extensão	
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	X	-	-	Qualidade da graduação
Índice de Qualificação do Corpo Docente	X	X	X	Qualidade acadêmica
Relação Professor Aluno (RPA)	X	X	X	Qualidade acadêmica
Conceito Enade	X	-	-	Qualidade da graduação
Conceito Preliminar de Curso (CPC)	X	-	-	Qualidade da graduação
Grau de envolvimento discente com Pós-graduação	X	X	-	Qualidade acadêmica
Número de teses e dissertações na pós-graduação	X	X	-	Qualidade acadêmica

Indicador	Cadeia de Valor			Objetivos da gestão
	Ensino	Pesquisa	Extensão	
Conceito Capes	X	X	-	Qualidade da pós-graduação
Número de grupos de pesquisa	-	X	-	Qualidade da pesquisa
Número de projetos de pesquisa	-	X	-	Qualidade da pesquisa
Artigos publicados em periódicos	X	X	-	Qualidade acadêmica
Proporção de professores em projetos de pesquisa	X	X	-	Qualidade acadêmica
Número de ações de extensão	-	-	X	Qualidade da extensão
Proporção de professores em ações de extensão	X	-	X	Qualidade acadêmica
Índice Geral de Cursos (IGC)	X	X	X	Qualidade acadêmica
Taxa de Matrícula Fora de Sede (TMFS)	X	-	-	Interiorização
Nº de cursos de pós-graduação fora de sede	X	X	-	Interiorização
Nº de acordos de cooperação internacionais	X	X	X	Internacionalização
Mobilidade acadêmica internacional	X	X	X	Internacionalização
Taxa de matrícula noturna	X	-	-	Inclusão Social

Indicador	Cadeia de Valor			Objetivos da gestão
	Ensino	Pesquisa	Extensão	
Índice de crescimento de vagas na graduação	X	X	X	Inclusão Social
Índice de crescimento de matrículas na graduação	X	X	X	Inclusão Social
Número de bolsas e auxílios de apoio à permanência	X	X	X	Inclusão Social
Percentual de vagas para cotistas	X	X	X	Inclusão Social

Fonte: CPA/UFRN

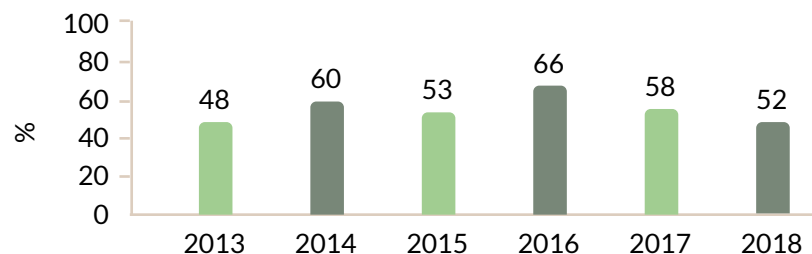
A seguir serão apresentados os indicadores e a análise crítica dos resultados desses indicadores para a medida do desempenho institucional ao longo dos últimos anos.

1 Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)

Indicador definido pela Decisão nº 408/202-TCU. A Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) indica o número de alunos que concluem os cursos no tempo médio previsto no projeto pedagógico. A partir da TSG, o curso pode identificar eventuais problemas, tais como: retenção, evasão, transferência, mudança de curso e reprovação. A TSG é calculada de acordo com a fórmula a seguir:

$$\text{TSG} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de alunos diplomados}}{\text{n}^\circ \text{ total de alunos ingressantes}}$$

Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)



Fonte: PROPLAN/CPA

A TSG costuma sofrer oscilações anuais. Isso acontece porque os estudantes que ficaram retidos e que não integralizaram seu curso no tempo previsto (redução da TSG) concluem o curso no ano seguinte, somando-se àqueles que estão concluindo no tempo regular, e, dessa maneira, aumentando a TSG nesse ano. Em 2018, a TSG da UFRN recuou seis pontos percentuais em relação a 2017, retornando ao patamar de 2015 e contrariando a expectativa de aumento esperado para o ano. Com isso, a Instituição se distanciou da meta de 70% para a TSG prevista no PDI para 2019.

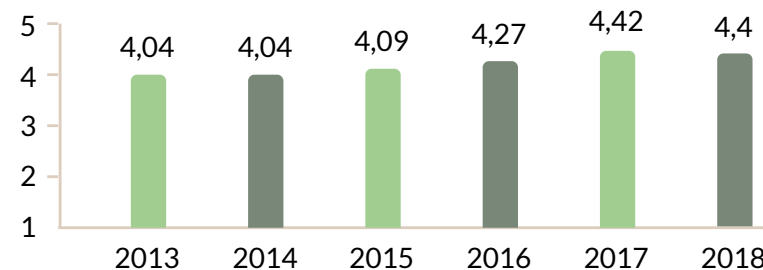
2 Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)

O IQCD faz parte dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU. Avalia a qualificação dos professores com vistas à mensuração da eficiência do corpo docente e da qualidade das atividades acadêmicas. O IQCD é um indicador que mensura de forma equivalente a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão na cadeia de valor. O valor do IQCD varia de 1 a 5 e é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{IQCD} = (5D + 3M + 2E + G) / D + M + E + G$$

Onde D = nº de doutores, M = nº de mestres, E = nº de especialistas e G = nº de graduados

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)



Fonte: PROPLAN/CPA

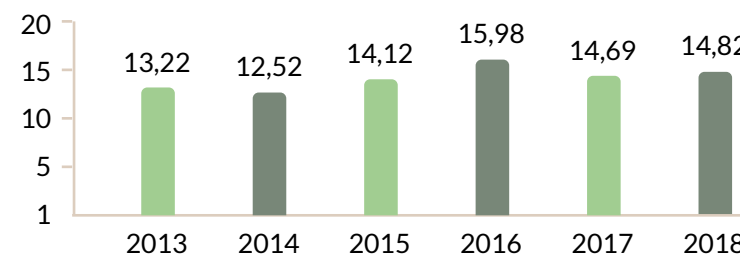
A UFRN investiu, na última década, na qualificação do seu corpo docente. Em 2015, contava com 1.712 docentes com titulação em nível de doutorado, já em 2017 esse número se elevou para 1.872. Em 2018, a Instituição registrou 1.925 professores com o título de doutor, o que corresponde a 84% do seu corpo docente efetivo. Considerando que houve uma redução proporcional do número de mestres no mesmo ano, pode-se concluir que a UFRN aumentou a qualificação dos seus docentes, titulando com doutorado parte dos mestres existentes. Dessa forma, a proporção de docentes do quadro permanente com pós-graduação *stricto sensu* na Universidade se mantém em 95% do total, restando ainda 5% do corpo docente a ser qualificado na pós-graduação *stricto sensu* para atingir a meta de 100% de professores com título de mestre e doutor.

3 Relação Professor Aluno (RPA)

A RPA faz parte dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU. É um indicador que mede a proporção do número de alunos de cursos de graduação em tempo integral em relação ao número de professores equivalentes da Instituição, conforme a fórmula a seguir:

$$RPA = \frac{\text{nº de alunos em tempo integral}}{\text{nº professores equivalentes}}$$

Relação Professor Aluno (RPA)



Fonte: PROPLAN/CPA

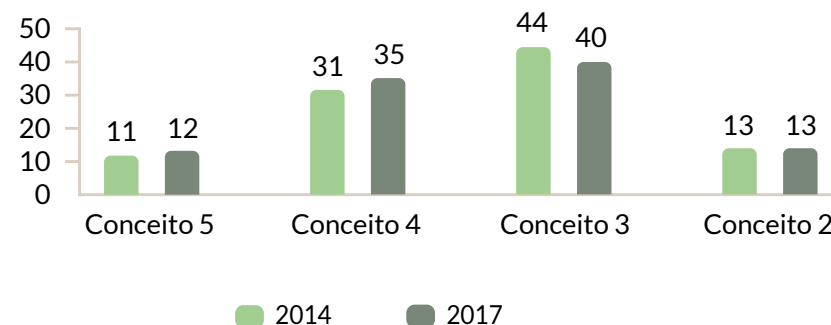
A [Resolução nº 171/2013-CONSEPE](#), que aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação, prevê em seus artigos 319 e 320 o cancelamento do programa dos estudantes com insuficiência de desempenho acadêmico. Assim, a partir do primeiro período de 2017, a UFRN passou a desligar os estudantes que se enquadravam nessa condição. Considerando que não houve alteração importante do número de professores, a RPA sofreu uma redução de 1,29 nesse ano. Com isso, a Universidade se afastou da meta prevista no seu PDI e no Plano Nacional de Educação (PNE), uma vez que o primeiro estabelece a relação de 1 professor para cada grupo de 18 alunos até 2019. Em 2018,

a RPA se elevou em 0,13, mantendo-se num patamar próximo a 1 professor para cada 15 alunos.

4 Conceito Enade

O Conceito Enade é um indicador de qualidade que avalia o desempenho dos estudantes a partir dos resultados obtidos nas provas do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade). O seu cálculo, no entanto, não é necessariamente realizado por curso, mas por Unidade de Observação, que consiste no conjunto de cursos que compõe uma área de enquadramento específica do Enade de uma Instituição de Educação Superior em um determinado município. O conceito Enade varia de 1 a 5. O exame é aplicado desde 2004 e cada curso é avaliado trienalmente. Os resultados do Enade 2017, que correspondem aos cursos de engenharias, bacharelados e respectivas licenciaturas, foram divulgados pelo Inep em dezembro de 2018 e devem ser analisados em relação aos de 2014 quando os mesmos cursos foram avaliados. O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos cursos da UFRN por conceitos obtidos em 2014 e 2017.

Percentual dos cursos de graduação da UFRN por conceito Enade 2014-2017



Fonte: PROPLAN/CPA

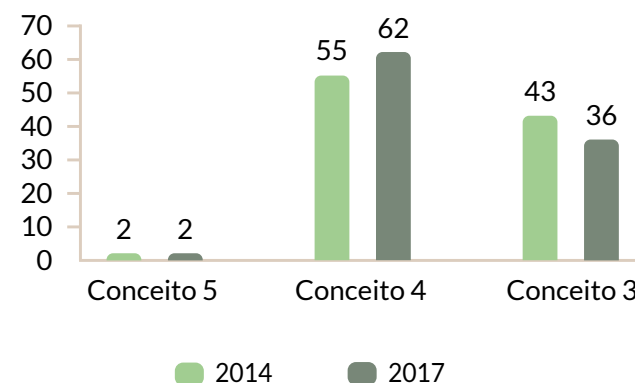
Em 2017, foram avaliados 60 cursos da UFRN pelo Enade. Em 2014, foram 45 cursos. Comparando os resultados nos dois anos, observa-se o aumento dos percentuais de cursos com conceito 5 e 4 e redução proporcional de cursos com conceito 3 em 2017, apontando para uma melhoria de qualidade. Por outro lado, observa-se que o percentual de cursos com conceito 2 não foi reduzido. Nesse cenário, a UFRN eleva de 41% em 2014 para 47% o percentual dos seus cursos de graduação com conceito 5 ou 4. A meta prevista no PDI para esse indicador é de 80% dos cursos com conceito 4 ou 5. A Resolução nº 181/2017-CONSEPE, que foi resultado de ampla discussão e análise da qualidade do ensino na UFRN, propôs um conjunto de

ações e medidas visando a superação de dificuldades e o aperfeiçoamento do planejamento dos cursos. Tais ações foram iniciadas em 2018 e, portanto, seus efeitos positivos no resultado do Enade ainda não podem ser observados. No entanto, os resultados de 2017 já demonstram que a Instituição tem melhorado gradualmente seu desempenho.

5 Conceito Preliminar de Curso (CPC)

O CPC é um indicador de qualidade do Inep/MEC que avalia os cursos de graduação. Seu cálculo e sua divulgação ocorrem no ano seguinte ao da realização do Enade, com base na avaliação de desempenho de estudantes, no valor agregado pelo processo formativo e em insumos referentes às condições de oferta, como corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos, conforme orientação técnica aprovada pela [Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior \(CONAES\)](#). O conceito CPC também varia de 1 a 5.

Percentual dos cursos de graduação por CPC 2014-2017



Em comparação a 2014, observa-se a manutenção de 2% dos cursos com CPC 5, um aumento de 7% do número de cursos com CPC 4 e uma redução de 7% dos cursos com CPC 3, totalizando 64% de cursos com CPC 4 ou 5 em 2017. Na UFRN não houve registro de nenhum curso com conceito 2 ou 1. A meta prevista no PDI da UFRN para o CPC é de 80% dos cursos com conceito 4 ou 5.

6 Grau de Envolvimento com Pós-graduação (GEPG)

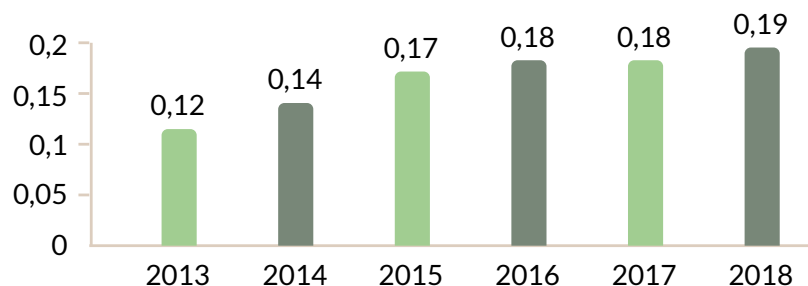
O GEPG é um indicador definido pela Decisão nº 408/2002-TCU. Ele mede a proporção (%) do corpo discente de uma instituição que está matriculado na pós-graduação. Esse indicador revela o esforço da instituição com o ensino

de pós-graduação. O GEPG é calculado de acordo com a fórmula a seguir:

$$\text{GEPG} = \frac{\text{APG}}{\text{AG} + \text{APG}}$$

Onde: APG= nº de alunos de Pós-graduação; AG = nº de alunos de graduação.

Grau de Envolvimento com Pós-graduação (GEPG)



FONTE: PROPLAN/CPA

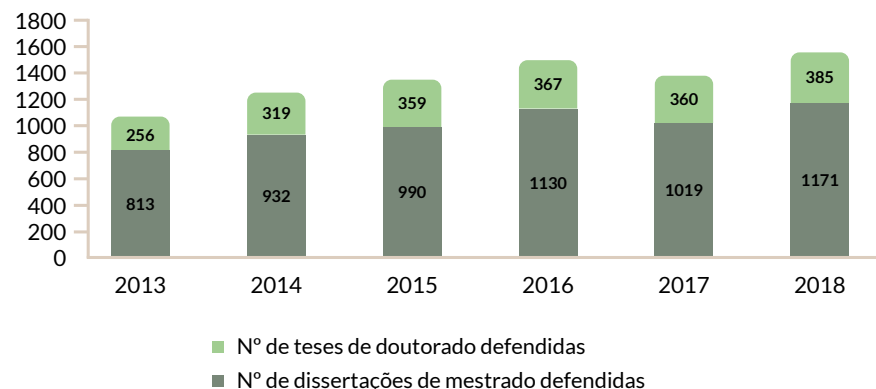
O grau de envolvimento discente com a pós-graduação em 2018 foi de 0,19, o que significa dizer que 19% dos alunos da UFRN em 2018 estavam vinculados ao ensino de pós-graduação. Apesar de o número de cursos de pós-graduação ser maior que o de graduação, a quantidade de vagas na pós-graduação é limitada ao número de professores orientadores que também precisam atuar na graduação. Na meta 4 do PDI da UFRN, está prevista uma expansão

de 26,4% do número de cursos no período de 2015 a 2019. Essa expansão permite o aumento proporcional do número de alunos de pós-graduação. No entanto, esse número se mantém estável e, como o GEPG se refere a uma proporção, o número de alunos da pós-graduação cresceu de 17% para 19% no período estabelecido.

7 Número de teses e dissertações na pós-graduação

O indicador demonstra o quantitativo de estudantes de pós-graduação *stricto sensu* que concluíram seus cursos a partir da defesa pública de dissertações de mestrado e teses de doutorado e representa a evolução da produção de conhecimento da pós-graduação.

Número de teses e dissertações defendidas



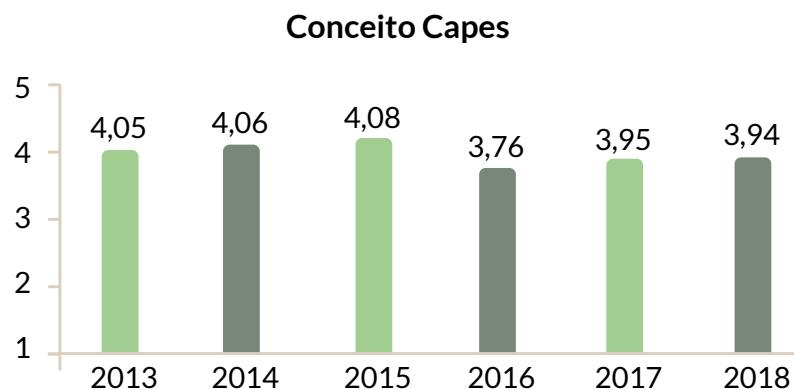
FONTE: PROPLAN/CPA

No ano de 2017, foi registrada uma redução de 478 teses e dissertações defendidas em comparação ao ano de 2016. Para o ano de 2018, a Pró-Reitoria de Pós-graduação estabeleceu a meta de 1600 defesas de teses e dissertações e foram registradas um total de 1556 defesas. Esse número corresponde ao maior número de teses e dissertações defendidas na história da UFRN.

8 Conceito Capes

Definido pela Decisão nº 408/2002-TCU, o Conceito Capes mede a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado das instituições e é obtido de acordo com a fórmula a seguir:

$$\text{Conceito Capes} = \frac{\text{Somatório dos conceitos dos programas de pós-graduação}}{\text{nº de programas de pós-graduação}}$$



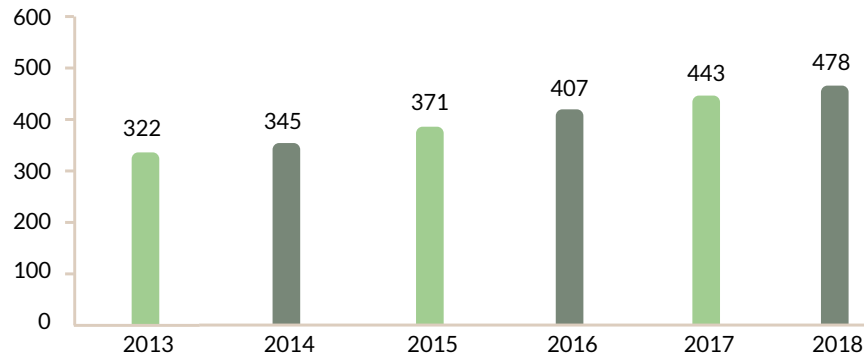
Fonte: PROPLAN/CPA

O PDI 2015-2019 estabelece uma meta de elevar o conceito Capes de 10,4% dos cursos de pós-graduação no período. Até 2015, o Conceito Capes considerava a relação entre o somatório dos conceitos e o número dos cursos de pós-graduação. A partir de 2016, passou-se a utilizar o somatório dos conceitos e o número dos programas e não mais dos cursos individualmente na referida relação. Em razão disso, houve uma redução do Conceito Capes da UFRN nesse ano. Em 2017, quando foi divulgada a última avaliação da Capes (que passou a ser quadrienal), a Pós-graduação da UFRN teve significativa melhoria nos conceitos dos cursos em relação a 2016. Nesse ano (2017), e pela primeira vez, a UFRN teve um programa com conceito 7. Além disso, 17 programas receberam conceito 5. Ainda em 2017, foi possível elevar o conceito de 18 cursos dos 81 avaliados pela Capes, o que corresponde a 22% dos cursos. Esse percentual corresponde ao dobro da meta definida no PDI para esse indicador.

9 Número de grupos de pesquisa

O Indicador mede a quantidade de grupos de pesquisa em atuação na Instituição, conforme definição da Capes. Expressa o nível de integração, interdisciplinaridade e trabalho em equipe no âmbito da pesquisa científica.

Números de Grupos de Pesquisa



Fonte: PROPLAN/CPA

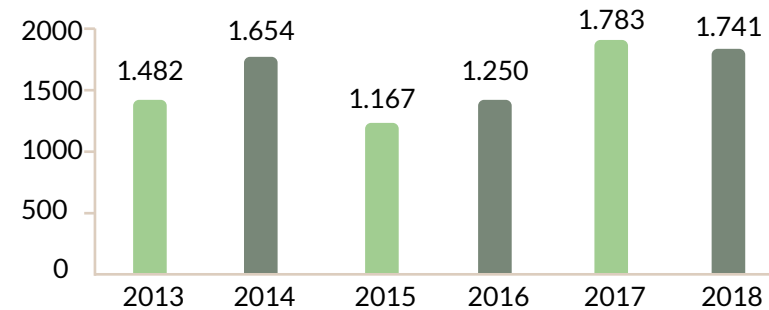
Desde 2013 tem havido um aumento progressivo do número de grupos de pesquisa da UFRN, demonstrando o compromisso institucional com o estímulo permanente à organização e à formação de novos grupos de pesquisa. Em 2017, a Pró-Reitoria de Pesquisa realizou um trabalho de depuração e identificação de possíveis fontes de erro, tais como duplo registro, grupos extintos ou subdivididos não computados no registro. Essas inconsistências produziam um número subestimado de grupos. Por essa razão, a Pró-Reitoria de Pesquisa adotou medidas para o aperfeiçoamento dos critérios de caracterização dos grupos de pesquisa, o que resultou na alteração dos quantitativos desde o ano de 2013 até 2018. Com isso, os números observados no gráfico anterior diferem daqueles informados nos relatórios de gestão dos quatro anos anteriores.

A meta estabelecida pela Pró-Reitoria de Pesquisa para o ano de 2018 era aumentar em 15% o número de grupos de pesquisa. A ampliação registrada no ano foi de 8%.

10 Número de projetos de pesquisa

O indicador expressa a quantidade absoluta de projetos de pesquisa realizados na UFRN e registrados na Pró-Reitoria de Pesquisa e no Portal de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Números de projetos de pesquisa



Fonte: PROPLAN/CPA

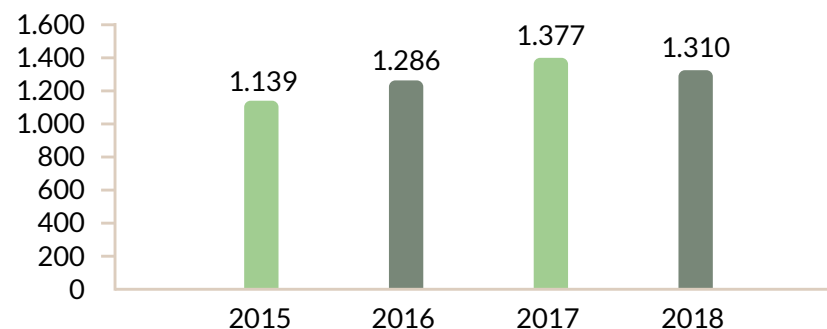
Até 2016, a UFRN utilizava dados obtidos do CNPq para o registro do número de projetos de pesquisa. Constatou-se, posteriormente, que havia divergência dos números do CNPq em relação ao registro dos projetos cadastrados no

Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFRN (SIGAA) devido à metodologia de registro do CNPq. O SIGAA apresentava dados mais fidedignos à realidade. Por essa razão, a UFRN passou a adotar os registros do SIGAA e não mais do CNPq para contabilizar o número de projetos. A meta estabelecida para o número de projetos de pesquisa foi a ampliação em 20%. Em 2018, houve um decréscimo de 42 projetos em relação a 2017. Mesmo havendo limitações no financiamento de projetos de pesquisa, observa-se que não houve uma redução tão significativa no quantitativo dos projetos durante o exercício.

11 Artigos publicados em periódicos

O indicador expressa o número absoluto de artigos científicos produzidos na UFRN e publicados em periódicos especializados e indexados, nacional ou internacionalmente. Reflete a produção científica da Instituição. A publicação científica depende de uma série de fatores externos que influenciam diretamente no seu resultado, tais como disponibilidade de editais para financiamento, tempo de repasse dos recursos, natureza da pesquisa e tempo de execução, bem como os prazos distintos de cada periódico para a publicação. Por essas razões, não é possível se estabelecerem metas para esse indicador.

Artigos publicados em periódicos



Fonte: PROPLAN/CPA

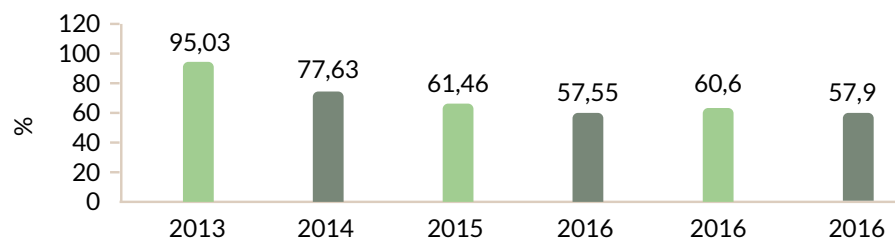
O gráfico anterior permite observar um crescimento constante no número de artigos publicados pelo corpo docente da UFRN, no período de 2015 a 2017. No entanto, em 2018, registrou-se 67 publicações a menos em comparação ao ano anterior, o que está coerente com a redução do número de projetos.

12 Proporção de Professores envolvidos em Projetos de Pesquisa (PPPP)

O indicador mede a proporção de professores da Instituição que estão envolvidos em projetos de pesquisa e é calculado de acordo com a fórmula a seguir:

$$PPPP = \frac{\text{n}^\circ \text{ de professores envolvidos em projetos de pesquisa} \times 100}{\text{n}^\circ \text{ total de Professores do quadro permanente}}$$

Proporção de professores envolvidos em projetos de pesquisa



Fonte: PROPLAN/CPA

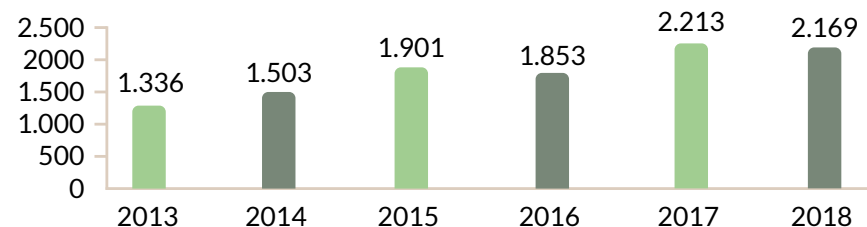
Na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, entende-se que o envolvimento dos docentes com a pesquisa contribui diretamente para a qualidade do ensino. Por essa razão, utiliza-se este indicador para avaliar as atividades de pesquisa e pós-graduação na cadeia de valor. A proporção de professores envolvidos em projetos de pesquisa caiu de forma significativa no período de 2013 a 2015 e desde então vem oscilando de 57% a 60%. Por outro lado, há que se considerar que o aumento progressivo do número de projetos de pesquisa e de artigos científicos no mesmo período permite concluir que houve um aumento de produtividade dos pesquisadores da UFRN.

13 Número de ações de extensão

A extensão universitária compreende um conjunto de ações (projetos, cursos e eventos) desenvolvidas pela

Universidade em benefício da sociedade, disponibilizando ao público externo à Instituição o conhecimento adquirido com o ensino e produzido pela pesquisa. A UFRN registra, em seu sistema de gestão acadêmica, o número anual de ações de extensão, o que expressa o esforço institucional em empreender ações extensionistas.

Número de ações de extensão



Fonte: PROPLAN/CPA

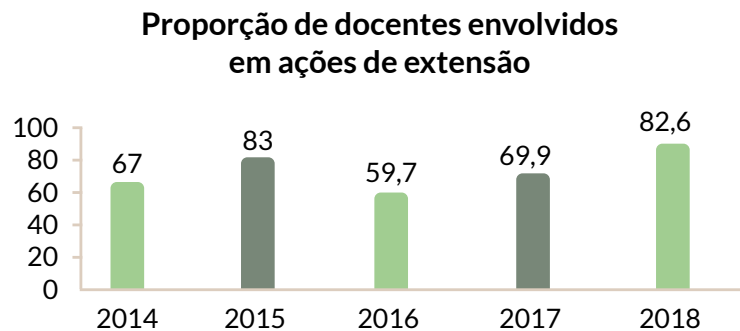
De 2016 para 2017, a UFRN elevou em mais de 300 o número de ações de extensão, expressando maior envolvimento da UFRN e da comunidade acadêmica com essa atividade. A Pró-Reitoria de Extensão Universitária estabeleceu em seu planejamento a meta de ampliar em 15% o número de ações de extensão em 2018. Foi registrada uma diminuição de 44 ações de extensão em relação ao ano anterior. Apesar de o resultado expressar estabilidade em relação ao ano anterior, de fato houve

um distanciamento da meta estabelecida que previa a ampliação do número de ações.

14 Proporção de professores envolvidos em ações de extensão

O indicador mede a proporção de professores da Instituição que estão envolvidos em algum tipo de ação de extensão. Ele expressa o envolvimento do corpo docente com essa atividade e é calculado de acordo com a fórmula a seguir:

$$\text{PPEX} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de professores envolvidos em ações de extensão} \times 100}{\text{n}^\circ \text{ total de professores do quadro permanente}}$$



Fonte: PROPLAN/CPA

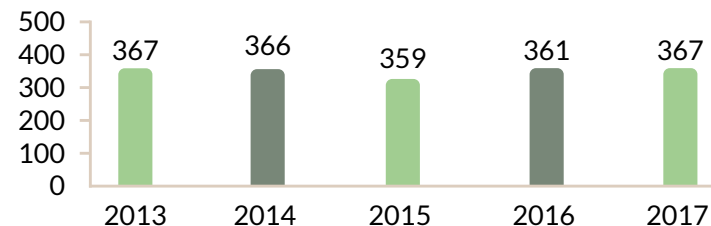
A Pró-Reitoria de Extensão Universitária estabeleceu em seu plano de ação anual a meta de envolver 74% dos professores nas ações de extensão no ano de 2018. Foi registrado um aumento de 12% na proporção de

docentes envolvidos em ações de extensão em relação ao ano de 2017, retornando ao patamar registrado em 2015 e, portanto, superando a meta estabelecida.

15 Índice Geral de Cursos (IGC)

O IGC é um indicador de qualidade que avalia as Instituições de Educação Superior. É calculado anualmente a partir da média dos Conceitos Preliminares de Cursos (CPC) do último triênio, ponderada pelo número de matrículas de cada curso; da média dos conceitos Capes na última avaliação disponível, ponderada pelo número de matrículas dos programas correspondentes; e considerando a distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino. Como o IGC considera o CPC dos cursos avaliados no ano do cálculo e nos dois anos anteriores, sua divulgação refere-se sempre a um triênio, compreendendo todas as áreas avaliadas previstas no Ciclo Avaliativo do Enade.

IGC da UFRN - Conceito Contínuo



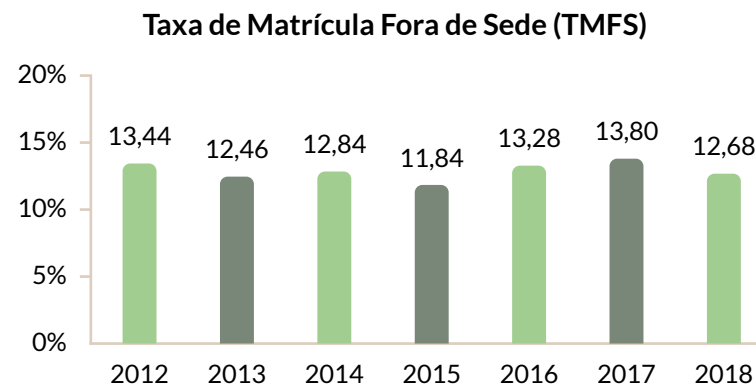
Fonte: Inep/CPA

Até 2014, a UFRN possuía o melhor IGC entre as Instituições do Norte e Nordeste (N/NE). O IGC reduziu de 367 em 2013 para 359 em 2015, o que implicou no reposicionamento da UFRN para o 4º lugar no N/NE, atrás da Universidade Federal do Ceará (UFC), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 2017, o IGC da UFRN retornou ao patamar de 2013; no entanto, a Universidade permaneceu na mesma posição no *ranking*, uma vez que houve elevação do IGC das outras três universidades. A UFRN vem envidando esforços no sentido de melhorar a qualidade acadêmica e em 2018 iniciou uma série de ações institucionalizadas pela Resolução nº 181/2017-CONSEPE, que estabelece a Política de Melhoria da Qualidade do Ensino. Os efeitos dessas ações só poderão ser visualizados a médio e longo prazos, conforme o tempo de conclusão dos cursos de graduação e pós-graduação, que duram em média quatro anos.

16 Taxa de Matrícula Fora de Sede (TMFS)

Indicador de medida da ampliação e da oferta do ensino de graduação pela UFRN para os municípios do interior do estado. Indica a proporção de alunos matriculados em cursos fora da sede (capital) em relação ao número total de alunos matriculados na UFRN. É calculado conforme fórmula a seguir:

$$TMFS = \frac{\text{nº de matrículas de graduação fora de sede}}{\text{nº total de matrículas na graduação}}$$



Fonte: PROPLAN/CPA

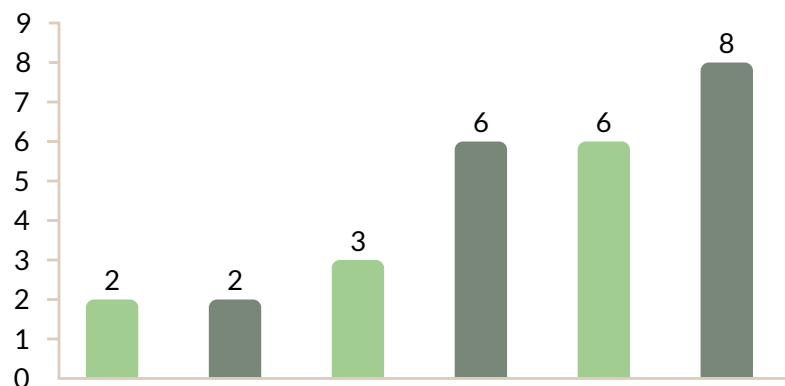
Em 2018, foi registrada uma redução de 246 matrículas em relação a 2017 nos *campi* do interior. Isso resultou numa redução da taxa de matrícula de 13,8 para 12,7%. Conforme demonstrado no gráfico anterior, essa taxa se mantém em torno de 12%, não variando significativamente nos últimos seis anos.

17 Número de cursos de pós-graduação fora da sede

Indicador que mensura a expansão do ensino de pós-graduação oferecido pela UFRN nos *campi* do interior do estado. Considerando a estreita relação entre os cursos de pós-graduação e a pesquisa científica, esse indicador

revela o quanto a Universidade oportuniza a qualificação profissional fora da sede (capital).

Nº de cursos de pós-graduação fora de sede

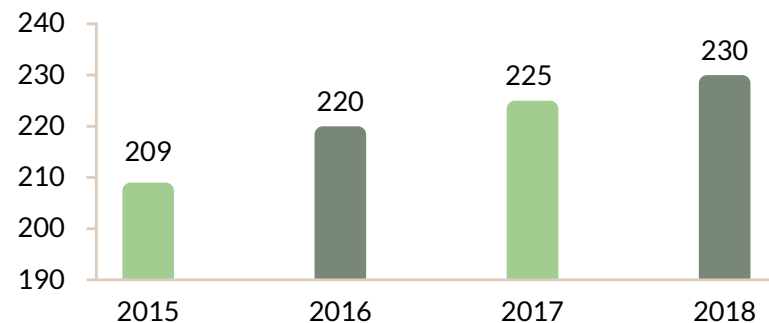


Até 2015, a UFRN oferecia 3 cursos de pós-graduação nos *campi* do interior; em 2016 foram criados 3 novos cursos, somando 6 cursos no interior do estado. Para o ano de 2018, a Pró-Reitoria de Pós-graduação estabeleceu como meta criar 2 novos cursos. Esta meta foi alcançada, totalizando 8 cursos de pós-graduação no interior.

18 Número de acordos de cooperação acadêmica Internacionais

Esse indicador revela o esforço da Instituição em se internacionalizar a partir do registro da quantidade de acordos de cooperação internacional. A internacionalização tem sido entendida no Brasil como uma forma de melhorar a imagem da Instituição de Educação Superior por meio de intercâmbio de professores e estudantes e o desenvolvimento de ações acadêmicas, de pesquisa e de extensão em parceria com instituições estrangeiras. A internacionalização também visa à incorporação dos princípios da globalização, quebrando as barreiras do regionalismo e promovendo a participação de alianças e cooperações em que as partes se beneficiam.

Número de acordos de cooperação acadêmica internacionais

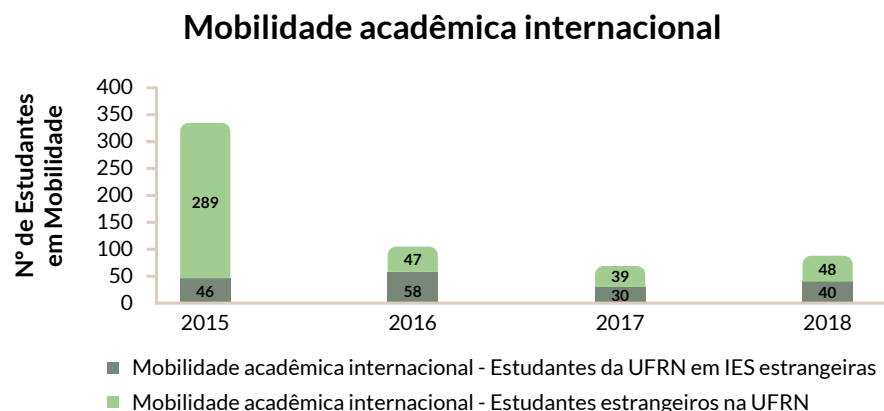


Fonte: SRI/UFRN

O PDI da UFRN estabelece em sua meta 15 um aumento de 100% do número de acordos internacionais para o período de 2015 a 2019. Entretanto, o número de programas e acordos de cooperação em nível internacional firmados pela UFRN tem se mantido estável desde 2016, com um acréscimo médio de 5 novos acordos por ano, expressando uma expansão muito discreta, mas contínua da internacionalização.

19 Mobilidade acadêmica internacional

É um indicador de internacionalização que mede o número de estudantes estrangeiros que desenvolveram atividades acadêmicas na UFRN e o número de estudantes da UFRN que desenvolveram atividades acadêmicas em Instituições de Educação Superior estrangeiras.



Fonte: SRI/UFRN

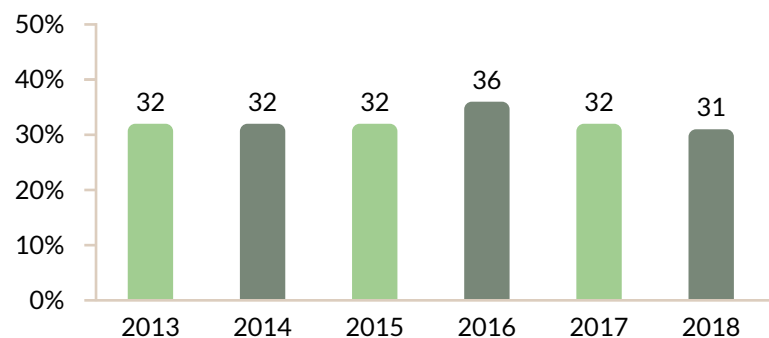
O registro de 289 estudantes da UFRN em atividade no exterior no ano de 2015 se deve ao programa Ciências sem Fronteiras, que viabilizou a maior parte da mobilidade internacional naquele ano. A extinção do referido programa reduziu drasticamente a mobilidade internacional para os estudantes das instituições brasileiras. Para 2018, a meta 15 do PDI estabelecia a ampliação do número de estudantes estrangeiros na UFRN em 100%. Em 2018 a UFRN viabilizou a mobilidade de 48 estudantes para o exterior, sendo 9 a mais que em 2017; e recebeu 10 estudantes estrangeiros a mais em relação a 2017. No entanto, esses valores são menores do que aqueles observados em 2015.

20 Taxa de Matrícula Noturna (TMN)

Indicador representativo do compromisso social da UFRN com o estudante trabalhador. Indica a proporção de alunos matriculados nos cursos noturnos em relação ao total de alunos matriculados na UFRN, conforme fórmula a seguir.

$$TMN = \frac{\text{n}^\circ \text{ total de matrículas em cursos noturnos} \times 100}{\text{n}^\circ \text{ total de matrículas na UFRN}}$$

Taxa de Matrícula Noturna



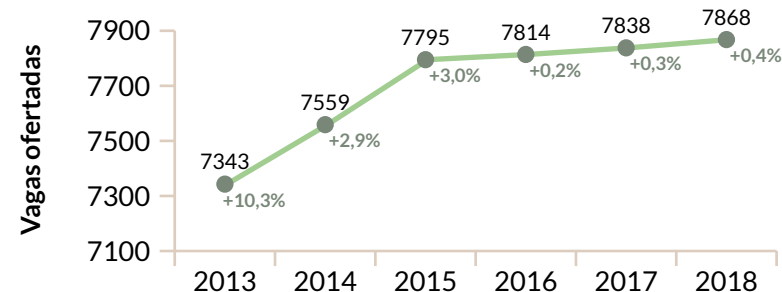
Fonte: PROPLAN/CPA

Conforme já relatado, a Resolução nº 171/2013-CONSEPE prevê o cancelamento do programa dos estudantes com insuficiência de desempenho acadêmico e a partir de 2017, a UFRN passou a desligar estudantes com desempenho acadêmico insuficiente. Aproximadamente 1.000 alunos foram desligados somente no período noturno. Um quantitativo proporcionalmente elevado quando comparado aos demais períodos. Por essa razão, a Taxa de Matrícula Noturna reduziu 5% quando comparada ao ano anterior. A UFRN oferece 32% das suas vagas em cursos noturnos e, portanto, a meta é de 32% das matrículas nesse turno. Em 2018, a TMN registrada foi de 31%, mantendo-se estável em comparação com a média dos cinco anos anteriores, que foi de 32%.

21 Índice de crescimento de Vagas na Graduação (IVG)

O IVG demonstra o quanto a Instituição está aumentando a oferta de vagas em seus cursos em relação ao ano anterior, ampliando, dessa forma, o acesso à Universidade e, por conseguinte, a inclusão social no ensino superior. Esse indicador está diretamente relacionado à criação de novos cursos, bem como à ampliação de vagas nos cursos já existentes. É calculado a partir da diferença percentual de vagas do ano vigente em relação ao ano anterior.

Índice de crescimento de vagas oferecidas na graduação (IVG)



Fonte: PROPLAN/CPA

Para o ano de 2018, a Pró-Reitoria de Graduação planejou a implantação de um novo curso para o interior. No exercício de 2018, houve a criação do curso de graduação em Letras-Ingês no município de Currais Novos, para o qual

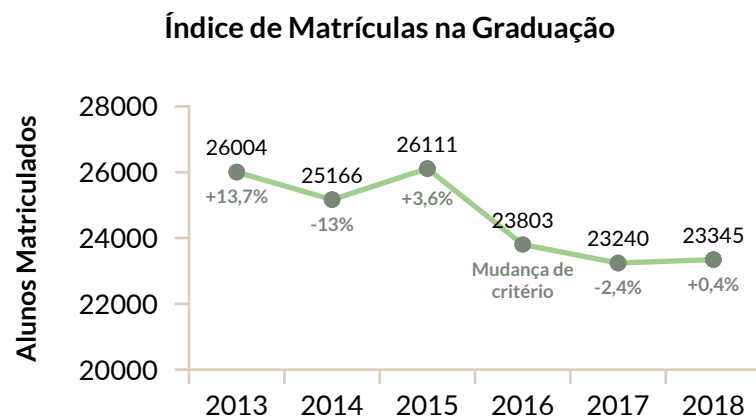
foram destinadas 30 novas vagas, o que corresponde a um aumento de 0,4% em relação a 2017.

22 Índice de crescimento das Matrículas na Graduação

Indicador que expressa a evolução do número de matrículas nos cursos de graduação no ano corrente. O IMG permite observar anualmente o quanto a Instituição conseguiu reduzir a evasão dos estudantes dos cursos de graduação em relação ao ano anterior e reflete, em parte, o resultado do esforço institucional na permanência do estudante.

O IMG é calculado conforme fórmula a seguir:

$$\text{IMG} = \frac{100 - \text{n}^\circ \text{ de matrículas no ano anterior} \times 100}{\text{n}^\circ \text{ de matrículas no ano vigente}}$$

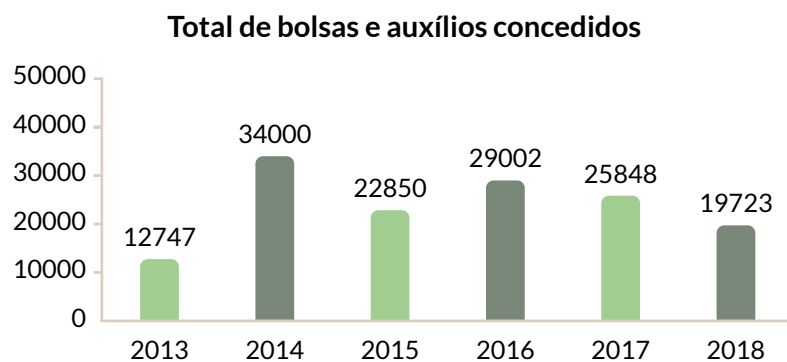


Fonte: PROPLAN/CPA

Até 2015, a UFRN utilizava o número de alunos matriculados no segundo semestre somado ao número de alunos concluintes no primeiro semestre para a contagem dos alunos matriculados no ano. Em 2016, esse cálculo passou a considerar as orientações do TCU, e o número de alunos matriculados foi calculado a partir da média do número de alunos matriculados no primeiro e segundo semestres letivos. Isso implicou uma redução no índice de 9,6%. Desde o início do ano de 2018, a Comissão Própria de Avaliação da UFRN tem se dedicado a coordenar diversos processos de autoavaliação presencial nos cursos de graduação. Essa atividade foi prevista na Resolução nº 181/2017-CONSEPE e tem como objetivo subsidiar a elaboração dos planos de ação trienais dos cursos com vistas à melhoria da sua qualidade e garantir a permanência do estudante. Em 2018, o índice de matrículas na graduação aumentou em 0,45% em relação a 2017, o que corresponde a 105 matrículas a mais em relação a 2017.

23 Número de bolsas e auxílios de apoio à permanência

Indicador que expressa o esforço institucional em apoiar logística e financeiramente o estudante de modo a garantir a sua permanência no ensino de graduação, minimizando a evasão. Esse apoio se dá por meio da concessão de auxílios e bolsas.



Fonte: PROPLAN/CPA

Em 2017, o número de benefícios concedidos pela UFRN sofreu uma redução de 10% em relação ao ano anterior. Apesar dessa redução, o quantitativo concedido em 2017 (25.848) superou a meta prevista para o ano, que era de 16.980 benefícios. Essa diferença entre o previsto e o executado foi admissível devido: i) à reorientação de objetivos e metas da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis para beneficiar o maior número de estudantes possível; ii) ao aperfeiçoamento na auditoria socioeconômica dos beneficiários; e iii) à racionalização das despesas com o Restaurante Universitário. Essas medidas de aperfeiçoamento foram mantidas em 2018 e, mesmo com limitações de recursos, ainda foi possível disponibilizar quase 20.000 bolsas e auxílios.

24 Percentual de vagas para cotistas

A UFRN estabeleceu como meta disponibilizar 50% de todas as vagas dos cursos de graduação para o sistema de cotas sociais e raciais. Essa meta foi atingida em 2015 e desde então esse percentual vem sendo mantido pela Instituição. Dessa forma, garante-se aos estudantes oriundos do ensino público, de baixa renda, negros e índios o acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade. A partir de 2018, também foi incluída nesses 50% uma cota para estudantes com deficiência, aumentando as chances de acesso ao ensino superior para esse segmento da população. Nesse ano, a Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (Caene) registrou 49 matrículas de alunos deficientes em cursos de graduação ofertados pela UFRN.

Avaliação equilibrada dos objetivos alcançados e do desempenho em relação às metas

O Planejamento Estratégico da UFRN está referenciado no PDI e define os rumos da Universidade, explicitando a missão e visão de futuro da Instituição, seus objetivos estratégicos e as metas globais. O planejamento no nível tático da UFRN é concretizado por meio do Plano de Gestão 2015-2019, coordenado pela Administração Superior. O Plano de Gestão orienta-se conforme cinco

Eixos Programáticos: Qualidade Acadêmica, Interiorização e Internacionalização; Gestão Eficiente, Participativa e Transparente; Cidadania, Inclusão Social e Sustentabilidade; Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento; Gestão de Pessoas, Desenvolvimento Institucional e Qualidade de Vida.

Buscando cumprir as diretrizes desses planos, a Administração Superior, por intermédio de suas unidades, estabelece metas anuais que são diretamente vinculadas às Políticas do PDI e aos Eixos Programáticos, com as respectivas linhas de ação do Plano de Gestão. Para operacionalizar esse processo, as metas são cadastradas no SIGPP. O sistema permite o gerenciamento das metas pretendidas pelas unidades estratégicas da Universidade: Pró-reitorias, Secretarias, Superintendências e outras unidades vinculadas à Administração Central; dele também se extraem relatórios com resultados de cada unidade acadêmico-administrativa da Instituição.

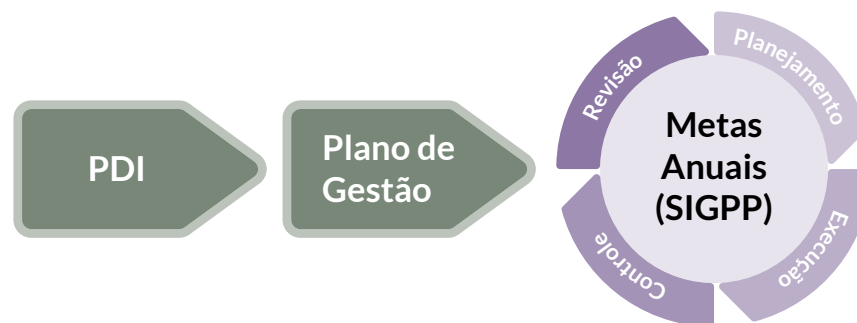
As unidades cadastram suas metas no SIGPP a cada ano, com suas atividades, ações, cronograma de realização e indicadores, etapas de execução e resultados previstos, todos articulados às metas globais da Instituição, às suas políticas e aos objetivos previstos no Plano de Gestão. Essas metas são utilizadas para a realização

do planejamento anual de cada uma das unidades da Administração Central da UFRN.

Nessa perspectiva, a Universidade não define objetivos anuais, mas metas a serem alcançadas, estabelecidas em consonância com as Políticas e Metas do PDI e os Eixos Programáticos do Plano de Gestão.

O acompanhamento e a avaliação das metas institucionais são realizados a partir de reuniões periódicas que aferem os resultados alcançados a partir da análise e discussão pela Administração Superior dos percentuais de execução dessas metas.

Monitoramento de metas não alcançadas e justificativas para o resultado



O processo de planejamento da UFRN, que se baseia no alinhamento estratégico com o PDI e com o Plano de Gestão, é dinâmico e flexível, estando aberto à revisão periódica dos planos. Nesse contexto, durante a execução do planejamento anual, algumas metas podem sofrer alterações ou, até mesmo, não serem realizadas conforme o planejado. As metas não alcançadas a cada ano são analisadas pelos dirigentes e equipes envolvidas, possibilitando, se for o caso, a revisão e repactuação das metas para o ano seguinte.

No ano de 2018 foi cadastrado um total de 202 metas, distribuídas entre as 22 unidades vinculadas à Administração Central. O percentual médio de execução das metas foi de 74,4%.

Ressalta-se que os avanços na gestão universitária não são obtidos apenas com as metas alcançadas,

mas, também, com o aprendizado organizacional contínuo diante da identificação das fragilidades, das possíveis ameaças e das medidas a serem tomadas.

Por meio dos relatórios de acompanhamento dos resultados (parciais e final) obtidos no SIGPP, as Unidades informam os impedimentos percebidos na concretização de suas metas. Em 2018, os obstáculos relatados pelas Unidades foram: insuficiência de recursos financeiros; sobrecarga de demandas; falta de pessoal; alterações na legislação; e dificuldade de integração entre as Unidades. A partir dos impedimentos relatados, a Administração Superior e as Unidades envolvidas diretamente com o planejamento da Universidade delineiam estratégias para superar as dificuldades e minimizar os problemas enfrentados na concretização dos Planos.

Registra-se que o SIGPP não é de acesso público; não obstante, reitera-se que o relatório completo acerca das metas institucionais cadastradas no Sistema e monitoradas ao longo do ano está disponível no [link Relatório de Acompanhamento de Metas SIGPP 2018](#). Neste é possível ter conhecimento do processo de planejamento, execução, controle e revisão das metas institucionais anuais propostas em 2018, bem como dos obstáculos encontrados para o seu cumprimento.

Perspectiva para os próximos exercícios: desafios e incertezas que a Unidade provavelmente enfrentará ao perseguir o seu planejamento estratégico

Embora a UFRN avalie continuamente suas perspectivas e expectativas para os próximos anos, considerando que durante o ano de 2019 serão elaborados um novo PDI e um novo Plano de Gestão, nos quais tais informações serão analisadas em detalhes com a participação de toda a comunidade acadêmica, optou-se por não incluí-las no presente Relatório. Destaca-se, entretanto, que diante do atual cenário econômico do país, a UFRN não tem perspectiva de expansão para os próximos anos, mas de consolidação de suas ações em busca da melhoria da qualidade acadêmica.

Com efeito, no ano de 2019, a UFRN elaborará e submeterá à aprovação de seus Conselhos Superiores um novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), contando com a prévia participação de toda a comunidade acadêmica no seu processo de discussão. Tal plano expressará o planejamento estratégico da Instituição para os próximos dez anos e as estratégias para o enfrentamento dos desafios que se apresentam para a Universidade no futuro próximo. Da mesma forma, uma nova equipe de gestão assumirá a UFRN para conduzi-la no período 2019-2023, devendo submeter à comunidade a aprovação do seu Plano de Gestão. Nesses momentos, serão apresentados à sociedade os rumos e as alternativas considerados pela UFRN para a continuidade de seu desenvolvimento, buscando consolidar e expandir todas as conquistas observadas nas últimas décadas.

Contudo, algumas questões ponderadas na construção do seu PDI 2010-2019 ainda continuam atuais e deverão ser consideradas no novo Plano² :

- » “A aplicação generalizada das novas tecnologias de comunicação e informação permitiu a constituição de sistemas financeiros e produtivos globalizados, a redefinição das formas tradicionais de organização e exercício do poder político e a difusão e a coexistência assimétrica de padrões multiculturais entre diferentes territórios e populações do mundo”;
- » “A revolução tecnológica permitiu a constituição de um novo paradigma econômico e produtivo,

² Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2010-2019), UFRN, 2010. Disponível [neste link](#).

no qual a disponibilidade de conhecimento e informação concorre em importância com a existência de capital, trabalho, matérias-primas e energia”;

- » “A ciência e a técnica estão entre as principais forças produtivas e a posse de conhecimentos e de informações determinam a distribuição e o exercício do poder entre os grupos e as classes sociais no interior das comunidades humanas e define a natureza da relação entre os diferentes países do mundo”;
- » “É necessário educar para a constante mudança, através do desenvolvimento e da indução de habilidades e competências de uma racionalidade crítica que proporcione a disposição intelectual para a permanente

mudança e produção de novos conhecimentos”;

- » “O processo de formação educacional deve possibilitar o desenvolvimento de capacidade crítica e reflexiva, solução de problemas, adaptação a novas situações, selecionar informação relevante e produzir conhecimento para a tomada de decisão, em contextos de mudança tecnológica e sociocultural acelerada e permanente expansão do conhecimento”.

Nos últimos dez anos, essas considerações não só se confirmaram, como foram aprofundadas. A imensa quantidade de dados disponíveis globalmente (*Big Data*), quando associada às técnicas de Inteligência Computacional, tem permitido a produção de informações que vão desde o conhecimento do perfil

psicológico e comportamental de vasta parcela da população da Terra à substituição de algumas tarefas antes desempenhadas por seres humanos e agora realizadas por algoritmos inteligentes. Reflexos desse novo contexto estão presentes nos momentos de consultas às sociedades, como no caso do Brexit e das eleições presidenciais em alguns países, tais como Estados Unidos e Brasil. Nas profissões, tarefas que exigem diagnóstico e/ou tomada de decisão serão as próximas a serem afetadas: direção autônoma de veículos, sistemas de diagnóstico médico etc. levarão a novas orientações sobre quais serão as profissões do futuro.

Da mesma forma, o que fazer com
i) o enorme contingente de pessoas que serão superadas pelo uso intensivo das novas tecnologias?
ii) a expectativa de vida crescente da

raça humana? iii) os novos arranjos econômicos, pautados no conceito de economia compartilhada, cujos maiores exemplos são o Uber e o Airbnb, que impõem novas relações no mundo do trabalho?

A afirmação contida no PDI 2010-2019 da UFRN permanece atual: “a Universidade do século XXI precisa encontrar e elaborar respostas a esse conjunto de novos desafios, que serão incorporadas às funções assumidas e acumuladas historicamente de preservar a cultura e o conhecimento universal, de propiciar formação profissional e de produzir ciência e tecnologia socialmente relevantes”.

Para tanto, faz-se necessário encontrar soluções inovadoras para as estruturas utilizadas na formação de seus alunos, nas práticas pedagógicas a serem utilizadas, no uso das informações

disponíveis globalmente, na produção de novos conhecimentos e num protagonismo nas ações de inovação e empreendedorismo. A Universidade tem papel crucial na afirmação de um projeto de desenvolvimento nacional nas condições cada vez mais competitivas do mundo contemporâneo. A educação superior é responsável por parte substancial da produção científica, tecnológica e cultural, que qualifica e diferencia a inserção internacional dos diferentes países. O acesso à educação superior representa uma conquista básica dos direitos de cidadania, tornando a democratização do saber uma das missões mais importantes no âmbito da responsabilidade social da Universidade.

5



ALOCAÇÃO DE RECURSOS
E ÁREAS ESPECIAIS
DE GESTÃO

ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR OS PRINCIPAIS OBJETIVOS

da UPC e planos de alocação de recursos para implementar essa estratégica no exercício, assim como principais desafios e ações futuras

Os principais objetivos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) estão estabelecidos no seu [Plano de Desenvolvimento Institucional \(PDI 2010-2019\)](#), traduzidos num conjunto de 17 [metas](#) para o período.

Para alcançar os objetivos estabelecidos em seus planos, a UFRN executa seu Plano Anual de Metas, sob a responsabilidade do conjunto de 22 unidades associadas à Administração Central da Instituição (Pró-Reitorias, Superintendências, Secretarias e Uni-

dades suplementares). Tais metas são associadas àquelas estabelecidas no PDI, bem como às linhas de ação do Plano de Gestão. A UFRN monitora e avalia periodicamente o cumprimento das suas metas anuais, objetivando alcançar com qualidade acadêmica seus objetivos e suas políticas institucionais (ver [Relatório de Acompanhamento de Metas SIGPP 2018](#)).

O financiamento da UFRN depende, basicamente, dos recursos da União, autorizados por meio das Leis

Orçamentárias Anuais (LOAs). As fontes orçamentárias previstas na LOA são as seguintes: orçamento do Ministério da Educação (MEC), arrecadação de receitas próprias e emendas parlamentares. Além dessas, a UFRN executa recursos orçamentários de outras unidades das administrações federais, estaduais ou municipais, por intermédio dos Termos de Execução Descentralizada (TED) (recursos federais) ou convênios (recursos estaduais ou municipais).

A universidade capta ainda recursos de agências oficiais de fomento ou de outras entidades públicas ou privadas para executar projetos acadêmicos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento científico e tecnológico ou inovação. Esses recursos são utilizados internamente para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, majoritariamente voltadas para o ensino superior, mas comportando também a educação profissional e a educação básica, destinando-se ao pagamento de despesas com pessoal, custeio e investimentos.

A associação dos objetivos estratégicos com a alocação de recursos se dá por meio da distribuição destes pelo Conselho de Administração (CONSAD) da UFRN. Em que pese parte dos recursos explicitados anteriormente já possuem destinação específica, no

que tange aos recursos de custeio, a UFRN estrutura seu orçamento interno em sete grandes grupos:

- » **Gastos comuns**, correspondem a um conjunto de despesas gerais, necessárias ao funcionamento da Universidade, tais como energia elétrica, água e esgotos, manutenção da estrutura física, contratos de terceirização e vigilância, ampliação de acervo bibliográfico etc.;
- » **Projetos institucionais**, referem-se a um grupo de projetos voltados para o desenvolvimento institucional e melhoria das condições de trabalho (saúde e qualidade de vida), capacitação de seu corpo técnico, eventos permanentes, tais como a Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura, além do financiamento básico

de alguns de seus projetos estratégicos;

- » Custeio de suas unidades acadêmicas – **Centros Acadêmicos e Unidades Acadêmicas Especializadas** –, responsáveis diretas pelas atividades-fim da Universidade;
- » **Políticas acadêmicas** – estão voltadas ao financiamento dos fundos de pesquisa, extensão, graduação, pós-graduação e editorial, responsáveis pela indução interna das ações associadas às atividades finalísticas e aos objetivos, além do financiamento de seus museus e do programa de excelência na pós-graduação e pesquisa;

- » Custeio das unidades ligadas à **Administração Central** da UFRN, composta por Gabinete, Pró-Reitorias, Secretarias, Superintendências e alguns núcleos, tais como Núcleo de Acessibilidade e Núcleo de Redes Avançadas;
- » **Unidades Suplementares**, encarregadas do suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão, cujos exemplos são: Biblioteca Central, Editora Universitária, Institutos e o Complexo de Esportes e Eventos;
- » **Destaques orçamentários**, correspondem a um percentual dos recursos de custeio destinados ao financiamento de iniciativas exploratórias de melhoria da eficiência, eficácia e efetividade das ações institucionais.

Como premissas básicas da execução orçamentária e financeira, podem-se destacar:

- » cada unidade executa de forma descentralizada seu orçamento;
- » políticas acadêmicas são executadas mediante editais internos;
- » projetos contemplados nos editais têm seus recursos descentralizados para as unidades.

Os recursos destinados à garantia de condições de permanência dos discentes, via assistência estudantil, são distribuídos de acordos com normas específicas, sendo utilizados para financiar um conjunto de auxílios aos estudantes, tais como alimentação, moradia, creche, óculos, transporte, bolsas de manutenção,

política de esporte, restaurante universitário etc.

Os recursos de investimento têm sua destinação definida pela Alta Administração em conjunto com os Diretores das unidades acadêmicas, constituindo-se em planos de obras e de aquisições. Embora os procedimentos de alocação dos recursos orçamentários sejam práticas bem sedimentadas na UFRN, alguns desafios e ações futuras merecem ser destacados nesse contexto:

- » crescimento sustentável da instituição em meio a um cenário de crise econômica do país;
- » racionalização dos maiores gastos da instituição (energia elétrica e locação de mão de obra), de forma a reduzir gastos sem prejudicar a qualidade das atividades finalísticas;

- » implantar melhorias no acompanhamento da evolução das informações orçamentárias, dando o máximo de transparência aos gastos públicos da UFRN;
- » aprimoramento do módulo orçamentário do sistema interno SIPAC, gerando maior integração com o sistema do Governo Federal SIAFI;
- » capacitação constante dos gestores nas melhores práticas de gestão orçamentária e financeira.

Gestão orçamentária e financeira

No campo da gestão orçamentária e financeira, muitos foram os desafios no exercício de 2018. A LOA de 2018 consignou um orçamento inicial total para a UFRN no montante de R\$ 1.674.473.484,00, que, ao longo do exercício, foi atualizado e chegou ao

valor final de R\$ 1.752.842.150,00, ou seja, um acréscimo de R\$ 78.368.666,00 no orçamento inicial que foi aprovado.

Orçamento autorizado em 2018 à UFRN

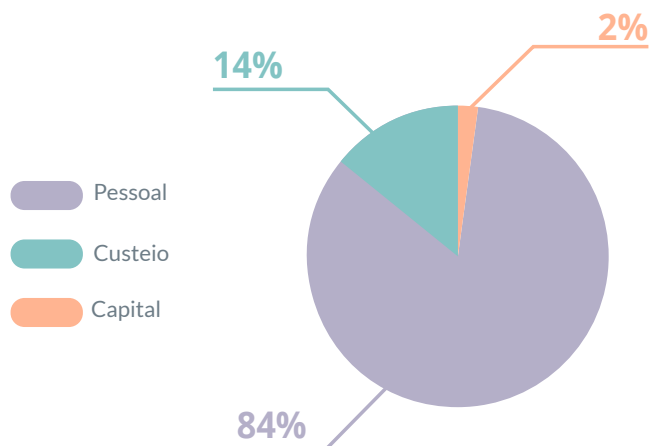
Dotação Inicial	+	Acréscimos	-	Cancelamentos	=	Dotação atualizada
1.674.473.484,00		110.078.246,00		31.709.580,00		1.752.842.150,00

Fonte: Tesouro Gerencial

No comparativo com o exercício anterior, a dotação inicial atualizada da UFRN sofreu variações de 1,82% e 1,70%, respectivamente, ao passo que a inflação acumulada no ano de 2017 foi de 2,95%, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal fato gera mais aperto orçamentário na Instituição, tendo em vista que os contratos administrativos são corrigidos anualmente com base em percentuais maiores do que a variação do orçamento, cuja variação foi menor

que a própria inflação do período. Dos valores da dotação atualizada da UFRN para o exercício de 2018, 84,07% são destinados ao pagamento de despesas com pessoal; 13,94% vão para despesas de custeio; e 1,99%, para investimento.

Dotação atualizada 2018 por grupo de despesa

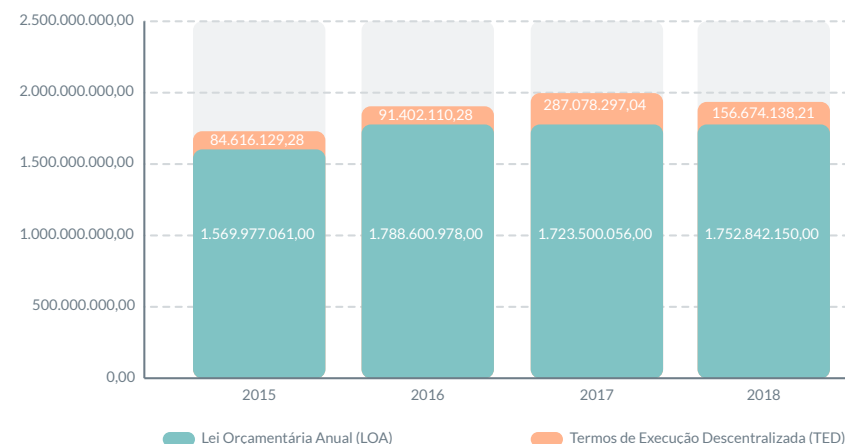


Fonte: Tesouro Gerencial

Além do orçamento autorizado na LOA, a UFRN também recebeu diversos recursos orçamentários advindos de TED, celebrados com diversos órgãos da esfera federal. No exercício de 2018, a UFRN recebeu, a título de destaque, o montante total de R\$ 156.674.138,21. Considerando os quatro últimos exercícios financeiros, esse foi o segundo com maior captação de recursos via TED, ficando atrás apenas do exercício de 2017, quando foram recebidos R\$ 287.078.297,04. Somando os valores autorizados na LOA

com os recursos captados via TED no exercício de 2018, a UFRN tinha o montante de R\$ 1.909.516.288,21 sob sua gestão.

Orçamento total sob gestão da UFRN nos últimos quatro exercícios



Fonte: Tesouro Gerencial

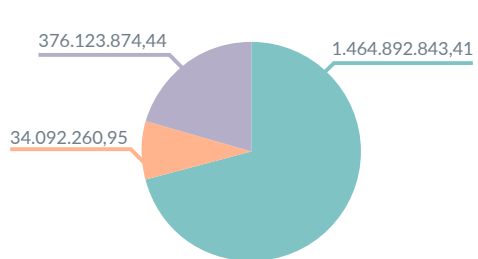
Perfil do gasto da UFRN

No exercício de 2018, 98,19% dos valores orçamentários disponíveis à UFRN foram empenhados, totalizando o montante de R\$ 1.875.108.978,80, contra o percentual de 97,80% do exercício de 2017.

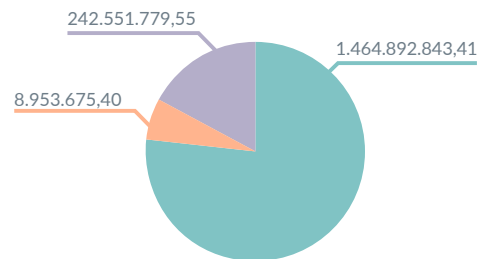
Execução orçamentária da UFRN

■ Pessoal
 ■ Custeio
 ■ Investimentos

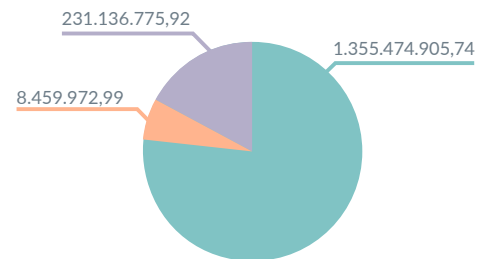
Grupo de despesa - 2018



Empenhada
1.875.108.978,80

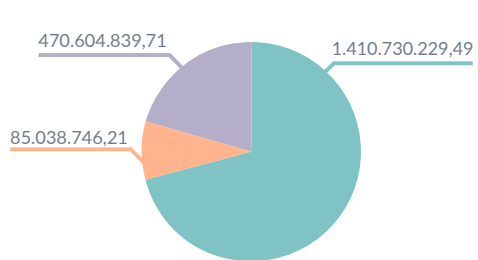


Liquidada
1.716.398.298,36

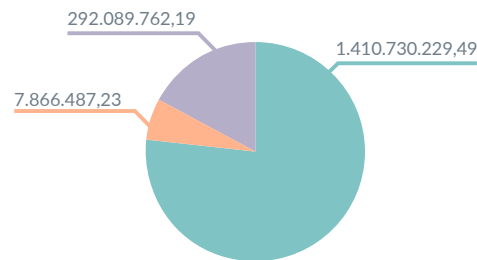


Paga
1.595.071.654,65

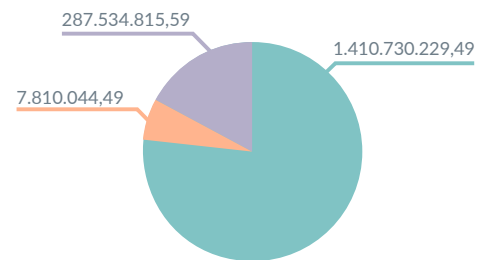
Grupo de despesa - 2017



Empenhada
1.966.373.815,41



Liquidada
1.710.686.478,91

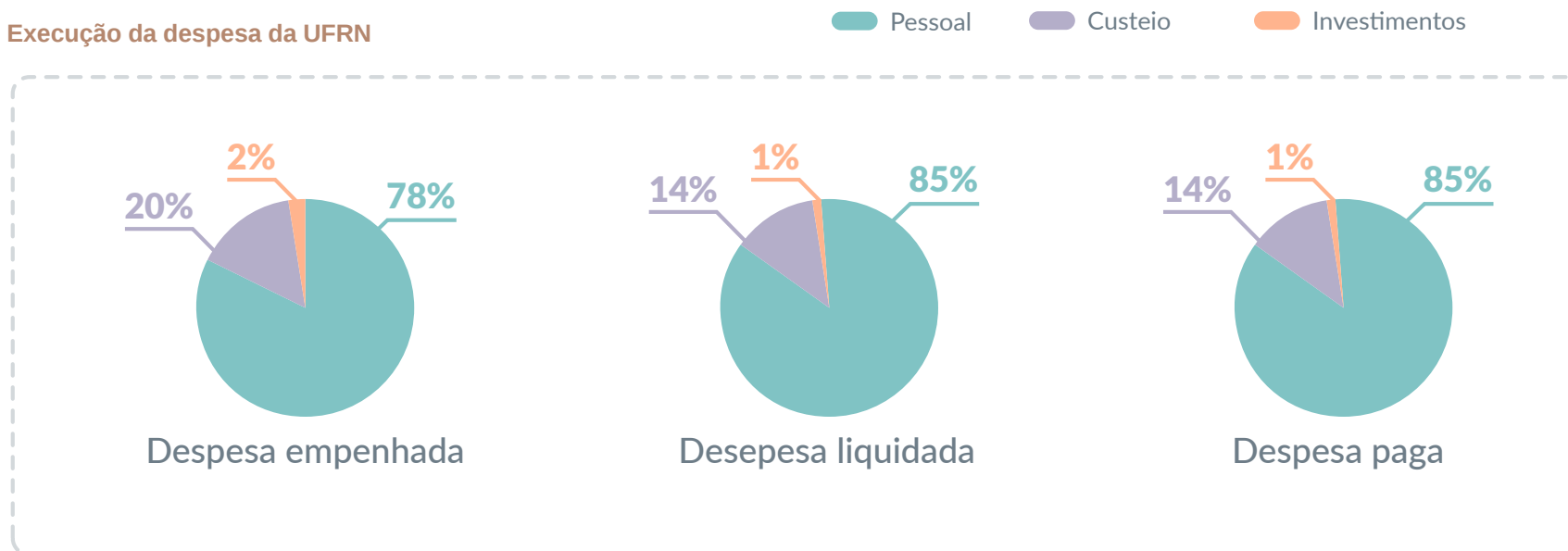


Paga
1.706.075.089,57

Fonte: Tesouro Gerencial

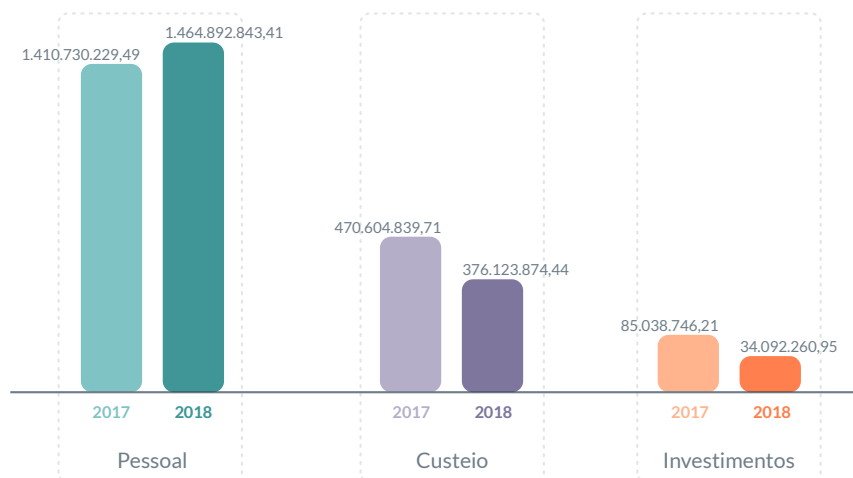
As despesas com pessoal continuam sendo responsáveis pela maior fatia dos gastos da UFRN, respondendo por 78,12% das despesas empenhadas, 85,34% das despesas liquidadas e 85% das despesas pagas do exercício de 2018.

Execução da despesa da UFRN



No comparativo com o exercício anterior, apenas o grupo de despesa “Pessoal” apresentou aumento de 3,84% nas despesas empenhadas, ao passo que os grupos “Custeio” e “Investimentos” apresentaram quedas de 20,08% e 59,91%, respectivamente.

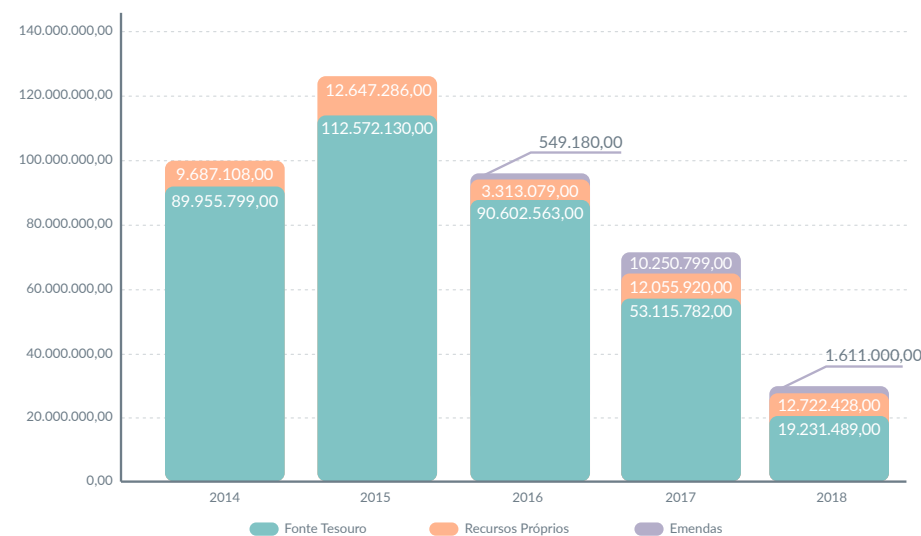
Despesa empenhada 2018 x 2017



A queda verificada nos montantes empenhados nos grupos de custeio e investimento decorre, principalmente, do menor volume de orçamento recebido por meio de TED. Em 2017, recebemos o valor de R\$ 287.078.297,04, contra o montante de R\$ 156.674.138,21 em 2018, uma diminuição de 45,42% nos valores recebidos.

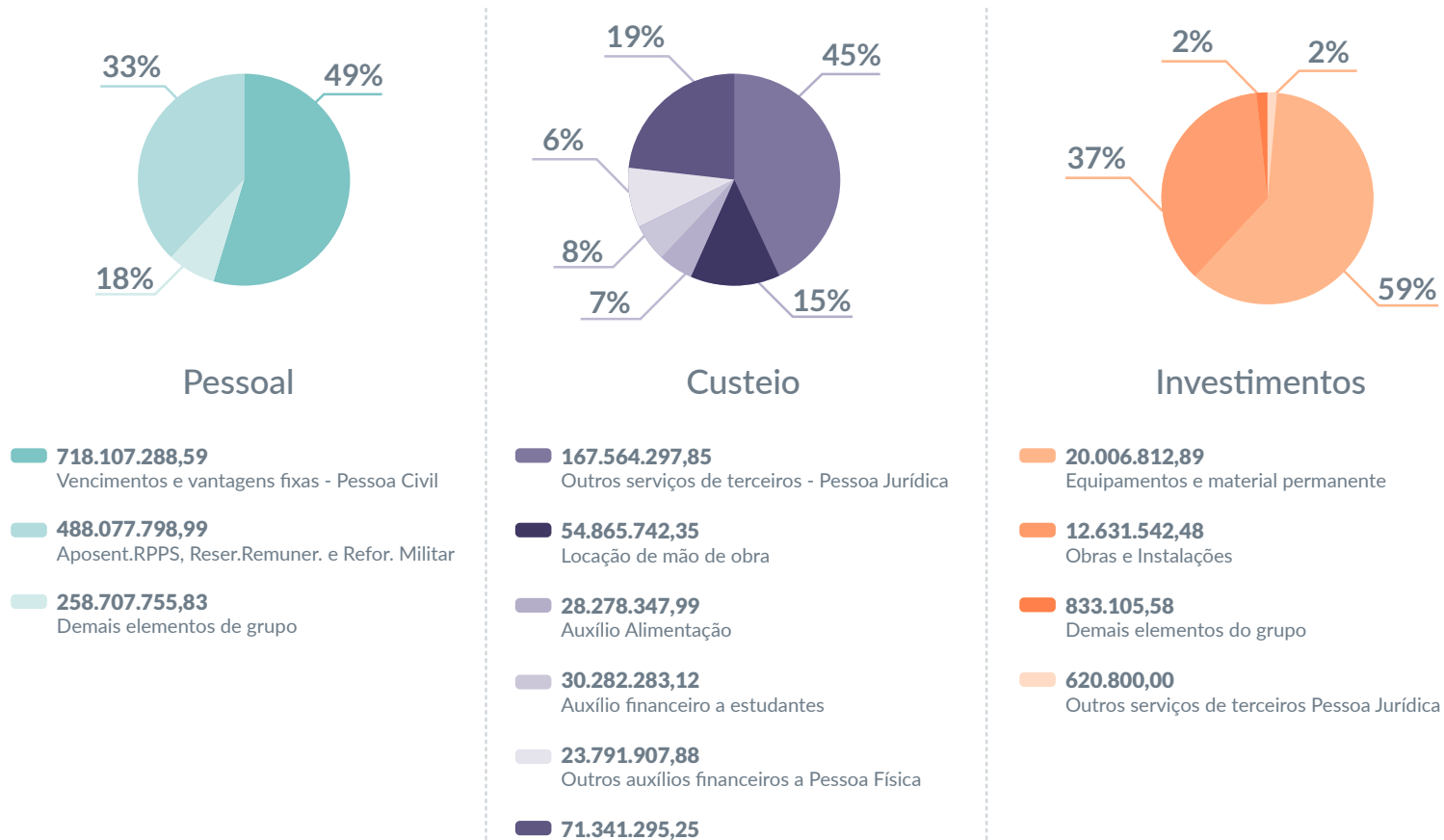
O orçamento de capital foi o que sofreu maiores reduções nos últimos anos quando consideramos apenas a dotação atualizada da UFRN. Saímos de um orçamento total de R\$ 125.219.416,00 em 2015 para o valor de R\$ 33.564.917,00 no exercício de 2018, uma queda de 73,20%.

Se considerado apenas o orçamento de investimento da fonte tesouro, essa redução ainda é maior, atingindo o percentual de 82,92% de redução. No exercício de 2018 o Ministério da Educação (MEC) concentrou a maior parte dos recursos de investimento no próprio Ministério, complementando o orçamento das IFES por meio da assinatura de TEDs.



A seguir, apresentamos o detalhamento das despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2018 por grupo e pelas principais naturezas de despesa:

Despesas empenhadas por natureza de despesa



Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
1. Pessoal	1.464.892.843,41	1.410.730.229,49	1.464.892.843,41	1.410.730.229,49	-	-	1.355.474.905,74	1.410.730.229,49
Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	718.107.288,59	701.043.972,53	718.107.288,59	701.043.972,53	-	-	656.407.587,29	701.043.972,53

Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	488.077.798,99	453.838.373,02	488.077.798,99	453.838.373,02	-	-	449.637.294,72	453.838.373,02
Demais elementos do grupo	258.707.755,83	255.847.883,94	258.707.755,83	255.847.883,94	-	-	249.430.023,73	255.847.883,94
2. Juros e encargos da dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras despesas correntes	376.123.874,44	470.604.839,71	242.551.779,55	292.089.762,19	133.572.094,89	178.515.077,52	231.136.775,92	287.534.815,59
Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica	167.564.297,85	271.175.931,41	59.465.684,36	109.068.178,90	108.098.613,49	162.107.752,51	56.192.102,80	107.815.776,54
Locação de mão de obra	54.865.742,35	57.813.080,73	47.815.453,61	54.098.918,32	7.050.288,74	3.714.162,41	46.742.080,51	51.447.852,16
Auxílio financeiro a estudantes	30.282.283,12	22.949.029,16	25.193.230,75	21.225.172,75	5.089.052,37	1.723.856,41	25.191.180,75	21.224.592,75
Auxílio alimentação	28.278.347,99	28.289.891,12	28.278.347,99	28.289.891,12	-	-	25.920.798,47	28.289.891,12
Outros auxílios financeiros a Pessoa Física	23.791.907,88	21.283.788,43	22.469.183,19	20.407.520,85	1.322.724,69	876.267,58	20.918.621,41	20.393.264,85
Demais elementos do grupo	71.341.295,25	69.093.118,86	59.329.879,65	59.000.080,25	12.011.415,60	10.093.038,61	56.171.991,98	58.363.438,17
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
4. Investimentos	34.092.260,95	85.038.746,21	8.953.675,40	7.866.487,23	25.138.585,55	77.172.258,98	8.459.972,99	7.810.044,49
Equipamentos e material permanente	20.006.812,89	24.112.287,84	5.250.462,94	5.757.442,95	14.756.349,95	18.354.844,89	4.837.804,15	5.701.000,21
Obras e instalações	12.631.542,48	19.589.946,48	2.493.179,45	1.184.571,81	10.138.363,03	18.405.374,67	2.443.319,83	1.184.571,81
Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica	620.800,00	41.149.121,00	600.000,00	813.195,00	20.800,00	40.335.926,00	600.000,00	813.195,00
Demais elementos do grupo	833.105,58	187.390,89	610.033,01	111.277,47	223.072,57	76.113,42	578.849,01	111.277,47
5. Inversões financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Analisando as despesas empenhadas no período, podemos observar que, no grupo de despesa com pessoal, apenas duas naturezas de despesa representam 82% de todos os valores empenhados, sendo 49% para pagamento de pessoal ativo e 33% para aposentadorias. Já no grupo de Custeio, cinco grupos foram responsáveis por 81% do total empenhado, com destaque para os serviços de terceiros Pessoa Jurídica, com 45%; seguido pelos gastos com locação de mão de obra com 15%; e auxílio financeiro a estudantes, com 8% do total empenhado. No grupo de investimentos, a maior parcela do orçamento foi empenhada para a aquisição de equipamentos e material permanente, com 59%; e obras e instalações, com 37% do total empenhado. Das despesas que foram empenhadas no exercício de 2018, 85% foram objeto de pagamento até o encerramento do exercício, sendo as demais despesas inscritas em restos a pagar para pagamento em 2019, com exceção das despesas com pessoal, ajuda de custo, suprimento de fundos e diárias, que não podem ser inscritas em restos a pagar.

Você sabia?

A execução da despesa pública percorre três estágios, que, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, são: empenho, liquidação e pagamento.

Empenho: representa o primeiro estágio da despesa orçamentária. É registrado no momento da contratação do serviço, da aquisição do material ou bem, da obra etc. Segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente (ou não) de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico.

Liquidação: é o segundo estágio da despesa orçamentária. Conforme previsto no art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito e tem como objetivos: apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação. Ou seja, é a verificação se o material e/ou serviço entregue está em conformidade com o empenhado.

Pagamento: refere-se ao terceiro estágio. Consiste na entrega de numerário ao credor e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa. A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 64, define ordem de pagamento como sendo o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa liquidada seja paga.

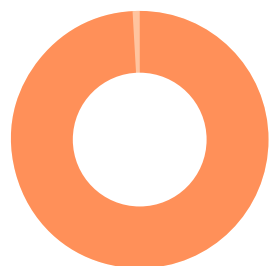
Despesas pagas em 2018 por Função e Subfunção.



61% 832.767.976,88

Despesa paga - PESSOAL

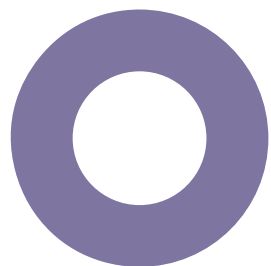
Função	Subfunção	Despesa Paga
EDUCAÇÃO	ENSINO SUPERIOR	600.161.878,86
	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	139.044.318,28
	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	93.561.779,74
PREVIDÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	522.706.928,86
Total		1.355.474.905,74



99% 227.603.339,06

Despesa paga - CUSTEIO

Função	Subfunção	Despesa Paga	
EDUCAÇÃO	ENSINO SUPERIOR	165.000.880,61	
	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	31.568.289,21	
	ATENÇÃO BÁSICA	16.547.255,53	
	ENSINO PROFISSIONAL	12.318.338,69	
	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.485.347,17	
	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	648.710,39	
	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	19.506,76	
	ADMINISTRAÇÃO GERAL	15.010,70	
	JUDICIÁRIA		
	ADMINISTRAÇÃO		
	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	SAÚDE		
	DESPORTO E LAZER		
CIÊNCIA E TECNOLOGIA			
ENCARGOS ESPECIAIS			
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA			
Total		227.603.339,06	



100% 8.444.187,84

Despesa paga - INVESTIMENTO

Função	Subfunção	Despesa Paga
EDUCAÇÃO	ENSINO SUPERIOR	8.412.211,84
	ADMINISTRAÇÃO GERAL	30.960,00
	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.016,00
CULTURA		
Total		8.444.187,84

Por ser a função típica de uma universidade federal, percebe-se pelos gráficos apresentados que a função Educação é a maior despesa da UFRN quando categorizamos a despesa pela sua classificação funcional.

Você sabia?

A classificação funcional da despesa é formada por funções e subfunções e busca responder basicamente à indagação “em que áreas de despesa a ação governamental será realizada?” A atual classificação funcional foi instituída pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão (MOG), e é composta de um rol de funções e subfunções prefixadas, que serve como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nos três níveis de Governo.

A LOA também apresenta os valores das despesas por ações de governo. Segundo definição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Mcas), as ações são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa.

Programa, por sua vez, é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade.

Nesse contexto, apresentamos a seguir a execução orçamentária das principais ações orçamentárias executadas pela UFRN no exercício de 2018:

Execução orçamentária por grupo de despesa e ação de governo em 2018

Grupo de Despesa	Ação de Governo	Empenhado	Liquidado	Pago
1 – Pessoal e encargos sociais	20TP - Ativos civis da união	758.448.393,20	758.448.393,20	693.723.658,60
	0181 – Aposentadorias e pensões civis da união	567.400.131,93	567.400.131,93	522.706.928,86
	09HB – Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime da previdência dos servidores públicos federais	139.044.318,28	139.044.318,28	139.044.318,28
	Subtotal	1.464.892.843,41	1.464.892.843,41	1.355.474.905,74
3 – Outras despesas correntes	20RK - Funcionamento de instituições federais de ensino superior	139.783.675,89	113.938.405,42	111.303.609,90
	4705 – Apoio financeiro para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais	74.802.547,00	0,00	0,00
	212B – Benefícios obrigatórios aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes	34.419.478,78	34.419.478,78	31.568.289,21
	4002 – Assistência ao estudante de ensino superior	27.670.868,00	25.950.590,32	25.489.285,24
	00P1 – Apoio à residência em saúde	25.227.969,10	25.227.969,10	23.684.111,32
	2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes	18.211.712,24	18.090.389,95	16.547.255,53

3 – Outras despesas correntes	20K7 – Apoio à modernização do parque produtivo industrial da saúde	15.050.000,00	10.816,85	0,00
	20RW – Apoio à formação profissional, científica e tecnológica	13.873.786,40	5.109.153,77	4.935.831,55
	20RL – Funcionamento de instituições federais de educação profissional e tecnológica	7.547.788,54	6.088.210,04	5.581.827,14
	2994 – Assistência aos estudantes das instituições federais de educação profissional e tecnológica	2.347.500,00	1.345.680,00	1.345.680,00
	Demais ações	17.188.548,49	12.371.085,32	10.680.886,03
Subtotal		376.123.874,44	242.551.779,55	231.136.775,92
4 - Investimentos	20RK – Funcionamento de instituições federais de ensino superior	20.663.638,13	5.474.545,49	5.157.201,66
	8282 – Reestruturação e modernização das instituições federais de ensino superior	12.790.092,05	3.421.551,31	3.245.822,73
	Demais ações	638.530,77	57.578,60	56.948,60
Subtotal		34.092.260,95	8.953.675,40	8.459.972,99
Total		1.875.108.978,80	1.716.398.298,36	1.595.071.654,65

No grupo de despesa “1 – Pessoal e encargos sociais”, a ação 20TP, destinada para o pagamento de todo pessoal ativo da UFRN, respondeu sozinha por 51,78% dos valores empenhados no exercício de 2018. A ação 0181 vem na segunda posição, com 38,73%, e é referente aos pagamentos de aposentados e pensionistas.

Já no grupo “3 – Outras despesas correntes”, a ação com maior relevância no exercício foi a 20RK, com 37,16% dos valores empenhados em custeio. O principal

objetivo da ação 20RK é ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior. É mediante essa ação que a UFRN mantém o funcionamento de suas atividades com o pagamento dos principais contratos de custeio.

A segunda ação com maior peso nos valores empenhados de custeio foi a 4705, de Apoio de financeiro para aquisição e distribuição de medicamentos, com 19,89%. Essa não é uma ação constante da LOA da UFRN, ela é decorrente da assinatura de TED com o Fundo Nacional de Saúde (FNS) para parcerias desenvolvidas junto ao NUPLAM/UFRN.

As ações 212B e 2004, com 9,15% e 4,84%, respectivamente, são despesas de custeio, mas são relacionadas às despesas com a folha de pagamento

de pessoal (benefícios e auxílios). A ação 4002 é outra ação de bastante relevância, tendo em vista que ela visa à concessão de bolsas de estudos para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Ela respondeu por 7,36% dos valores empenhados em 2018.

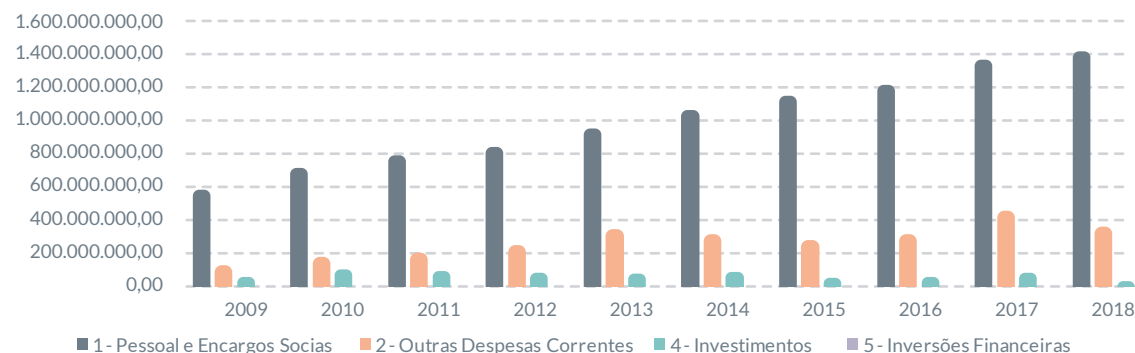
No grupo de despesa “4 – Investimentos”, novamente a ação 20RK aparece como nosso principal ação de governo, com 60,61% de todos os valores empenhados. Se no grupo de custeio essa ação é destinada a manutenção das atividades da UFRN, nesse grupo ela é destinada à expansão, seja através de pequenas obras ou na aquisição de equipamentos para atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Essa expansão e modernização também são financiadas por meio da ação 8282, que em 2018 respondeu por 37,52% dos valores empenhados. Juntamente com a 20RK, essas duas ações respondem por 98,13% de tudo que foi empenhado como capital no exercício.

A ação 8282 é voltada para o apoio ou execução de planos de reestruturação e expansão na Rede Federal de Ensino Superior que visem ao aumento do número de vagas e à redução da evasão por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de obras etc.

A seguir apresentamos a evolução das despesas empenhadas pela UFRN nos últimos 10 anos, por grupo de despesa.

Evolução das despesas empenhadas nos últimos 10 anos



Quando analisamos o histórico das despesas empenhadas pela UFRN, podemos observar que a natureza de despesa “1 – Pessoal e encargos sociais” sempre foi nossa maior despesa. Fazendo a média dos últimos 10 anos, esse grupo respondeu por 73,68% dos valores empenhados em cada ano.

No comparativo ano a ano, a maior variação ocorreu em 2010 quando os valores empenhados nesse grupo foram 21,97% superiores aos de 2009, mas a média de crescimento de um ano para outro dos últimos 10 anos foi de 11,45%.

O grupo com segunda maior representatividade foi o “3 – Outras despesas correntes”, com uma média de 20,39% das despesas empenhadas em cada ano. A maior variação identificada nesses 10 anos foi no exercício de 2017, no qual as

despesas empenhadas foram 43,77% superiores ao ano de 2016.

Isso se deve, principalmente, pelo maior volume de recursos recebidos por TED no ano de 2017, gerando, conseqüentemente, um maior volume de despesas empenhadas em custeio. Na média dos 10 anos apresentados, a taxa de crescimento das despesas de custeio foi de 13,79%.

Por fim, o grupo “4 – Investimentos” é o grupo com menor representação, tendo uma média de 5,93% dos valores empenhados por ano. Por outro lado, é o grupo que apresentou as maiores variações de um ano para outro. No comparativo 2010 x 2009, houve uma variação de 75,07%, por exemplo; Já comparando 2018 x 2017 a variação foi negativa em 59,91%. A principal razão para essas variações é a diminuição e/ou aumento no orçamento aprovado na LOA

destinado aos investimentos, além do impacto de recebimentos via TED que são superiores em alguns anos.

Além da execução dos orçamentos recebidos no exercício de 2018, há a execução dos valores de exercícios anteriores que são inscritos em restos a pagar, que se dividem em duas categorias: Processados e Não Processados.

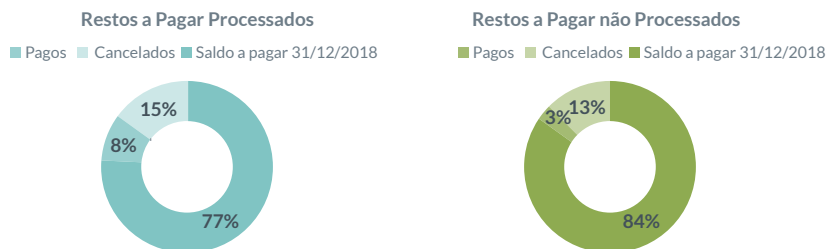
Os Restos a Pagar Processados (RPP) são todas as despesas que foram empenhadas e liquidadas na época própria, não ocorrendo apenas o estágio do pagamento até o final do exercício. Já os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) correspondem às despesas que foram apenas empenhadas, restando passar ainda pelos estágios da liquidação e pagamento.

Execução das despesas inscritas em restos a pagar em 2018

Valores em R\$ 1,00					
Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de inscrição	Montante 01/01/2018	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2018	
2017	4.611.389,34	4.377.868,08	209.251,05	24.270,21	
2016	953.114,47	62.716,11	3.003,52	887.394,84	
2015	1.244.150,09	1.164.239,63	49.639,57	30.270,89	
2014	808.002,57	256.874,39	319.503,18	231.625,00	
2013	56.404,05	-	56.244,05	160,00	

Restos a Pagar não Processados					
Ano de inscrição	Montante 01/01/2018	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2018
2017	255.687.336,50	230.403.124,02	229.162.395,23	552.527,11	25.972.414,16
2016	15.911.806,11	6.782.084,14	6.733.519,14	1.091.998,90	8.086.288,07
2015	6.228.542,98	468.732,02	465.936,02	4.461.378,09	1.301.228,87
2014	1.728.499,29	77.490,38	77.490,38	1.651.008,91	-
2013	1.817,00	-	-	1.817,00	-

Fonte: Tesouro Gerencial



A UFRN tem feito um constante acompanhamento dos valores inscritos em restos a pagar no intuito de quitar tudo o que é devido e cujo serviço e/ou material já foi entregue, além de realizar o cancelamento dos valores que não serão mais objeto de pagamento ou cuja vigência legal expirou.

Destacamos que 77% de todos os valores inscritos em restos a pagar processados foram pagos em 2018, 8% foram cancelados e restaram apenas 15% de saldo considerando o montante em 01/01/2018.

Já os restos a pagar não processados tiveram 84% do seu saldo inicial pago no exercício de 2018, além de 3% que foi objeto de cancelamento, restando um saldo de 13% dos valores iniciais. Destaque para os saldos de 2013 e 2014, que, após os pagamentos devidos, foram totalmente cancelados.

Desempenho do exercício atual em comparação ao esperado

Inicialmente, as perspectivas para a execução orçamentária do exercício de 2018 eram preocupantes em relação às liberações de limites orçamentários. Uma vez aprovada a LOA e publicado o decreto de programação orçamentária e financeira, o orçamento é liberado para uso pelas unidades conforme o cronograma estabelecido no decreto, podendo ocorrer de, durante um determinado exercício financeiro, não haver a liberação de 100% do orçamento autorizado na LOA.

No exercício de 2017, por exemplo, trabalhamos praticamente todo o exercício com a liberação de 90%

do orçamento de custeio e 50% do orçamento de capital (investimentos). Próximo ao encerramento daquele exercício, houve uma última liberação e encerramos o ano de 2017 com a liberação de 100% de custeio e 65% de capital.

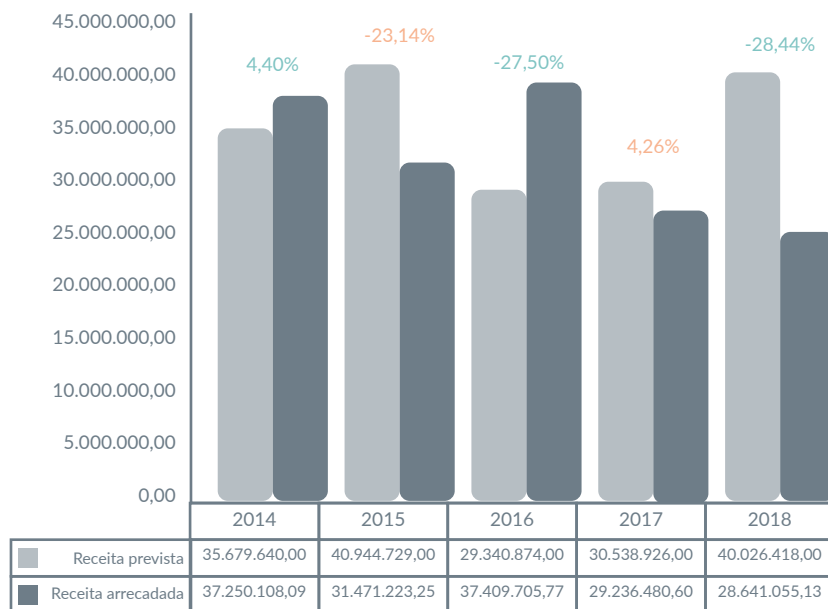
Diante das sinalizações do Governo para o exercício de 2018, a perspectiva era de que as liberações de limites orçamentários seriam nos mesmos patamares do exercício anterior. Na prática, os limites orçamentários de 2018 foram liberados em sua integralidade, tanto em custeio como em capital, superando as perspectivas iniciais.

No tocante à execução financeira o percentual de despesas pagas em comparação ao que foi liquidado

no exercício ficou em 92%, dentro do esperado para o exercício. Normalmente esse percentual fica em 99%, mas em virtude de uma mudança no procedimento de pagamento implantado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no encerramento do exercício, os pagamentos da folha de dezembro só foram realizados no início de janeiro de 2019.

A arrecadação das receitas próprias é que ficou abaixo da previsão estabelecida para o exercício. Na LOA de 2018, foi realizada uma previsão de arrecadação no montante de R\$ 40.026.418,00, contra um valor líquido arrecado de R\$ 28.641.055,13 até o encerramento do exercício, ou seja, uma frustração de receita de 28,44%.

Receita prevista x realizada nos últimos 5 anos

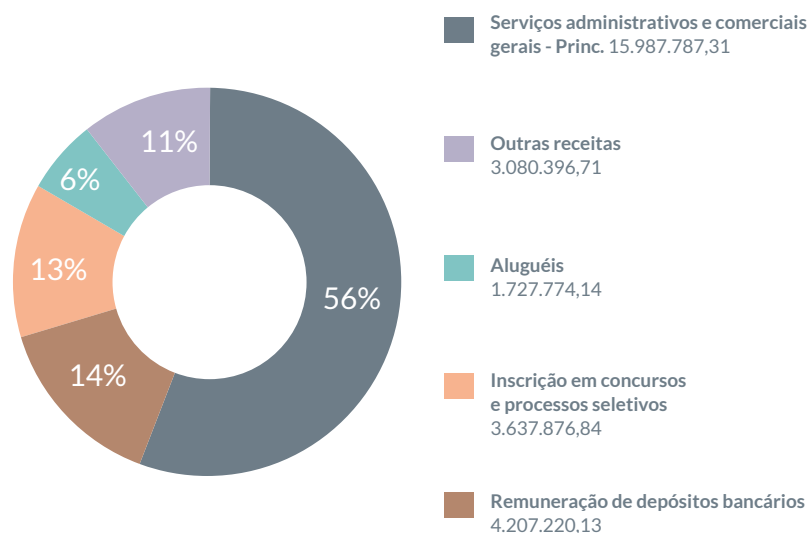


Importante destacar que a Receita, por ser prevista, pode ter uma arrecadação a maior ou menor, diferentemente das despesas, que por ser fixada, só pode ser realizada até o valor autorizado.

No comparativo da receita arrecadada em 2018 x 2017, houve uma queda de apenas 2,04%. O principal fator dessa diminuição foi a queda de 20,83% da receita

com remuneração de depósitos bancários, em virtude da desaplicação dos recursos financeiros próprios, por orientação dos órgãos superiores, que estavam aplicados na conta única. A seguir, apresentamos a composição das maiores receitas de 2018:

Composição da receita líquida arrecadada em 2018



As receitas com serviços administrativos e comerciais gerais continuam sendo as maiores da Instituição, com 56% do total arrecadado; seguidas pela remuneração de depósitos bancários, com 14%; e inscrição em concursos e processos seletivos, com 13%.

Comparativo da receita líquida arrecada 2018 x 2017

Receita	2018	2017	Variação
Serviços administrativos e comerciais gerais - Princ.	15.987.787,31	15.417.213,77	3,70%
Remuneração de depósitos bancários	4.207.220,13	5.314.404,55	-20,83%
Inscrição em concursos e processos seletivos	3.637.876,84	3.565.532,74	2,03%
Aluguéis	1.727.774,14	1.758.821,88	-1,77%
Outras receitas	3.080.396,71	3.180.507,66	-3,15%
Total	28.641.055,13	29.236.480,60	-2,04%

Fonte: Tesouro Gerencial

No comparativo com o exercício anterior, não houve variações expressivas, com exceção da receita com a remuneração dos depósitos bancários, que apresentou uma queda de 20,83% comparada a 2017. Essa receita é referente ao rendimento dos recursos que ficam aplicados na conta única do tesouro nacional. A queda dessa receita é decorrente do menor volume aplicado, tendo em vista o entendimento da STN que somente os recursos de convênios poderiam ficar aplicados.

Para o exercício de 2019, a receita inicialmente prevista foi da ordem de R\$ 30 milhões, uma diminuição de 23% em comparação à previsão de 2018. A tendência para o próximo exercício é de arrecadar 85% do montante previsto, tendo em vista a desaplicação realizada no final do exercício de 2018 de todos os recursos próprios aplicados na conta única, o que gerará uma grande redução na receita com remuneração de depósitos bancários.

Conformidade da gestão orçamentária e financeira

A gestão orçamentária e financeira no âmbito da UFRN é realizada, praticamente em sua totalidade, pela Pró-Reitoria de Administração (PROAD), por meio da Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), em conjunto com a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN).

Uma pequena parcela do orçamento é descentralizada aos Centros Acadêmicos, que possuem unidade gestora e pessoal próprio para execução, mas sendo orientados pela Administração Central.

Dessa forma, atestamos que todos os atos de gestão orçamentária e financeira são regidos pelas normas legais aplicáveis à matéria, tais como: Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 4.320/1964, Lei nº 10.180/2001, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, além dos diversos manuais e instruções normativas publicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Orçamento Federal (SOF), entre outros documentos.

Além disso, buscamos cumprir todas as orientações repassadas pela setorial contábil do Ministério da Educação, bem como do órgão central CCONT/STN, que são transmitidas por meio de comunicação direta no SIAFI, somado a isso as orientações e recomendações emitidas pelos órgãos de controle interno e externo.

Principais Desafios e Ações Futuras

Desafios

- » Crescimento sustentável da Instituição em meio a um cenário de crise econômica do país;
- » Racionalização dos maiores gastos da Instituição (energia elétrica e

locação de mão de obra) de forma a reduzir gastos sem prejudicar a qualidade e a produtividade das atividades da Instituição.

Ações

- » Implantar melhorias no acompanhamento da evolução das informações orçamentárias, de modo a oferecer o máximo de transparência aos gastos públicos da UFRN;
- » Aprimorar o módulo orçamentário do sistema interno SIPAC, gerando mais integração com o sistema do Governo Federal SIAFI;
- » Capacitar constantemente os gestores nas melhores práticas de gestão orçamentária e financeira;

Gestão de Pessoas

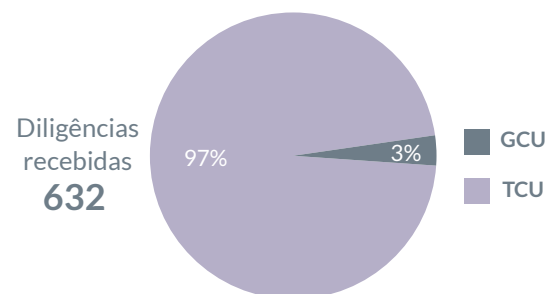
Conformidade Legal

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP) adota normas e procedimentos internos que garantem a observância às legislações (CF, leis, decretos, medidas provisórias, portarias, resoluções dos conselhos superiores da UFRN, entre outras) relacionadas à área de gestão de pessoas.

Apontamentos dos órgãos de controle

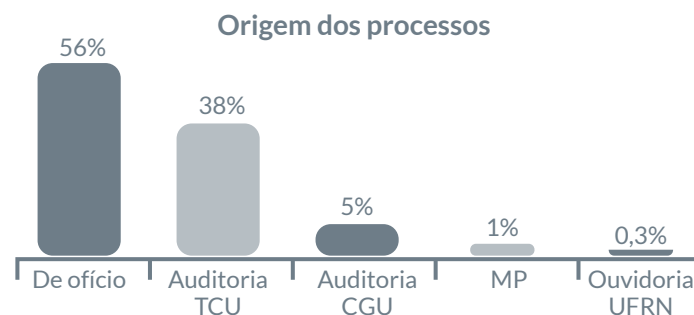
Em 2018, a PROGESP recebeu diligências dos órgãos de controle – Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU) –, dando o encaminhamento necessário para responder a cada uma dessas demandas. Entre essas diligências, podemos citar acórdãos e solicitações

de esclarecimento, por meio do Sistema e-Pessoal, bem como encaminhamentos pelo sistema Monitor CGU.

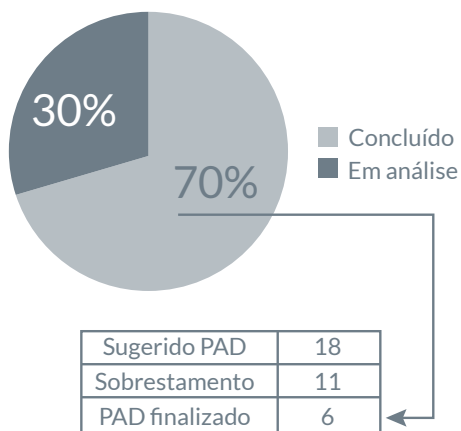
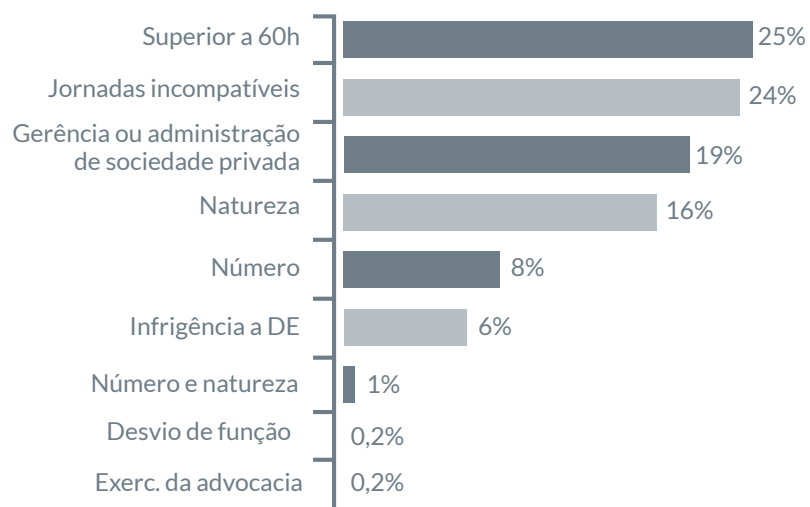


Fonte: PROGESP

Destacamos as medidas de controle adotadas no âmbito da acumulação indevida de cargos e empregos, o que resultou em análise de 650 processos.



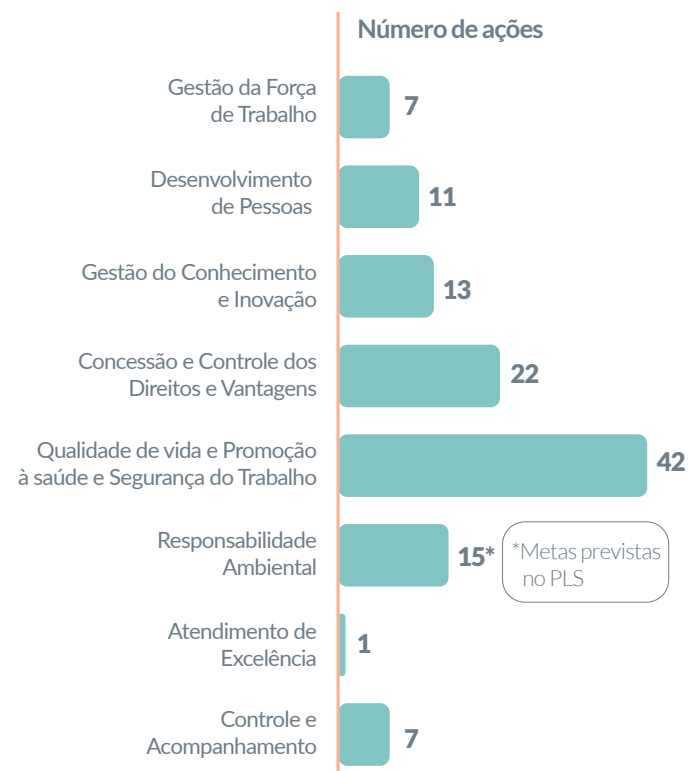
Indícios dos processos



Fonte: PROGESP

Indicadores de conformidade

Os indicadores da área de pessoal são monitorados a partir do resultado de um planejamento anual, baseado nos documentos estratégicos institucionais (PDI, Plano de Logística Sustentável (PLS), Relatório de Gestão) e relatório de governança do TCU. Engloba oito macro-objetivos e o plano se divide em estratégico (15 metas) e operacional (103 metas).



Fonte: PROGESP

Quanto à conformidade de processos administrativos, destacam-se os indicadores monitorados pela Diretoria de Administração de Pessoal.

- » Acompanhamento e controle dos registros de informação no Sistema e-Pessoal (admissões, desligamentos, aposentadorias e pensões).
- » Acompanhamento e controle de Declaração de bens e rendas.
- » Controle da situação dos servidores quanto ao acúmulo de cargos em empregos públicos.
- » Acompanhamento e controle de licenças (por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para atividade política; por prêmio em função da assiduidade; para capacitação;

para tratar de interesses particulares.

- » Acompanhamento de afastamentos (para servir a outro órgão ou a entidade; para exercício de mandato eletivo; para estudo ou missão no exterior; para participação em programa de pós-graduação stricto sensu no país).
- » Acompanhamento e controle das concessões

Aliado a esse acompanhamento, a PROGESP realizou o controle de dez processos selecionados pela criticidade (cessão, provimento, vacância por falecimento, averbação por tempo de contribuição, concessão de RT, acidente de serviço, avaliação da capacidade laborativa, progressão por capacitação, incentivo por qualificação e remoção) a partir de uma abordagem de gestão de riscos.

Em 2018, foi realizado o levantamento dos riscos residuais desses processos, conforme demonstrado na matriz abaixo.

Riscos Inerentes

Impacto	Muito alto			1	2	3
	Alto		1		4	3
	Médio			2	2	3
	Baixo				4	5
	Muito baixo				3	15
		M. baixo	Baixo	Médio	Alto	M. alto
Probabilidade						



Riscos Residuais

Impacto	Muito alto			1	1	
	Alto		1		2	1
	Médio		2		1	
	Baixo	2	4	2	1	1
	Muito baixo	3	5	1	2	9
		M. baixo	Baixo	Médio	Alto	M. alto
Probabilidade						

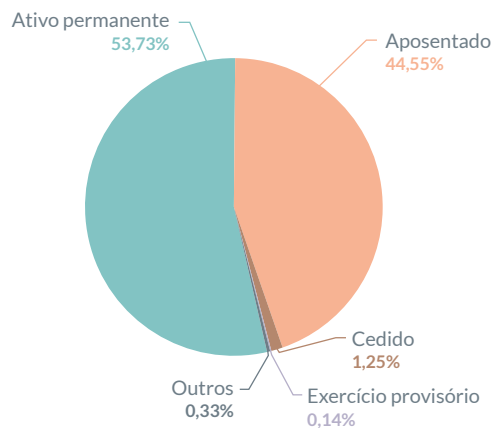
Observou-se que o número de eventos de riscos críticos diminuiu com a implantação dos planos de ação, assim como a sua quantidade, como demonstrado a seguir.

Classificação do risco	Percentual de riscos	
	Inerentes	Residuais
Muito alto	33%	13%
Alto	15%	5%
Médio	46%	28%
Baixo	6%	15%
Muito baixo	0%	38%

Fonte: PROGESP

Avaliação da Força de Trabalho

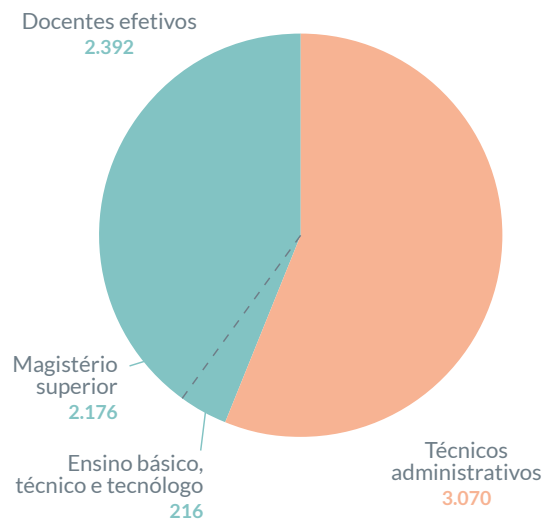
São 9.917 servidores distribuídos de acordo com a seguinte situação funcional:



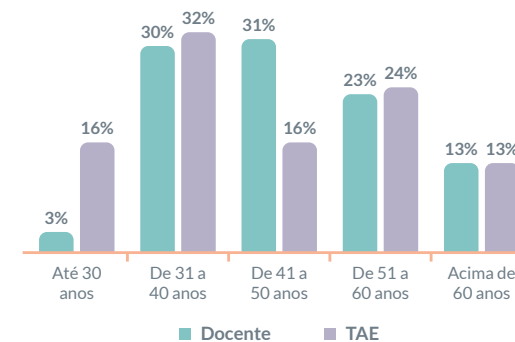
Fonte: SIAPE

5.462 servidores efetivos	
Masculino	Feminino
52,69%	47,31%
Deficiência	
1,6%	
Etnia	Percentual
Branca	60%
Parda	31%
Amarela	5%
Preta	4%
Indígena	0,3%

Fonte: SIAPE

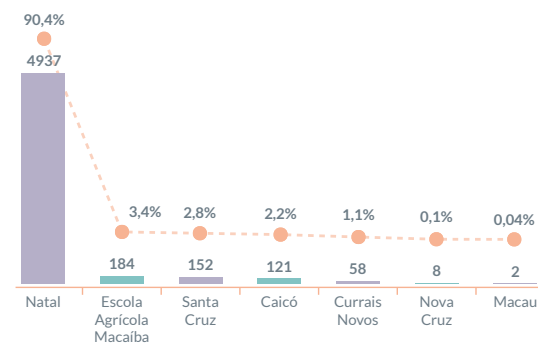


Distribuição da força de trabalho por faixa etária



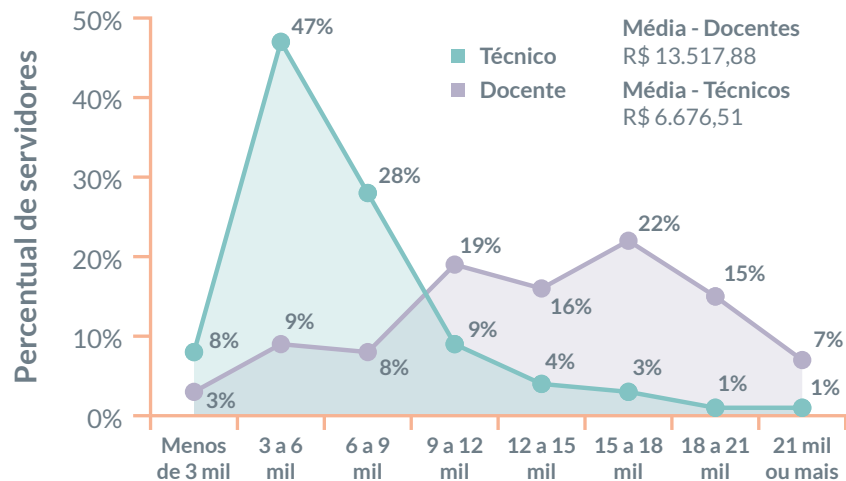
Fonte: SIAPE

Distribuição dos servidores ativos por unidade de exercício (campi)



Fonte: SIAPE

Distribuição dos servidores por faixa salarial



Fonte: SIAPE

Distribuição dos servidores por área de trabalho

Tipologias dos cargos	Lotação efetiva	
	Área meio	Área fim
1. Servidores de carreira (1.1)	2.586	2.899
1.1 Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2.586	2.899
1.1.2 Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.574	2.888
1.1.3 Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4 Servidores de carreira em exercício provisório	11	11
1.1.5 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
2. Servidores com contratos temporários	0	370
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública	7	0
4. Total de servidores (1+2+3)	2.593	3.269

Fonte: SIAPE

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoal

Necessidade de recursos humanos

A distribuição de vagas dos docentes é realizada por meio de uma comissão, com base no banco de professor equivalente. A comissão realiza a análise de cada prioridade (vaga), levando em consideração os Planos Trienais e os parâmetros de desempenho nas unidades acadêmicas previstos na [Resolução nº 110/2008-CONSEPE](#).

No caso dos técnico-administrativos, a UFRN adota para a gestão do quadro de referência um modelo estatístico para dimensionar o quantitativo ideal. **Como resultado desse modelo, que vem sendo aplicado desde 2013, aponta para um déficit de 446 servidores.** O processo de distribuição é realizada por meio de uma comissão, com base no dimensionamento e parâmetros de desempenho das unidades acadêmicas e administrativas, conforme previstos na [Resolução 41/2013 – CONSAD](#)

Seleção e recrutamento de pessoas

O concurso público para o magistério federal na UFRN é composto de quatro etapas avaliativas: prova escrita (eliminatória); didática (eliminatória); memorial e projeto de atuação profissional (eliminatória); e provas de títulos

(classificatória). É regulamentado internamente pela [Resolução nº 167/2018-CONSEPE](#). O perfil desejado do candidato é definido pela unidade acadêmica e integra o edital do certame. Já os processos seletivos simplificados para contratação temporária são regidos pelas Resoluções nº 225/2018-CONSEPE e nº 69/2017-CONSEPE.

Os concursos para os cargos técnico-administrativos em educação são realizados em até três etapas avaliativas: prova objetiva, redação e prova prática (a depender da especificidade do cargo). O perfil desejado do candidato é definido de acordo com as competências da unidade de destino, sendo contemplado em edital por meio da descrição sumária das atividades e do programa do concurso.

A UFRN destina 20% do total de vagas de cada edital para pessoas com deficiência. As inscrições são realizadas exclusivamente pela internet (www.sigrh.ufrn.br), sendo toda a documentação publicizada nessa página e no portal da PROGESP (www.progesp.ufrn.br).

	Docente	Técnico
Editais	04	02
Vagas imediatas	89	69
Vagas cadastro de reserva	356	205
Nomeações	96	73

Fonte: PROGESP

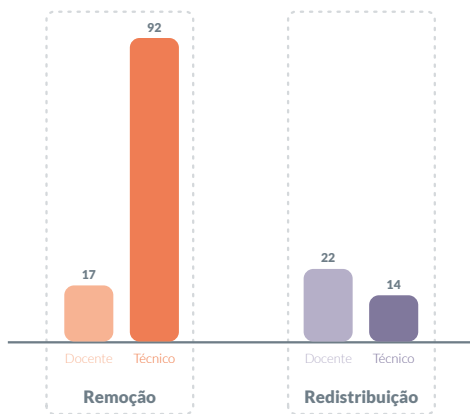
Movimentação de pessoal

O processo se dá por meio de remoção e redistribuição. A definição de lotação é realizada mediante análise curricular e entrevista, a fim de definir o perfil do servidor visando atender o interesse institucional.

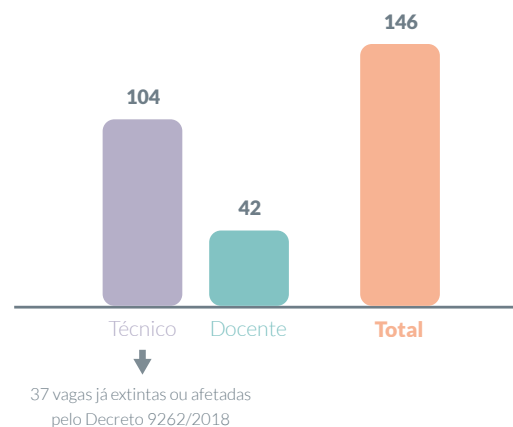
A remoção é regulamentada pela [Resolução nº 56/2018-CONSAD](#) e a redistribuição pelas Resoluções nº 153/2015-CONSEPE e nº 52/2016-CONSAD.

Destaca-se que, nesse cenário de movimentação de pessoal, a UFRN conta com a análise de comissões específicas, com o objetivo de criar, implementar e conduzir Políticas de Gestão de Pessoas e temas conexos relacionados aos servidores docentes e técnico-administrativos, tendo como uma de suas competências principais a análise de editais de movimentação e a emissão de parecer de caráter consultivo quanto à movimentação e alocação de pessoal no âmbito da UFRN, garantindo a igualdade de condições para os participantes do processo.

Remoção e Redistribuição (Docente e Técnico)



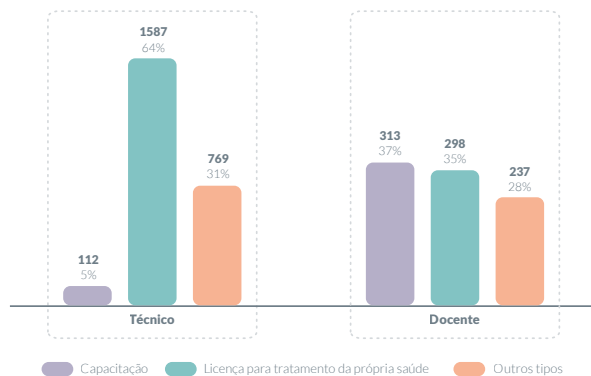
Aposentadorias



Impacto dos afastamentos e das aposentadorias na força de trabalho

Fonte: SIAPE

Servidores com ocorrência de afastamento

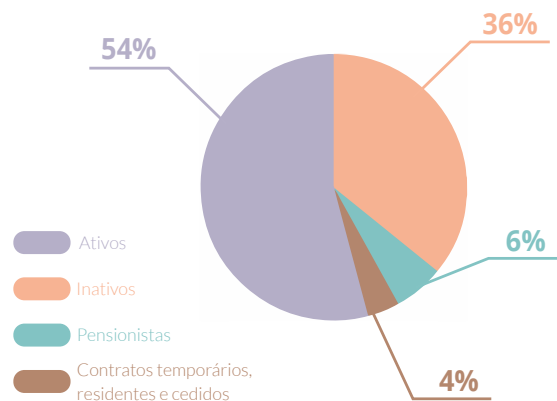


Detalhamento da despesa com pessoal

Em 2018, a despesa total com pessoal da UFRN totalizou R\$ 1,45 bilhão de reais. Desse total, 42% foram destinados ao pagamento de servidores inativos e pensionistas e 58% a servidores ativos permanentes e temporários, residentes e cedidos.

Fonte: SIGRH

Total: R\$ 1,45 Bilhão



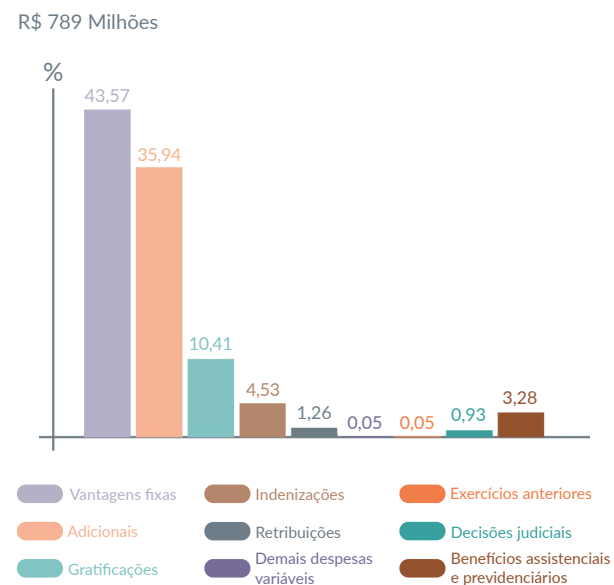
Os gráficos representam a composição da despesa com pessoal ativo total, conforme a seguinte classificação:

- » Retribuições: gratificação de CD (Cargo de Direção) e FG (Função Gratificada);
- » Gratificações: gratificação natalina, gratificação por encargo de curso ou concurso e Retribuição por Titulação;
- » Adicionais: adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; adicional pela prestação de serviço extraordinário; adicional noturno; adicional de férias; APH (Adicional de Plantão

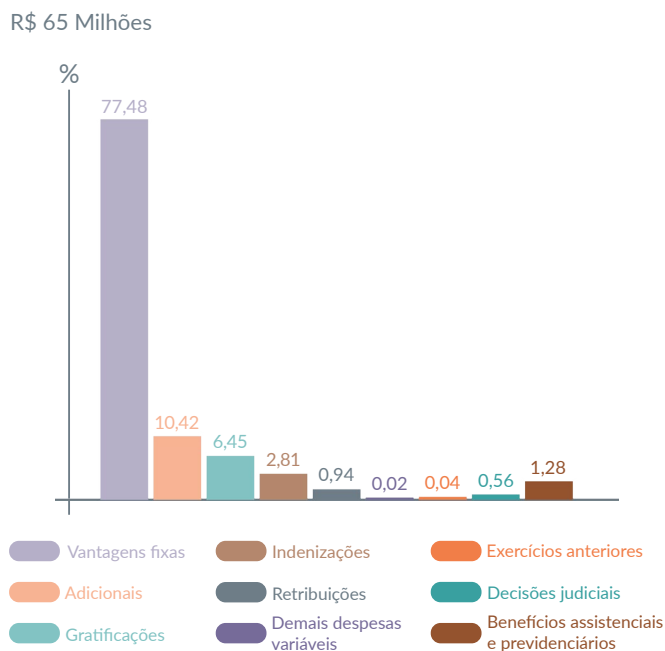
Hospitalar); Sobreaviso; adicionais de qualificação; outros relativos ao local ou à natureza do trabalho;

- » Indenizações: auxílio transporte, auxílio alimentação, assistência pré-escolar, ajuda de custo e diárias;
- » Benefícios assistenciais e previdenciários: assistência médica, auxílio natalidade e abono permanência;
- » Demais despesas variáveis: rubricas relacionadas a substituição.

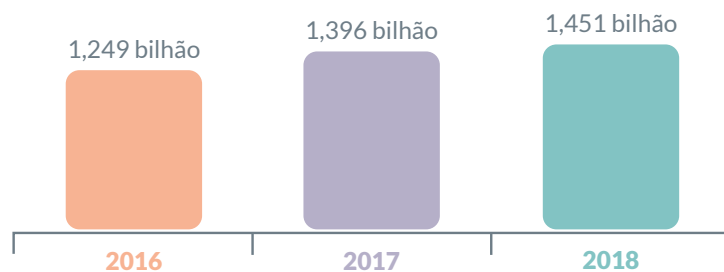
Composição do custo direto com despesas de pessoal ativo em 2018



Composição do custo direto com contratos temporários, residentes e cedidos em 2018



Evolução dos gastos com pessoal



Quanto à evolução dos gastos com pessoal, em 2018, houve um acréscimo de 3,96% em relação a 2017. Percebe-se que o aumento da despesa entre o exercício de 2017 e 2018 ocorreu em menor percentual em comparação à evolução da despesa do exercício de 2017 em relação a 2016.

Justificativas para o incremento das despesas com pessoal

Em 2018, não houve atualização da tabela de remuneração da carreira de técnico-administrativo em educação. Já para os servidores da carreira de docentes, foi concedido reajuste no mês de agosto. Assim, entre os fatores que contribuíram para o incremento das despesas com pessoal, em relação ao exercício de 2017, os principais foram o reajuste concedido para os servidores docentes, além do natural aumento vegetativo da folha – como provimento de cargos, aposentadorias, abono de permanência, promoções e incentivo à qualificação – decorrente do desenvolvimento dos servidores carreira

Tabela de remuneração						
Padrão de Vencimentos das Carreiras						
Docente						
Inicial				Final		
Vencimento Básico (VB) Inicial sem Retribuição por Titulação (RT)				VB último nível da Classe + RT Doutorado		
	20h	40h	Dedicação Exclusiva	20h	40h	Dedicação Exclusiva
Auxiliar	2.236,31	3.126,31	4.463,93	3.584,32	6.015,94	9.987,49
Assistente	2.455,08	3.444,80	4.949,74	3.908,20	6.604,51	10.898,35
Adjunto	2.696,38	3.771,66	5.488,42	4.565,48	7.671,67	12.893,12
Associado	3.580,42	5.098,98	7.442,47	6.206,04	10.205,13	18.152,68
Titular	4.297,76	6.064,50	8.833,96	6.874,88	11.201,69	19.985,24
Servidores técnico-administrativos em Educação						
	Inicial			Final		
Nível A	1.326,72			2.851,61		
Nível B	1.606,41			3.198,43		
Nível C	1.945,07			3.872,70		
Nível D	2.446,96			4.872,00		
Nível E	4.180,66			8.323,87		

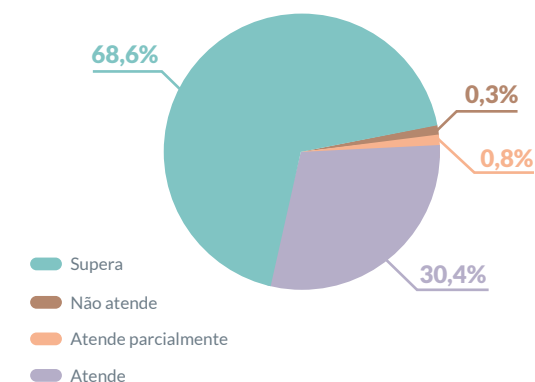
Fonte: Tabela de remuneração dos servidores públicos federais civis e dos ex-territórios

Avaliação de desempenho

O ciclo de avaliação de desempenho dos servidores na UFRN é anual, considera em sua abordagem a avaliação das competências baseada em conhecimento, habilidade e atitude, e toma como base os processos de trabalho planejados para o servidor, assim como suas metas para o período. Todos os agentes participam

do processo: a chefia, os pares e o próprio servidor. Em 2017/2018, o processo foi aperfeiçoado, e o sistema, que já contava com uma abordagem gamificada, passou por melhorias, como a possibilidade de aproveitamento de um plano entre os ciclos. Com isso, identificamos ganhos significativos para a eficiência e a qualidade do processo de avaliação.

Resultado parcial de desempenho de servidores técnico-administrativos 2018



Fonte: SIGRH

Progressão funcional

Na UFRN, as carreiras previstas e regulamentadas são as do magistério federal e do técnico-administrativo em educação (TAE). A primeira é disciplinada pela Lei nº 12.772/12, incluindo a carreira do magistério superior, a carreira do ensino básico, técnico e tecnológico e os cargos isolados de professor titular-livre. Já a carreira de servidor técnico-administrativo foi regulamentada pela Lei nº 11.091/05 e prevê diversos cargos de níveis pré-fundamental, fundamental, médio e superior, divididos em cinco níveis de classificação – A, B, C, D e E.

O desenvolvimento nas carreiras de servidor docente e técnico-administrativo em educação (TAE) obedece a regras distintas, definidas nas respectivas leis estruturantes. Em ambos os casos, porém, há previsão de um interstício mínimo para

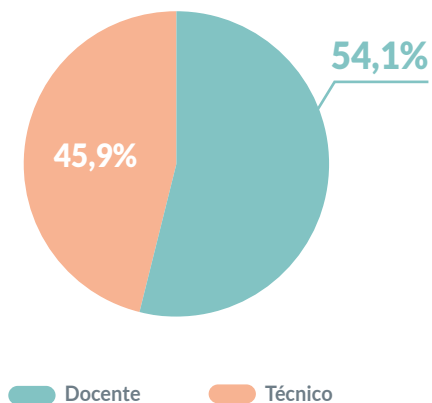
a mudança de classe, nível ou padrão de vencimento, que, obrigatoriamente, deve ser precedida de avaliação de desempenho. Excepcionalmente, as leis das carreiras preveem mudanças especiais de nível ou de classe, a partir da obtenção de título formal, no caso do docente; ou do cumprimento de determinado quantitativo de horas em atividades de capacitação, no caso do TAE.



Fonte: SIGRH

Cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos

98,8% dos cargos de direção, chefia e assessoramento superiores são ocupados por **servidores efetivos**

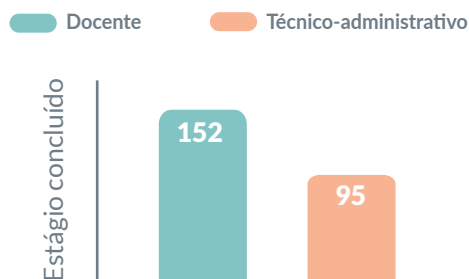


Fonte: SIAPE

Estágio probatório

O processo de análise e homologação na carreira de servidor técnico-administrativo e docente tem como objetivo formalizar a conclusão do estágio probatório. O processo é fundamentado em avaliações

realizadas durante o período do estágio e finalizado com uma avaliação de comissão, conforme previsto na [Resolução n° 83/2006-CONSEPE](#) e na [Resolução n° 008/2006-CONSAD](#).



Fonte: PROGESP

Igualdade de Oportunidades

As progressões funcionais, docente e técnico-administrativo, são regidas pelas Resoluções n° 067/2017-CONSEPE e n° 040/2015-CONSAD, respectivamente. Desta forma, as oportunidades de desenvolvimento na carreira são oferecidas igualmente para todos os servidores do quadro da UFRN.

Capacitação: estratégia e números

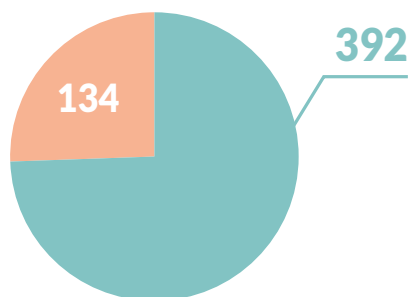
A Política de Capacitação e Qualificação (PCQ) da UFRN foi instituída por meio da [Resolução n° 025/2017-CONSAD](#). Seguindo esse parâmetro, o planejamento das atividades de capacitação de 2018 foi fundamentado e definido levando em consideração as análises das respostas do instrumento do Levantamento de Necessidade de Capacitação (LNC) e as demandas dos programas específicos, como também a análise dos seguintes documentos: PDI, Plano de Gestão da UFRN, resultados de avaliações institucionais, resultados de auditorias internas e externas, relatórios de órgãos de controle, legislações externas e internas que determinem e/ou demandem ações de capacitação ou qualificação, e resultados de grupos focais específicos.



Conforme previsto no PCQ, vêm sendo oferecidas vagas específicas para os servidores se qualificarem na UFRN, sendo o Programa de Qualificação Institucional (PQI) de fundamental importância nesse sentido. Além do PQI, a criação de mestrados profissionais em diversas áreas possibilitou contemplar um maior número de servidores por turma, a exemplo dos cursos de Gestão Pública,

Gestão de Processos Institucionais, Ensino na Saúde (para a capacitação de preceptores nas unidades de saúde, em especial nos hospitais universitários), Design, Engenharia de Software, entre outros.

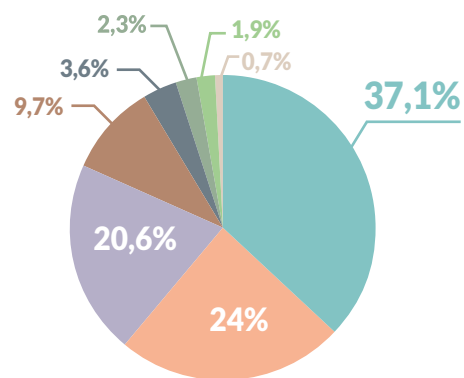
- Servidores **cursando** mestrado (acadêmico ou profissional) ou doutorado
- Servidores **ingressos** em mestrado (acadêmico ou profissional) ou em doutorado



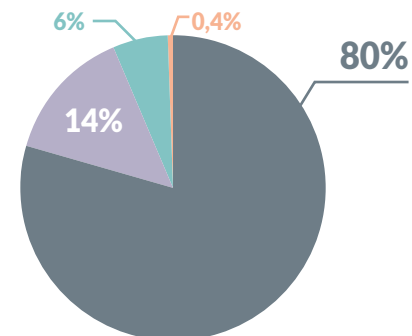
Fonte: PROGESP

A universidade avançou bastante nos últimos anos em qualificação dos seus servidores, conforme demonstrado nos gráficos a seguir.

Escolaridade **Técnico-Administrativo** 2018



Escolaridade **Docente** 2018



- Especialização
- Ensino Superior
- Mestrado
- Ensino Médio
- Doutorado
- Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental incompleto
- Alfabetização sem cursos regulares

Fonte: SIAPE

Em 2018, a UFRN deu continuidade ao mapeamento de competências, incorporando as competências gerenciais para gestores das unidades acadêmicas e administrativas às competências institucionais, conforme portaria nº 2.560/18-R, de 21 de dezembro de 2018. Dessa forma, a instituição detém mais condições para selecionar o perfil adequado para o quadro de gestão

Problemas e desafios enfrentados na gestão de pessoas detectados pela organização e pelos órgãos de controle

1. Recomposição da força de trabalho (reposição das vagas dos técnicos)

Necessidade de reposição das vagas de servidores técnico-administrativos da instituição, tendo em vista a extinção de diversos cargos, a não criação de

novos códigos, a vedação de abertura de novos concursos e o provimento de vagas adicionais em áreas essenciais para a administração. Além disso, a determinação de serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, estabelecidos pela Portaria nº 443/18-MPOG, em concomitância com a limitação orçamentária, poderá dificultar a manutenção da prestação de serviços de qualidade aos discentes.

2. Reestruturação do PCCTAE

A estrutura de cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), estabelecida pela Lei nº 11.091/2005, mantém-se inalterada desde 1987, havendo a necessidade de uma reestruturação dos cargos no sentido de torná-los mais flexíveis frente à modernização e à inovação dos serviços e das práticas de trabalho, a fim de possibilitar a

alocação de servidores com perfil que venha a atender com eficiência as novas demandas.

3. Dimensionamento da força de trabalho

O modelo de dimensionamento de servidores técnico-administrativos, instituído pela Lei nº 11.091/2005 e regulamentado no Decreto nº 5.825/2006, não tem sido observado na atualização (quantitativo, extinção e suspensão) do Quadro de Referência de Servidores Técnico-Administrativos em Educação (QRSTA), impactando de forma significativa na gestão da força de trabalho da UFRN.

4. Requisição de servidores por outros órgãos

No que se refere às cessões e requisições, destacam-se aquelas que envolvem o Tribunal Regional Eleitoral

(TRE). Merece atenção especial pelo impacto que vem trazendo ao longo dos últimos anos à Instituição, uma vez que não há discricionariedade na sua concessão nem contrapartida de vagas. Ademais, os servidores são cedidos por um longo período e esta Instituição permanece sem perspectiva de retorno desses servidores.

5. SIASS

A UFRN sedia a Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS-UFRN) e atende aproximadamente 12.000 servidores de 32 órgãos da Administração Pública Federal, além de contar com duas extensões no interior do estado.

Em 2018, registraram-se 5.238 perícias realizadas e 4.397 registros

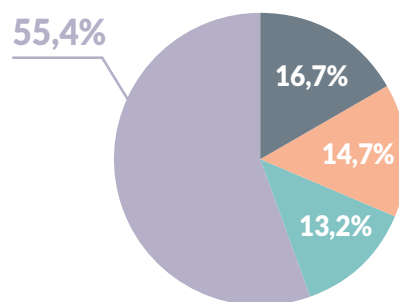
administrativos de atestado, totalizando 9.635 atendimentos. Nesse processo, as contribuições dos órgãos são mínimas em comparação com o serviço prestado. Alguns órgãos até disponibilizaram recursos humanos para compor a força de trabalho do SIASS-UFRN, mas devido à carência de pessoal e às dificuldades também enfrentadas por esses órgãos, as contribuições ofertadas limitam-se, em grande parte, a materiais de expediente. A sede, Natal, enfrenta dificuldades quanto ao corpo de peritos, atualmente composto por 12 médicos. Desses, quatro já têm previsão de aposentadoria em 2019 e não haverá reposição das vagas, visto que não há concurso previsto para médicos nos órgãos e também não há qualquer sinalização do MPOG para repor essas vagas.

6. Perfil de adoecimento dos servidores

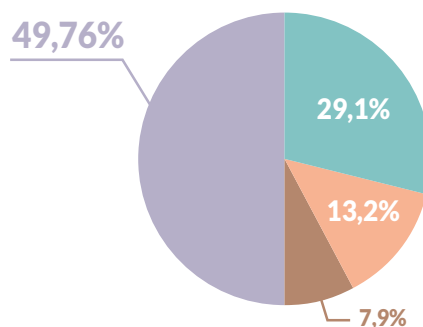
O número de servidores adoecidos, com correlação ou não com o ambiente de trabalho, vem aumentando gradativamente a cada ano, chegando em 2018 a um índice de 2,8% de absenteísmo registrado. De acordo com um estudo realizado em 2017 pela PROGESP, esse alto índice se deve a alguns fatores, tais como: o aumento do registro dos atestados médicos mediante a implantação do ponto eletrônico em 2017 e um maior grau de conscientização dos servidores no cuidado com a saúde. A análise desses dados aponta uma preocupação, tendo em vista a incidência de doenças relacionadas à saúde mental, que vem crescendo de forma significativa entre os servidores, uma vez que seu diagnóstico é de difícil realização e o tempo de tratamento geralmente é de longo prazo.

- Outros
- Sistema respiratório
- Sistema osteomuscular do tecido conjuntivo
- Transtornos mentais e comportamentais
- Lesões e algumas outras consequências e causas externas

Percentual de **ocorrências** por motivos de saúde 2014 a 2017



Percentual de **dias de afastamento** por motivo de saúde 2014 a 2017



Fonte: SIAPE SAÚDE

7. Integração dos sistemas

A falta de definição por parte da SEGEPE/MPDG quanto à integração dos sistemas SIAPE (SIAPECad e SIAPNet) e SIGEPE com os sistemas internos das IFES gera problemas de confiabilidade de informação, retrabalho das equipes e falta de acesso às informações em tempo real, comprometendo a eficiência dos processos de trabalho e da qualidade dos gastos públicos.

Gestão de Licitação e Contratos

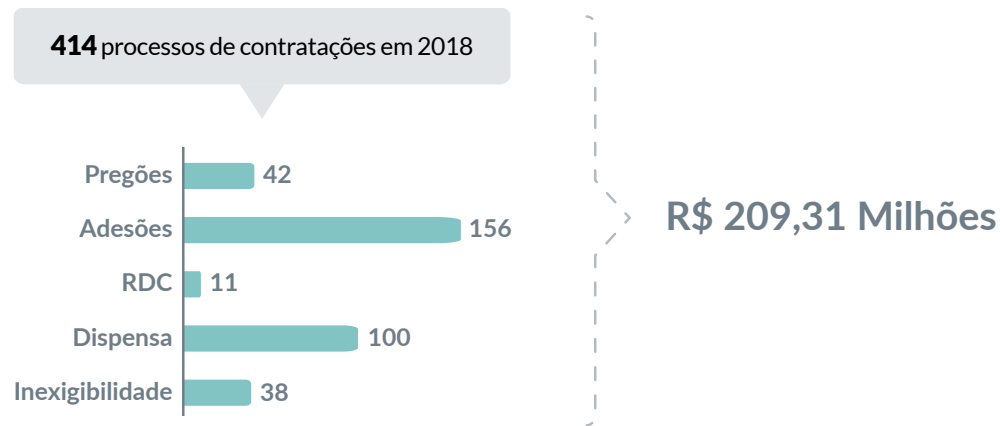
Conformidade legal

De maneira a resguardar a conformidade legal na Gestão de Licitações e Contratos, a UFRN procura observar e aplicar em sua atuação um conjunto de princípios, diretrizes e normas regulamentares (leis, decretos, instruções normativas, portarias, acórdãos, resoluções

internas, entre outros documentos) acerca do tema, emanados por órgãos de controle (TCU, CGU, AUDIN), União, Ministério da Educação (MEC) e da própria Instituição. Dentre os principais instrumentos legais que regem a Gestão de Licitações e Contratos da UFRN, destacam-se: Lei nº 6.019/1974, Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 2.271/1997, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 7.892/2013, IN nº 05/2014-MP, IN nº 05/2017-MP e IN nº 01/2019-ME, Portaria nº 409/2016, bem como suas respectivas atualizações.

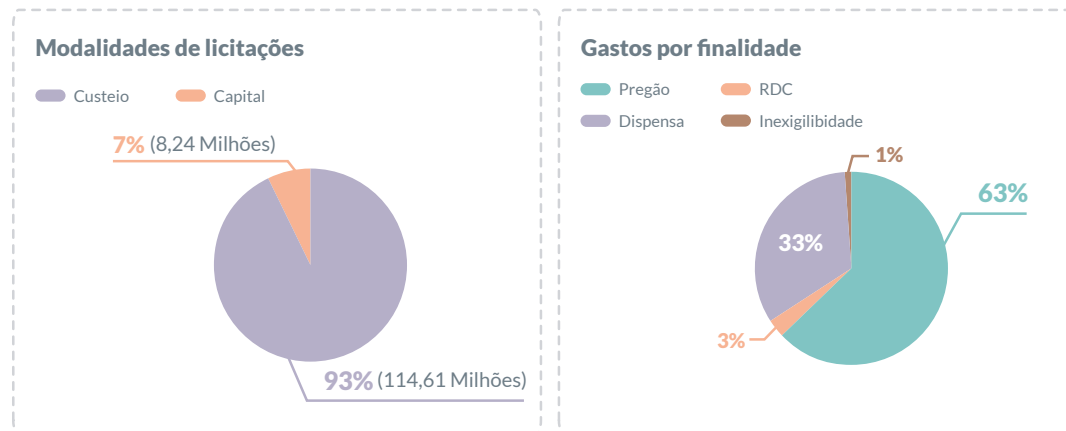
Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo
Ao todo, foram realizados **414 processos de aquisições**, sendo

205 por dispensa ou inexigibilidade de licitação (contratações diretas), alcançando o **valor total de R\$ 209.314.893,90**.



Fonte: DMP

Pagamentos realizados em 2018 relativos às modalidades de licitações e gastos por finalidade

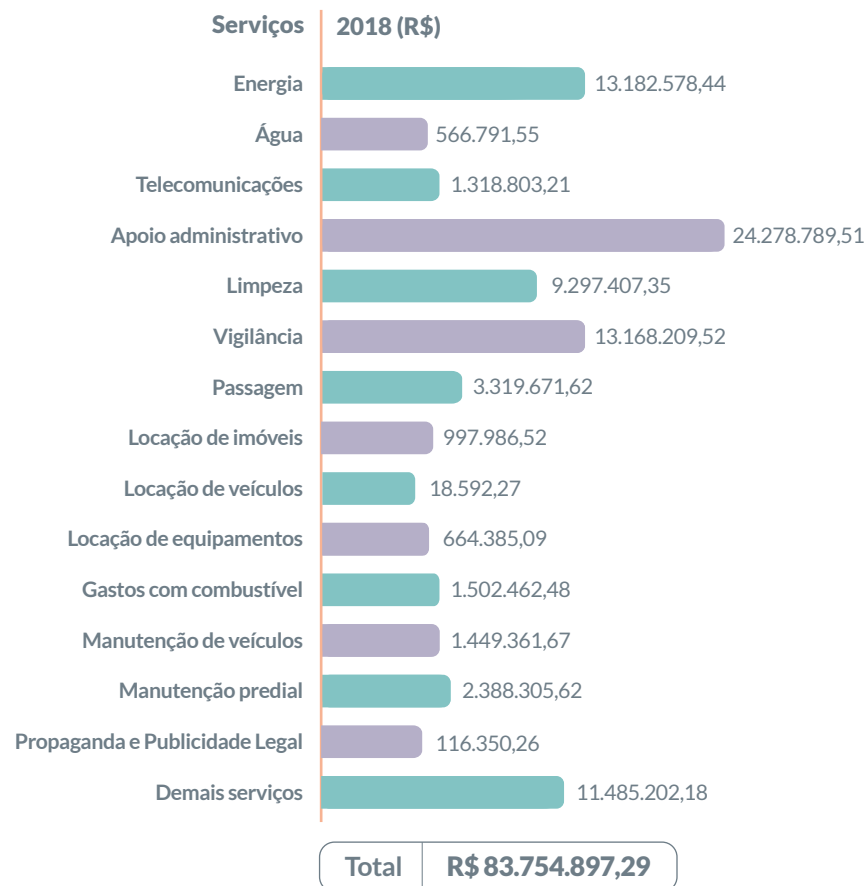


Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

As políticas de distribuição das dotações orçamentárias adotadas nos últimos anos vêm sobrepondo os gastos de custeio em relação aos de capital, uma vez que o orçamento disponibilizado à Instituição é predominantemente na categoria econômica de despesa **custeio** (mais detalhes na seção de Gestão orçamentária e financeira deste relatório).

Tipos de serviços contratados e pagos em 2018

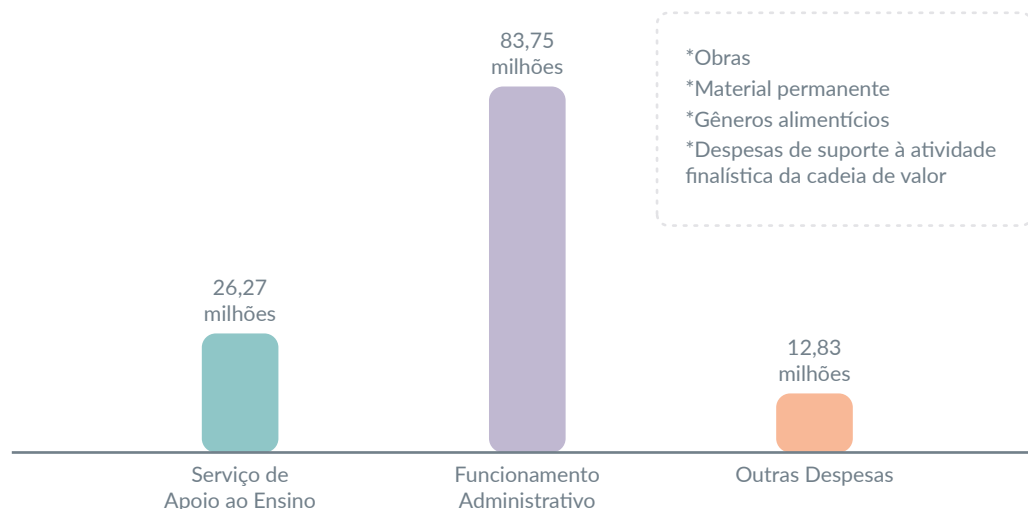
No exercício de 2018, foram pagos R\$ 122.851.697,53 relativos às contratações vigentes no período. Em comparação ao exercício de 2017, houve um decréscimo de aproximadamente 31,34%. Do montante pago em 2018, o valor de R\$ 83.754.897,29 foi direcionado aos serviços contratados para o funcionamento administrativo.



Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações

As contratações mais relevantes da UFRN são em serviço de apoio ao ensino e as direcionadas ao funcionamento administrativo. O primeiro tipo está relacionado às atividades de pesquisa e extensão em colaboração com a Fundação de Apoio,

por meio de contratos acadêmicos. Em relação ao segundo, destacam-se os contratos de locação de mão de obra (apoio administrativo, limpeza, vigilância) e as manutenções de imóveis, incluindo locações e veículos (considerando gastos com locação e combustíveis).



Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os valores totais gastos nas contratações mais expressivas justificam-se pela produção do conhecimento gerado na Instituição a partir da promoção do ensino, da pesquisa e da extensão (missões institucionais), as quais são abrangidas na cadeia de valor finalística. Ademais, têm a função de prover a infraestrutura física necessária para suporte das atividades com o objetivo de disseminar o

conhecimento para a sociedade e contribuir com o desenvolvimento social e econômico.

Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para a realização

» **Principais tipos de contratações diretas:**

- » Serviço de apoio ao ensino (contratos acadêmicos).
- » Limite de valor – Lei nº 8.666/93, artigo 24, incisos I e II – (95 processos de DL).
- » Locação de imóveis.
- » Fornecimento de energia elétrica.

» Contratações diretas – Justificativas

Conforme exposto anteriormente, do total de 414 processos de contratações em 2018, 205 correspondem a contratações diretas (dispensa ou inexigibilidade). Entre os principais tipos de contratações diretas, destacam-se as dispensas de licitações realizadas para celebração de contratos com a Funpec, relacionados aos projetos acadêmicos desta Universidade em colaboração com a Fundação de Apoio, com base na Lei nº 8.666/93, artigo 24, inciso XIII, combinada com a Lei nº 8.958/94, que dispõe sobre as relações entre as Instituições Federais de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica e as Fundações de Apoio e dá outras providências. Além dos serviços de apoio ao ensino fomentados pelos projetos acadêmicos, destacam-se

as contratações diretas relativas às concessionárias de energia elétrica, baseadas na Lei nº 8.666/93, artigo 24, inciso XXII.

Principais desafios e ações futuras da diretoria (possíveis causas de impedimento para alcance dos objetivos)

A gestão de licitações e contratos nas universidades possui um desafio quase que permanente: a diversidade de demandas e de objetos necessários ao seu pleno funcionamento implica um ambiente complexo de gerenciamento. Dadas a sua dimensão e a grande quantidade de cursos ofertados nas mais diversas áreas, a quantidade de processos de licitação e/ou de contratação direta também é extensa, por isso, torna-se complexo o gerenciamento da execução dos contratos provenientes dessas contratações.

Como forma de superar essa demanda permanentemente alta, a UFRN vem adotando e divulgando manuais, *checklists* e roteiros de como estão estruturados os seus processos. Essas ações visam instruir as unidades requisitantes de processo licitatório, bem como explicitar a forma de execução dos contratos com o objetivo de tornar a gestão dessa atividade mais eficiente e transparente.

Causas para impedimento do alcance dos objetivos

Para o alcance dos objetivos propostos, há o grande desafio da frequência com que diversos normativos que regem as licitações têm sido alterados. De início, faz-se necessário mencionar que, por vezes, a própria reestruturação dos fluxos processuais da Instituição para atender tais regramentos não ocorre de maneira amena. Ainda

assim, quando se consegue fazê-lo, a Instituição depara-se com alterações *top-down*, que comprometem todo o trabalho realizado. Exemplos disso foram as mudanças sequenciais provocadas pelas INs nº 1/2018, nº 5/2018 e nº 1/2019, do atual Ministério da Economia.

Destaques da unidade e ligação do alcance de objetivos/ações com a cadeia de valor da Instituição

Houve um considerável avanço na organização do ambiente administrativo. A partir da análise das diferenças nos processos que envolvem a contratação de serviços destinados à aquisição de bens, a UFRN desmembrou seu antigo setor de Compras em dois novos: Aquisição de Materiais e Contratação de Serviços. Com isso, cada setor passou a dominar uma *expertise* com as diferentes nuances que envolvem cada tipo de processo. De certo, não

é uma transformação que expressa resultados imediatos, mas, ao longo do tempo, resultará em mais eficiência à gestão de licitações e contratos desta IFES.

Vinculada a essa transformação, a UFRN vem instituindo, também, uma nova visão de como devem ser trabalhados os processos licitatórios, estabelecendo uma relação mais próxima entre as unidades requisitantes e a diretoria competente. Com esse novo enfoque, essas unidades assumem um papel de maior destaque no processo de contratação, participando de todas as etapas do processo de aquisição. Além disso, os “processos digitais” foram implementados em diversas etapas do processo de compra. Espera-se alcançar os 100% da implantação dos processos digitais no ano de 2019.

Inovações e melhorias implementadas

Conforme citado no item “Causas para impedimento do alcance dos objetivos”, o ano de 2018 ficou marcado por uma série de transformações legais que forçaram uma reestruturação dos fluxos processuais relativos às contratações no âmbito da UFRN. Diante desse contexto, foi desenvolvido um projeto de gestão de processos para adequação e modernização das licitações e dos contratos na Instituição, destacando-se:

- » oferta de treinamento relacionado ao processo de contratação na UFRN para a comunidade acadêmica (cursos presenciais, videoaulas, visitas técnicas);
- » adoção de padronização dos editais baseada em recomendações recentes

da AGU e da Procuradoria Federal vinculada à UFRN;

- » mais transparência no processo de aquisição com divulgação de referências legais, editais de licitações, *checklists*, manuais e roteiros de solicitações;
- » inserção do “processo digital” nos trâmites burocráticos para aquisição de produtos/serviços e execução dos contratos;
- » oferta de treinamentos para os servidores da Instituição na área de Fiscalização de Contratos Administrativos, sobretudo à luz da Instrução de Procedimentos atualizada e divulgada à comunidade universitária.

Gestão patrimonial e infraestrutura

Conformidade legal

De forma a respeitar a conformidade legal, a UFRN, no âmbito de todas as suas unidades administrativas, está alinhada com os regramentos jurídicos que norteiam a Gestão Patrimonial, destacando-se o atendimento ao artigo 37 da Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.429/92, Lei nº 8.666/93, Decreto-Lei nº 200/67, Instrução Normativa nº 205/88, Lei Complementar nº 101/200 e suas alterações. Na Gestão de Frotas de veículos, no âmbito da UFRN, ainda são observados as Leis nº 1.081/1950 e nº 9.327/1996, além das orientações dispostas nos Decretos nº 9.287/2018 e nº 9.373/2018 e nas Resoluções internas nº 012/2013-CONSAD e nº 162/2010-CONSEPE. Para a segurança patrimonial, destacam-se os seguintes normativos: Lei nº

11.091/05 e o Plano de Segurança interno (Portaria nº 664/02).

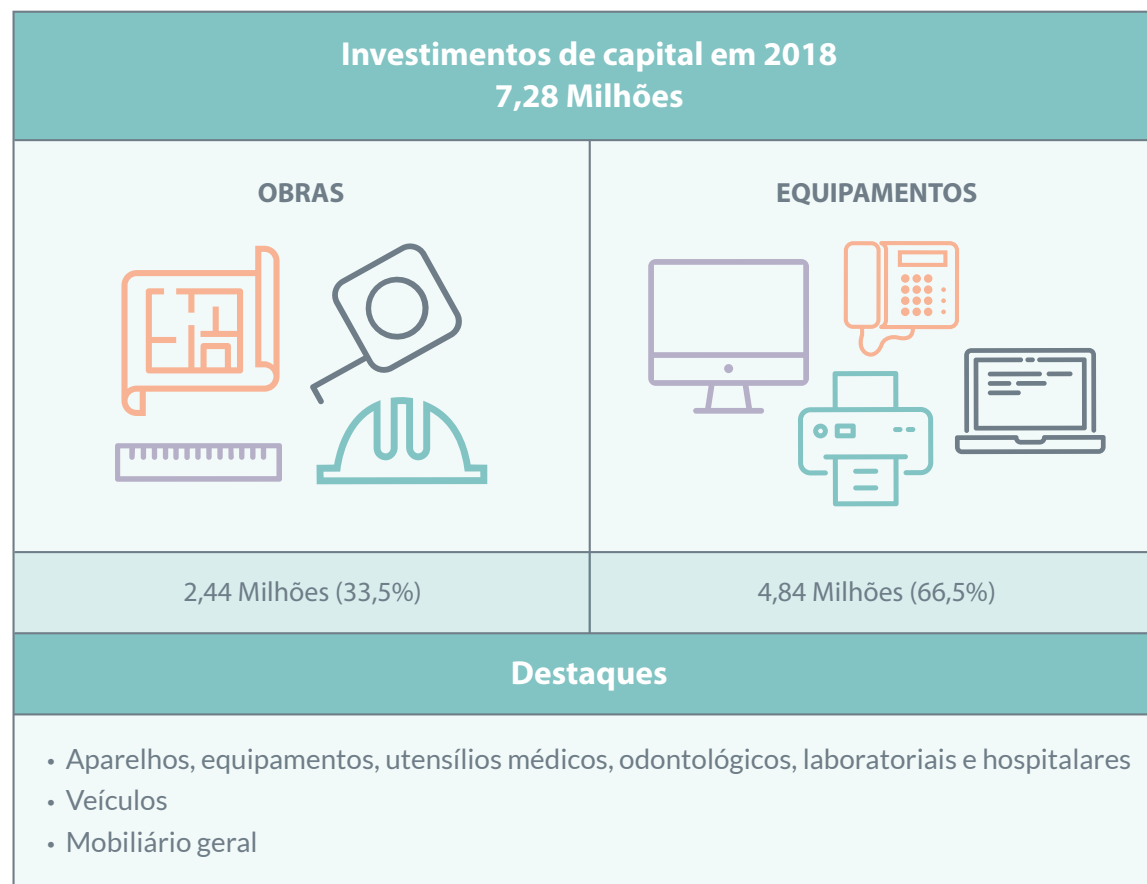
Além disso, são observados os demais instrumentos legais que regem a Gestão Patrimonial na Administração Pública (leis, decretos, instruções normativas, portarias, acórdãos, resoluções internas, entre outros documentos), emitidos por órgãos de controle, União e, também, pela própria Instituição.

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

No exercício de 2018, ao todo, foram gastos R\$ 7.287.001,98, sendo R\$ 4.843.682,15 em equipamentos e R\$ 2.443.319,83 em obras, correspondendo aproximadamente a mais de 86,15% dos pagamentos realizados nas despesas de capital.

Conforme destacado abaixo, os investimentos realizados em equipamentos foram preponderantemente na aquisição de equipamentos de processamento de dados, como microcomputadores e notebooks, utensílios médicos, laboratoriais e hospitalares, para fins de equipar os laboratórios e salas de aula da UFRN, de veículos, os quais foram adquiridos anteriormente à entrada em vigor da Portaria nº 17, de 7 de fevereiro de 2018, do Ministério do Planejamento, e também de mobiliário em geral para atendimento às diversas demandas acadêmicas e administrativas da UFRN.

Já com relação às obras, destacam-se os investimentos na construção de Laboratórios, de Setor e/ou Salas de Aula, de Núcleo Integrado de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica, de Auditório e ainda de refeitório.



Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

É importante destacar que os investimentos realizados em 2018 estão alinhados à cadeia de valor, mais especificamente aos processos de suporte de nível 2, que possuem como objetivo maior auxiliar na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão (processos finalísticos da cadeia de valor). Como resultados provenientes desses investimentos, destacam-se:

- » melhorias na infraestrutura, especialmente nos laboratórios;
- » ampliação de espaços e criação de novos ambientes para desenvolvimento das atividades;
- » modernização e ampliação da frota de veículos;
- » aperfeiçoamento do sistema de segurança na Instituição.

Desfazimentos de ativos

Durante o ano de 2018, a UFRN realizou quatro processos de desfazimento de bens móveis, sendo um referente à alienação de sucata de equipamentos de informática, refrigeração, hospital, além de móveis e equipamentos diversos e os outros três processos relativos às doações de ativos móveis. Quanto ao primeiro caso, o material alienado foi avaliado em R\$ 10.000,00 e arrematado por R\$ 13.000,00, mediante carta-convite. Já no segundo caso, as doações referiam-se a mobiliários gerais como: mesas, cadeiras e estantes, além de equipamentos de informática e eletroeletrônicos, os quais possuíam o valor total atualizado de R\$ 19.083,49. Todos os itens foram entregues a outros órgãos ou a instituições locais.

No caso específico da frota de veículos, a política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

respeita as orientações do Decreto nº 9.373/2018. No entanto, não houve alienação em 2018.

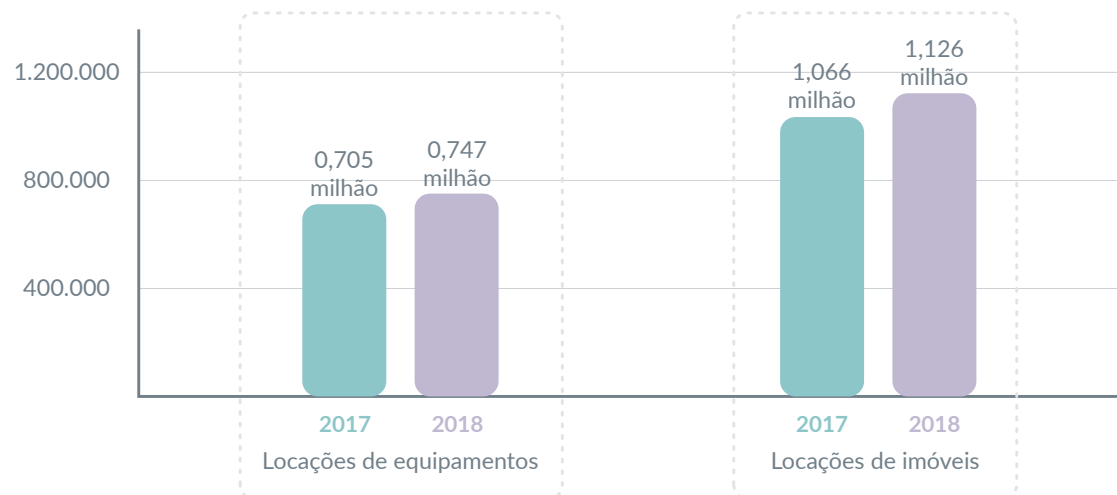
Locações de imóveis e equipamentos

Em 2018, a UFRN manteve sob a sua administração nove bens imóveis locados de terceiros para manutenção de suas atividades, gerando uma despesa no valor total de R\$ 1.126.915,98. Em comparação ao ano de 2017, houve um aumento de aproximadamente 3,55%, em virtude dos reajustes contratuais previstos anualmente, visto que a quantidade de imóveis locados de terceiros manteve-se inalterada.

No exercício de 2018, a UFRN fez uso de dois contratos de locação de equipamentos, ambos para a disponibilização de equipamentos de cópia e impressão, incorrendo em uma despesa no valor total de R\$ 705.177,79. Em relação ao exercício

de 2017, houve uma redução no custo de aproximadamente 5,71%. Um dos motivos para isso está na utilização dos “processos digitais” na Universidade a partir do final de 2018.

Custos na locação de equipamentos e imóveis em 2017 e 2018



*O montante corresponde aos valores faturados no ano de competência

Fonte: DGC

Localização geográfica dos bens imóveis locados de terceiros

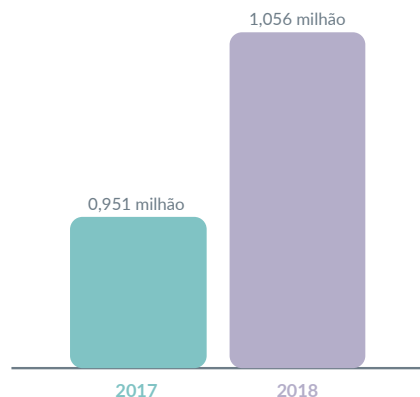
Localização geográfica		Quantidade de imóveis locados a terceiros pela UJ	
		Exercício 2017	Exercício 2018
Brasil	UF - RN	9	9
	Natal	7	6
	Parnamirim	0	0
	Caicó	1	1
	Santa Cruz	1	1
Subtotal Brasil		9	9
Subtotal exterior		0	0
Total (Brasil + exterior)		9	9

Fonte: DGC

Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN a terceiros (receita)

Em 2018, a UFRN obteve como resultado de receita o valor total de R\$ 1.056.973,42 relativos à cessão de espaços físicos a terceiros, o que representa um acréscimo de aproximadamente 11,04% em suas receitas patrimoniais em comparação com o exercício de 2017.

Receitas de bens imóveis locados a terceiros em 2017 e 2018



**O montante corresponde aos valores faturados no ano de competência*

Fonte: DGC

Gerenciamento, atualização e controle de bens imóveis, frota de veículos e segurança patrimonial

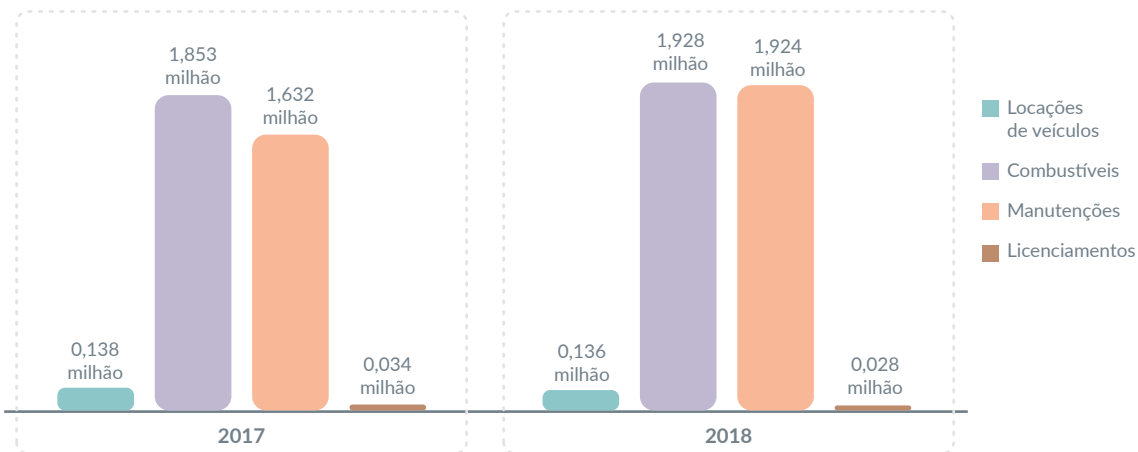
» Gerenciamento e atualização patrimonial (bens móveis) – qualidade dos registros contábeis

Desde o ano de 2015, a UFRN vem trabalhando na atualização dos bens imóveis sob sua gestão. No total, foram concluídas as averbações de 39 imóveis, cujo resultado apresenta acréscimo de R\$ 63.928.976,70 no imobilizado da UFRN, já registrado no SIAFI. Ademais, a UFRN manteve sob sua gestão, em 2018, um montante de 44 imóveis, sendo cinco pertencentes à União, 30 de propriedade da UFRN e nove de particulares, registrados nos sistemas competentes de controle (SIPAC e SPIUnet).

» Gerenciamento e controle da frota de veículos

A UFRN manteve 242 veículos pertencentes à frota ativa no exercício de 2018. Além disso, fez uso de dois contratos de locações de veículos para atendimento das atividades que exigiam transporte de pessoas, que geraram um custo de R\$ 136.277,47, correspondendo a um decréscimo de 1,58% em relação ao exercício de 2017. Os gastos com manutenção, combustível e licenciamento da frota totalizaram aproximadamente o valor de R\$ 3.881.603,26, o que implica um acréscimo de 9,4%, em comparação ao exercício de 2017.

Custos no gerenciamento e controle da frota de veículos



*O montante corresponde aos valores faturados no ano de competência

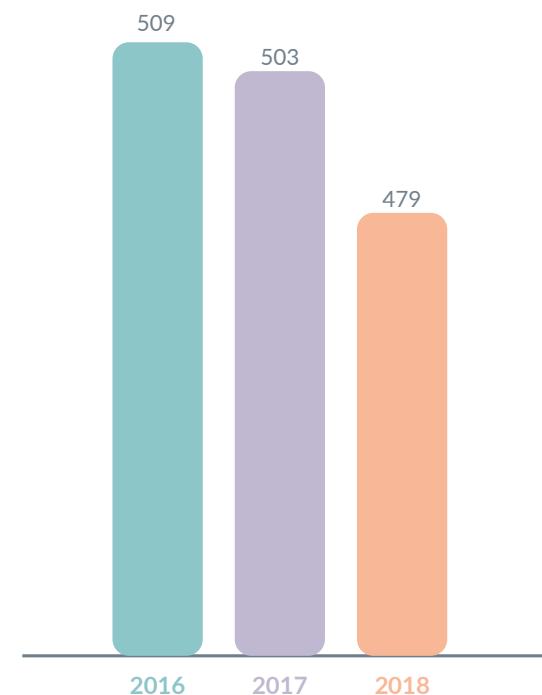
Fonte: CGT

» Controle e segurança patrimonial

Dada a importância do patrimônio para a Instituição, a segurança patrimonial é realizada por meio de sistema de monitoramento (câmeras de vigilância) e ações preventivas e ostensivas mediante os postos de vigilância. Em 2018, a UFRN manteve 128 postos de vigilância, com 366 funcionários, sendo 104 pertencentes ao quadro da Instituição e 268 terceirizados. Como principal resultado, considerando os últimos três anos, o número de ocorrências vem

diminuindo, sendo registradas 509, 503 e 479 ocorrências nos anos de 2016, 2017 e 2018, respectivamente.

Ocorrências de segurança registradas em 2016, 2017 e 2018



Fonte: DSP

Mudanças e desmobilizações relevantes

No exercício de 2018, não houve mudanças nem desmobilizações relevantes no âmbito da UFRN.

Principais desafios e ações futuras (possíveis causas de impedimento para o alcance dos objetivos)

No que concerne à gestão patrimonial, certamente, o maior desafio assenta-se na atualização e no controle patrimonial dos bens móveis pertencentes ao órgão, uma vez que a UFRN possui cinco *campi*, localizados em diversas cidades do estado do RN, além de manter diversos imóveis locados de terceiros, onde se encontram esses bens para controle e gerenciamento.

Em relação à segurança patrimonial e à gestão da frota de veículos, destacam-se:

- » a criação de banco de dados e a implantação de sensores (movimento, portas, fumaça vidro) nas dependências;
- » aquisição de equipamento e capacitação da segurança;
- » normatização interna da gestão da frota de veículos;
- » aplicação do PLS/UFRN, no tocante ao Plano de Ação de Deslocamento de Pessoal;
- » análise de viabilidade da renovação da frota ativa.

Causas para impedimento do alcance dos objetivos

Atualmente, a unidade responsável pela gestão patrimonial na UFRN possui um número insuficiente de pessoal capacitado para realização das atividades. Nesse contexto,

o desafio torna-se ainda maior em relação à gestão imobiliária, considerando a necessidade de conhecimento da legislação específica e do domínio dos sistemas de gerenciamento para a execução das atividades. A segurança patrimonial também enfrenta o mesmo problema de escassez de pessoal, enquanto a gestão da frota depende de medidas relacionadas ao orçamento e a atualizações nos sistemas de controle e regulamentação de normativos internos.

Destaques da unidade e ligação do alcance de objetivos/ações com a cadeia de valor da Instituição

No exercício de 2018, houve um considerável avanço no controle da gestão patrimonial na UFRN. Foi dada continuidade à reavaliação dos bens imóveis, bem como à atualização dos valores no sistema SIAFI e SPIUnet. Além disso, foram adotadas medidas

quanto à segurança patrimonial e à gestão da frota de veículos.

Foram criados ainda novos postos de vigilância, modernizado o plano de segurança e realizado o controle de ocorrências no âmbito da segurança patrimonial. Na gestão da frota, realizou-se o aprimoramento da logística do setor, com o objetivo de executar as atividades com melhor qualidade e menos custos.

Nesse sentido, todas as atividades cumprem o papel estratégico de colaborar com o alcance dos objetivos finalísticos da cadeia de valor da Instituição, isto é, da geração do conhecimento por meio da promoção do ensino, da pesquisa e da extensão, com base na manutenção, expansão e segurança da infraestrutura, além buscar a aproximação e o deslocamento de todos os elementos

necessários ao desenvolvimento da comunidade acadêmica.

Inovações e melhorias implementadas

A UFRN utiliza o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) como ferramenta de controle patrimonial, e este tem se mostrado um grande aliado na gestão patrimonial, fornecendo informações dos bens tombados pela Instituição como: descrição, localização, valores atualizados etc. Além disso, apresenta dados referentes à segurança patrimonial e ao controle da gestão de frotas de veículos.

No exercício de 2018, foram adquiridos novos equipamentos de segurança (sistemas de rádio, cancelas setorizadas, sensores de movimento), bem como veículos para suporte das atividades envolvendo o deslocamento de pessoal. Em relação aos bens móveis, a UFRN

iniciou, em 2018, um grande trabalho de validação dessas informações por meio da visita de equipes às dependências da Universidade. Esse é um trabalho que demandará muito tempo, mas que certamente trará mais segurança acerca das informações disponíveis. Além disso, a UFRN promoverá atualizações nos módulos de controle patrimonial, de forma a se adequar à nova realidade.

Gestão da tecnologia da informação

Conformidade legal

A UFRN, por meio de resoluções de seus Conselhos Universitários, atende os normativos legais de órgãos reguladores, seguindo orientações da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério da Economia (Planejamento, Desenvolvimento e Gestão). Ademais, acompanha instruções normativas do

Gabinete da Segurança Institucional e do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico do (eMAG), e observa, ainda, a Lei de acesso à informação. Possui Plano Diretor de Tecnologia da Informação de Comunicação (PDTIC); Política de Governança de Tecnologia da Informação; Política de Segurança da Informação; Comitê de governança, riscos e controle; Comitê permanente de segurança da informação; e Comitê gestor de tecnologia da informação.

Modelo de governança de TIC

Os avanços da tecnologia no tratamento da informação colocam a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em uma posição de grande importância nas organizações. O seu papel é fundamental no planejamento e na implantação das estratégias institucionais, atuando como área de apoio essencial desde a execução das atividades rotineiras e

operacionais até o apoio às decisões de natureza estratégica. Constatase, nos últimos anos, uma tendência ao aumento da necessidade de mecanismos de governança de TI no setor público, em todas as suas esferas. Tais mecanismos devem estar voltados para o planejamento e o controle das atividades dessa área, de modo a possibilitar decisões consistentes e efetivas com impacto em maior padronização dos processos, serviços e projetos organizacionais de tecnologia da informação.

Nesse processo, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC) é uma ferramenta organizacional de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de tecnologia da informação que visa atender as necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou uma entidade para um determinado período. O PDTIC foi elaborado no

ano de 2015 e aprovado por meio da [Resolução nº 008/2016-CONSAD](#), de 3 de março de 2016, abrangendo um período inicial de dois anos, mas que teve sua vigência estendida até 28 de fevereiro do 2019, pela [Resolução nº 50/18-CONSAD](#), de 18 de outubro de 2018. O PDTIC abrange as atividades relacionadas à tecnologia da informação para todas as unidades organizacionais da UFRN, compostas por Pró-Reitorias, Secretarias, Superintendências, Centros acadêmicos, Unidades acadêmicas especializadas e Unidades suplementares.

Atender as necessidades priorizadas durante a elaboração do PDTI é um dos grandes desafios apresentados aos gestores dessa área e da Instituição em geral. O alinhamento entre a TI e os objetivos e as diretrizes estratégicas definidas no PDI da UFRN é essencial no sentido de

consolidar a importância estratégica da área e garantir seu alinhamento em relação aos objetivos institucionais.

A UFRN possui Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (PGTIC), aprovada pela [Resolução nº 039/2017-CONSAD](#) e conta com os seguintes órgãos:

1. Comitê Gestor de TI (CGTI);
2. Comitê de Governança, Riscos e Controles;
3. Comissão Permanente de Segurança da Informação (CPSI).

Atualmente, um novo documento do plano diretor de TI está em consulta pública, seguindo os mesmos princípios do anterior, a saber: fortalecer a modernização da gestão, intensificando a integração entre as

atividades-fim e as atividades-meio, entre a administração superior e as demais instâncias administrativas, com participação e transparência, objetivando alcançar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações realizadas. O documento na íntegra pode ser acessado [neste link](#).

Montante de recursos aplicados em TI

O montante de recursos aplicados em TI foi de R\$ 7.039.579,20.

Contratações mais relevantes de recursos de TI

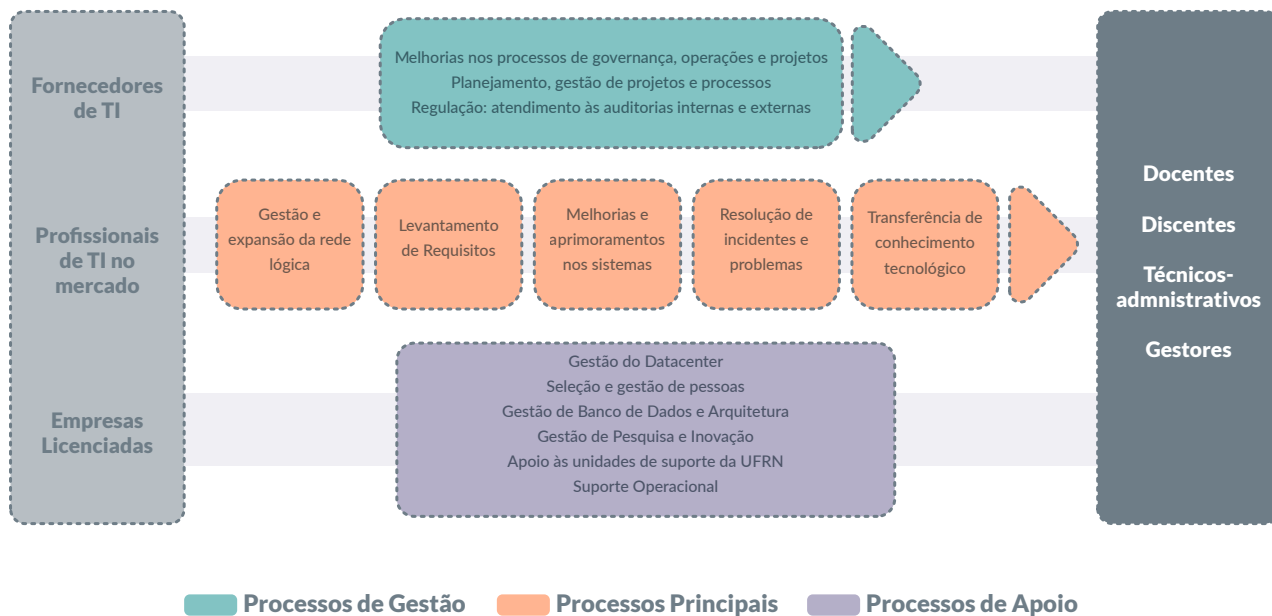
Dentre o conjunto de contratações de recursos em torno da área de TI, destacam-se:

- » Microcomputador pessoal desktop (914 un.);
- » Microcomputador pessoal notebook (182 un.);
- » Ponto de acesso sem fio (71 un.);
- » Telefone IP (200 un.);
- » Manutenção do datacenter;
- » licenças do antivírus.

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI de acordo com a cadeia de valor

A Superintendência de Informática (SINFO) é a responsável por fomentar e prestar apoio técnico-operacional relacionado às TICs.

Cadeia de valor SINFO



A SINFO tem produzido e gerenciado os sistemas de informação e gestão da UFRN, tais como:

» Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)

Informatiza os procedimentos, na área fim da Instituição, a área acadêmica, que engloba o ensino de: graduação, pós-graduação (*stricto e lato sensu*), ensino médio e infantil. Informatiza, também, a submissão e o controle de projetos e bolsas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle de projetos de ensino (monitoria e inovação), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual.

» Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC)

Dispõe de operações fundamentais para a gestão das unidades

responsáveis por finanças, patrimônio e contratos da UFRN, integrando a área administrativa desde a requisição de material, diárias, passagens, material informacional, entre outras operações, até o controle do orçamento distribuído internamente. Além das requisições e do controle orçamentário, o SIPAC controla e gerencia: compras, licitação, boletins de serviços, liquidação de despesas, patrimônio, contratos, convênios, obras, manutenção do *campus*, faturas, bolsas e pagamento de bolsas, abastecimento e controle de veículos, memorando eletrônico, entre outras funcionalidades. Esse sistema representa grande avanço para a administração da Universidade, permitindo o controle efetivo dos procedimentos administrativos.

» Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH)

Tem por objetivo informatizar os procedimentos de recursos humanos, tais como: marcação/alteração de férias, cálculo de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimento on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, entre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE), de âmbito nacional.

» ACERVUS

É um sistema que armazena e gerencia os arquivos e documentos digitais dos acervos museológicos, artísticos, culturais e históricos da UFRN. Com ele, é possível

acompanhar e controlar a movimentação de objetos em uma unidade administrativa, assim como ações de cessão e mudança de localização desses objetos na Instituição.

» Módulo Eletrônico de Mensagens Oficiais (MEMO)

O MEMO é um sistema criado para agilizar o cadastro, a leitura, a tramitação e a autenticação de ofícios. Possui uma interface intuitiva e um *layout* familiar, que se adequa perfeitamente aos dispositivos móveis e substituiu o antigo sistema de memorandos.

» REUSE

É um sistema voltado à divulgação e ao repasse de bens materiais ociosos pertencentes ao patrimônio da UFRN. A ferramenta permite o anúncio e a

transferência desses bens entre as unidades da Instituição, evitando o sucateamento de bens e oferecendo otimização econômica.

» INTELLECTUS

É um sistema que serve de ponte entre a plataforma Lattes (CNPq) e o SIGAA. Integrando-os, as produções dos docentes da Instituição são importadas automaticamente da primeira para a segunda plataforma. Realizando uma sincronização diária, o Intellectus permite que a sessão “Meu Currículo” no portal do docente esteja sempre atualizada.

» CRONUS

Foi idealizado e concebido como uma solução simples e eficiente para o registro de frequência dos servidores. Além das atividades básicas de totalização de horas trabalhadas,

permite outras verificações customizadas, como dispensa de ponto e intervalo de almoço. Outros processamentos mais complexos são realizados pelo SIGRH, ao qual o Cronus é vinculado.

» Sistema de Relatórios Especiais (SIRE)

O SIRE é uma aplicação que busca facilitar a tradução de dados brutos em informações compreensíveis. Ele coleta dados sensíveis da Instituição, gerados pelos SIG (Sistemas Integrados de Gestão) e os disponibiliza para a alta gestão em formato de relatórios gráficos e dados estatísticos, de acordo com o formato e com os parâmetros que o usuário desejar. Além de salvar os relatórios, o sistema permite o compartilhamento dessas informações com os demais usuários interessados e a exportação

em diversos formatos, tais como PDF, CSV, XLS, JSON, entre outros.

No âmbito dos sistemas SIG-UFRN, o projeto de cooperação consiste na transferência de tecnologia da UFRN para instituições cooperadas, permitindo sua capacitação para implantar os sistemas. Assim, promove a informatização dos processos de trabalho nas áreas Administrativa (SIPAC), de Recursos Humanos (SIGRH) e Acadêmica (SIGAA), buscando a excelência da gestão e dos serviços prestados à sociedade. Nesse processo, a transferência de tecnologia possibilita melhoria dos produtos de forma integrada, a partir do momento em que todos os parceiros podem contribuir para um código, uma documentação e para o atendimento às legislações/normativos de forma colaborativa, o que promove a otimização de recursos das instituições.

Segurança da informação

- » A UFRN, entre os dias 11 e 13 de abril de 2018, em Pernambuco, organizou um evento regional, juntamente com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), para discussão de temas na área de segurança da informação, mais especificamente referentes a políticas, planos de gestão, tratamento e resposta a incidentes. Como resultado desse evento, foi criado um grupo, formado inicialmente por 16 instituições do Nordeste.
- » A SINFO iniciou um trabalho com as equipes de TIC dos diversos setores da UFRN, de modo a tratar constantemente de questões referentes à segurança da informação, como, por exemplo: discussões sobre Política de Segurança da Informação (POSIC)

e as normas decorrentes desta, boas práticas, comportamento dos usuários e tratamento de incidentes. Por fim, em novembro de 2018, a SINFO organizou um *workshop* no qual foram realizadas palestras e minicursos na área de segurança da informação.

- » O Comitê Permanente de Segurança da Informação (CPSI) elaborou a primeira norma de segurança (norma de senhas) decorrente da POSIC da UFRN. Como consequência, busca-se garantir que qualquer sistema computacional desenvolvido ou utilizado na UFRN tenha um nível mínimo de segurança no que se refere às senhas dos usuários, reduzindo, assim, o número de incidentes de segurança decorrentes da descoberta e utilização dessa informação por pessoas não autorizadas.

Principais desafios e ações futuras

- » A aplicação efetiva da economicidade, racionalidade por meio de integração dos sistemas estruturantes com os sistemas SIG-UFRN.
- » Fortalecer o quantitativo de recursos humanos para dedicar-se a áreas específicas como segurança da informação.
- » Amplificar a integração entre as equipes de TIC dos diversos setores da Instituição de modo que todas trabalhem colaborativamente, visando atingir os objetivos de TIC da UFRN como um todo, definidos no PDTIC, e não somente as suas necessidades locais.
- » Realizar os processos licitatórios nos prazos esperados, a fim de seguir o cronograma de

execução das ações planejadas em decorrência do planejamento contido no PDTIC.

- » Ter agilidade na elaboração das normas de segurança da informação previstas na POSIC, por parte da CPSI, e conseguir suas aprovações nas instâncias superiores.
- » Fortalecer a oferta de capacitações tanto em quantidade quanto em diversidade de temas necessários, tanto para as equipes de TIC como para os usuários finais.
- » Fomentar a parceria dos Sistemas Integrados de Gestão para otimizar recursos e esforços das instituições públicas.

Gestão de custos

Conformidade legal

O desenvolvimento e a implantação de um sistema de custos no âmbito da Administração Pública vêm tanto satisfazer as necessidades de modernização da contabilidade e atender os comandos normativos em vigor – sobretudo ao consignado na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, artigo 50, §3º e na Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011 –, quanto buscar modernizar a gestão e atender as exigências dos cidadãos no sentido de se obter mais eficiência, eficácia e efetividade no uso dos recursos públicos.

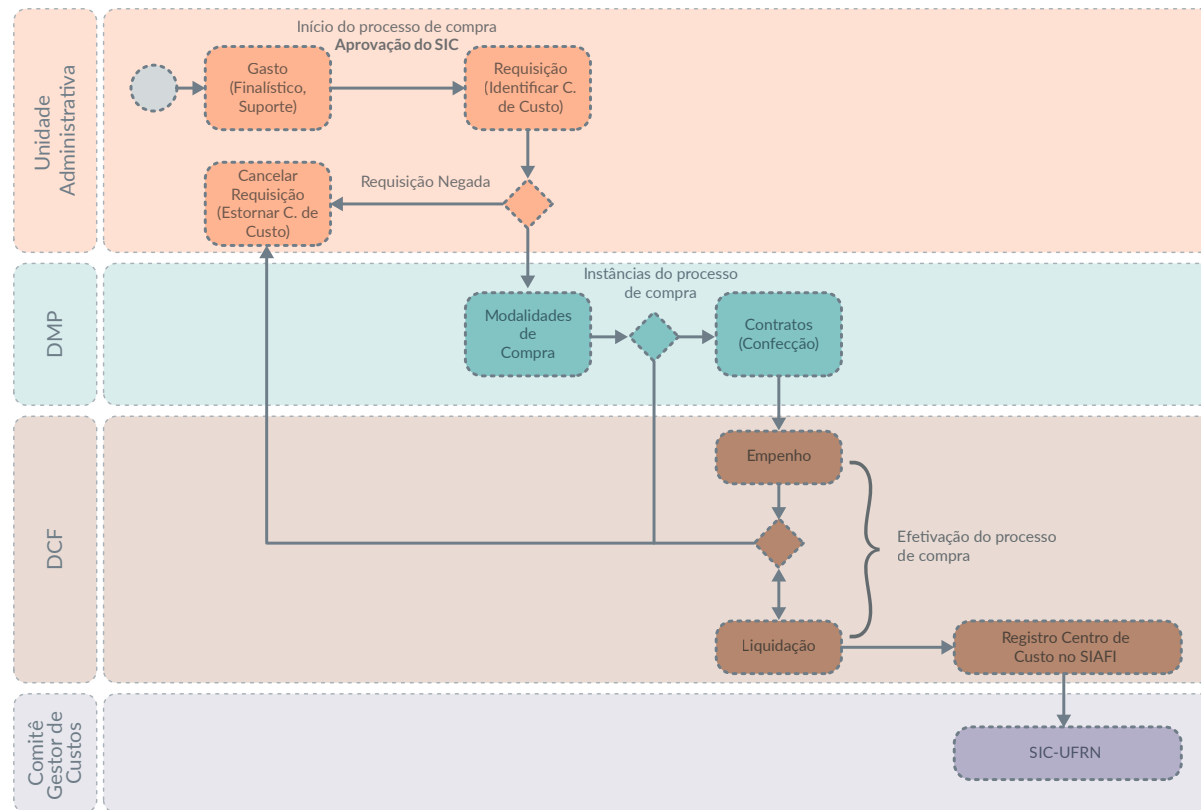
Modelo de custos na UFRN

A UFRN instalou, por meio da Portaria nº 1.506/18-R, de 7 de agosto de 2018, uma comissão para dar continuidade ao projeto de elaboração das diretrizes e

orientações gerais para modelagem, desenvolvimento e implantação do Sistema de Informação de Custos, conforme as exigências legais e as boas práticas de gestão. Por sua vez, a [Resolução nº 069/2018-CONSAD](#), de 6 de dezembro de 2018, aprovou o modelo de apuração de custos vinculado à cadeia de valor da UFRN, desenvolvido com o objetivo de contribuir para a avaliação da eficiência das ações empreendidas pela Universidade no alcance de sua missão institucional e no aprimoramento da qualidade do gasto público. Para o cumprimento desse objetivo, foi adotada uma sistemática que possibilita ao usuário a elaboração de relatórios a partir de dados extraídos dos sistemas SIG-UFRN, visando a geração das informações sobre os custos no âmbito dos macroprocessos e processos da cadeia de valor integrada da UFRN.

Um dos documentos essenciais do planejamento da UFRN, aprovado por meio da [Resolução nº 076/2017-CONSAD](#) – Plano de Riscos, é a cadeia de valor, na qual estão retratados os processos e os macroprocessos de trabalhos da UFRN. Com isso, os objetos de custo da UFRN foram desenvolvidos a partir dos macroprocessos e dos processos da cadeia de valor, com o propósito de fornecer subsídios para avaliação e tomada de decisão por parte de cada direção de Centro e outras Unidades acadêmicas. Além disso, leva-se em consideração para mensuração dos custos o momento da requisição do gasto e a sua preponderância em relação às atividades finalísticas e de suporte. A seguir, é demonstrado o fluxo de trabalho a ser observado no processo de apuração de custos na UFRN.

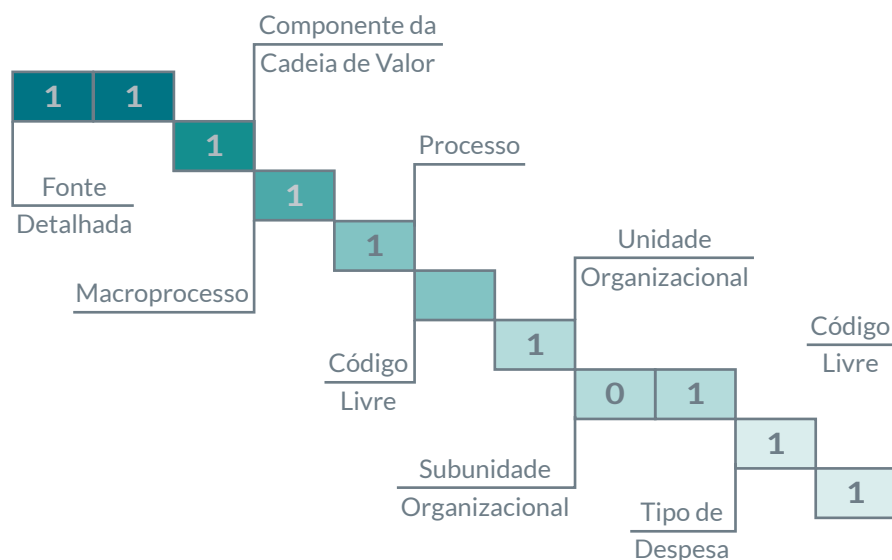
Fluxo de trabalho no processo de apuração de custos da UFRN



Fonte: Comissão de custos

A despesa orçamentária liquidada e a informação referente à codificação do objeto de custo contida na requisição representarão o ponto de partida para a construção do Sistema de Informações de Custos da UFRN (SIC-UFRN). Para tanto, foi desenvolvida uma codificação de associação de números relacionada à cadeia de valor, de maneira que o agrupamento desses números constitui os objetos de custo, conforme apresentado a seguir.

Vetor detacusto da UFRN



Fonte: Comissão de custos

Principais desafios e ações futuras

Apesar de ainda não ter havido êxito na implantação do sistema de custos no âmbito desta Universidade, conforme planejado e sustentado nos relatórios de gestão dos exercícios anteriores, é importante realçar os avanços expressivos nessa área, culminando na aprovação do modelo de apuração de custos vinculado à cadeia de valor. Além disso, destaca-se que, no âmbito dos Sistemas SIG, sobretudo no SIPAC, é possível obter relatórios gerenciais quanto à realização de despesas, identificando as naturezas. Nesse processo, cabe à gestão, como desafio, determinar que, na premissa de realização da despesa, o próprio sistema administrativo interno já permita o enquadramento daquela despesa nos objetos de custo definidos pela gestão (a exemplo do modelo do vetor detacusto apresentado). Assim, na perspectiva do sistema de gestão

interna, é imprescindível que já se tenham relatórios de custos integrados aos objetivos e às estratégias da Instituição. Visando implantar o modelo aprovado, a Universidade prevê nomear um Comitê de Gestão de Custos.

Sustentabilidade ambiental

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Em atendimento ao Decreto nº 7.746/2012, foi elaborado e implementado no ano de 2018, no âmbito da UFRN, o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), que estabeleceu, entre outras medidas, práticas de sustentabilidade e racionalização no uso de materiais e serviços. Sob o enfoque de materiais e bens de consumo, a partir do estabelecimento e do monitoramento de metas, o PLS foi o instrumento para se atingir os seguintes objetivos:

- » criação de novas especificações para os 30 itens de material de consumo mais requisitados, adotando critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos em leis, decretos e instruções normativas;
- » solicitação de comprovação de origem e de certificação, pela ABNT, das madeiras de 100% do mobiliário adquirido pela UFRN.

Ainda nessa esteira, o PLS também traçou metas destinadas às contratações de serviços e aquisições de equipamentos, a saber:

- » adquirir 100% dos equipamentos de refrigeração com melhor eficiência energética: refrigeradores, freezers, geláguas e condicionadores de ar;

- » reduzir em 20% o número de linhas contratadas pela UFRN;
- » reduzir em 10% o número de linhas com acesso a pacote de dados;
- » estabelecer a contratação, em 100% das linhas telefônicas, de pacotes “intrarrede”;
- » participar de, no mínimo, uma compra compartilhada com outras Instituições Federais de Ensino Superior.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

Como consequência da adoção do PLS, foram obtidos os seguintes resultados em 2018, tomando como comparação os três exercícios anteriores:

- » redução de 10,35% do consumo dos materiais de limpeza em relação à média dos últimos três anos;
- » redução de 58% do consumo de copos descartáveis em relação à média dos últimos três anos;
- » redução de 34% do consumo de papéis, do grupo material de expediente, bem como aumento na proporção de 13% para 53% do uso de papel reciclado em relação ao branco, no tocante à média dos últimos três anos.

Redução de resíduos poluentes

A utilização do REUSE cumpre papel de destaque na redução de resíduos na UFRN. Com base nesse sistema, é possível que as unidades realizem anúncios, de maneira rápida e prática, na página do REUSE, acerca de equipamentos ociosos disponíveis. Desse modo, é possível haver a

movimentação desse material entre as unidades da UFRN. O objetivo desse projeto é prolongar o uso e a vida útil dos bens, bem como reduzir o acúmulo de materiais descartados pelos setores, ocasionando, por conseguinte, a redução de resíduos poluentes.

Economia de energia e de água

Contribuindo para a proteção ambiental e o uso racional da água, a UFRN possui coleta e tratamento universal de esgotos domésticos no *Campus Central*. Além disso, há o reúso desses efluentes para irrigação dos campos de futebol do parque poliesportivo e da vegetação no entorno de sua Estação de Tratamento de Esgotos (ETE). Em 2016, a UFRN expandiu a rede de distribuição de água de reúso, que deverá entrar em operação para irrigação dos jardins do *Campus Central*, gerando uma economia de mais de 300.000 m³ de água potável ao ano.

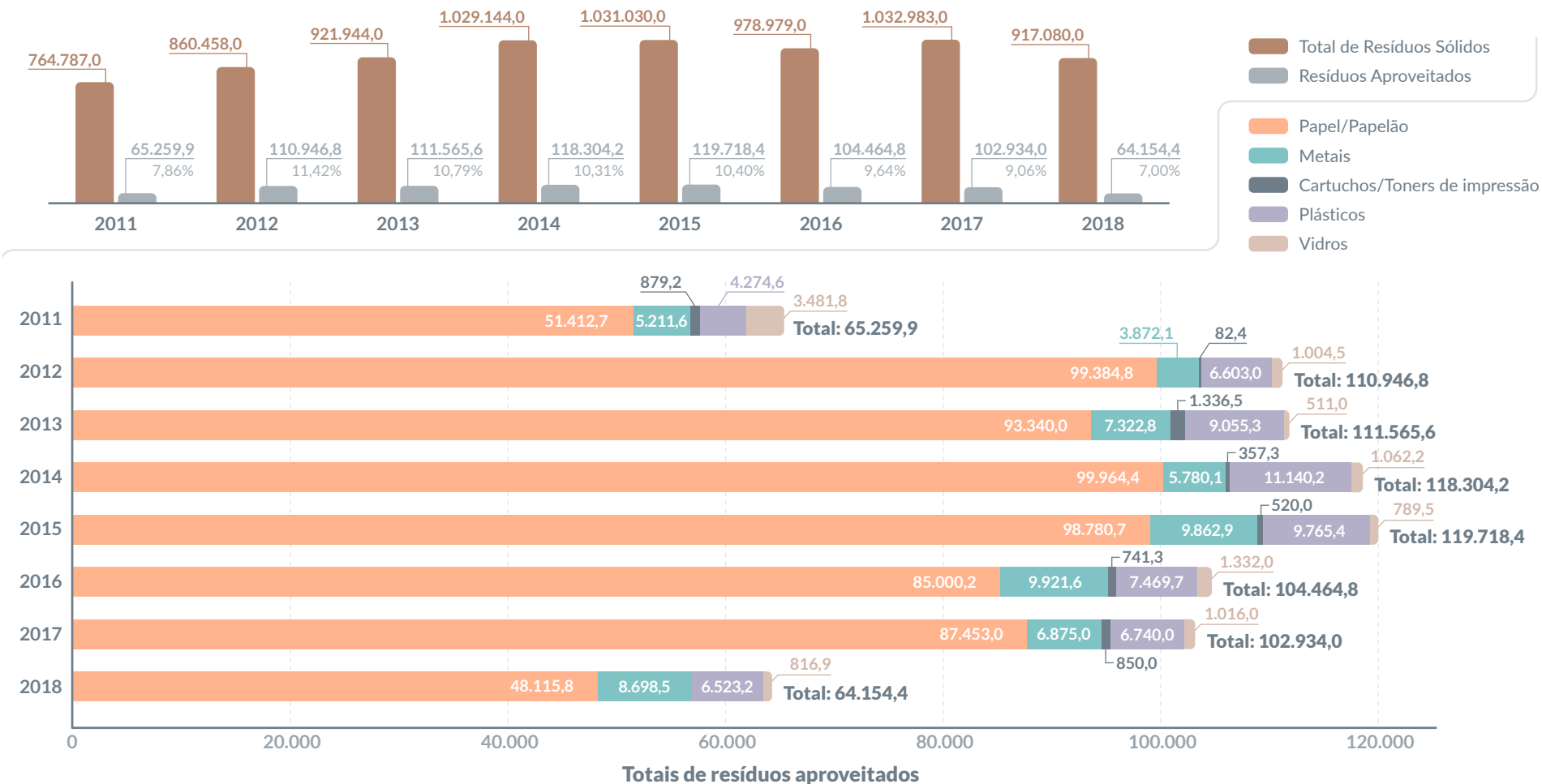
Evolução do tratamento dos resíduos sólidos no Campus

No tocante à gestão dos resíduos, a UFRN possui um Programa de Gestão Integrada de Resíduos (PROGIRES), pelo qual são monitorados todos os resíduos produzidos nas atividades desenvolvidas na Instituição.

Em atendimento ao Decreto nº 5.940/2006, a UFRN possui a Coleta Seletiva Solidária, que segrega e encaminha anualmente mais de 100 toneladas de resíduos sólidos recicláveis a uma cooperativa e a uma associação de catadores de materiais recicláveis do município de Natal. Em 2018, foram doadas aproximadamente 64 toneladas de material reciclável da UFRN, gerando emprego e renda às famílias associadas. Já os resíduos não recicláveis são coletados e encaminhados ao aterro sanitário da BRASECO, que atende a região metropolitana de Natal.

Em 2018, foram coletados e encaminhados ao aterro sanitário aproximadamente 917 toneladas de resíduos sólidos comuns.

Reaproveitamento de resíduos sólidos



Fonte: DMA

Em se tratando dos resíduos químicos laboratoriais, considerados perigosos de acordo com a NBR 10004/2004, estes foram coletados e encaminhados à destinação ambientalmente adequada, totalizando cerca de 97,65 toneladas, no período de 2011 a 2018. Por essas ações, cumpre destacar que a gestão integrada de resíduos da UFRN foi classificada entre as dez finalistas do 1º Prêmio ODS BRASIL 2018, na categoria Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão, tendo recebido uma menção honrosa. O Prêmio ODS Brasil tem por objetivo incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas que contribuam para o alcance dos objetivos e metas da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável no território brasileiro. O Prêmio busca contribuir, também, para a formação de um “banco de práticas” que servirá de referência na implementação e disseminação da Agenda 2030.

Além dessa prática, a UFRN também foi selecionada entre as 10 finalistas na categoria Instituição de Ensino, Pesquisas e Extensão com o projeto “Horta Comunitária Nutrir: educação para o desenvolvimento sustentável na formação em alimentação e nutrição-UFRN”. A ONU reconheceu a prática como uma iniciativa que colabora para a promoção da alimentação como direito humano. O projeto alinha-se com sete dos dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre eles: a promoção da Segurança Alimentar Nutricional (SAN), o fomento da educação que garanta aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias para o desenvolvimento sustentável e o uso sustentável da biodiversidade.

A Horta Comunitária Nutrir busca conciliar o conceito de diversidade biológica com o de diversidade

cultural, dando ênfase ao consumo de alimentos saudáveis produzidos pela agricultura familiar em circuitos curtos de produção. A prática também insere alunos na extensão universitária, organizando mutirões para a instalação de hortas escolares e comunitárias, além de disponibilizar uma página na internet com informações sobre as hortas, as espécies cultivadas e o mapeamento das feiras agroecológicas que ocorrem no município de Natal.

Evolução da arborização urbana da UFRN

A UFRN monitora e atua em diversos aspectos que envolvem o sistema arbóreo existente na Universidade, desenvolvendo atividades de produção (coleta de sementes, produção de mudas etc.), manutenção (podas, transplantios etc.) e apoio no licenciamento ambiental (planos de compensação, planos arbóreos, levantamento florístico etc.)



Trituração dos resíduos de poda para compostagem

Fonte: DMA



Utilização de resíduos de podas (troncos e folhas) para ornamentação das áreas comuns do Campus Central da UFRN

Fonte: DMA

Atualmente, o viveiro florestal da UFRN dispõe de reserva de semente contendo 22 espécies nativas da caatinga e da Mata Atlântica norte-rio-grandense, entre elas, espécies de difícil reprodução (maçaranduba, juazeiro etc.). Embora o cultivo dessas espécies de difícil reprodução diminua a produtividade final do horto, destaca-se a produção de espécies não convencionais e que têm papel mais relevante nas ações de conservação da biodiversidade.

A expansão da diversidade de espécies cultivadas deve-se às atividades de coleta de sementes e ao desenvolvimento de métodos de quebra de dormência de sementes de espécies não contempladas na literatura científica ou técnica. Toda a produção de mudas é realizada no viveiro florestal da UFRN por meio de mão de obra capacitada pela própria unidade.

Quantitativo de produção das mudas, por espécie, no horto da UFRN, em 2018			
Espécies	Nome popular	Quant. de sementes	Quant. de plântulas
<i>Adenantha macrocarpa</i>	Angico Vermelho	800	15
<i>Poincianella Piramidalis</i>	Catingueira	600	100
<i>Genipa americana</i>	Jenipapo	300	200
<i>Psidium guajava</i>	Goiaba	2000	10
<i>Cobretum leprosum</i>	Mofumbo	1200	200
<i>Guazuma ulmifolia</i>	Mutamba	1700	250
<i>Ximenia americana</i>	Ameixa brava	30	30
<i>Apuleia leiocarpa</i>	Apuleia	50	10

Catveva trapia	Trapiá	50	50
Sapidus saponária	Saboneteira	1000	100
Handroanthus impetiginosus	Ipê rosa	2000	25
Tabeuia aurea	Ipê amarelo	900	200
Passiflora edulis	Maracujá	900	2
Aspidosperma pyrifolium	Pereiro	400	15
Copaifera langsdorffii	Copaíba	800	-
Licania tomentosa	Oiti		200
Simaba sp.	Cajarana	-	200
Massaranduba emarginata	Balata/maçaranduba	Mudas transplantadas	200
Paubrasilia echinata	Pau Brasil	Mudas transplantadas	100
Ziziphus joazeiro	Joazeiro	400	20
Tapirira guianensis	Cupiúba	800	400
Jacaranda mimosifolia	Jacarandá mimoso	200	10
TOTAL	22 espécies	13.330	2.337

Fonte: DMA

Ainda durante o exercício de 2018, foram realizadas atividades de plantio (100 unidades), além das ações de manutenção e adequação da arborização existente. Ressalta-se que o plantio foi pouco expressivo devido ao tempo de maturação das mudas.

Atividades relativas à arborização no período de 2010 a 2018										
Descrição / Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Avaliação fitossanitária	349	1.091	322	281	90	535	212	1.652	2.959	7.491
Sementes	2.401	8.851	18.471	16.865	22.213	6.177	2.685	1.854	13.330	92.847
Produção de plântulas	351	459	2.373	1.965	233	788	685	238	2.337	9.429
Plantio de mudas	350	432	715	552	570	293	337	359	189	3.797
Doação de mudas	255	292	313	482	755	500	290	177	230	3.294
Transplântio	1	10	31	49	6	28	3	8	6	142
Supressão	39	98	112	41	12	36	18	79	68	503
Ações de adequação da arborização	568	1.437	2.369	2.992	2.635	1.535	900	3.652	2.367	18.455



Plantio de mudas nativas produzidas pela UFRN

Fonte: DMA

Fonte: DMA

Plano de Logística Sustentável

Objetivando desenvolver práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços, o Decreto nº 7.746/2012 estabeleceu, em seu artigo 16, a obrigatoriedade de a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes elaborarem e implementarem Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS). Diante desses normativos, a UFRN aprovou, por meio da [Resolução nº 77/2017-CONSAD](#), de 21 de dezembro de 2017, o PLS da UFRN. Esse Plano, com vigência no período 2018-2020, é constituído por um conjunto de nove Planos de Ação (PA), contendo objetivos, metas e responsáveis, prazo, justificativa,

etapas de execução, indicadores com período de monitoramento e custo estimado. A seguir, os nove planos de ação do PLS da UFRN com o quantitativo de objetivos e metas por plano de ação.

Planos de ação do PLS da UFRN			
	PLANOS DE AÇÃO	OBJETIVOS	METAS
1	Material de consumo	05	15
2	Energia elétrica	01	11
3	Água e esgoto	02	11
4	Coleta seletiva	02	07
5	Qualidade de vida no trabalho	04	15
6	Compras e contratações sustentáveis	05	07
7	Descolamento de pessoal	04	06
8	Arborização	04	08
9	Obras públicas sustentáveis	03	09
TOTAL		30	89

Fonte: PROPLAN

O relatório com os resultados alcançados em 2018 está disponível [neste link](#).

6



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

No âmbito da UFRN, cabe à Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), por meio do Setor de Contabilidade, a gestão e a conformidade contábil de todas as unidades vinculadas à UFRN. A conformidade contábil é realizada diária e mensalmente para os registros de conformidades de gestão e contábil, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

O registro mensal da conformidade contábil é efetuado por profissional habilitado, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC/RN), em dia com suas obrigações profissionais, lotado

na Unidade Setorial de Contabilidade deste órgão e credenciado no SIAFI para essa finalidade. Além disso, é observada a segregação de função no processo de registro, em atendimento à Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno nº 01, de 06 de abril de 2001.

Declaração do Contador

De acordo com análise realizada nos demonstrativos, no balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa),



Foto: Helloquence/Unsplash

regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 (aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008), relativos ao exercício de 2018 do órgão 26243-UFRN, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante às:

Ressalvas:

- a. Grupo Contábil representativo dos bens móveis da instituição, tendo em vista divergência em relação ao Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB, disponibilizado pelo sistema informatizado interno da Instituição (SIPAC) com o saldo do SIAFI;
- b. Grupo Contábil representativo dos bens móveis, tendo em vista o saldo alongado na conta 12.321.06.01 – Obras em andamento.

Apresento, a seguir, a(s) justificativa(s) para a permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2018:

- a. Alguns Grupos de Materiais estão apresentando diferença entre RMB e saldo SIAFI. Já foi verificado que alguns erros aconteceram na época da migração do sistema patrimonial

antigo para o atual. Os setores responsáveis já foram informados para resolver tais pendências e regularizar essa situação, mas, devido à quantidade de bens e à falta de pessoal, o trabalho não foi iniciado. Espero criar um grupo de trabalho para solucionar tais pendências em 2019;

- b. Foi verificado que o montante registrado na conta contábil 12.321.06.01 – Obras em andamento – está com saldo alongado, pois a maior parte desse saldo é decorrente de obras que já foram finalizadas e entregues, sendo o procedimento correto dar baixa nesses valores e realizar posterior registro no SPIUNET. Para 2019, será criada uma força-tarefa para o levantamento de todas as obras concluídas para posterior ajuste entre SIAFI x SPIUNET.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Natal/RN, 28 de janeiro de 2019.

Foto: Cícero Oliveira / UFRN



Rafael Rivera Monteiro Cruz
CRC/RN 009330-0



Foto: Campaign Creators / Unsplash

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

As demonstrações contábeis são apresentadas de forma consolidada, abrangendo todas as unidades que fazem parte do órgão UFRN, e são compostas de:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Balanço Orçamentário (BO);
- III. Balanço Financeiro (BF);
- IV. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); e
- V. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).

As demonstrações contábeis, bem como as respectivas notas explicativas, são divulgadas anualmente na página oficial da UFRN, <https://ufrn.br/>, no caminho: Institucional > Documentos > Demonstrações Contábeis, ou acessadas diretamente por [este link](#).

7



OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES

RESUMO DO PROCESSO DE DETERMINAÇÃO

da materialidade das informações e descrição dos limites do relato

A experiência da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) com a elaboração do Relatório de Gestão no formato de relato integrado é novíssima, datando da comunicação do Tribunal de Contas da União (TCU), no final de 2018, sobre as mudanças de formato na apresentação do documento. Nas discussões internas que se seguiram ao comunicado, optou-se por evitar mudanças bruscas no ano de 2018 e, uma vez que se tratava

de um formato inteiramente novo, não foi possível expandir o escopo das consultas para além do *staff* da Administração Central da Instituição.

O processo de determinação da materialidade, então, focou-se na cadeia de valor, cujo resultado principal é a geração de conhecimento para a sociedade, com base no desempenho das atividades fins da Instituição, quais sejam: **ensino, pesquisa e extensão**. Tais questões

são tratadas, no contexto da UFRN, com base em um conjunto de princípios norteadores:

- » ética, como valor universal do respeito aos direitos dos outros, da lisura no trato dos recursos públicos, da transparência dos atos administrativos e acadêmicos;
- » democracia, como forma de organização e gestão transparente e impessoal, garantidora da participação responsável dos membros da comunidade universitária e da sociedade nos órgãos e nas instâncias deliberativas competentes;
- » pluralismo, como valor abrangente de modos diferentes de abordar o real, da convivência com os contrários, da polêmica, do diálogo, do exercício da crítica; da presença do erudito e do popular;

do saber elaborado e da cultura oriunda da tradição;

- » respeito à diversidade, como valor geral para garantir o direito de identidade – pessoal, de grupos e institucional – atendendo às diferenças, sem discriminação, de modo a contemplar as características próprias de cada um, com vista a permitir o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Além das informações de natureza puramente acadêmica, tais como ensino de graduação e de pós-graduação, atividades de pesquisa e de extensão, o contexto no qual se desenvolvem as atividades fins envolve uma série de outras informações importantes relativas à estrutura de governança, ao processo de planejamento, à gestão de patrimônio e infraestrutura, à gestão

de pessoas, à gestão orçamentária e financeira e à gestão de tecnologia da informação e comunicação. Todos esses temas, assim como outros de igual relevância para a sociedade, como sustentabilidade ambiental e gestão de riscos, também fazem parte do relatório. Embora o relato integrado apresentado seja referente ao ano de 2018, o que define explicitamente seus limites, o que não impossibilita que as informações sejam apresentadas com base em séries históricas, como forma de apontar as tendências observadas na evolução dos resultados.

Como a UPC determina os temas a ser incluídos no Relatório de Gestão

A inclusão dos temas obedece, em grande parte, às orientações contidas na cartilha “Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado”, divulgada pelo TCU no final de 2018. Isso não impede,

contudo, que temas relevantes diretamente relacionados com a geração de valor sejam incluídos. Essa inclusão se dá, sobretudo, em função da influência desses temas, tanto nos seus aspectos positivos quanto nos negativos. Os resultados principais são estruturados em torno das atividades de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. Pretende-se, assim, apresentar à sociedade a atuação da UFRN naquilo que é o objeto da sua missão institucional, expressa por:

A missão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como instituição pública, é educar, produzir e disseminar o saber universal, preservar e difundir as artes e a cultura, e contribuir para o desenvolvimento humano, comprometendo-se com a justiça social, a sustentabilidade socioambiental, a democracia e a cidadania.

Como os temas são quantificados ou avaliados

A quantificação dos temas apresentados se dá com base em repositórios de dados institucionais, disponíveis nos sistemas SIG-UFRN ou em repositórios nacionais, como o Censo da Educação Superior (CENSUP), elaborado pelo INEP/MEC. Da mesma forma, foram utilizados como base os principais planos que orientam as ações da universidade, a saber: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano de Gestão, além de outros planos que orientam as ações institucionais em áreas específicas, tais como o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e o Plano de Gestão de Riscos, entre outros.

No processo de avaliação institucional, são utilizados os relatórios institucionais produzidos pelas

diversas instâncias da administração da UFRN, com base nos dados e/ou resultados da aplicação dos planos. Papel importante nesse processo também é o desempenhado pela Comissão Própria de Avaliação da UFRN (CPA). Embora ela tenha, entre outros, os objetivos de mobilizar e organizar os diferentes segmentos acadêmicos para pensar coletivamente a UFRN e suas ações, a Comissão tem ainda utilizado sua visão e *expertise* na condução do processo de avaliação do conteúdo do relato.

Aspectos ligados à coerência das informações e ao detalhamento das alterações ocorridas nos processos de coletas dessas foram considerados. Quanto à comparabilidade desses dados com os de outras instituições de ensino superior, essa ficou ausente pela indisponibilidade de fontes confiáveis para esse fim.

Tratamento de determinações e recomendações do TCU

A UFRN realiza monitoramento das deliberações emitidas pelo TCU por meio do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC). Tal sistema vem sendo ajustado para melhor atender às necessidades dos usuários interessados (Auditoria Interna e demais unidades responsáveis pelas deliberações).

O Gabinete do Reitor é a unidade responsável por receber os ofícios que encaminham os Acórdãos e enviá-los às unidades interessadas e à Auditoria Interna para conhecimento e inserção no SIPAC. Nessa unidade, há servidores destacados para o acompanhamento dos prazos estipulados. Normalmente é marcada reunião com essas unidades para discussão, estabelecimento das

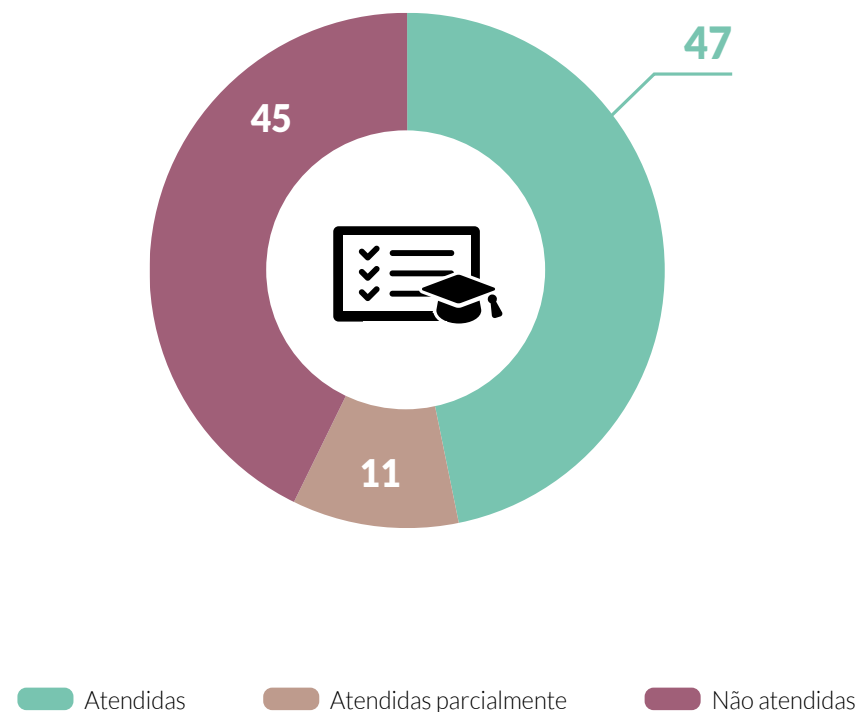
estratégias para o pleno atendimento e identificação dos responsáveis por cada deliberação.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP) designou um servidor para o acompanhamento das demandas dos órgãos de controle, incluindo os Acórdãos relativos à área de pessoal, encaminhados pela SEFIP/TCU diretamente a essa Pró-Reitoria. Esses Acórdãos também são enviados à Auditoria Interna para conhecimento e inserção no SIPAC.

A Auditoria Interna tem a incumbência de notificar as unidades responsáveis, através de um módulo do SIPAC denominado “Auditoria e Controle Interno”, para que elas informem as providências adotadas, visando o acompanhamento de cada determinação/recomendação.

Durante o exercício de 2018, a UFRN recebeu 23 acórdãos enviados pelo TCU, os quais possuem 103 determinações/orientações a serem seguidas pela UFRN. Dessas 103 determinações/orientações, 47 foram atendidas, 45 ainda não foram, ao passo que as outras onze foram atendidas parcialmente, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

Posição das Determinações/Orientações do TCU emitidas para a UFRN em 2018



Determinações do TCU que remetem a obrigação de informar sobre o andamento das providências para o Relatório de Gestão Anual

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 034.124/2015-2	538/2018 – Plenário	9.7 (9.7.1)	Ofício 507/2018-TCU/SECEX-PE e Ofício 672/2018-TCU/SECEX-RN	09/04/2018 e 02/08/2018
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFRN				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.7. determinar à UFRN, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que informe a conclusão dos itens do Acórdão 2749/2015-TCU-Plenário listados abaixo nos respectivos relatórios de gestão:</p> <p>9.7.1. implementação dos itens 9.1.1; 9.1.2; 9.1.3.1; 9.1.9 no relatório de gestão do exercício de 2018;</p>				
Justificativa do não cumprimento / medidas adotadas para implementação				
<p>A definição de objetivos organizacionais para a gestão das aquisições, alinhados às estratégias de negócio prevista no item 9.1.3.1 foi abordada nos capítulos 4 e 7 do Relatório de Gestão 2018.</p> <p>No tocante aos itens 9.1.1; 9.1.2 e 9.1.9, foi aprovada a Portaria n.º 2560/2018-R, de 21 de dezembro 2018, que institui e regulamenta o Modelo de Gestão por Competências da UFRN. No Anexo II da portaria, em que são definidas as competências específicas das unidades críticas, foram mapeadas competências para as unidades ligadas diretamente aos processos de aquisição (que serão atualizadas em 2019 devido a alterações regimentais e de organização do trabalho).</p>				

Apêndice

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Eu, João Emanuel Evangelista de Oliveira, CPF nº 200.272.144-00, Professor Titular, Pró-Reitor de Planejamento e Coordenação Geral, exercido na Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações apresentadas no presente Relatório são fidedignas com os registros oficiais disponíveis na UFRN, da mesma forma que buscou-se apresentá-las da forma mais clara, concisa e objetiva, mesmo levando em conta a complexidade e a abrangência das atividades de uma instituição de ensino superior. Declaro ainda que tais informações representam a expressão do pensamento coletivo da Instituição, consolidado pelas unidades de sua Administração Central, conforme detalhado no Capítulo 7 do presente Relatório, que trata da materialidade das informações. É importante ressaltar o contexto de mudança em que seu deu a elaboração deste Relatório, agora no formato de relato integrado, sendo esta uma primeira tentativa da UFRN de adaptar-se às novas orientações do Tribunal de Contas da União (TCU). Como dito no Capítulo supracitado, no processo de transição para o novo formato, evitou-se adotar mudanças bruscas na cultura institucional sedimentada na confecção dos Relatórios de Gestão anteriores. Para o Relatório de Gestão do ano de 2018, entretanto, declaro ter buscado cumprir as recomendações do TCU sobre a estrutura – incluída forma e conteúdo – do Relatório de Gestão.

João Emanuel Evangelista de Oliveira
Matrícula SIAPE 349734
Pró-Reitor de Planejamento e Coordenação Geral
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

